

# CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO

## BOOK OF ABSTRACTS AND PROGRAMME



### A ECONOMIA POLÍTICA DO

# TURISMO

seminário internacional  
USP - FFLCH - Depto. de Geografia  
26 - 31 de outubro/2019



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,  
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
A ECONOMIA POLÍTICA DO TURISMO**

**VERSÃO CORRIGIDA**

**INTERNACIONAL SEMINAR  
THE POLITICAL ECONOMY OF  
TOURISM**

**CORRECTED VERSION**



## **Universidade de São Paulo**

Reitor  
Vahan Agopyan

Vice-Reitor  
Antonio Carlos Hernandez



## **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas**

Diretora  
Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor  
Paulo Martins

Seção de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas - FFLCH  
Rua do Lago, 717 - Butantã - São Paulo - SP  
Universidade de São Paulo - USP

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
A ECONOMIA POLÍTICA DO TURISMO**

**VERSÃO CORRIGIDA**

**INTERNACIONAL SEMINAR  
THE POLITICAL ECONOMY OF  
TOURISM**

**CORRECTED VERSION**

**CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO**

**BOOK OF ABSTRACTS AND PROGRAMME**

**Organização**

**Rita de Cassia Arriza da Cruz**

**Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
São Paulo, 2019**

## INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS/ORGANIZING INSTITUTIONS

Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DG-USP)

Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEO)

International Geographical Union (IGU)

## APOIO/SUPPORT

Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DG-USP)

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH-DG-USP)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

S741

Seminário Internacional A Economia Política do Turismo (2019 : São Paulo, SP)

Caderno de resumos e programação [do] Seminário Internacional A Economia Política do Turismo = Book of abstracts and programme [of] Internacional Seminar The Political Economy of Tourism, 26 a 31 de outubro de 2019. / Organização: Rita de Cassia Arriza da Cruz. – São Paulo : FFLCH/USP, 2019.

312 p.

Título em português e inglês. Textos em português e inglês. ISBN 978-85-7506-385-9

1. Geografia - Seminários. 2. Economia Política. 3. Turismo.  
I. Título: A economia política do turismo. II. Título: The political economy of tourism. III. Universidade de São Paulo. IV. International Geographical Union. V. Cruz, Rita de Cassia Arriza da.

CDD 388.4791



# SUMÁRIO

## INDEX

<b>Organização</b>	6
<i>Organization</i>	
<b>Apresentação</b>	7
<i>Introduction</i>	
<b>Programação</b>	8
<i>Programme</i>	
<b>Anotações</b>	10
<i>Notes</i>	
<b>Resumos</b>	12
<i>Abstracts</i>	
<b>Índice Remissivo</b>	309
<i>Author Index</i>	



## EIXOS TEMÁTICOS

### *Thematic Axes*

1 - Estado, políticas públicas e produção do espaço para o turismo)	13
<i>State, public policies and the production of space for tourism</i>	
2 - Financeirização da economia e turismo	126
<i>Economic financialization and tourism</i>	
3 - O turismo na sociedade urbana hoje	133
<i>Tourism in the urban society today</i>	
4 - A cultura como álibi e a mercantilização do espaço pelo turismo	194
<i>Culture as an alibi and the commercialization of space by tourism</i>	
5 - Empresas turísticas e mercantilização do espaço	252
<i>Tourist companies and the commercialization of space</i>	
6 - As contradições do mundo do trabalho no turismo	285
<i>Contradictions in the world of work in tourism</i>	



# ORGANIZAÇÃO

## ORGANIZATION

### COMISSÃO ORGANIZADORA / ORGANIZING COMMITTEE

Rita de Cássia Ariza da Cruz (Coordenação Geral)  
Ana Fani Alessandri Carlos  
Isabel Pinto Alvarez  
Hervé Théry  
Regina Almeida  
Reinaldo Paul Pérez Machado  
Eudes Leopoldo (Pós-Doutorando)  
Isabella Beil (Mestranda)

### COMISSÃO CIENTÍFICA / SCIENTIFIC COMMITTEE

#### Instituições Brasileiras / Brazilian Institutions

Ana Fani Alessandri Carlos (USP)  
Davis Gruber Sansolo (UNESP)  
Hervé Théry (USP) Isabel Alvarez (USP)  
Maria Goretti Tavares (UFPA)  
Maria Tereza Paes (Unicamp)  
Marta de Azevedo Irving (UFRJ) Regina Almeida (USP)  
Reinaldo Machado (USP)  
Reinaldo Miranda de Sá Teles (USP)  
Rita de Cássia Ariza da Cruz (USP)  
Sidnei Raimundo (USP)

#### Instituições Estrangeiras / Foreign Institutions

Collin Michael Hall (University of Canterbury, Nova Zelândia)  
Daniel Hiernaux-Nicolás (Universidad Autónoma de Querétaro, Mexico)  
Dieter Muller (Umea University, Suécia)  
Dimitri Ioannides (Mituniversiteted, Suécia)  
Eduardo Salinas Chávez (Universidad de La Habana, Cuba)  
Jie Zhang (Nanjing University, China)  
Sanette Ferreira (Stellenbosch University, África do Sul)  
Joseph Cheer (Monash University, Austrália)  
Rodolfo Bertoncello (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

### COMISSÃO DE APOIO / SUPPORT COMMITTEE

Carine Previatti  
Cassio Macedo Lopes de Aquino  
Fernanda Carvalho Duarte  
Francis Spartini Ancona Filho  
Henrique Castro Barbosa  
João Gabriel do Vale Martins  
Washington Ramos dos Santos Junior



# APRESENTAÇÃO

## INTRODUCTION



O turismo se revela, objetivamente, no interior do processo social e histórico, conflituoso e contraditório da produção do espaço. Nossa proposta é desvelar os sentidos do turismo por meio de uma abordagem fundada na economia política como caminho analítico que se faz necessário quando se busca compreender as entranhas de sua inserção no mundo contemporâneo, considerando os processos de mundialização dos mercados, de avanço de políticas neoliberais, de concentração e centralização do capital, de financeirização da economia, de produção de uma urbanização, com os quais o turismo coexiste numa relação dialética.

No plano da prática social, eivada de significados culturais, o turismo impacta a vida cotidiana através da apropriação da cultura e do espaço tornado mercadoria. No plano econômico, encontra-se entre as atividades com maiores possibilidades de impactar positivamente os PIBs como momento de superação da crise do regime fordista. No plano político, apresenta-se como estratégia para a realização da acumulação. O turismo, por fim, aprofunda, no seu processo de desenvolvimento no século XXI, diferentes escalas geográficas, de forma contraditória, por meio do movimento de pessoas e de capitais.

Tourism is revealed, objectively, within the social and historical process, conflicting and contradictory of the production of space. Our proposal is to unveil the meanings of tourism through an approach based on political economy as an analytical path that is necessary when trying to understand the guts of its insertion in the contemporary world, considering the processes of globalization of markets, the advancement of neoliberal policies, concentration and centralization of capital, financialization of the economy, production of an urbanization, with which tourism coexists in a dialectical relationship.

At the level of social practice, imbued with cultural meanings, tourism impacts everyday life through the appropriation of culture and the space become a commodity. On the economic front, it is among the activities with the greatest possibilities of positively impacting the GDPs as a moment of overcoming the crisis of the Fordist regime. At the political level, it is presented as a strategy for achieving accumulation. Tourism, finally, deepens, in its process of development in the 21st century, different geographical scales, in a contradictory way, through the movement of people and capital.



# PROGRAMAÇÃO

## PROGRAMME



PERÍODO	<b>DIA 1*</b> <b>(29/10/2019)</b>	<b>DIA 2</b> <b>(30/10/2019)</b>	<b>DIA 3</b> <b>(31/10/2019)</b>
MANHÃ	Cerimônia de Abertura: 9h00 – 10h00 Conferência de Abertura: 10h00 – 12h00	Sessões Temáticas: 9h30 – 12h00	Sessões Temáticas: 9h30 – 12h00
ALMOÇO	12h00 – 14h00	12h00 – 14h00	12h00 – 14h00
TARDE	Mesa Redonda 1: 14h00 – 16h30  Coffee Break: 16h30 – 17h00  Sessões Temáticas: 17h00 – 19h30	Mesa Redonda 2: 14h00 – 16h30  Coffee Break: 16h30 – 17h00  Sessões Temáticas: 17h00 – 19h30	Sessões Temáticas: 14h00 – 16h30  Coffee Break: 16h30 – 17h00  Mesa de Debate: 17h00 – 19h00
NOITE	Coquetel: 19h30 – 21h00	—	Conferência de Encerramento: 19h00 – 21h00

\* Credenciamento somente no primeiro dia (29/10/2019), das 8h30 às 18h00.

PERIOD	<b>DAY 1*</b> <b>(10/29/2019)</b>	<b>DAY 2</b> <b>(10/30/2019)</b>	<b>DAY 3</b> <b>(10/31/2019)</b>
MORNING	Opening Ceremony: 9:00am – 10:00am Opening Conference: 10:00am – 12:00pm	Thematic Sessions: 9:30am – 12:00pm	Thematic Sessions: 9:30am – 12:00pm
LUNCH	12:00pm – 14:00pm	12:00pm – 14:00pm	12:00pm – 14:00pm
AFTERNOON	Round Table 1: 14:00pm – 16:30pm  Coffee Break: 16:30pm – 17:00pm  Thematic Sessions: 17:00pm – 19:30pm	Round Table 2: 14:00pm – 16:30pm  Coffee Break: 16:30 – 17:00pm  Thematic Sessions: 17:00pm – 19:30pm	Thematic Sessions: 14:00 – 16:30pm  Coffee Break: 16:30 – 17:00pm  Final Round Table: 17:00pm – 19:00pm
EVENING	Reception Cocktail: 19:30pm – 21:00pm	—	Closing Conference: 19:00pm – 21:00pm

\* Registration will be open only on the first Day (10/29/2019), from 8:30am to 6:00pm.





A series of horizontal lines for writing, consisting of 20 evenly spaced lines that fill the majority of the page.



# RESUMOS

## ABSTRACTS



State, public  
policies and the  
production of  
space for  
tourism

Eixo Temático 1

Thematic Axe 1

# ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO





## O papel no Estado no desenvolvimento do turismo sexual nas cidades litorâneas do Nordeste do Brasil

### The role of the State in the development of sex tourism in the coastal cities of Northeast Brazil

ANA CAROLINA RAMOS  
Universidade de São Paulo  
ana.ramos@usp.br

#### RESUMO

A prática do turismo sexual envolve o deslocamento para um lugar, diferente do lugar de moradia de quem o pratica, em busca de sexo. Neste caso, o principal fator motivador da viagem é a busca pelo prazer sexual. A existência do mercado do turismo sexual não ocorre de modo randômico em qualquer lugar do mundo e não afeta igualmente homens e mulheres. Assim, partimos da seguinte questão: Quais fatores explicam a inserção do Nordeste brasileiro nas rotas internacionais do turismo sexual? E como as políticas públicas de promoção do turismo no Nordeste contribuíram para produzir esse resultado?

Como objetivo geral, por sua vez, buscamos entender por que as cidades litorâneas do Nordeste brasileiro têm se destacado na realização deste tipo de turismo.

Ao nos propormos abordar o turismo sexual, necessitamos contextualizá-lo historicamente. No nosso entendimento, o turismo sexual é uma prática que vem se desenvolvendo recentemente, no contexto da globalização, em que se dá um maior desenvolvimento da atividade turística e em que novos segmentos foram se consolidando (KEMPADOO<sup>1</sup>, 1999; MULLINGS<sup>2</sup>, 1999).

Para Mullings (1999) alguns turistas desejam encontrar em suas viagens não só novas paisagens, mas também querem experimentar formas hedonistas de lazer e turismo. Neste caso, pode-se dizer que há o desejo pelo consumo de experiências genuínas que o viajante não encontrará em seu país de origem.

---

<sup>1</sup> KEMPADOO, K. Part 1: Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Sun, sex, and gold: tourism and se work in the Caribbean*. Oxford: Rowman & Littlefield, 1999. p. 3-33.

<sup>2</sup> MULLINGS, B. Globalization, tourism, and the international sex trade. In: KEMPADOO, K. (Org.). *Sun, sex, and gold: tourism and se work in the Caribbean*. Oxford: Rowman & Littlefield, 1999. p. 55-80.



Em países do Caribe e no Nordeste do Brasil o turismo sexual relaciona-se, principalmente, ao envolvimento entre homens e mulheres<sup>3</sup>, não se restringindo apenas ao sexo e se conectando a uma linha de afetos e a envolvimento emocional (PISCITELLI, 04<sup>4</sup>). No entanto essa particularidade não exclui a existência de turistas que buscam apenas manter relações sexuais sem nenhum grau de envolvimento afetivo.

Kempadoo (1999) trata o fenômeno do turismo sexual como uma prática do mundo globalizado e dos movimentos culturais, pois existe um intercâmbio que desperta curiosidade e atração dos países do Norte para com os países do Sul, porém no caso essas relações são marcadas pela inferioridade. As fantasias e desejos dos europeus com mulheres de países em desenvolvimento envolve a sexualização das mulheres “mulatas” e negras consideradas exóticas e primitivas. Esse processo se inicia no período colonial, porém com a contemporaneidade o fluxo de intercâmbio de pessoas e de culturas torna-se maior, tornando-se mais factível a facilidade de viajar para outros países e se “aventurar” por uma cultura considerada exótica.

Mullings (1999) relaciona o aumento do turismo sexual com a globalização. Para a autora, a demanda do turismo sexual cresceu envolvendo, principalmente, pessoas que buscavam viajar para consumir serviços sexuais com homens ou mulheres em lugares “exóticos” onde as pessoas locais também são tratadas como exóticas.

O desenvolvimento do turismo sexual no Brasil não está restrito apenas às cidades litorâneas do Nordeste brasileiro, sendo que este fenômeno também se espacializa por outras cidades turísticas do Brasil – como o Rio de Janeiro. No entanto, nota-se uma certa relação entre as localidades que têm despontado no desenvolvimento deste segmento turístico.

Cidades do Nordeste obtiveram vultuosos investimentos na área urbana nas últimas décadas, o que contribuiu para consolidar o setor turístico a partir de 1990. Estas cidades, hoje, contam com um amplo parque turístico consolidado o que colabora para o deslocamento de turistas estrangeiros.

Esses investimentos focaram principalmente na promoção de uma melhor inserção da região Nordeste na economia nacional por meio do setor turístico. Assim, programas como o Prodetur-NE tinham como objetivo construir uma ampla infraestrutura urbana para atrair investimentos privados para a região que até aquele momento era considerada à margem da economia nacional.

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa estudaremos o turismo sexual realizado por homens em busca de mulheres, que é o que mais recorre na região Nordeste do Brasil. Sabemos que existem outros tipos de turismo sexual como o homossexual e o de mulheres que se deslocam em busca de homens.

<sup>4</sup> PISCITELLI, A. 2004. "On gringos and natives, gender and sexuality in the context of international sex tourism". Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/portugues/artigos2004.htm>>. Acesso: 01 de outubro de 2017.



Esta infraestrutura não foi criada, naturalmente, com a finalidade de desenvolvimento do turismo sexual, porém contribuiu para que as cidades litorâneas experimentassem um *boom* no desenvolvimento do turismo de massa. Juntamente com o turismo de massa, desenvolveu-se, também, o turismo sexual devido a outros fatores atribuídos às cidades litorâneas como a sexualização da mulher brasileira e a divulgação das potencialidades do Brasil acentuando a presença feminina como um dos atributos do país.

Apesar dos investimentos recebidos nas últimas décadas, como foi analisado por Arretche<sup>5</sup> (2015), a região Nordeste ainda possui os piores indicadores socioeconômicos em comparação às demais regiões do Brasil. As políticas públicas aplicadas na região a fim de dinamizar a economia e reduzir as desigualdades não conseguiram diminuir as desigualdades territoriais. A população de mais baixa renda da região recorre a trabalhos informais para melhor inserir-se na sociedade de consumo capitalista. Esta desigualdade atinge muito mais as mulheres da região. Algumas delas acabam se envolvendo com turistas estrangeiros (mesmo que por um curto período), na esperança de superar a carência social a que estão submetidas.

Ainda em relação ao desenvolvimento do turismo, nas décadas de 1970 até 1990, por meio da Embratur, o Estado brasileiro reforçou um discurso para promover o Brasil que era marcado pelos estereótipos já bastante conhecidos sobre o país. As campanhas da empresa estatal acentuavam aspectos como as praias, belezas naturais, o sol e a mulher brasileira.

A Embratur foi e ainda é o órgão Estatal responsável pela divulgação turística das consideradas potencialidades turísticas brasileiras. Por meio de suas campanhas, atrelou imagens do litoral, das praias e das florestas a imagens de mulheres brasileiras, equivalidas, neste caso, a atrativos turísticos juntamente com os elementos exaltados da natureza do país.

*Folders* de promoção turística assinados pela Embratur nas décadas de 1970 e 1980 exploravam os estereótipos construídos do Brasil, como o Carnaval, o futebol, as praias e as mulheres. Nas primeiras estruturações das campanhas da Embratur, por volta de 1970, era comum a repetição de alguns elementos para promover o Brasil. A imagem da mulher quase sempre era bastante evidenciada na propaganda turística e somente a partir de 1990 começou a perder destaque. Já em 1997, 30 anos após a criação da Embratur, há o reconhecimento, por parte do Estado, da imprensa e de estudiosos do tema, de que o turismo sexual passou a ser uma questão para o Brasil, o que fez com que as campanhas oficiais sofressem redirecionamentos e a figura da mulher recebesse novo tratamento.

A presença feminina foi destacada nas imagens transmitidas pelas campanhas turísticas apoiadas pela Embratur e colaboraram, portanto, para consolidar a imagem da mulher brasileira como parte do produto turístico, pois o papel da imagem é transmitir um significado e assim suscitar o desejo ao espectador. A sexualidade da população nativa, que foi explorada via

---

<sup>5</sup> ARRETCHÉ, M. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Trajatórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 1- 20.



*marketing*, corroborou para que os países rotas do turismo sexual se firmassem como tal. Essa exploração do corpo e da sexualização de homens e mulheres de países economicamente menos desenvolvidos, faz parte da estratégia do *marketing* e indústria do turismo para consolidar alguns lugares turísticos.

A representação esquemática a seguir indica os fatores que elencamos como propiciadores do desenvolvimento do turismo sexual no Brasil, com resultados que recaíram sobre a região Nordeste, recorte espacial de nossa análise.

**Figura - Inserção do Brasil nas rotas internacionais do turismo sexual**



Organização: RAMOS, A. C.

A participação do Estado, por meio de políticas públicas levadas a termo pela Embratur, contribuiu para o desenvolvimento deste segmento. Atualmente, o turismo sexual é considerado um problema para o Brasil, vide o fato de o país já ser um consolidado destino do turismo sexual.

Atualmente destaca-se um forte discurso de desencorajamento à prática do turismo sexual por parte dos governos estaduais do Nordeste. Diversas campanhas foram traçadas na tentativa de reverter a posição da região como destino do turismo sexual. Contudo, ainda nos deparamos com algumas situações em que o poder público profere discursos que podem reforçar esta prática, como o discurso do atual presidente Jair Bolsonaro que afirmou que não haveria um problema se turistas viessem para o Brasil em busca de sexo com mulheres brasileiras. Este tipo de afirmação, por óbvio, está na contramão do combate a esta prática, com desdobramentos que podem ser indesejados para o país, sobretudo em se considerando a fragilização de crianças e adolescentes nesse contexto.



## ABSTRACT

The practice of sex tourism involves the displacement to a place, different from the place of residence of those who practice it, in search of sex. In this case, the main motivating factor of the trip is the search for sexual pleasure. The existence of the sex tourism market does not occur randomly anywhere in the world and does not equally affect men and women. Thus, we start from the following question: What factors explain the insertion of the Brazilian Northeast in the international routes of sexual tourism? And how did the public policies to promote tourism in the Northeast contributed to this result?

As a general objective, in turn, we seek to understand why the coastal cities of the Brazilian Northeast have excelled in the realization of this type of tourism.

When we propose to approach sexual tourism, we need to contextualize it historically. In our understanding, sex tourism is a practice that has been developing recently, in the context of globalization, in which there is a greater development of tourism and in which new segments have been consolidating. (KEMPADOO<sup>6</sup>, 1999; MULLINGS<sup>7</sup>, 1999).

For Mullings (1999) some tourists wish to find in their travels not only new landscapes but also want to try hedonistic forms of leisure and tourism. In this case, it can be said that there is the desire for the consumption of genuine experiences that the traveler will not find in his country of origin.

In the Caribbean and Northeast of Brazil, sex tourism is mainly related to the involvement of men and women<sup>8</sup>, not restricted to sex and connecting to a line of affection and emotional involvement (PISCITELLI, 2004<sup>9</sup>). However, this particularity does not exclude the existence of tourists who only seek sex without any degree of affective involvement.

Kempadoo (1999) treats the phenomenon of sex tourism as a practice of the globalized world and cultural movements, because there is an exchange that awakens curiosity and attraction of the countries of the North towards the countries of the South, but in the case these relations are marked by inferiority. The fantasies and desires of Europeans with women from developing countries involve the sexualization of "mulatto" and black women considered exotic and primitive. This process began in the colonial period, but with contemporaneity the flow of people and cultures becomes

---

<sup>6</sup> KEMPADOO, K. Part 1: Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Sun, sex, and gold: tourism and se work in the Caribbean*. Oxford: Rowman & Littlefield, 1999. p. 3-33.

<sup>7</sup> MULLINGS, B. Globalization, tourism, and the international sex trade. In: KEMPADOO, K. (Org.). *Sun, sex, and gold: tourism and se work in the Caribbean*. Oxford: Rowman & Littlefield, 1999. p. 55-80.

<sup>8</sup> In this research we will study the sexual tourism conducted by men in search of women, which is the most recurrent in the Northeast region of Brazil. We know that there are other types of sex tourism, such as homosexuals and women traveling in search of men.

<sup>9</sup> PISCITELLI, A. 2004. "On gringos and natives, gender and sexuality in the context of international sex tourism". *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*.

Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/portugues/artigos2004.htm>>. Acesso: 01 out. 2017.



greater, making it easier to travel to other countries and to "venture" for a culture considered exotic.

Mullings (1999) relates the increase in sex tourism with globalization. According to the author, the demand for sex tourism has grown mainly involving people seeking to travel to consume sexual services with men or women in "exotic" places where local people are also treated as exotic.

The development of sex tourism in Brazil is not restricted to the coastal cities of the Brazilian Northeast, and this phenomenon is also spatialized by other tourist cities in Brazil - such as Rio de Janeiro. However, there is a certain relationship between the localities that have emerged in the development of this tourist segment.

Northeastern cities have achieved substantial investments in the urban area in the last decades, which contributed to consolidate the tourism sector since 1990. These cities now have a large consolidated tourist park which contributes to the displacement of foreign tourists.

These investments focused mainly on promoting a better insertion of the Northeast region into the national economy through the tourism sector. Thus, programs like Prodetur-NE aimed to build a broad urban infrastructure to attract private investment to the region that until that moment was considered in the margins of the national economy.

This infrastructure was not created, of course, for the purpose of developing sex tourism, but it did contribute to coastal cities experiencing a boom in the development of mass tourism. Along with mass tourism, sex tourism was also developed due to other factors attributed to coastal cities such as the sexualization of Brazilian women and the dissemination of the potential of Brazil, accentuating the presence of women as one of the attributes of the country.

Despite the investments received in the last decades, as analyzed by Arretche (2015)<sup>10</sup>, the Northeast still has the worst socioeconomic indicators in comparison to the other regions of Brazil. Public policies implemented in the region to boost the economy and reduce inequalities have failed to reduce territorial inequalities. The lower income population in the region uses informal jobs to better enter into the capitalist consumer society. This inequality affects many more women in the region. Some of them end up getting involved with foreign tourists (even for a short period), hoping to overcome the social deprivation to which they are subjected.

Still in relation to the development of tourism, in the 1970s to 1990, through Embratur, the Brazilian State reinforced a discourse to promote Brazil that was marked by stereotypes already well-known about the country. The campaigns of the state company accentuated aspects such as beaches, natural beauties, the sun and Brazilian women.

Embratur was, and still is, the State agency responsible for publicizing the tourist potential of Brazil. Through her campaigns, she linked images of

---

<sup>10</sup> ARRETCHÉ, M. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 1- 20.



the coast, beaches and forests with images of Brazilian women, equivalent, in this case, to tourist attractions along with the exalted elements of the country's nature.

Promotional brochures signed by Embratur in the 1970s and 1980s explored the stereotypes built in Brazil, such as Carnival, football, beaches and women. In the first structuring of the Embratur campaigns, around 1970, it was common to repeat some elements to promote Brazil. The image of the woman was almost always evident in the tourist propaganda and only from 1990 began to lose prominence. Already in 1997, 30 years after the creation of Embratur, there is the recognition by the State, the press and scholars of the theme, that sex tourism has become an issue for Brazil, which has made the campaigns officers to undergo redirections and the woman's figure received new treatment.

The female presence was highlighted in the images transmitted by the tourist campaigns supported by Embratur and collaborated, therefore, to consolidate the image of the Brazilian woman as part of the tourist product, since the role of the image is to transmit a meaning and thus to arouse the desire to the viewer. The sexuality of the native population, which was exploited via marketing, corroborated the fact that the countries of the sex tourism routes were established as such. This exploitation of the body and the sexualization of men and women from economically less developed countries is part of the marketing strategy and tourism industry to consolidate some tourist places.

The following of the schematic indicates the factors that identify the producers of the development of sex tourism in Brazil, these results that fell in the Northeast region, object of our analysis.

**Figure: Brazil insertion in the international sex tourism routes**



Organization: RAMOS, A. C.



The State's participation, through public policies carried out by Embratur, contributed to the development of this segment. Currently, sex tourism is considered a problem for Brazil, see the fact that the country is already a consolidated destination for sex tourism.

Nowadays, there is a strong discourse to discourage the practice of sex tourism by the state governments of the Northeast. Several campaigns have been drawn to reverse the region's position as a destination for sex tourism. However, we are still faced with some situations in which public authorities' utter speeches that can reinforce this practice, such as the speech of the current president Jair Bolsonaro, who stated that there would be no problem if tourists came to Brazil in search of sex with Brazilian women. This type of statement, of course, is against the fight against this practice, with unfolding that may be undesirable for the country, especially considering the fragilization of children and adolescents in this context.

## **Jogos olímpicos: de produto social a mercadoria**

### **Olympic games: from social activity to commodity**

CARINE BOTELHO PREVIATTI

Universidade de São Paulo

cbpreviatti@gmail.com

## **RESUMO**

Esse resumo tem por objetivo fazer uma breve discussão sobre como se estruturou o Movimento Olímpico, entidade responsável pela realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos da contemporaneidade, refletindo sobre como, em um determinado momento da história, os Jogos Olímpicos deixaram de ser uma atividade social e passaram a ser uma mercadoria: como se deu esse processo de decomposição de uma forma de socialização entre diversas nações do mundo para a formação de uma marca, de uma grande corporação, que alia seus poderes de empresa privada ao Estado: impõe regras através de novas leis, como estado de exceção. É, portanto, uma estrutura que representa a perfeita integração contemporânea entre o Estado e o mercado, pautada e regida pelo capitalismo.

Os Jogos Olímpicos modernos, tal qual conhecemos hoje<sup>11</sup>, foram iniciados em 1894, na criação do Comitê Olímpico Internacional (COI) ou *International Olympic Committee* (IOC) pelo Barão Pierre de Coubertin na

---

<sup>11</sup> Sobre a discussão acerca do "reestabelecimento" dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga pelo COI, ver Gusmão, 2012, p. 41-47.



cidade de Paris, França, onde foram estabelecidos os quatro princípios fundamentais do Movimento Olímpico:

1) promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que constituem a base dos esportes; 2) educar jovens através do esporte no espírito da amizade e entendimento mútuo, dessa forma contribuindo na construção de um mundo mais pacífico e melhor; 3) espalhar os princípios olímpicos por todo o planeta, criando com isso, um bom relacionamento entre os países de todo o mundo; 4) reunir os atletas mundiais nos Jogos Olímpicos a cada quatro anos” (Payne, 2005, p.4).

Gusmão (2012), desenvolveu um estudo detalhado sobre as fases históricas do Comitê Olímpico e suas mudanças estruturais, principalmente em relação a procedimentos adotados para aumentar a autonomia econômica e política do órgão e dos jogos em si. A autora dividiu seu estudo em quatro momentos, que ela julgou serem marcos importantes de passagem entre determinadas posturas, compromissos e formas de organização do COI:

Primeira fase (1894-1948): o fortalecimento da marca e da autonomia política consolidado no discurso do amadorismo. Segunda fase: (1949-1970): o envolvimento das cidades e países anfitriões. Terceira fase: a profissionalização (1970-1980). Quarta fase: a completa espetacularização (desde 1980). (Gusmão, 2012, p. 41).

É interessante destacar que essa transição dos jogos denominados “amadores” para os jogos “profissionais” aconteceu justamente em um dos momentos de crise histórica do capital, que teve seu epicentro na cidade de Nova York nos Estados Unidos, como discute Harvey (2004). Ao passo que a crise se alastrava globalmente por todos os mercados, o COI iniciava em 1971 uma primeira tentativa de restringir os acessos à marca olímpica e favorecer a sua comercialização e firmava os primeiros contratos de transmissão televisiva, adotando medidas restritivas com as cidades-sede em 1973.

Toda essa política adotada dentro do Movimento Olímpico estava em perfeita consonância com o cenário político global, que passa a ser centralizado em medidas neoliberais nos principais países mundiais, com abertura de novos mercados para a expansão do excedente do capital. Particularidades que serão transportadas para dentro dos Jogos, através principalmente de novas formas de captação de recursos.

A principal fonte de renda do Movimento Olímpico era o direito de transmissão dos Jogos pelos canais de televisão, o que era pouco aproveitado e administrado, segundo Payne (2005). A resposta para esse problema foi exatamente utilizar como mercadoria o conjunto de valores até então não comerciais que são associados ao Movimento Olímpico, como a honra, a integridade, a determinação e o compromisso com a qualidade, atributos que são inegavelmente valorizados mundialmente.

Em 1988 foi fundado pelo COI o Programa TOP de patrocinadores (*The Olympic Partners*). O objetivo seria realizar parcerias com grandes empresas sem “poluir” a visão dos jogos, associando principalmente a imagem do Movimento Olímpico e seus ideais, com as marcas específicas. Isso



significava uma reformulação no modo como os patrocinadores poderiam divulgar seus produtos: sem propagandas diretas, sem anúncios publicitários nos locais ou cidades sede dos Jogos, sem grandes logos, banners, outdoors ou qualquer outro meio visual de comunicação. Como sintetizou Payne (2005, p.96-97), em qualquer parte do mundo, um parceiro olímpico é visto como confiável; apresenta a oportunidade para a empresa divulgar uma imagem local de seu produto, “...lançar novas tecnologias, novas ideias, e provar que podem entregar seu produto sob grande pressão, sendo assistido por todo o planeta”.

Ao longo dos anos, o COI teve diversos parceiros TOP, destacando-se empresas multinacionais. Os contratos eram fechados em quatro anos de exclusividade, mas em diversos momentos, foram fechadas parcerias por períodos mais extensos, que envolviam duas ou mais edições dos Jogos.

Paralelamente ao Programa TOP, o COI promoveu também uma reformulação nos contratos com empresas de transmissão dos Jogos, com a adoção de contratos de longa duração com as emissoras e empresas de comunicação, envolvendo mais de um evento pela exclusividade na transmissão, e na maioria das vezes, sempre antes da escolha das cidades sede (Gusmão, 2012; Payne, 2005).

**Tabela 1: Receita do marketing olímpico por períodos (em US\$ milhões)**

	1997-2000	2001-2004	2005-2008	2009-2012	2013-2016
<b>Direito de transmissão</b>	1,845	2,232	2,570	3,850	4,157
<b>Programa TOP</b>	579	663	866	950	1,003
<b>Patrocínio Doméstico COJO</b>	655	796	1,555	1,838	2,037
<b>Bilheteria</b>	625	411	274	1,238	527
<b>Licenças</b>	66	87	185	170	74
<b>Total</b>	3,770	4,189	5,450	8,046	7,798

Fonte: COI (IOC, 2019) – produção própria

É possível analisar que os valores dos direitos de transmissão e patrocínio tiveram um aumento gradual ao longo dos períodos, mas o que mais se destaca é o aumento dos patrocínios domésticos, o que incide especialmente sobre o montante que os poderes públicos das cidades sede se comprometem a arrecadar para os jogos.

Zimbalist (2015) salienta que o longo processo de candidatura de uma cidade, que começa onze anos antes do evento real, é um ponto que prejudica enormemente os custos que serão de fato dispendidos. Os valores que serão gastos no megaevento esportivo tendem sempre a ser maiores que o estimado, principalmente em função da inflação e alta nos preços, tanto dos espaços físicos necessários para construção, como da mão de obra e



materiais. Além disso, segundo o autor: “para se candidatar a uma olimpíada, o país deve primeiro pagar \$150 mil [dólares americanos] para o COI para ser considerada dentro do processo de concorrência. Se for escolhida para o grupo de finalistas, com sete anos antes de sediar os Jogos, a cidade deve pagar ao COI adicionais \$500 mil” (Zimbalist, 2015, Loc.188).

Nesse sentido, os megaeventos esportivos são utilizados como justificativas que legitimam o processo de reprodução urbana, através da ideologia dos jogos, das melhorias para a cidade e sobretudo, da união de seus moradores em prol do objetivo de tornar a “sua cidade” a mais atrativa possível para receber investimentos, o que, nessa perspectiva, tende a transformar a cidade em um sujeito social e não em um espaço onde a vida se realiza efetivamente. Nesse cenário, é importante sempre lembrar do papel central que assumem os agentes imobiliários, as empresas privadas ligadas principalmente à construção civil, e o Estado, como intermediador fundamental desse processo.

Partindo do princípio de que o espaço como produto social é histórico e ao mesmo tempo é a condição de reprodução da vida, ele é para a sociedade o lugar do uso e da apropriação e existe um conjunto de interesses hegemônicos que agem no sentido de exatamente retirar o direito ao uso e a essa apropriação. O que se coloca em disputa não é só a morfologia do espaço, mas é a vida das pessoas que está inserida cotidianamente nesse espaço. E essa relação demonstra exatamente o momento atual do sistema capitalista, que é de um aprofundamento do conflito entre a produção do espaço para um sentido produtivo do capital, quer seja ele produzido como negócio, como valor, quer seja para a circulação desse capital e a produção do espaço para o uso, para a apropriação e para a vida.

Essas questões apontam para o fato de que é necessário repensar a forma como os megaeventos irão ser estruturados nos próximos anos e o COI já parece entender que, se não mudar a forma como seu megaevento se relaciona com a população que reside nas cidades anfitriãs, é possível que em breve não haja mais cidades candidatas dispostas a sacrificar sua própria soberania nacional em prol da realização dos Jogos Olímpicos – de inverno ou de verão. A luta de diversas pessoas no mundo contra a realização dos Jogos Olímpicos de fato teve um resultado positivo a longo prazo, mesmo que isso signifique que as mudanças em curso são ainda muito pequenas se comparadas à massiva violação dos direitos humanos enfrentada por todas as populações das cidades que sediaram esse megaevento até o presente momento.



## ABSTRACT

The purpose of this summary is to give a brief discussion of how the Olympic Movement - responsible for holding the contemporary Olympic and Paralympic Games - has been structured on recent years, giving special attention to the moment in history when the Olympic Games were no longer a social activity and became a commodity: how this process happened, replacing a form of socialization among different nations of the world into the formation of a brand, of a large corporation, that combined its powers of a private company with the state: imposes rules through new laws, as a state of exception. It is, therefore, a structure that represents the perfect contemporary integration between the state and the market, ruled and governed by capitalism.

The modern Olympics, as we know it today<sup>12</sup>, began in 1894 when the International Olympic Committee (IOC) was created by Baron Pierre de Coubertin in Paris, France, establishing the four fundamental principles of the Olympic Movement:

“1) To promote the development of those physical and moral qualities which are the basis of sport; 2) to educate young people through sport in a spirit of mutual understanding and friendship, thereby helping to build a better and more peaceful world; 3) to spread the Olympic principles throughout the world, thereby creating international goodwill; 4) to bring together athletes of the world in the Olympic Games every four years” (Payne, 2005, p.4).

Gusmão (2012), has developed a detailed research on the historical phases of the Olympic Committee and its structural changes, mainly about the procedures adopted to increase the economic and political autonomy of the institution and the Olympic games itself. The author divided her study into four moments, which she considered to be important milestones between certain attitudes, commitments and forms of organization of the IOC:

First phase (1894-1948): the strengthening of the brand and political autonomy consolidated in the discourse of amateurism. Second phase (1949-1970): the involvement of cities and host countries. Third stage (1970-1980): the professionalization. Fourth phase (since 1980): the complete spectacularization. (Gusmão, 2012, p. - Our translation.)

It is interesting to note that this transition from "amateur" games to "professional" games took place exactly at one of the moments in the historical crisis of the capital, which occurred in the city of New York in the United States, as discussed by Harvey (2004). While the crisis spread globally across all markets, the IOC initiated in 1971 a first attempt to restrict access to the Olympic brand and promote its commercialization, and signed

---

<sup>12</sup> About the discussion of the "reestablishment" of the Olympic Games of Ancient Greece by the IOC, see Gusmão, 2012, p. 41-47.



the first television broadcasting contracts, adopting restrictive measures with the host cities in 1973.

All this policy adopted within the Olympic Movement was in perfect harmony with the global political scene, that became centralized on neoliberal policies in several major countries in the world, opening new markets for the expansion of capital surplus. Particularities that will be transported for the Games structures, mainly through new forms of fundraising.

The main source of income for the Olympic Movement was the right to broadcast the Games on television channels, which was poorly used and managed, according to Payne (2005). The answer to this problem was precisely to use as a commodity the set of previously non-commercial values that are associated with the Olympic Movement, such as honour, integrity, determination and commitment to quality, attributes that are undeniably valued worldwide.

In 1988 the TOP Sponsors Program (The Olympic Partners) was founded by the IOC. The goal would be to establish partnerships with large companies without "polluting" the vision of the games, associating mainly the image of the Olympic Movement and its ideals with the specific brands. This meant reformulate how sponsors could advertise their products: no direct advertisements, no commercials in the sites or host cities of the Games, without great logos, banners, billboards or any other visual means of communication. As Payne (2005, p.96-97) synthesized, anywhere in the world, an Olympic partner is seen as trustworthy; presents the opportunity for the company to disseminate a local image of its product, "...to launch new Technologies, new ideas, new thinking, and to prove that they can perform and deliver under the most difficult and testing of environments".

Over the years, the IOC had several TOP partners, with emphasis on multinational companies. The contracts were closed in four years of exclusivity, but sometimes, partnerships were closed for longer periods, which involved two or more editions of the Games.

In parallel to the TOP Program, the IOC also promoted an update of contracts with broadcasting companies of the Games, with the adoption of long-term contracts with broadcasters and media companies, involving more than one event for exclusivity in transmission and often, before the choice of host cities (Gusmão, 2012; Payne, 2005).



**Table 2: Olympic Marketing Revenue for Periods (in US\$ millions)**

	1997-2000	2001-2004	2005-2008	2009-2012	2013-2016
<b>Transmission rights</b>	1,845	2,232	2,570	3,850	4,157
<b>TOP Program</b>	579	663	866	950	1,003
<b>Domestic Sponsorship OCOG</b>	655	796	1,555	1,838	2,037
<b>Ticket Office</b>	625	411	274	1,238	527
<b>Licensing</b>	66	87	185	170	74
<b>Total</b>	3,770	4,189	5,450	8,046	7,798

Source: IOC, 2019 – own design

It is possible to analyse that the values of the rights of transmission and sponsorship have increased gradually over the periods, but what stands out most is the increase of the domestic sponsorships, which focuses especially on the amount that the host cities are obliged to raise for the games.

Zimbalist (2015) points out that a city's long application process, which begins eleven years before the actual event, is an issue that greatly undermines the costs actually incurred. The values that will be spent in the sport mega-event tend to be higher than estimated, mainly due to inflation and possible increase in prices, both of the physical spaces needed for construction, and of labor and materials as well. In addition, according to the author: "The select cities at this stage are known as "applicants", and each pays the IOC \$150,000 to be considered. The applicant cities are then whittled down to a group of usually three to five finalist or "candidate cities". Each candidate city pays the IOC an additional \$500,000 for the privilege of being considered as an Olympic host" (Zimbalist, 2015, Loc. 188).

In this sense, sports mega-events are used as justifications that legitimize the process of urban reproduction, through the ideology of the Games, improvements to the city and above all, the union of its residents in favor of turning "their city" attractive to receive investments, which, in this perspective, tends to transform the city into a social subject and not into a space where life is effectively realized. In this scenario, it is important to always remember the central role assumed by real estate agents, private companies linked mainly to civil construction, and the State, as the fundamental intermediary of this process.

Assuming that space as a social product is historical and at the same time is the condition of reproduction of life, it is, to our society, the place of use and appropriation, where also exists a set of hegemonic interests that act in the sense of exactly withdrawing the right of use and appropriation. What is in dispute is not only the morphology of space, but it is the life of people that is inserted daily in this space. And this relation demonstrates exactly the present moment of the capitalist system, which increases the



conflict between, in one hand, the production of space for its productive use on the capitalism system, whether it is produced as a commodity, through its value, or for the circulation of this capital and, on the other hand, the production of space for use, for appropriation and for life.

These questions point to the fact that it is necessary to rethink the way the mega-events will be structured in the next years and the IOC already seems to understand that, if it does not change the way its mega-event relates to the population that lives in the host cities, probably no more candidate cities will be willing to sacrifice their own national sovereignty for the Olympic – Winter or Summer Games. The struggle of various people in the world against the realization of the Olympic Games has in fact had a positive long-term outcome, even if this means that the ongoing changes are still very small compared to the massive human rights violation faced by all cities populations that have hosted this mega-event until the present moment.

## **Referências/References**

GUSMÃO, N. de O. O poder dos Jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro/UFRJ, 2000.

HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo/Boitempo, 2004.

IOC, 2019. «Olympic marketing fact file: 2019». Published in 2019, available at:

<https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/IOC-Marketing-and-Broadcasting-General-Files/Olympic-Marketing-Fact-File-2019.pdf>.

PAYNE, M. The Olympic Turnaround. London Business Press, UK, 2005.

ZIMPALIST, A. Circus maximus: the economic gamble behind hosting the Olympics and the World Cup. Massachusetts: The Booking Institution, ebook, 2015.



## **Imágenes del turismo en Salta (Argentina). Lugares y experiencias según la promoción turística oficial**

### **Tourist images of Salta (Argentina). Places and experiences according to official tourism promotion**

CLAUDIA ALEJANDRA TRONCOSO  
CONICET/Universidad de Buenos Aires  
claudia.a.troncoso@gmail.com

#### **RESUMO**

**Tema.** Este artículo tiene como tema general la promoción turística realizada desde la esfera pública. En el turismo la creación y difusión de imágenes acerca de lugares es una actividad central. Tanto el sector público como el privado suelen recurrir a estrategias de publicidad para dar a conocer lugares, actividades y servicios vinculados con la práctica turística. En este trabajo interesa abordar este aspecto particular del turismo vinculado con la promoción para su desarrollo que realiza en particular el estado.

**Objeto.** En el contexto argentino uno de los destinos que viene cobrando mayor visibilidad, convocando un creciente número de turistas, es la provincia de Salta. En los últimos años desde la gestión del gobierno provincial se ha impulsado fuertemente el turismo y para ello se ha recurrido a diversas actividades de promoción, muchas de ellas orientadas a la difusión de información verbal y visual haciendo hincapié en los atractivos de la provincia y sus lugares para visitar turísticamente.

La creación en 2008 de un área dedicada enteramente al marketing turístico de la provincia (Instituto de Promoción Turística de Salta) dentro de la esfera del Ministerio de Cultura y Turismo constituyó uno de los aspectos más relevantes de la política turística desarrollada a partir de mediados de la década de 2000 con la gestión en el gobierno provincial de Juan Manuel Urtubey (2007-2019). Las actividades para promocionar la provincia incluyeron la participación en ferias de turismo a nivel nacional e internacional y la presencia en otros centros turísticos de la Argentina durante momentos de temporada alta. También contemplaron la elaboración de campañas audiovisuales en medios de comunicación y piezas gráficas exhibidas en el espacio público en diferentes localidades del país. La utilización de imágenes como componente central de las diferentes estrategias de promoción ha sido clave en esta apuesta al marketing provincial.



**Problema de investigación.** Este trabajo se interesa por esta propuesta oficial desarrollada en la provincia de Salta para promocionar el turismo. Este interés apunta a conocer cuál es la idea oficial acerca de Salta como destino turístico que se instala desde el ámbito público, en definitiva, cómo es la “geografía turística imaginada” para la provincia de Salta y cuáles son las ideas e imágenes que se utilizaron para darle forma. En términos más generales, el trabajo busca comprender el caso de la provincia de Salta a la luz de discusiones conceptuales del campo de la Geografía del turismo, especialmente las que vinculan las dimensiones simbólicas implicadas en la definición de destinos turísticos, la promoción turística como práctica que diseña y difunde ideas en este sentido y el accionar del estado como uno de los principales elaboradores de imágenes turísticas del territorio. Estas preocupaciones se expresan en las siguientes preguntas: ¿cómo el estado construye y difunde imágenes turísticas sobre los lugares?, ¿de qué manera los materiales gráficos median la experiencia turística?, ¿cómo ellos crean o contribuyen a crear nuevas geografías turísticas?, y asimismo, ¿cómo el turismo se moldea con la moderna cultura de la imagen?

Estas preguntas suponen que abordar el conjunto de ideas e imágenes generadas por el turismo permite comprender las transformaciones materiales y los usos concretos de los lugares turísticos, en tanto los lugares muchas veces son transformados en función de versiones ideales acerca de ellos generados, por ejemplo, desde estrategias publicitarias.

**Objetivo de la investigación.** El objetivo de la investigación es analizar la propuesta turística de la provincia a través de sus materiales de promoción, procurando conocer cuáles son las ideas centrales acerca del destino turístico que se han instalado desde mediados de la década de 2000 hasta 2019. Esto se realiza teniendo en cuenta las imágenes que componen los materiales gráficos editados y distribuidos por el gobierno provincial en ese período. Se pone atención en cómo se presenta esta provincia al turista y de qué manera se lo invita a recorrerla y disfrutarla atendiendo a los lugares presentados y las actividades turísticas propuestas para ser realizadas como parte de una visita turística. En este sentido, el trabajo se centra en las condiciones de producción de ideas acerca de la provincia turística elaboradas y difundidas por un actor en particular: el gobierno provincial.

La información promocional que se analiza se compone de un conjunto amplio de piezas gráficas de diverso tipo: cartillas, libros, revistas, folletos, posters, mapas y otros formatos como postales, señaladores, stickers y calendarios. A esto se le suma la información ofrecida en las cuentas oficiales del Ministerio en redes sociales (Facebook e Instagram). Gran parte de estos materiales utilizan distintos tipos de imágenes (fotos, mapas, gráficos, esquemas, etc.) acompañadas por información verbal (escrita u oral): ambos tipos de información son analizados.



**Resultados de la investigación.** El análisis de los materiales gráficos elaborados por el gobierno provincial permite dar cuenta de dos grandes ideas que organizan las formas de retratar turísticamente la provincia en la actualidad. Una de estas ideas remite a la presentación de Salta como un lugar para la exploración inicial, que presenta áreas escasamente visitadas por el turismo. Imágenes de amplios espacios sin presencia humana y turistas disfrutando de actividades como deportes extremos dan cuenta de la idea de la visita turística como un acto inaugural de estos espacios.

La otra idea se orienta a mostrar a Salta como un lugar donde se puede acceder a una herencia cultural que no ha experimentado cambios a lo largo del tiempo, pero que a la vez es más rica de lo que (turísticamente) se conocía. En efecto, el retrato de la población de herencia aborigen de valles y puna y el gaucho que siempre han constituido un atractivo turístico de la provincia, ahora son acompañados de los “desconocidos” (en términos turísticos) habitantes de las yungas salteñas. Ellos son mostrados como una novedad cultural en relación con las imágenes ya consolidadas de los habitantes de la provincia.

Ambos aspectos que la promoción turística atribuye a la provincia de Salta se encuentran atravesados por la idea de autenticidad. En estos casos, además, la autenticidad se asocia a la idea de un origen localizado en el pasado al que se puede acceder en el presente. La novedad asignada a lugares con estas características también permite asociar varios destinos provinciales con la idea de confines turísticos, lugares aun no incorporados al sistema turístico.

Estas formas de promocionar turísticamente ciertos rasgos de la provincia no responden solo a decisiones de gestión. También están asociadas a nuevas formas de pensar los negocios turísticos vinculados al diseño de experiencias. En efecto, los lineamientos de la promoción turística, la información brindada sobre opciones que ofrece la provincia y las imágenes que se seleccionan para ello proponen un turismo altamente atravesado por la idea de la generación de experiencias como estrategia para crear diferenciación frente a otras propuestas existentes y también como producto turístico a través del cual se crea un elemento diferencial y agregar valor a lo que se comercializa como producto turístico.

## **ABSTRACT**

Official tourist promotion is the main issue of this paper. The creation and dissemination of images about tourist destination is a central activity in tourism. Both public and private actors turn to advertising strategies to show places, activities and services related to tourism. This paper focuses, specially, on state tourism promotion.

In Argentina, one of the provinces that have recently experienced an important tourism development is Salta. In the last years local government has strongly boosted tourism through the dissemination of verbal and visual



information as part of advertising campaigns. These campaigns have exhibited places and attraction that the government considers worth visiting.

Since 2000 one of the main official initiatives was the creation of a new agency dedicated to tourism marketing within the Ministerio de Cultura y Turismo. This took place under the current governor administration by Juan Manuel Urtubey (2007-2019). Official actions to promote the province as a tourist destination include the attendance to national and international tourism fairs and the marketing campaigns in several Argentinian cities and tourist destinations. Promotion initiatives have also included graphic marketing campaigns in public space and media across the country. The use of images was a key aspect of these official marketing strategies.

The purpose of the paper is to investigate which is the tourist image about Salta created by local government. In other words, the paper is interested in the ideas that have shaped the “touristic imagined geography” of Salta. In general terms, the article seeks to understand Salta case in the light of the contributions made by Tourism Geography. In particular the paper is interested in: symbolic dimension involved in tourist destination image, tourism promotion as a social practice that designs and disseminates tourist ideas, and the role of the state in the creation of place images. These issues are expressed through the following questions: how does the state elaborate and disseminate place tourist images? In which way graphic and visual elements mediate tourist experience? How they help to create new tourist geographies? And, how tourism is shaped by modern image culture?

These questions are based on the idea that studying the images created by tourism is a key element to understand both the material transformations and the social uses of tourist places since place transformation is often inspired by ideal images about them created by advertising strategies.

The aim of the paper is analyzing official tourism promotion in order to know the ideas created about Salta as a tourist destination. This is done by examining visual material edited and distributed by provincial government. The research pays attention to the way Salta is introduced to tourists, how tourists are invited to visit and enjoy it, and how places and activities across the province are depicted. In this respect, the paper centers on the production of tourism ideas about Salta elaborated and disseminated officially.

In order to analyze official promotion the paper examines booklets, magazines, brochures, posters, maps, postcards and other graphic devices elaborated by Salta government. Information published in social media by local government (Facebook and Instagram) is also analyzed. Both visual and verbal information contained in these devices were taken into account.

The analysis of graphic devices produced by provincial government shows that there are two main ideas about Salta as a tourist place. One of them portrays Salta as an unvisited place that is ideal for initial exploration.



Images of inhabited spaces where tourists enjoy extreme sports depict this idea of Salta as a place visited for the first time.

The other idea shows Salta as a place where tourists can get access to an unaltered cultural heritage that is even richer than imagined. Aboriginal population of valles and puna, and gauchos were the classic tourist attractions but now they are accompanied by the “unknown” people of Salta’s yungas. This people are depicted as a novelty in comparison to the classic inhabitants of the province.

These portraits of Salta are informed by ideas of an authenticity rooted in the past that can be reached in the present. Novelty and originality assigned to these places made them expanding margins, that is to say, places not yet included into tourism system.

These ideas about Salta as a tourist destination are not only the products of public policy. They are also related to designed tourist experiences by private sector. Tourist images offered by provincial government are in tandem with the economic strategies that seek to create a “geographical difference”, that is a touristic product with added value.

## **Dinâmicas intraurbanas, turismo e produção do espaço no litoral pernambucano**

### **Intra-urban dynamics, tourism and space production on the coast of Pernambuco**

CRISTINA PEREIRA DE ARAUJO  
Universidade Federal de Pernambuco  
crisaraujo.edu@gmail.com

## **RESUMO**

Não há dúvida sobre o fato de que as localizações costeiras representam espaços diferenciados, características e ocupações que lhe são próprias, conferindo-lhes um monopólio espacial de certas atividades. A interface com o mar, propicia alguns usos quase que exclusivos do litoral, como a exploração de recursos marinhos e a circulação de mercadorias intercontinentais através dos portos. E mais recentemente, ocorre a apropriação cultural dessas áreas que as identificam como espaços de lazer e turismo. Infere-se, portanto, que os terrenos à beira-mar se tornam cada vez mais valorizados frente às suas especificidades e vantagens locais (Moraes, 1999; Corbin, 1989).

Em relação ao uso desses espaços pela atividade turística, Araujo (2011) mapeou a ocorrência dos meios de hospedagem e segundas residências ao longo do litoral brasileiro. Dentre as suas conclusões destacavam-se a inversão de capitais para o ambiente construído – decorrente do cenário de



liberalização financeira – que provocou um *boom* imobiliário e com ele, o surgimento de um novo produto, o empreendimento turístico imobiliário (a fusão entre o *resort* e a segunda residência), com forte incidência no litoral nordestino, se comparado às demais regiões, devido a disponibilidade de grandes glebas ainda não urbanizadas.

As inversões de capitais possuem sustentação na teoria dos circuitos de capital, defendida por David Harvey (1989), que argumenta que o investimento no circuito secundário de capital configura-se como uma alternativa à sobre acumulação no circuito primário (bens de produção), permitindo a inversão de fluxos de capital para a formação de bens de longo prazo, que são aqueles que constituem o ambiente construído. Desta forma, acredita-se que a desregulação dos mercados financeiros provoca a exacerbação do valor de troca sobre o valor de uso, configurando o investimento no circuito secundário de capital, ou seja, a produção do ambiente construído pelo capital financeiro. Contudo, no cenário pós crise de 2008, reconhecidamente uma crise do capitalismo financeiro (Harvey, 2011), observa-se uma retração nos investimentos imobiliários com fuga de capitais para lugares em que ainda se configura uma imagem “quente” (Feagin, 1987) em comum acordo com os atores que comandam a máquina do crescimento urbano (Logan e Molotch, 1996), notadamente os grandes proprietários de terra, incorporadores imobiliários e agentes financeiros. Todos com os seus braços na cena política, em todos os níveis de poder.

O começo dos anos 2000, marcado pela ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003, marcaria uma década de ouro para o País em todos os níveis, com comprovados e a olhos vistos melhora de indicadores sociais e econômicos, sobretudo para as classes menos favorecidas (Campello, 2018; Mercadante, Zero, 2018). Se o mercado imobiliário surfou nessa onda capitaneada pelo excesso de liquidez, o mesmo aconteceu com a atividade turística.

Para começar, registra-se a criação do Ministério do Turismo, ainda em 2003 e com ele, toda uma organização do setor que antes era precário. Dentre seus feitos, cumpre destacar a consecução de Planos Nacionais de Turismo, com metas e macro programas estabelecidos e sobretudo a promulgação da Lei n. 11771/08 regulamentada pelo Decreto 7381/10. Trata-se do primeiro diploma legal que obriga o cadastro dos prestadores de serviços turísticos (através da plataforma Cadastur disponível na página eletrônica do Ministério do Turismo), o que permite, finalmente, o conhecimento da oferta turística no País.

E foi assim que o litoral de Pernambuco durante a primeira década desse século viveu o seu ápice de investimentos imobiliários, sobretudo através do lançamento de empreendimentos turísticos imobiliários (ETIs) e flats<sup>13</sup>. Para

---

<sup>13</sup> Os flats não haviam sido contabilizados no estudo de Araujo (2011) pois não havia como contabilizá-los, posto que o ambiente Cadastur ainda não estava funcionando. Contudo, empiricamente sabe-se que há uma forte oferta de flats em Boa Viagem (Recife) e também nos bairros de Piedade e Candeias (Jaboatão dos Guararapes).



2011, o estudo de Araujo (2011) aponta que entre ETIs, *resorts* e hotelaria de rede haviam 28 empreendimentos concentrados sobretudo em Ipojuca (12), Recife (9) e Tamandaré (3). Destes, sete eram obras inconclusas, cuja inauguração estava em aberto.

Diante do quadro apresentado, é que essa pesquisa partiu dos seguintes questionamentos: i) como se encontra a oferta de meios de hospedagem no litoral pernambucano a partir do que consta informado no ambiente Cadastur? ii) os empreendimentos previstos para serem lançados, se efetivaram? iii) como se associa a dinâmica intraurbana (Villaça, 2001) dos municípios com o uso litorâneo de suas orlas ou explicando melhor: a população autóctone usufrui dos espaços litorâneos em termos de moradia? Isso posto, o objetivo geral da pesquisa é compreender como se relaciona a produção do espaço pelo turismo no litoral pernambucano, refletindo sobre valor de uso e valor de troca dos espaços à beira-mar.

Como técnica de pesquisa foram realizadas séries sistemáticas de levantamento no ambiente Cadastur e produzidos mapas georreferenciados no software livre QGis informando as localizações dos empreendimentos. Adicionalmente, realizou-se levantamento socioeconômico dos 13 municípios litorâneos referentes ao censo demográfico de 2010 e também por distrito censitário, agrupando dados de renda per capita nas categorias: baixa, média e alta renda. Para os municípios de Goiana, Ilha de Itamaracá, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Tamandaré, também foram realizadas visitas de campo.

Como produto da pesquisa foram produzidos mapas síntese do litoral pernambucano onde é possível constatar que os municípios que mais dispõem de meios de hospedagem são Ipojuca, Fernando de Noronha, Recife, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Olinda, nessa ordem. Apesar da obrigatoriedade do cadastro de meios de hospedagem no Cadastur, observa-se que os números de Ipojuca estão subnotificados, a se avaliar pela quantidade de pousadas verificadas em campo e que em muito ultrapassam o número de 73 constantes do Cadastur. As cidades de Barreiros, Igarassu e Sirinhaém não possuem nenhum meio de hospedagem registrado no sistema, embora em Sirinhaém, por exemplo, sabe-se da existência de pousadas.

Dos sete ETIs inconclusos em 2007, cinco não saíram do papel (a serem situados em Barreiros, Ipojuca, Igarassu, Goiana e Tamandaré), um foi inaugurado em Ipojuca e o Reserva do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, inicialmente pensado para segunda e terceiras residências, com a crise de 2008 reposicionou seu planejamento para atender a demanda local e agora encontra-se com apartamentos vagos, um hotel de padrão internacional subutilizado e uma precariedade de serviços instalados (um restaurante, uma farmácia e uma escola particular). Tudo isso graças a crise institucional instaurada a partir da deposição da Presidenta Dilma Rousseff fruto de mudanças nas divisões internacional e territorial do trabalho.



Por fim, os dados censitários e a análise da dinâmica intraurbana demonstraram, nos treze<sup>14</sup> mapas produzidos, que os centros das cidades estão em sua maioria distantes da beira-mar, remontando à formação das cidades em seus núcleos históricos no entroncamento com a rodovia BR101, o que permitiu que a orla tivesse uma ocupação destinada às fazendas de coco que paulatinamente tem cedido lugar ao uso turístico. De uma forma geral, a situação de esgotamento sanitário é precária em todo o litoral, variando de 55% de atendimento da demanda em Recife a irrisórios 1% na Ilha de Itamaracá; a média é de 25%. A renda per capita dominante é de ½ a 1 salário mínimo. As orlas da capital Recife, Jaboatão e Olinda apresentam a ocupação de suas orlas por primeiras residências, ocupada pelas camadas de alta e média renda, ora dividindo com a hotelaria.

Em resumo, pode-se inferir que apesar dos maciços investimentos do Governo Federal (gestão Lula - Dilma), que rebateram na dinâmica de crescimento do Estado de Pernambuco e conseqüentemente no aquecimento do mercado turístico, expresso no aumento tanto da oferta quanto da demanda, ainda não foram suficientes para reverter um quadro histórico de fragmentação territorial expresso na leitura dos dados socioeconômicos e da dinâmica intraurbana que continua revelando que as localizações à beira-mar são privilégio daqueles que podem pagar (e bem) por elas.

## **ABSTRACT**

There is no doubt about the fact that coastal locations represent distinct spaces and occupations, conferring on them a spatial monopoly of certain activities. The interface with the sea provides some almost exclusive uses of the coast, such as the exploitation of marine resources and the movement of intercontinental goods through ports. And more recently, the cultural appropriation of these areas identifies them as spaces of leisure and tourism. It is inferred, therefore, that the land at the seaside becomes increasingly valued in view of its specificities and locational advantages (Moraes, 1999; Corbin, 1989).

In relation to the use of these spaces by the tourist activity, Araujo (2011) mapped the occurrence of hotels and second homes along the Brazilian coast. Among its conclusions were the inversion of capital to the built environment - due to the financial liberalization scenario - that provoked a real estate boom and with it, the emergence of a new product, the tourism real estate venture (the fusion between the resort and the second home), with a strong incidence in the Northeastern coast, when compared to the other regions, due to the availability of large areas not yet urbanized.

The investment in the secondary capital circuit (Harvey, 1989) is an alternative to over-accumulation in the primary circuit. The deregulation of the financial markets causes the exacerbation of the exchange value over the value in use, configuring the investment in the secondary circuit of capital,

---

<sup>14</sup> O estudo não contemplou a Ilha de Fernando de Noronha.



that is, the production of the environment constructed by the financial capital. However, in the post-crisis scenario of 2008, admittedly a crisis of financial capitalism (Harvey, 2011), there is a retraction in capital investment with capital goes to places where a "hot" image still exists (Feagin, 1987). The actors of the urban growth machine (Logan and Molotoch, 1996), notably the large landowners, real estate developers and financial agents are part of this process. Everyone with their arms on the political scene, at all levels of power.

The beginning of the 2000s, marked by the rise of Luiz Inácio Lula da Silva to the Presidency of the Republic in 2003, would mark a decade of gold for the Country at all levels, improving of social and economic indicators, especially for the less favored (Campello, 2018, Mercadante, Zero, 2018). If the real estate market surfed in this wave captained by the excess of financial liquidity, the same happened with the tourist activity.

To begin with, the creation of the Ministry of Tourism in 2003 offers an entire organization of the sector that was previously precarious. Among its achievements, it is worth mentioning the National Tourism Plans, with established goals and macro programs and, above all, the promulgation of Law n. 11771/08 regulated by Decree 7381/10. This is the first legal document that requires the registration of tourism service providers (through the Cadastur platform available on the website of the Ministry of Tourism), which allows, finally, knowledge of the tourist offer in the country.

And that was how the coast of Pernambuco during the first decade of that century lived its apex of real estate investments, mainly through the launching of real estate tourist ventures (ETIs) and flats. For 2011, the study by Araujo (2011) shows that among ETIs, resorts and hotels, there were 28 projects concentrated mainly in Ipojuca (12), Recife (9) and Tamandaré (3). Of these, seven were unfinished works.

In view of this, the research was based on the following questions: i) how is the supply of lodging facilities on the coast of Pernambuco based on Cadastur? ii) the projects planned to be launched, have they taken place? iii) how does the intra-urban dynamics (Villaça, 2001) associate with the coastal use or in other words: does the native population enjoy the coastal spaces in terms of housing? That said, the general objective of the research is to understand how the production of space by tourism in the Pernambuco coast is related, reflecting on the use value and exchange value of the seaside spaces.

As a research technique, systematic survey series were carried out in the Cadastur environment and georeferenced maps were produced in the free software QGis informing the locations of the projects. Additionally, a socioeconomic survey was carried out of the 13 coastal municipalities related to the demographic census of 2010 and also by census district, grouping data of income per capita in the categories: low, middle and high income. There were also field visits for the municipalities of Goiana, Ilha de Itamaracá,



Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca and Tamandaré.

As a product of the research, maps were produced synthesizing the coast of Pernambuco where it is possible to verify that the municipalities that have the most lodging facilities are Ipojuca, Fernando de Noronha, Recife, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes and Olinda, in this order. Despite the obligatory registration of means of lodging in the Cadastur, it is observed that the numbers of Ipojuca are underreported, to be evaluated by the number of inns verified in the field and that far surpass the number of 73 informed at Cadastur. The cities of Barreiros, Igarassu and Sirinhaém do not have any means of lodging registered in the system, although in Sirinhaém, for example, it is known of the existence of inns.

Of the seven ETIs that were unfinished in 2007, five gave up (to be located in Barreiros, Ipojuca, Igarassu, Goiana and Tamandaré), one was inaugurated in Ipojuca and the *Reserva do Paiva* in Cabo de Santo Agostinho, initially intended for second and third residences, suffered changes. The crisis of 2008 repositioned its planning to meet local demand and now finds itself with vacant apartments, a hotel of international standard underutilized and a precarious service installed (a restaurant, a pharmacy and a private school). All this because to the institutional crisis established since the deposition of President Dilma Rousseff as a result of changes in the international and territorial divisions of work.

Finally, the census data and the analysis of the intra-urban dynamics have shown, in the thirteen maps produced, that the centers of the cities are mostly distant from the seafront, next the highway BR101, which allow that the seafront had an occupation destined to the farms of coconut that has gradually given place to the tourist use. In general, the situation of sanitary sewage is precarious throughout the coast, varying from 55% of demand in Recife to a ridiculous 1% in the Island of Itamaracá; the average is 25%. The per capita income is  $\frac{1}{2}$  to 1 minimum wage, in general. The capital of Recife, Jaboatão and Olinda presents the occupation of its seafront by first residences, occupied by the high and middle income layers and some hotels.

In summary, it can be inferred that despite the massive investments of the Federal Government (Lula-Dilma management), which helped in the growth dynamics of the State of Pernambuco and consequently in the tourism market, expressed in the increase of both supply and demand, have not yet been sufficient to reverse a historical picture of territorial fragmentation expressed in the reading of socioeconomic data and intra-urban dynamics that continues to reveal that seafront locations are the privilege of those who can afford (and well) for them.



## Referências/References

- ARAUJO, C. P. Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. Tese. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.
- CAMPELLO, T. As faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Documento eletrônico disponível em <http://www.flacso.org.br>. Acesso em 13 de maio de 2018.
- CORBIN, A. Territórios do vazio. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- FEAGIN, J. R. The secondary circuit of capital: office construction in Houston, Texas. *International Journal of Urban and regional Research*, v11, nº2, p 172-190.
- HARVEY, D. *The Urban Experience*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- LOGAN, J.R. MOLOTCH, H.L. The city as a Growth Machine. In \_\_\_\_\_ Faistein and Campbell ed. *Readings in Urban Theory*, p 291-338.
- MERCADANTE, A. ZERO, M. (org). Um legado para o futuro: governos do PT. São Paulo, Fundação Persseu Abramo, 2018.
- MORAES, A.C.R. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo, Hucitec, EDUSP, 1999.
- VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

### **Disputes in the Tuyú. Towards a new political economy -and political geography- of coastal tourism in Buenos Aires?**

GABRIEL ESTEBAN VIDELA  
Instituto de Geografía Romualdo Ardissonne/Argentina  
videla.gabriel@gmail.com

## **ABSTRACT**

The 21st century has manifested notorious and diverse territorial changes in the Tuyú microregion, composed of five political-territorial divisions, or "Parties", located in the eastern end of the Province of Buenos Aires of which three have a maritime and coastal front and strong summer beach tourist specialization: La Costa, Pinamar, and Villa Gesell.

Its seaside resorts are the closest to Greater Buenos Aires and receive millions of tourists in the summer season, the engine of some twenty popular and middle class developments except certain redoubts of the Argentine elite (Pinamar and Cariló). Since 1960 its demographic increases and the expansion of its agglomerations far exceeded the Argentine national averages, positioning itself alongside some Patagonian cities in the main



destinations of megaurban emigration (especially from the Metropolitan Region of Buenos Aires).

"Tuyú" ("muddy lands", or "swamp") is a Guaraní word with which the east of the Pampean wetlands was named, inserted in a fringe of temperate climate, with marked seasonality, of clayey soil and assiduously flooded. It is a strip enclosed between the ecosystems of the pampas pastureland and dunes and beaches, an old hunting area for nomadic communities such as guaraníes, puelches and tehuelches.

On the one hand, closed urbanisations have emerged in the 21st century over the coastal dunes that impede free access to beaches, for the monopoly of the high-income social sectors that are housed there, a phenomenon unprecedented until this century in Argentina.

Almost simultaneously, there are other closed urbanizations, of great extension, that alter the immediate wetlands adjacent to the dunes in the neighboring inner Parties (General Lavalle, and General Madariaga). This advancement of urbanizations for rich over (and in) wetlands is another novel event in the coastal area of Buenos Aires, although the phenomenon has been explosive in the last 25 years and today it is very consolidated de facto, even with serious problems for its legalization, North of the Metropolitan Region of Buenos Aires (Rivers 2005 and 2010, Pintos 2018).

There is important reference bibliographic production on urban, demographic, environmental and properly tourism dimensions of the microregion and / or of some of its Parties (Bertoncello 1992,

Dadón 2002, Bertoni et al 2012, Rigonat 2012, Annessi 2015, Verón y Barragán 2015, among others).

However, there is little that addresses the recent processes, and even more rare, than the approach from the perspectives of the economy - and the geography - politics.

To this end we began in 2016, at the Universidad Atlántida Argentina, a first stage of research in order to describe, record, characterize and interpret such mutations (and others) and continuities, and their links with the evolution of tourism demand, the migrations, the new urban fabrics, and the -novedades there- advances on wetlands.

Some provocative questions were: do the emerging forms of microregional urbanization reinforce the continuity of the historical, demographic and tourist process typical of the microregion, or do they mark a turn towards a new tourist territorialization more linked to a "metropolitan spill", of the elitist residential enclaves type? ? and, to alter and devastate dunes and wetlands in new ways, will not it be in installments over the current social structure?

Through qualitative methods, statistical and documentary analysis and diachronic analysis through Google Earth, we conclude this stage affirming that the deepening of capitalism in its neoliberal phase in the economic, political and cultural dimensions has had a drastic impact on the territorial development of the Tuyú micro-region.



The Tuyú was once an organized space, articulated and structured in modernity by livestock and mass tourism with the emergence of seaside resorts as a spatial correlate under traditional tourism processes "sun and beach" driven by the construction of hotels, gastronomic services and equipment, as after the second half of the 20th century, under the modality of second residence.

Already in the current neoliberal context, the regulatory flexibility for the construction of closed urban spaces, the permeability or agreement of the local governments in front of these proposals, the exceptional conditions of the natural foundations of the Tuyú for the production of tourist spa space, make our area of study a precious territory in dispute in a balance of power, which seems to be clearly uneven and inclined towards the most concentrated actors in the economy and the national elites.

More than consolidating a *touristification* process, the Tuyú seems to be experiencing a metropolization of elitist residential enclaves, whose impacts have already devastated the native ecosystems of dunes and wetlands.

Three years later, the theoretical issue that concerns us is how to articulate processes of over-accumulation of capital with the production of tourist spatiality, and how the state logics (of different levels and jurisdictions) before them mediate.

Our current objectives are to identify which actors (of capital) promote the main real estate and construction developments in Tuyú; how-or not-these capitals obtain the essential government support at various levels and levels of the State and how they manage the conditions of spatial valorization; for whom the new urbanizations are destined before the proven demographic deceleration and the tourist affluence in confluence with an increase of the competition in other areas, and what profile of new territoriality -and society, and power- would be configuring in the Tuyú.

Who, how, what, where and for whom are the new coastal closed cities in the Tuyú of the 21st century undertaken and to whom and how is it being limited, marginalizing and excluding from the free local population and tourist access to the dunes and coastal beaches?

Do new closed developments expand local building and real estate developments, or do they set extra-regional capitals to induce and accommodate a migration of tourists / residents from medium-high segments of the metropolitan region?

How do they contribute-or hinder-the national, provincial and individual policies of each of their municipalities to the ongoing metamorphosis?

As guiding hypotheses, we state that:

- The closed coastal developments offer the "rich and successful" (well off) a double way to isolation: by their physical enclosures, and by the distance barrier from the main sources of degradation and violence (located inland and in the peripheries of the GBA metropolis).



- These urban enclaves surprise by their dimensions and relationship design / landscape / discourse: they offer "nature" and "adaptation" to the ecosystems of the wetlands and the deserts, while they devastate them according to courts, club house and amenities.

## **A importação de viaturas usadas e o desenvolvimento do turismo baseado em segundas residências em Moçambique - Uma análise a partir do município da praia do Bilene**

### **Import of used cars and tourism development based on second homes in Mozambique - An analysis from the municipality of Bilene beach**

JOSÉ JÚLIO JÚNIOR GUAMBE  
Universidade Pedagógica de Maputo  
jjjguambe137@gmail.com

## **RESUMO**

Considerando que o turismo é um fenómeno social e uma atividade econômica complexa com múltiplas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, o texto, a importação de viaturas usadas e o desenvolvimento do turismo baseado em segundas residências em Moçambique – uma análise a partir do município da praia do Bilene, objetiva analisar, as repercussões sócio-espaciais das políticas públicas, no caso, a liberalização da importação de viaturas usadas, na urbanização turística em Moçambique, a partir de uma abordagem empírica do desenvolvimento do turismo interno de segunda residência no município da praia do Bilene, com base no conceito de produção do espaço de Milton Santos (2014), segundo o qual “a produção do espaço é o resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio de objetos naturais e artificiais”.

Partindo do pressuposto de que o turismo é, antes de mais nada, uma prática social, envolvendo o deslocamento de pessoas pelo território e tendo no espaço geográfico seu principal objeto de consumo, as análises são desenvolvidas com base numa pesquisa bibliográfica e documental, bem como na triangulação de dados obtidos no trabalho de campo.

Em Moçambique, a atividade turística digna de realce, iniciou na segunda metade do século XX, precisamente a partir de 1960. Desde então, até à atualidade, esta atividade caracteriza-se como um turismo receptivo, sobretudo de vizinhança, dominado por sul-africanos, conforme atesta Mosca,



"O turismo começa a possuir alguma importância na década dos anos de 1960. O turismo externo era sobretudo proveniente da África do sul e da Rodésia do sul. Era principalmente o turismo de praia, existindo ainda o cinegético (nos parques e reservas de caça - sobretudo da Gorongosa, na província de Sofala) e a pesca (principalmente nas ilhas em frente à costa de Inhambane e no sul de Lourenço Marques). As praias de Sofala (Beira), de Inhambane, Gaza (Bilene e Xai-Xai), de Maputo e da Ponta de Outro eram as mais procuradas. Nestes locais existiam importantes complexos e estâncias turísticas" (MOSCA, 2005:117).

A demanda de turistas estrangeiros, sobretudo dos países vizinhos, à procura das praias e do safari em Moçambique estimulou, ainda no período colonial, a construção de infraestruturas turísticas e de apoio em Gorongosa na província de Sofala, e ao longo da costa moçambicana, no geral, mas principalmente, na costa das províncias de Inhambane e Gaza, com destaque para Inhassoro, Vilanculos, cidade de Inhambane, Tofo, Barra, Bilene e praia de Xai-Xai.

Contudo, após a independência do país em 1975, o turismo entrou imediatamente em crise, que se estendeu até 1992, devido à guerra civil e ao abandono da atividade por parte da maioria dos antigos agentes do mercado, motivados pela nova orientação ideológica do país, o socialismo.

No entanto, a partir da assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, que ditou o fim da guerra civil e a (re) abertura do país para a economia neoliberal, isto é, com a retomada da ideologia capitalista, diante das tendências globalizantes da economia mundial, a economia moçambicana, incluindo o turismo, passou a ser caracterizada pela "invasão massiva" do capital privado e pela adoção pelo Estado de políticas económicas mais liberais.

Uma das políticas adotada pelo Estado moçambicano, em 2001, foi a abolição da proibição de importação definitiva de viaturas usadas, com mais de cinco anos, contados a partir da atribuição da primeira matrícula (Decreto nº 19/2001 de 23 de Julho).

Esta foi, entre outras, uma das políticas que teve grandes repercussões sócio-espaciais e económicas, principalmente nas práticas sócio-espaciais relacionadas com o turismo, em particular o turismo interno, pois alterou a sua dinâmica que era caracterizada por uma baixa demanda, conforme indica Mosca (2005), o turismo interno era praticado por uma reduzida elite e geralmente era de pequena distância e de curta instância, dirigindo-se para as praias já referidas. Contudo, os dados do Instituto Nacional de Estatísticas, referente ao período 2004 a 2015, evidenciam um crescimento de cerca de 61%, dos fluxos do turismo doméstico. (INE, 2015).



Com efeito e a par do crescimento do turismo interno a pesquisa indica, também, que o fenômeno das segundas residências ou secundárias, nos lugares de uso turístico, tem vindo a crescer em Moçambique e a contribuir para a urbanização dos lugares de uso turístico.

Segundo Tulik (1998:202),

“... as residências secundárias têm a sua localização definida pela relação tempo-custo-distância. Esses factores podem contribuir para a valorização dos recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém mais distantes”.

Embora, o termo segundas residências ou residências secundárias esteja já consagrado em variada literatura ligada ao turismo, como *Tourism today - A geographical analysis* (PEARCE, 1988), *Second home view-host community perceptions* (GIRAED & GARTNER,1993), *Espaço rural aberto à segunda residência* (TULIK,1998), *Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenómeno e as possibilidades de análise geográfica* (ASSIS, 2003) e *Segunda residência: conceito, características e significados* (FONSECA & LIMA, 2012), o seu estudo, principalmente vinculado à atividade turística, ainda é problemático em diversos autores. Para Assis,

"A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins-de-semana e de temporadas de férias. Apesar da sua histórica e intensa expansão em escala mundial, a segunda residência ainda é um fenómeno pouco estudado e conhecido, que padece da falta de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos das suas mais diversas repercussões sócio-espaciais nos diferentes lugares do mundo" (ASSIS, 2003:110).

Como podemos entender, apesar de reconhecer a expansão mundial do fenómeno das residências secundárias sem ainda uma sólida reflexão teórica, e as suas repercussões sócio-espaciais, o autor refere que a maioria dos estudos têm como objetivo principal a análise da distribuição das segundas residências e não a análise da estrutura espacial do turismo em geral, estando, por isso, preocupada com o aprofundamento das metodologias específicas para o estudo das segundas residências, vincula-o à partida, na sua definição, à atividade turística.

O conceito de Tulik também vincula as segundas residências às atividades turísticas no segmento lazer. Segundo a autora, a residência secundária é “...um alojamento turístico particular, utilizado



temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar” (TULIK,1995:21).

Entretanto, Fonseca & Lima discordam com a vinculação exclusiva das segundas residências ao turismo, pois no seu entender "as segundas residências podem ser utilizadas com finalidades distintas: para o lazer ou descanso, ou até para trabalho, desde que o seu uso seja esporádico" (FONSECA & LIMA, 2012:12).

Na escala nacional, em relação a este fenómeno, destaca-se a Vila da praia do Bilene que, devido a sua rápida urbanização turística, ascendeu, em 2013, à categoria de Município.

O Município da Praia do Bilene localiza-se no litoral Sul da Província de Gaza, a cerca de 180 quilómetros da capital do país, Maputo, e tem como limites, a Este o Oceano Índico, a Norte o Distrito de Xai-Xai, a Oeste o Posto Administrativo de Macuane e a Sul o Distrito da Manhiça, da Província de Maputo. O seu acesso é facilitado pela presença de estrada asfaltada e, é dominada por um número cada vez crescentes de residências secundárias das classes média e alta do país, principalmente de Maputo, que passaram a dispor, sobretudo a partir de 2001, de meios de transporte particulares, para empreender viagens, pois, a liberalização da importação de viaturas usadas, permitiu a aquisição, principalmente no Japão, de 323.291 viaturas de passageiros e ou mistas, entre 2007 e 2018 (INE, 2019).

Assim, conclui-se que a urbanização turística em Moçambique e do município da praia do Bilene, decorrente da produção do espaço de uso turístico, dominada pelas residências secundárias é, em parte, resultado da liberalização da importação de viaturas usadas que, possibilita um maior deslocamento das pessoas pelo território, condição essencial da prática socio-espacial do turismo. Por outro lado, dadas as características do turismo de segundas residências, apesar da sua rápida urbanização, sobretudo depois de 2001, o município da praia do Bilene possui uma população muito flutuante.

## **ABSTRACT**

Considering that tourism is a social phenomenon and a complex economic activity with multiple economic, political, social and cultural relations, the text, the import of used cars and the development of tourism based on second homes in Mozambique - An analysis from the municipality of the Bilene beach, aims to analyse the socio-spatial repercussions of public policies, in this case, the liberalization of the importation of used cars, in the tourist urbanization in Mozambique, from an empirical approach of the development of the internal tourism of second residence in the municipality from the beach of Bilene, based on the production concept of the space of Milton Santos (2014), according to which "the production of space is the result of the action of human acting on their own space through natural and artificial objects."



Based on the assumption that tourism is, above all, a social practice, involving the displacement of people across the territory and having in geographical space its main object of consumption, the analyses are developed based on bibliographical and documentary research, as well as in the triangulation of data obtained in the field work.

In Mozambique, tourism practice worthy of note began in the second half of the twentieth century, precisely since 1960. Since then, until nowadays, this activity has been successively characterized as a receptive, mostly neighbourhood, dominated tourism by foreign tourists, according to Mosca:

"Tourism began to have some importance in the decade of the 1960s. External tourism was mainly from South Africa and Southern Rhodesia. It was mainly beach tourism, and there are still the game (in the parks and game reserves - mainly in Gorongosa, in the province of Sofala) and fishing (mainly in the islands off the coast of Inhambane and south of Lourenço Marques). The beaches of Sofala (Beira), Inhambane, Gaza (Bilene and Xai-Xai), Maputo and Ponta de Ouro were the most sought after. In these places there were important complexes and tourist resorts "(MOSCA, 2005: 117).

The demand for foreign tourists, especially from neighbouring countries, the demand for beaches and safari in Mozambique stimulated, beginning in the colonial period, the construction of tourism and support infrastructures in Gorongosa in the province of Sofala, and along the coast mainly in the provinces of Inhambane and Gaza, in particular Inhassoro, Vilanculos, Inhambane, Tofo, Barra, Bilene and Xai-Xai Beach.

However, after the country's independence in 1975, tourism immediately went into crisis, which lasted until 1992 due to the civil war and the abandonment of activity by the majority of the old market agents, motivated by the new ideological orientation of the country, the socialism.

However, since the signing of the General Peace Agreement in 1992, which dictated the end of the civil war and the (re) opening of the country to the neoliberal economy, that is, with the resumption of capitalist ideology, in the face of global trends of the world economy, the Mozambican economy, including tourism, came to be characterized by the "massive invasion" of private capital and the adoption by the state of more liberal economic policies.

One of the policies adopted by the Mozambican State in 2001 was the abolition of the prohibition on the permanent importation of used vehicles, with more than five years, counted from the first registration (Decree nº 19/2001 of July 23).



This was, among others, one of the policies that had great socio-spatial and economic repercussions, mainly in socio-spatial practices related to tourism, in particular domestic tourism, as it changed its dynamics, which was characterized by a low demand, as indicates Mosca (2005), the internal tourism was practiced by a reduced elite and generally was of small distance and of short instance, going to the already mentioned beaches. However, data from the National Institute of Statistics, for the period 2004 to 2015, show a growth of about 61% in domestic tourism flows (INE, 2015).

In addition to the growth of domestic tourism, research also indicates that the phenomenon of second homes or secondary tourism in places of tourist use has been increasing in Mozambique and contributing to the urbanization of places of tourist use.

According to Tulik (1998: 202):

"... the secondary residences have their location defined by the time-cost-distance relationship. These factors can contribute to the appreciation of the natural and cultural resources that are closer to the emitter centres that are preferred to others, of higher quality, but more distant. "

Although the term second homes or secondary residences is already consecrated in a variety of literature related to tourism, such as *Tourism today - A geographical analysis* (PEARCE, 1988), *Second home view-host community perceptions* (GIRAED & GARTNER, 1993) to the second residence (TULIK, 1998), *Tourism of second residence: the spatial expression of the phenomenon and the possibilities of geographical analysis* (ASSIS, 2003) and *Second residence: concept, characteristics and meanings* (FONSECA & LIMA, 2012) , mainly linked to tourism, is still problematic in several authors. For Assis,

"Secondary residence or second residence is a type of accommodation linked to weekend tourism and holiday seasons. Despite its historic and intense expansion on a world scale, the second residence is still a phenomenon little studied and known, which suffers from the lack of a solid base of theoretical reflections and empirical studies of its most diverse socio-spatial repercussions in the different places of the world "(ASSIS, 2003: 110).

As we can understand, despite acknowledging the worldwide expansion of the phenomenon of secondary residences without still a solid theoretical reflection, and its socio-spatial repercussions, the author states that most of



the studies have as main objective the analysis of the distribution of the second residences and not the analysis of the spatial structure of tourism in general, and is therefore concerned with the development of specific methodologies for the study of second homes, linking it to tourism in its definition.

The Tulik concept also links the second residences to tourist activities in the leisure segment. According to the author, the secondary residence is "... a private tourist accommodation, used temporarily in leisure time by people who have their permanent residence in another place" (TULIK, 1995: 21).

However, Fonseca & Lima disagree on the exclusive linkage of second homes to tourism, because in their understanding "second homes can be used for different purposes: for leisure or rest, or even for work, as long as their use is sporadic" (FONSECA & LIMA, 2012: 12).

In the national scale, in relation to this phenomenon, stands out the Village of the beach of the Bilene that, due to its rapid urbanization tourist, ascended, in 2013, to the category of Municipality.

The municipality of Bilene Beach is located on the southern coast of Gaza Province, about 180 kilometers from the capital of Maputo, and borders the East Indian Ocean to the north of the Xai-Xai District. West the Administrative Post of Macuane and to the South the District of Manhiça, of Maputo Province. Its access is facilitated by the presence of asphalted road and, is dominated by a growing number of middle and upper middle-class residences in the country, mainly in Maputo, which became available, particularly since 2001, private means of transport, to undertake trips, since the liberalization of imports of used cars, allowed the acquisition, mainly in Japan, of 323,291 passenger and / or mixed vehicles between 2007 and 2018 (INE, 2019).

Thus, it is concluded that the tourism urbanization in Mozambique and the municipality of Bilene beach, due to the production of tourist use space, dominated by secondary residences is partly a result of the liberalization of the importation of used vehicles, which allows a greater displacement of people through the territory, an essential condition of the socio-spatial practice of tourism. On the other hand, given the characteristics of second home tourism, despite its rapid urbanization, especially after 2001, the municipality of Bilene beach has a very fluctuating population.



## Referências/References

- ASSIS, Lenilton. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: **Revista Território**. Ano VII. Rio de Janeiro. 2003. pp 107-122 .
- FONSECA, Maria e LIMA, Renata. Segunda residência: conceito, características e significados. In: FONSECA, Maria (org). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN. 2012. pp. 11-18.
- GIRAED, T. & GARTNER, William. Second home view-host community perceptions. IN: **Annals of tourism research**. v. 20. N. 4. New York. 1993. pp 685-700.
- GUAMBE, José. **Contribuição do turismo no desenvolvimento local em Moçambique**: Caso da Zona Costeira de Inhambane. Maputo: CEP-UEM, 2007.
- GUAMBE, José. **Turismo na zona costeira de Inhambane: Conflitos na produção do espaço**. Tese de doutoramento. Universidade Pedagógica. Maputo. 2018. pp 300.
- INE. **40 Anos de independência nacional: Um retrato estatístico**. Moçambique. 2015.
- INE. **Comércio internacional de bens: valores e quantidades de importação de veículos automóveis** (base de dados). Moçambique. 2019.
- MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. **Decreto nº 19/2001, 23 de Julho de 2001**. Boletim da República, Maputo, 2001. I Série.
- MOSCA, João. **Economia de Moçambique, Século XX**. Lisboa: Instituto Piaget. 2005.
- PEARCE, Douglas. **Tourism today - a geographical analysis**. New York: Longman.1998.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6ªed. 2ªreimp. São Paulo: Edusp. 2014.
- TULIK, Olga. O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE. 1998.
- TULIK, Olga. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. Tese (Livre-Docência) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995.



## **Concepções e estratégias do Programa Mapa do Turismo Brasileiro no município de Marabá - PA – Brasil**

### **The Brazilian Tourism Map Program conceptions and strategies in the municipality of Marabá (Brazil) –**

HUGO ROGÉRIO HAGE SERRA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

hugorhserra@gmail.com

#### **RESUMO**

**Introdução:** o trabalho em questão parte das políticas públicas de turismo como tema central de análises e de pesquisas relacionadas ao território, sobretudo no que concerne às estratégias que os agentes públicos e privados do turismo concebem de acordo com as diretrizes e objetivos do Programa Mapa do Turismo Brasileiro (PMTB) (BRASIL, 2017), difundido em todo o território nacional. O objeto central da pesquisa em tela se resume nas concepções, bem como as estratégias presentes no PMTB. Estas últimas, por sua vez, encontram-se no município de Marabá, estado do Pará (Brasil), especificamente, nas dependências das instituições públicas deste município, tais como Secretária Municipal de Indústria, Comércio, Mineração e Turismo e o Conselho Municipal de Turismo de Marabá (Comtur – Marabá). O objetivo central deste trabalho reside em analisar a concepção e a estratégia do Programa de Regionalização do turismo por meio do Programa Mapa do Turismo Brasileiro no município de Marabá, situado no estado do Pará – Brasil. Outros dois objetivos integram esta pesquisa, quais sejam: a) identificar as estratégias de apreensão e aplicabilidade dos agentes públicos vinculados ao turismo no município de Marabá mediante o Programa Mapa do Turismo Brasileiro; b) cotejar as políticas federais do turismo com as municipais de Marabá de acordo com os rebatimentos espaciais na cidade de Marabá.

**Problematização:** a atividade turística sempre prefigurou como política do estado brasileiro, ao menos, desde a era Vargas (CRUZ, 2001), o que não significa dizer que ela sempre fosse central nas tomadas de decisões dos diversos governos por quais o Brasil atravessou em sua história. No entanto, um elemento tornou-se central na concepção das políticas de turismo, qual seja o de difundir a ideia de recurso (SERRA et al, 2012), ou, em outras palavras, tornar o desenvolvimento da atividade das atividades turísticas como algo relacionado ao consumo das coisas, dos lugares e das pessoas, o que se inclui consumir o patrimônio em suas diferentes formas de segmentação. Outra característica presente nas políticas de turismo diz respeito à não autonomia ministerial, ou seja, o turismo, mesmo



compreendido como elemento do desenvolvimento econômico, não possuía status de ministério.

Essa realidade só muda em 2003, com a criação do Ministério do Turismo. Neste mesmo ano, a abordagem política lançada sobre o território também foi alterada, ao passar de uma política baseada na relação de uma escala federal-municipal por meio do Programa de Municipalização do Turismo (PNMT) (BRASIL, 1997) para uma escala federal-regional por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (BRASIL, 2013). Nesta mesma ocasião, lançou-se o Plano Nacional de Turismo (PNT) (BRASIL, 2003), no qual as diretrizes para uma ação regionalizada foram estabelecidas. Desde então, passados diferentes governos, a estratégia regional mantém-se como preferencial por parte do Estado na tomada de decisões políticas sobre o turismo. Entre diversas questões estratégicas implementadas pelo Estado brasileiro, o Programa Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela portaria n. 313/2013 (BRASIL, 2013) e tem como uma de suas atribuições a definição do recorte territorial para as implementações do turismo no Brasil. Segue-se a esse critério um modelo de gestão descentralizada, na qual os municípios devem respeitar uma série de critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo a fim de resultar no que o governo intitula ser uma região turística em cada estado da federação.

No estado do Pará, o município de Marabá integra a região Araguaia-Tocantins, região esta que possui mais de quarenta municípios. Ao comparar com a política de turismo elaborada e desenvolvida pelo governo do estado do Pará, o processo de regionalização assemelha-se na espacialidade desde o ano de 2001. Para que o esforço tivesse êxito, o planejamento estratégico passou a ser a ferramenta escolhida pelo estado paraense na condução dos processos.

Dada a diversidade do seu território, optou-se por um processo de regionalização no qual a presença de municípios representativos fosse o ponto de partida para o desenvolvimento. Em cada um deles houve uma identificação econômico-cultural e ambiental forjada pelo governo com o intuito de relacionar o que cada região continha de mais expressivo e que pudesse se tornar produto turístico. A partir dessa configuração, os esforços e investimentos deveriam seguir as diretrizes e alcançar as metas previstas no plano, a fim de tornar o turismo paraense um dos segmentos da economia do estado mais promissores. Tal situação já teria sido vislumbrada no fim dos anos 1990, quando o turismo teria se tornado um dos pilares do tripé do desenvolvimento econômico do estado do Pará, conjuntamente com a mineração e o agronegócio (PARÁ, 1998). Do ponto de vista geográfico, o território paraense passou a ser alvo de um processo de regionalização criado pelo estado paraense com claras intenções funcionais, nas quais regiões turísticas seriam a entidade espacial que denotaria a concepção de desenvolvimento do território. Nesse sentido, as estratégias veiculadas deveriam ser aquelas em que pesassem a influência do mercado do turismo, principalmente aquele voltado para o circuito internacional.



Eleita a região como o recorte espacial, as regiões turísticas deveriam ser representativas, também, dos anseios veiculados no plano de turismo e, de forma não diferente, da concepção de turismo do governo do estado para cada uma delas. A espacialidade na forma da região e a estratégia de comercialização dos produtos turísticos paraenses estavam, assim, devidamente associadas, ao menos do ponto de vista das ideias. No entanto, com o advento do PRT e do PMTB, a política paraense e a política federal formam um tripé em conjunto com a concepção de mercado.

Na relação com as unidades federativas, o PMTB exige – como uma de suas diretrizes – que o município possua um órgão responsável pela pasta do turismo a fim de dar viabilidade aos investimentos federais. Ainda, como conjunto de critérios, o Ministério do Turismo exige que a relação entre os municípios desencadeie uma ‘região’ (BRASIL, 2017). Em outras palavras, segundo o que regem as concepções de turismo, há condições para a gestão descentralizada ou a cooperação intersetorial. Ainda segundo o que consta no plano, a convergência ou a unidade das ações de forma regionalizada é garantida por uma “Rede Nacional de Regionalização, representada por um integrante de cada unidade federativa” (BRASIL, 2017, p. 9).

**Resultados Alcançados:** A pesquisa – ainda em andamento por meio do projeto de pesquisa “O Programa Mapa do Turismo Brasileiro e sua Aplicabilidade no município de Marabá – aponta para dois vetores. O primeiro deles encaminha-se para uma afirmação de uma concepção mercadológica imiscuída nas diretrizes estatais, sendo elas em quaisquer níveis: federal, estadual e municipal. Depreende-se disso que há uma coerência lógica do discurso sugerido pelo Ministério do Turismo que, por sua vez, reproduz-se na esfera do governo do estado do Pará por meio do Fórum Regional de Turismo e na esfera municipal, por meio da Secretaria de Indústria, Mineração, Comércio e Turismo de Marabá, bem como, de forma indireta no Conselho Municipal de Turismo de Marabá. Os eixos presentes no PMTB direcionam-se ao fomento para o mercado do turismo por meio da gestão descentralizada (BRASIL, 2017), tal como a ideia de planejamento e posicionamento de mercado.

O segundo vetor presente no PMTB reside na ideia de região e de regionalização difundidas pelo governo federal e que, por consequência, acaba por se instituir como proposta de política estadual, bem como municipal de turismo. A regionalização do PMTB inclina-se ‘para a soma dos municípios’, sem necessariamente haver um eixo em comum. No caso do município de Marabá, tal situação se torna mais evidente ao se perceber que o município cria uma espécie de autossuficiência nos requisitos necessários para o desenvolvimento de atividades similares ao turismo ou que sejam do universo direto do turismo, o que, por sua vez, não cria laços com o entorno espacial da qual os demais municípios venham a integrar a região destacada no PMTB para o estado do Pará, em sua porção sul-sudeste. Trata-se, nestes termos de uma pseudo-região, pois não há o efeito regional turístico presente



nas ações promovidas por agentes desse fenômeno. Percebe-se, assim, a região como soma dos lugares, sem haver uma articulação interna.

## ABSTRACT

**Introduction:** this work started from tourism public policies as the central theme of analysis and research, related to territory, especially regarding the strategies that public and private tourism agents conceive in accordance with Brazilian Tourism Map Program (BTMP) (BRASIL, 2017) guidelines and objectives spread throughout the national territory. The central object of this survey sums up conceptions as well as the strategies present in the BTMP. Were identified strategies in the municipality of Marabá, located in the State of Pará (Brazil), specifically inside public institutions dependencies such as Industry, Commerce, Mining and Tourism Municipal Secretary and the Municipal Tourism Council of Marabá. The main objective of this work is also to analyze the Program of Tourism Regionalization's design and strategies compared with Brazilian Tourism Map Program in Marabá. There are other two objectives that integrate this research: a) to identify the apprehension and applicability strategies of tourism public agents in Marabá by means of Brazilian Tourism Map Program, and b) to compare federal tourism policies between Marabá's municipal policies in accordance with the spatial dimensions of the city.

**Problematic:** the tourism activity always prefigured as a Brazilian state policy, at least since the Vargas Era (CRUZ, 2001)<sup>15</sup>, which it does not mean that it was always central decision-making of various governments has crossed through which Brazil's history. However, one element has become central to the design of tourism policies, namely to disseminate the idea of resource (SERRA et al, 2012), or, in other words, to make the development of tourism activities related to the consumption of places and people, which includes consuming the patrimony in its different forms of segmentation. Another tourism policies characteristic present is the non-autonomy ministerial, the tourism, even understood as an element of economic development, and did not have ministry status.

This reality only changed in 2003, with the creation of the Ministry of Tourism. In the same year, the political approach adopted on the territory was also changed, moving from a policy based on federal-municipal scale relationship via the National Tourism Municipalization Program (NTMP)<sup>16</sup> (BRASIL, 1997) to a federal-regional scale cooperation through the Program of Tourism Regionalization (PRT) (BRASIL, 2013). At the same time, the National Tourism Plan (PNT) was launched (BRASIL, 2003), when the guidelines for a regionalized action were established. Since then, different governments have adopted the regional strategy as a preferential one by the state about making political decisions on tourism. Among several strategies

---

<sup>15</sup> Vargas Era or Era Vargas (in Portuguese), was an important period of the history of Brazil (1934-1954).

<sup>16</sup> In Portuguese means Programa Nacional de Municipalização do Turismo (BRASIL, 1997).



implemented by the Brazilian state, the Brazilian Tourism Map Program instituted by Administrative Rule no. 313/2013 (BRASIL, 2013) has as one of its attributions the definition of the territorial cut for tourism implementations in Brazil. This is followed by a decentralized management model in which municipalities must comply with a set of criteria established by the Ministry of Tourism in order to result in what the government claims to be a tourist region in each federation states.

In the State of Pará, Marabá municipality is part of the Araguaia-Tocantins region, which has more than forty municipalities. When compared to the tourism policy designed and developed by the government of Pará, the regionalization process resembles spatiality since 2001. In order to succeed, strategic planning has become the tool chosen by the state proceedings conduct.

Because of its territory diversity, a process of regionalization was consider the presence of representative municipalities the starting point for development. In each one of them, there was an economic-cultural and environmental identification forged by the government with the intention to relate what each region contained as more expressive and that could become tourist product. From this configuration, efforts and investments should follow the guidelines and achieve the goals set in the plan, in order to make Pará's tourism one of the most promising segments of the state's economy. Such a situation has envisaged, already in the late 90s, when tourism had become one of the pillars of economic development tripod in the state, together with mining and agribusiness (PARÁ, 1998). From a geographic point of view, the territory of Pará became the target of a regionalization process created by state with clear functional intentions, in which tourist regions would be the spatial entity that would denote the concept of territorial development. In this sense, the strategies disseminated should be those that measure tourism market influence, especially on the international circuit. Region elected as the spatial clipping/cut, the tourist regions should be representative, of the tourism plan disseminated desires and tourisms conception for each of them by the state. Region spatiality mould and tourist products marketing strategy were therefore closely associated.

However, with the advent of PRT and BTMP, State of Pará's policy and federal policy form a tripod in conjunction with market conception. In the relationship with federative units, the BTMP requires - as one of its guidelines - that the municipality have a responsible party for tourism portfolio in order to give viability to the federal investments. In addition, as a set of criteria, the Ministry of Tourism requires that relationship between municipalities instigate a 'region' (BRASIL, 2017). According to governs tourism conceptions, there are conditions for decentralized management or intersectional cooperation. A "National Regionalization Network, represented by a member of each federative unit" (BRASIL, 2017, p.9) also guarantees according with PRT, the convergence or unity of actions in a regionalized manner.



**Results:** This study - still in progress through the research project "The Brazilian Tourism Map Program and its Applicability in the municipality of Marabá - points to two vectors. The first of them is towards an affirmation of a market conception that is involved in the state guidelines, being they at any level: federal, state and municipal. It follows that there is a logical coherence in the discourse suggested by the Ministry of Tourism which, in turn, is reproduced in the state government sphere through the Regional Forum of Tourism and in the municipal sphere, through the Industry, Mining, Commerce and Tourism Secretary of Marabá, also indirectly in the Municipal Tourism Council of Marabá. The axes present in BTMP are aimed at promote the tourism market through decentralized management (BRASIL, 2017), as well as the idea of planning and market positioning.

The second vector present in the BTMP resides in the region and regionalization idea disseminated by the federal government and therefore, ends up being instituted as a state proposal as well as municipal tourism politics. The regionalization of the BTMP inclines 'the sum of municipalities', without necessarily having a common axis. In Marabá's case, this situation becomes more evident when it is perceived that the municipality creates a kind of self-sufficiency, in the necessary requirements for similar tourism activities development or directly connected with tourism universe, which, does not create ties with the space environment, other municipalities will join the region highlighted in the BTMP of Pará, in its south-southeast portion. In these terms a pseudo-region, because there is no regional tourist effect present in the actions of this phenomenon promoted by public agents. Thus, the region is perceived as the sum of places, without an internal articulation.

## **Referências/References**

- BRASIL. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo – PNMT: III versão.** Brasília: Embratur/ Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Plano nacional de turismo: diretrizes, metas e programas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Programa de regionalização do turismo: diretrizes.** Brasília: Ministério do Turismo, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Programa mapa do turismo brasileiro 2017.** Brasília: Ministério do turismo, 2017.
- CRUZ, Rita. **Políticas de turismo e território.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PARÁ. **Programa beija-flor: 10 compromissos de governo 1999-2002.** Belém: sem editora, 1998.
- SERRA, Hugo. et al. Superando o pragmatismo econômico: redefinindo os limites espaciais do turismo a partir de uma abordagem espacial. **Espaço aberto.** Rio de Janeiro: Publit/ PPG-UFRJ, v. 2, n.1, p. 85-100, 2012.



## **Políticas públicas, turismo e a resignificação do Nordeste brasileiro**

### **Public policies, tourism and the re-signification of the Brazilian Northeast**

ILANA BARRETO KIYOTANIUGO  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
ilana.kiyotani2@gmail.com

MARIA APARECIDA PONTES DA FONSECA  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
mariapontes@cchla.ufrn.br

#### **RESUMO**

No contexto da reestruturação produtiva e implantação do estado neoliberal, várias ações foram desenvolvidas no Nordeste brasileiro com a finalidade de propiciar sua inserção competitiva na economia globalizada. Além de investimentos em infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, etc.), também foi necessário a criação de uma imagem de positividade para se contrapor a imagem negativa que caracterizou a região por séculos.

Partindo do pressuposto de que a implementação da atividade turística foi um elemento-chave no processo de resignificação do Nordeste brasileiro, o objetivo deste estudo é analisar como o turismo contribuiu para elaborar uma imagem de positividade da Região Nordeste do Brasil, a partir das ações empreendidas pelo poder público.

Os procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização do presente estudo foram os seguintes: as revisões bibliográficas possibilitaram elucidar o conceito de imagem e imaginário, bem como a elucidação do processo de elaboração da imagem do próprio Nordeste brasileiro (de 1970 a 2018); as pesquisas documentais permitiram construir o caminho percorrido para a resignificação da região, incluindo a leitura e análise da Revista Veja, cuja circulação nacional, periódica e constante; as entrevistas semiestruturadas com representantes das Secretarias de Turismo dos três Estados nordestinos de maior fluxo turístico, isto é, Bahia, Pernambuco e Ceará, foram fundamentais para apreender como as ações provenientes do setor público foram essenciais para alterar a imagem regional.

As imagens negativas vinculadas ao Nordeste (seca, fome, miséria, região problema), construídas a partir de discursos (orais e escritos), acessíveis por meio de jornais, livros didáticos, aulas escolares, revistas, literatura, filmes e, posteriormente, pela TV no Brasil (1945), fizeram-se presentes por um longo período. Para a maioria de brasileiros, a formação da imagem regional foi elaborada mediante o que se lia, escutava e/ou via, e, assim, consolidou-se a relação do Nordeste com a seca, pobreza e sofrimento.



Porém, com a forte crise econômica, social e política verificada no país nos anos oitenta, a classe política regional teve que buscar alternativas para atração de investimentos, o que levou a um reposicionamento do Nordeste brasileiro. É neste contexto que o turismo emerge como uma alternativa para a dinamização econômica da região.

Como seria possível atrair empresas, indústrias e turistas com uma imagem atrelada ao subdesenvolvimento e à pobreza? Não seria. Portanto, os Estados nordestinos, notadamente a partir de políticas e ações públicas, investiram em infraestrutura (estruturas para transportes, comunicações, hotelaria, etc.) e começaram a estruturar seus territórios com a finalidade de atrair investidores. Ou seja, conforme discutido por Harvey (2006) a respeito do papel do estado no contexto neoliberal, o espaço regional passa a ser aparelhado para tornar-se atrativo ao capital.

Por meio de uma pesquisa à Revista Veja, percebeu-se que muitas propagandas, a maioria da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tentavam vender o espaço nordestino como uma boa opção para implantação de indústrias, empresas, comércio e serviços (incluindo o turismo). Para isso, muitas das imagens e textos vinculavam a boa estrutura e as isenções fiscais à paisagem turística que poderia ser vivenciada investindo-se ali. Ou seja, além das boas condições de estrutura física e condições financeiras fomentadas pelo Estado, ainda era destacado um fator locacional que se referia às amenidades regionais relacionadas ao turismo (sol e praia). Assim, no início, o turismo foi utilizado como elemento de atratividade para os investidores (Kiyotani, 2019). Além do crescimento das atividades econômicas tradicionais (indústrias), foi estimulado o crescimento da própria atividade turística, e, para isso, também tornou-se necessário superar aquela imagem de negatividade e construir uma imagem de positividade da Região Nordeste.

Por intermédio de pesquisa documental e das falas dos entrevistados do setor público, percebeu-se que, nas décadas de 1970 a 1990, muito se propagava das belas paisagens litorâneas, com os verdes coqueirais e água em abundância, completados por uma fartura de sabores, especialmente de frutos do mar. Havia ainda pinceladas de atrativos do interior, como as áreas serranas, com seu clima ameno, destoando do imaginário mais forte do calor ferrenho (Kiyotani, 2019).

Desta forma, com uma propaganda massiva por diversos meios comunicacionais (revistas, jornais, congressos de associações turísticas nacionais e internacionais, feiras e eventos do setor, inserção em novelas – via captação destas para seus Estados), o Ceará, a Bahia e Pernambuco, entre outros, foram, paulatinamente, difundindo uma nova imagem na mídia nacional, procurando desvincular a região da imagem de miséria, fome e sede.

Gradativamente, tanto pelo aumento da visita ao Nordeste, gerando o famoso boca a boca (positivo, no caso), quanto pela crescente exposição nas diversas mídias, a região foi ganhando espaço no cenário turístico



nacional, reportada, muitas vezes, como “paraíso” ou “caribe brasileiro”, e sua imagem foi sendo reconstruída com esforços de todos os níveis governamentais – municípios, Estados e Governo Federal – investindo em infraestrutura e marketing, conforme indicam ser o posicionamento para o desenvolvimento e à competitividade dos espaços, segundo Hall (1995); Kotler, Haider e Rein (2006); Hospers (2010) e Lasarte (2013). O setor privado também teve, e tem, sua participação nessa redefinição imagética, uma vez que, propagando seus investimentos no Nordeste por meio de mídias digitais e impressas e na participação nos mais diversos eventos turísticos, vende a região no mercado nacional e internacional, reforçando sua imagem positiva.

O empenho para “reinventar” o Nordeste – parafraseando o historiador Albuquerque (2011) –, possibilitou, anos mais tarde, o crescimento econômico e turístico da região, trazendo melhorias significativas à boa parte de sua população, contudo não consolidou seu desenvolvimento social, apresentando, juntamente com a região Norte, os piores indicadores socioeconômicos do país.

Por fim, compreendeu-se que uma imagem favorável foi elaborada e disseminada, sobretudo através da estruturação física dos espaços, ainda que permaneçam algumas imagens negativas associadas à Região. Atualmente, os Estados nordestinos competem entre si para captar visitantes, e é possível verificar que, se, antes, o turismo era utilizado como bônus para atrair investidores diversos, hoje, o inverso também se dá, posto que os Estados melhor estruturados e desenvolvidos economicamente parecem estar se destacando no setor turístico em detrimento dos que possuem economias menos desenvolvidas e competitivas. Ou seja, o bom andamento econômico dos Estados está atraindo turistas.

Concluiu-se que a imagem do Nordeste precisou ser reconfigurada e resignificada para favorecer seu crescimento econômico e conseguir ser competitiva mediante a concorrência com as demais regiões e estados brasileiros, todos trabalhando na busca por investimentos. Verificou-se que a atividade turística teve um importante papel para construção de uma nova imagem do Nordeste brasileiro, associada ao lazer, festas, gastronomia e diversidade cultural.

## **ABSTRACT**

In the context of the productive restructuring and the implementation of the neoliberal state, several actions had been developed in the Northeast region of Brazil with the purpose of its competitive insertion in the globalized economy. Besides the investments in infrastructure (roads, ports, airports, etc.), it was also necessary the creation of an image of positivity to contrast with the negativity that characterized the region for centuries.

Assuming that the implementation of the touristic activity was a key element in the re-signification process of the Brazilian Northeast, the



objective of this study is to analyze how tourism contributed to elaborate an image of positivity of the Northeast region of Brazil from the undertaken actions by the public power.

The methodologic procedures that enabled the accomplishment of the actual study were the following: the bibliographic reviews allowed clarifying the concept of image and imaginary, as well as the clarification of the elaboration process of the image of the Brazilian Northeast itself (from 1970 to 2018); the desk researches allowed building the path taken for the re-signification of the region, including the reading and the analyzes of the *Veja* magazine, which circulation is national, periodical and constant; the semistructured interviews with representatives of the Secretariat of Tourism from the three States of the Northeast with greatest flow of tourists, these are Bahia, Pernambuco and Ceará, were fundamental to apprehend with the actions stemming from the public sector had been essential to modify the regional image.

The negative images related to the Northeast (drought, starvation, poverty, trouble spot), built from speeches (oral and written), accessible through newspapers, textbooks, school classes, magazines, literature, movies, and later, television in Brazil (1945), were present for a long period. For most of the Brazilian people, the formation of the regional image was elaborated by what was read, listened and/or seen, and, therefore, it consolidated the relation of the Northeast with drought, poverty and suffering.

However, with the strong economic, social and political crisis noted in the country in the eighties, the regional political class had to search alternatives for the attraction of investments, which lead to a repositioning of the Brazilian Northeast. It's in this context that the tourism emerges as an alternative to the economic revitalisation of the region.

How would it be possible to attract enterprises, industries and tourists with an image linked to the underdevelopment and to poverty? It would not be. Therefore, the Northeastern States, notably from public policies and actions, invested in infrastructure (structures for transports, communication, hotel business, etc.) and started to structure their territories with the purpose of attracting investors. In other words, as discussed by Harvey (2006) about the role of the State in the neoliberal context, the regional space becomes prepared to be attractive to the capital.

By means of a research in the *Veja* magazine, it was realized that many advertisements, most of them from the Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Northeast Development Superintendence in English, intended to sell the Northeastern space as a good option for implementation of industries, enterprises, commerce and services (including tourism). To this end, plenty of the pictures and texts linked the good structure and the tax exemptions to the touristic landscape that could be lived investing on it. That is to say, in addition to the fine conditions of physical structure and financial conditions promoted by the



State, it was still highlighted a locational factor that referred to the regional amenities related to tourism (sun and beach). Thus, in the beginning, tourism had been used as an element of attractiveness to investors (Kiyotani, 2019). Besides the improvement of the traditional economic activities (industries), it was stimulated the expansion of the touristic activity itself, and for this, it also became necessary to overcome that image of negativity and to build a positivity image of the Northeast Region.

Through the desk research and the talk of the interviewees of the public sector, it was noticed that, in the decades of 1970 to 1990, much was propagated from the beautiful coastal landscapes, with the green coconut trees and water in abundance, completed by plenty of flavors and especially of seafood. There was yet a tinge of attractiveness of the countryside, as the mountain areas, with their mild weather, in contrast with the greater imaginary of the severe hot (Kiyotani, 2019).

In this sense, with a massive advertisement in several communicational media (magazines, newspapers, congress of national and international tourist associations, fairs and events of the sector, the insertion in soap operas – via funding of these to the their States), Ceará, Bahia and Pernambuco, among others, were gradually propagating a new image in the national media, with the intention of untie the region from the reputation of poverty, starvation and thirst.

Gradually, as much by the increase of the visitation in the Northeast, resulting the famous word of mouth (positive, in this case), as for the growing exposition in the various medias, the region was gaining space in the national tourist scenario, reported, in many times, as “paradise” or “Brazilian Caribbean”, and its image was been rebuilt with efforts of all governmental levels – municipalities, States and Federal Government – investing in infrastructure and marketing, once it is indicated as the positioning for the development and the competitiveness of spaces, according to Hall (1995); Kotler, Haider and Rein (2006); Hospers (2010) and Lasarte (2013). The private sector also had, and has, its participation in this imagery redefinition, once that propagating its investments in the Northeast via digital and printed media and in the participation in the most diverse tourist events, it sells the region in the national and international market and reinforces its positive image.

The commitment to ‘reinvent’ the Northeast – paraphrasing the historian Albuquerque (2011) – enabled, years later, the economic and touristic growth in the region, providing meaningful enhancements to good part of the population. Nonetheless, it did not consolidate its social development, and presented, together with the North region, the worst socioeconomic indicators of the country.

Lastly, it was understood that a favorable image was elaborated and disseminated, mainly by the physical structuring of the spaces, even that it remained some negative images associated to the region. Nowadays, the Northeastern States compete each other to attract visitors. It is possible to



verify that if before the tourism was used as bonus to attract various investors, today the other way around is noticed too, once that the best structured and economically developed States seem to be enhanced in the touristic sector rather than those that possess less competitive and developed economies. In other words, the good economic progress of the States is attracting tourists.

It has been concluded that the image of the Northeast had needed to be reconfigured and re-significated to increase the economic growth and to become competitive through the competition with the others regions and Brazilian States, and all of them working in search for investments. It was verified that the tourist activity had an important role for the construction of a new image of the Brazilian Northeast, related to leisure, festivals, gastronomy and cultural diversity.

## **Referências/References**

- ALBUQUERQUE, D. M. Jr. (2011). *A invenção do Nordeste e outras artes*. (5a ed.). São Paulo: Cortez.
- HALL, P. (1995). *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva.
- HARVEY, D. (2006). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- HOSPERS, G.-J. (2010). **Making sense of place: from cold to warm city marketing**. *Journal of Place Management and Development*. (Vol. 3, pp. 182-193).
- KIYOTANI, I. (2019). *De Região problema à periferia do prazer: o turismo e a ressignificação do Nordeste brasileiro*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 229 f. Natal/RN.
- KOTLER, P., Haider, D.H. & Rein, I. (2006). *Marketing de Lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Prentice Hall.
- LASARTE, M. P. (2013). **Marketing adaptado al territorio: place marketing como herramienta de gestión de la imagen de destino**. *Cuadernos de Estudios Empresariales*. (Vol 23, pp. 133- 147).



## **O Estado neoliberal e a produção espacial para o turismo através do PRODETUR em Sergipe**

### **The neoliberal State and the spatial production of tourism through the PRODETUR in Sergipe**

LARISSA PRADO RODRIGUES  
Universidade Federal do Sergipe  
larissa4912@hotmail.com

CRISTIANE ALCÂNTARA DE JESUS SANTOS  
Universidade Federal do Sergipe  
cristie09@uol.com.br

#### **RESUMO**

O neoliberalismo, enquanto doutrina gradativamente hegemônica a partir da década de 1970, foi acolhido fortemente pelo pensamento político-econômico, representando e articulando a reestruturação do sistema capitalista pautado na financeirização a nível global. As perspectivas emergidas contribuíram para a eliminação das condições, pressupostos, postulados e formas de planejamento e gestão econômicas, políticas e sociais do liberalismo embutido de macroeconomia *keynesiana*, marcados pela centralização no âmbito público. Esta transição e transmutação paradigmática forneceram hegemonia e universalidade ao modo de produção e sociedade de cunho capitalista neoliberal quando da disseminação do ajuste neoliberal enquanto um conjunto de medidas balizadas pela defesa e imposição de processos de desestatização, desregulação, flexibilização e privatização, sobretudo, na América Latina, facilitada pela frágil conjuntura política e econômica do continente.

Neste contexto, são difundidos os preceitos oriundos do apanágio neoliberal ao mundo capitalista aliado e subsidiado pela globalização. Com a extensão mundial das operações, engendradas mediante o avanço colossal e substantivo das tecnologias, ocorreria intensificação da abertura e mobilidade dos mercados envolvendo fluxos de capitais, forças produtivas, fluxos financeiros e de investimentos previstos pelo receituário neoliberal oriundo do cerne do Consenso de Washington, com o intento de recuperação da reprodução e acumulação ampliada do capital (IANNI, 1998). Por conseguinte, o neoliberalismo devolvera o poder de condução da economia ao mercado, anteriormente controlado e centralizado nos governos no âmbito do formato *keynesiano*, ainda que estes não tenham negligenciado o êxito da reprodução e acumulação privada, mas sim, o ratificado, fator que contribuiu para emergência da tida era ouro do capitalismo.

O aparato econômico desnacionalizado e globalizado encontrou alicerce ainda na conversão da atuação interventora dos governos para fins de favorecimento e sustentação da lógica instituída, baseada no resgate das proposições liberais do século XVIII. Portanto, para que a doutrina neoliberal



que culminou na redefinição da economia a nível global pudesse ser de fato implantada e mantida enquanto eixo ideológico norteador e condutor majoritário, diversos agentes tiveram e possuem papéis decisivos, como os governos das maiores potências mundiais, hegemônicas e influentes; e as instituições que atuam enquanto ferramentas que atendem aos seus interesses particulares, como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial.

Neste sentido, a doutrina encontra respaldo e proteção para o funcionamento do mercado produtivo e financeiro, sobretudo, nas instituições multilaterais, ou seja, os Estados supranacionais contemporâneos supracitados que são os legítimos guardiões do ideário neoliberal, fornecendo o suporte necessário para que os valores neoliberais se expandam e sejam reproduzidos por todo o globo. Essas agências multilaterais, por intermédio de pressão política que exercem sobre os demais países, exigem que as regras do jogo neoliberal no/do mundo globalizado sejam seguidas sob a pena de exclusão político-econômica (DARDOT; LAVAL, 2016).

Logo, o papel desempenhado pelos governos e os Estados nacionais e os tidos como supranacionais são fundamentais para o reforço da economia neoliberal, de modo que ora são incluídos para fortalecer os interesses do grande capital, mas, podendo ser, simultaneamente, excluídos quando da sua interferência se produzem efeitos tidos como danosos para o funcionamento exploratório e expropriatório do livre mercado. Isto, ratifica os discursos da incompetência estatal, embora seja na prática demasiadamente útil para atendimento e socorro nos momentos de instabilidade e crise considerando a incapacidade de autossustentação e regulação advindas deste setor. Desta forma, o Estado neoliberal nos processos de neoliberalização atuou de modo minimizado e, paradoxalmente, maximizado e ativo para propiciar um adequado ambiente de negócios, contribuindo para a atração de investimentos, expansão dos mercados, integridade e vitalidade da economia capitalista através da liberação e retirada de restrições à reprodução e acumulação do capital.

No que tange especificamente à atividade turística, o Estado neoliberal brasileiro reproduziu na produção espacial com vistas à turistificação os postulados do difundido ajuste neoliberal. Neste sentido, houve a preconização da abertura econômica para a instituição do livre mercado mediante a desregulamentação e flexibilização que permitissem a mobilidade e fluxo de empresas turísticas, assim como, de turistas, somados à permissão e incentivo estatal para a entrada de investimentos exógenos, pautando-se em estratégias de atração do capital estrangeiro (FONSECA, 2005).

Deste modo, o ideário neoliberal, especialmente no que concerne à liberalização econômica e financiamento público e externo, circundou e influenciou significativamente (n)as políticas públicas de turismo causando impactos de ordens múltiplas, no qual, sob essa perspectiva, se destaca o



Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) idealizado e desenvolvido no período auge do neoliberalismo no Brasil, em meados da década de 1990, e financiado pelo Estado brasileiro em conjunto com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID).

O PRODETUR pautou-se fundamentalmente no objetivo de desenvolver o turismo na região Nordeste mediante a implantação de infraestrutura visando à atração do capital externo de empresas multinacionais turísticas que, teoricamente, ao instalarem-se nas localidades dinamizariam a economia ao gerarem emprego e renda para as comunidades circunvizinhas; possibilitariam a entrada de divisas; melhorariam a qualidade de vida das populações locais; para, por fim, prover o almejado desenvolvimento sustentável através do turismo enquanto atividade econômica principal.

Neste cenário, o problema da presente pesquisa é posto, uma vez que se questiona de que modo, especificamente no estado de Sergipe, as políticas de transformação espacial para o turismo oriundas do PRODETUR sob a égide do Estado neoliberal impactaram socioeconomicamente na região anteposta, tendo por objetivo demonstrar os principais efeitos e resultados alcançados a partir das intervenções realizadas nas distintas edições do programa sob a localidade.

Metodologicamente, parte-se da perspectiva da pesquisa qualitativa e exploratória, juntamente às técnicas de levantamento e revisão bibliográfica, análise documental e observação indireta. Concatenadas, as pesquisas bibliográfica e documental propiciaram a coleta e o levantamento de diversos dados e informações oriundas de fontes primárias e secundárias correlatas às políticas públicas de turismo, sobretudo, a partir dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Sergipe (PDITS), de suma importância para as análises das configurações e formatos paradigmáticos do turismo brasileiro e sergipano.

Diante da investigação empreendida, faz-se mister salientar que o PRODETUR durante sua atuação no Nordeste fora balizado pelos preceitos neoliberais enquanto política pública financiada por um dos organismos internacionais guardiões e reprodutores do neoliberalismo, o BID, estando subordinado e subjugado às arbitrariedades condutivas do banco que recorrentemente impôs condições para a efetiva liberação dos recursos, direcionando, indiretamente, o conteúdo e enfoque a ser dado na normatização e execução das políticas nacionais e estaduais de turismo.

Desta forma, evidenciou-se que, na prática, as políticas do programa agregaram prerrogativas às classes dominantes por meio da preparação e produção territorial para que a reprodução do capital pudesse ser viabilizada, em detrimento do prometido desenvolvimento social por vias da consolidação da prática e atividade turística. Tal constatação se dá, haja vista que os ínfimos avanços em termos de diminuição da pobreza, miséria, em suma, disparidades socioeconômicas aliadas ao crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não foram os esperados e vislumbrados nos



documentos propositivos, exceto o crescimento do fluxo e mercado turístico, superado.

Perspectiva análoga fora constatada quando da abordagem comparativa com outros estados nordestinos, como o Rio Grande do Norte, considerando que o PRODETUR/NE engendrou efeitos semelhantes quando intentava, sob o mesmo discurso ilusório, promover a atividade turística objetivando dirimir disparidades socioeconômicas (TAVEIRA; FONSECA, 2009). Logo, nota-se que a região Nordeste fora apropriada por um projeto neoliberal global que visava privilegiar o capital, sobretudo internacional, conferindo às grandes corporações do mercado turístico global um largo terreno já preparado para atendimento dos seus interesses de reprodução e acumulação.

Em vista do exposto, conclusivamente, o PRODETUR instaurou-se sob a influência da ideologia globalizada do capital, em que mais do que propiciar e financiar “melhorias” para os países em condição de subdesenvolvimento e tidos como emergentes, intervindo diretamente nos territórios soberanos com o aval da fragilidade destes em diversos sentidos, as agências multilaterais, como o BID, pretendem, como pano de fundo latente dos discursos e consequência das ações e investimentos realizados, exercer poder de influência e estrategicamente contribuir de modo condicionado para a manutenção da ordem capitalista financeira neoliberal global por meio da criação e desenvolvimento de mercados – no caso aqui estudado, o turístico – que dinamizem o capitalismo para fortalecê-lo de forma desdemocratizada. Longe, portanto, de suplantarem cenários de desigualdade em prol do desenvolvimento para além do crescimento econômico, isto é, baseado em princípios como a justiça, a equidade e a democracia.

## **ABSTRACT**

Neoliberalism, as a doctrine gradually hegemonized since the 1970s, was strongly supported by political-economic thinking, representing and articulating the restructuring of the capitalist system based on financialization at the global scale. The emerging perspectives contributed to the elimination of the conditions, assumptions, postulates and forms of economic, political and social planning and management of the liberalism embedded in *Keynesianism* macroeconomics, marked by centralization in the public sphere. This transition and paradigmatic transmutation provided hegemony and universality to the neoliberal capitalist mode of production and society when the neoliberal adjustment spread as a set of measures marked by the defense and imposition of processes of privatization, deregulation, flexibilization and privatization, above all in Latin America, facilitated by the fragile political and economic situation of the continent.

In this context, the precepts derived from the neoliberal appanage are spread to the capitalist world allied and subsidized by globalization. With the worldwide expansion of the operations generated by the colossal and substantive advancement of technologies, there has been an intensification



of the opening and mobility of markets involving capital flows, productive forces, financial flows and investments foreseen by the neoliberal recipe from the heart of the Washington Consensus, with an attempt to recover reproduction and increased capital accumulation (IANNI, 1998). Neoliberalism, therefore, had returned the power of conducting the economy to the market, previously controlled and centralized in governments within the framework of the *Keynesian* format, although they did not neglect the success of reproduction and private accumulation, but ratified, a factor that contributed for emergence of gold capitalism period.

The denationalised and globalized economic apparatus was still found in the conversion of the intervening action of the governments for purposes of favoring and sustaining the established logic, based on the rescue of the liberal propositions of the eighteenth century. Therefore, in order for the neoliberal doctrine that culminated in the redefinition of the economy at a global level could be effectively established and maintained as the guiding ideological axis and main driver, several agents had and have decisive roles, such as the governments of the major world powers, hegemonic and influential; and the institutions that act as tools that serve their particular interests, such as the International Monetary Fund, the World Trade Organization and the World Bank.

In this sense, the doctrine finds support and protection for the functioning of the productive and financial market, especially in the multilateral institutions, that is, the supranational contemporary states that are the legitimate guardians of the neoliberal ideology, providing the necessary support so that the neoliberal values expand and reproduce across the globe. These multilateral agencies, through their political pressure on other countries, require that the rules of neoliberal play in the globalized world be followed under penalty of political-economic exclusion (DARDOT; LAVAL, 2016).

Therefore, the role played by national governments and states and those supranational are fundamental to the strengthening of the neoliberal economy, so that they are sometimes included to strengthen the interests of big capital, but, at the same time, they can be excluded when effects have been considered detrimental to the exploratory and expropriatory functioning of the free market. This ratifies the discourses of state incompetence, although it is in practice too useful for assistance and help in moments of instability and crisis considering the inability of self-sustainability and regulation coming from this sector. In this way, the neoliberal state in the processes of neoliberalization has acted in a minimized and paradoxically maximized and active way to provide an adequate business environment, contributing to the attraction of investments, market expansion, integrity and vitality of the capitalist economy through the liberation and removal of restrictions on reproduction and accumulation of capital.



With regard to tourist activity, the Brazilian neoliberal state reproduced the postulates of the widespread neoliberal adjustment in spatial production with a view to touristification. In this sense, economic openness was recommended for the establishment of the free market through the deregulation and flexibilization that allowed the mobility and flow of tourism companies, as well as tourists, added to the permission and state incentive for the entry of exogenous investments, guiding strategies of attracting foreign capital (FONSECA, 2005).

In this way, the neoliberal ideology, especially with regard to economic liberalization and public and external financing, has surrounded and influenced significantly the public policies of tourism causing impacts of multiple orders, in which, from this perspective, the Program of Development of the Northeastern Tourism (PRODETUR/NE), idealized and developed during the height of neoliberalism in Brazil in the mid-1990s, and financed by the Brazilian State in conjunction with the Inter-American Development Bank (IDB).

The PRODETUR was fundamentally focused on the objective of developing tourism in the Northeast region by implementing infrastructure aimed at attracting the external capital of multinational tourism companies that, theoretically, when they set up in the localities, would stimulate the economy by generating jobs and income for the surrounding communities; would allow foreign exchange to enter; improve the quality of life of local populations; to finally provide the desired sustainable development through tourism as the main economic activity.

In this scenario, the problem of the present research is posed, since it is questioned in what way, specifically in the state of Sergipe, the spatial transformation policies for tourism originating from PRODETUR under the aegis of the neoliberal State impacted socioeconomically in the prior region, having by objective to demonstrate the main effects and results achieved from the interventions carried out in the different editions of the program under the locality.

Methodologically, it is based on the perspective of qualitative and exploratory research, together with the techniques of survey and bibliographic review, documentary analysis and indirect observation. Concatenated, bibliographical and documentary research led to the collection of various data and information from primary and secondary sources related to public tourism policies, mainly from the Sustainable Development Integrated Development Plans of Sergipe (PDITS), from importance for the analyzes of the configurations and paradigmatic formats of the Brazilian and Sergipe tourism.

In view of the research undertaken, it should be pointed out that PRODETUR during its operation in the Northeast had been marked by neoliberal precepts as a public policy financed by one of the international guardians and reproducers of neoliberalism, the IDB, being subordinate and subjugated to the bank's conductive arbitrariness which has repeatedly



imposed conditions for the effective release of resources, directing, indirectly, the content and approach to be given in the regulation and execution of national and state tourism policies.

In this way, it was shown that, in practice, the policies of the program added prerogatives to the ruling classes through the preparation and territorial production so that the reproduction of capital could be made feasible, to the detriment of the promised social development by means of the consolidation of the practice and tourist activity. This is due to the fact that the poor progress in terms of poverty reduction, misery, and socioeconomic disparities combined with growth in the Human Development Index (IDH) were not expected and envisaged in the proposed documents, except for the growth of the flow and tourism market, exceeded.

Analogous perspective had been observed when comparing with other northeastern states, such as Rio Grande do Norte, considering that PRODETUR/NE generated similar effects when, under the same illusory discourse, it attempted to promote tourism activity in order to solve socioeconomic disparities (TAVEIRA; FONSECA, 2009). Thus, the Northeastern region was appropriated by a global neoliberal project aimed at privileging capital, especially international capital, giving large corporations in the global tourist market a lot of land already prepared to meet their reproduction and accumulation interests.

Conclusively, PRODETUR established itself under the influence of the globalized ideology of capital, in which more than providing and financing "improvements" for underdeveloped and emerging countries, intervening directly in sovereign territories with the multilateral agencies, such as the IDB, intend, as a latent background of the discourses and consequences of the actions and investments made, to exercise power of influence and strategically contribute in a conditioned way to the maintenance of the capitalist order global financial neoliberal through the creation and development of markets – in the case studied here, the touristic – that dynamize capitalism to strengthen it in a undemocratic way. Far from supplanting inequality scenarios for development beyond economic growth, that is, based on principles such as justice, equity and democracy.

## **Referências/References**

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: Editora da UFRN, 2005.

IANNI, Octavio. Globalização e Neoliberalismo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 2, 1998. p. 27-44

TAVEIRA, Marcelo da Silva; FONSECA, Maria Ap. Pontes da. Neoliberalismo, Políticas Alternativas de Turismo e Comunidade Local no Litoral Potiguar. In: **VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009. p. 1-12.



## **Políticas públicas e desenvolvimento do turismo cultural: o exemplo das cidades brasileiras de Cachoeira, Bahia e Ouro Preto, Minas Gerais**

**Public policies and cultural tourism development: the example of the Brazilian cities of Cachoeira, Bahia and Ouro Preto, Minas Gerais.**

LÚCIA MARIA AQUINO DE QUEIROZ  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
luciamaqueiroz@yahoo.com.br

DIOMIRA MARIA CICCÍ PINTO FARIA  
Universidade Federal de Minas Gerais  
diomiramaria@gmail.com

### **RESUMO**

O problema da intervenção do Estado na economia, apesar de estar em voga na esfera acadêmica e política há mais de dois séculos, continua a manter-se atual. Pode-se afirmar que esta questão se encontra na base de toda política e que quanto mais o poder público se orienta para o comando do desenvolvimento mais a temática da intervenção estatal na economia evolui da perquirição acadêmica para uma discussão viva, trazida à cena por diversos atores (Guimarães, 1966: 14).

Tomando-se como referência a atividade turística em duas cidades brasileiras, Cachoeira-BA e Ouro Preto-MG, este trabalho, resultado de pesquisa pós-doutoral, busca, dentre outros propósitos, investigar o papel do Estado no desenvolvimento do turismo cultural de espaços urbanos reconhecidos como detentores de expressivo patrimônio histórico-cultural. Ratificando a contemporaneidade dos estudos que trazem como temática central as políticas públicas para o turismo e seus rebatimentos sobre o espaço urbano, intenciona dar voz, através de pesquisa direta, a um conjunto de atores locais, representantes de organizações públicas, privadas e do terceiro setor que avaliam a atuação do Estado, conforme as suas distintas esferas de poder.

O turismo, por um longo período, foi conceituado privilegiando sua dimensão econômica (Figueirola, 1990). Entretanto, na atualidade, fortalece sua dimensão territorial que envolve um deslocamento e, portanto, uma relação espaço-tempo-movimento, e que compreende uma prática social coletiva que movimenta também a economia, “com influência em todos os setores da vida coletiva: nas instituições, nas mentalidades, nas concepções de identidade e até na ideia que a sociedade faz de si mesma” (Vera, 1997:51).

Hoje, após diversas análises sobre as relações entre a atividade turística e o espaço territorial, a economia do turismo lança um novo olhar sobre o



destino, propondo o seu protagonismo na definição do modelo de turismo a ser adotado para o desenvolvimento desta atividade. Conforme Sharpley (2009), autor responsável por essa proposta, cabe ao destino o melhor aproveitamento possível dos resultados do turismo. À frente da condução do processo de expansão do turismo, o destino é quem deverá definir os recursos ou ativos que devem ser explorados e até que ponto estes devem estar a serviço da atividade turística.

Em que pese o reconhecimento da importância da organização da sociedade e do protagonismo do destino e dos atores locais no alcance de benefícios econômicos derivados da atividade turística, e, ao mesmo tempo, o profundo ataque ao Estado nacional desencadeado pelo neoliberalismo, não se pode negar a relevância das políticas públicas para o turismo. Caracterizando-se como uma atividade complexa, horizontal, com amplas repercussões nos âmbitos de competência setoriais, o turismo requer uma efetiva orientação pelo seu forte impacto na geração de emprego e renda, nas relações sociais, culturais e nas condições ambientais (Vera, 1997: p.313).

Cachoeira e Ouro Preto, “cidades monumento”, cujos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos são tombados pelo Iphan, em que pese a urbe mineira ser também reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, são detentoras de aspectos semelhantes, dentre os quais inclui-se a existência de um expressivo patrimônio material e imaterial, o que justifica um estudo comparado, desde que seu objetivo não seja adjetivá-las, mas, sim, conhecer suas experiências e utilizar esse conhecimento como uma contribuição a estes e a outros espaços urbanos do Brasil que tenham o turismo cultural como atividade econômica potencial ou de expressão.

As informações secundárias levantadas e a pesquisa direta realizada para este trabalho com 83 organizações em Cachoeira e 111 unidades componentes do turismo cultural de Ouro Preto, entre abril e novembro de 2018, possibilitou identificar as políticas públicas direcionadas a estes núcleos urbanos e analisar as organizações do turismo cultural das duas cidades, conhecendo o perfil dos seus gestores, seus desafios e avaliações em relação à importância e à atuação dos poderes públicos no turismo cultural.

Embora contempladas por ações federais significativas, como ações de proteção ao patrimônio edificado, como o Programa Monumenta, direcionado às cidades detentoras de sítios ou conjuntos históricos de expressão, ou mesmo, caso específico de Ouro Preto, o programa “Destinos Indutores” resultante do II Plano Nacional de Turismo, em face à inexistência de políticas públicas nacionais contínuas e abrangentes dos mais distintos aspectos que compreendem a atividade turística, em um contexto de elevada competitividade e restrito suporte público e organização local, o turismo cultural dessas localidades defronta-se com uma série de entraves à sua expansão. Ratificando esta visão, a pesquisa direta realizada nos dois



espaços urbanos serviu para indicar uma significativa insatisfação dos distintos atores do turismo para com as ações públicas.

Em uma quase unanimidade, as organizações investigadas consideram a gestão pública extremamente importante para o desenvolvimento de cidades e regiões turísticas e culturais. Contudo, a avaliação da ação dos poderes públicos no turismo cultural, tanto de Cachoeira quanto de Ouro Preto, revelou certo descontentamento. Esse foi também expresso na análise da cooperação dos poderes públicos com as organizações do turismo cultural. Esta questão, formada por um conjunto de tópicos, descortinou a insatisfação dos entrevistados para com a ação pública (federal, estadual e municipal), seja em Cachoeira ou em Ouro Preto, porém, de modo mais acentuado no sítio histórico da Bahia.

Em síntese, o estudo realizado nos dois espaços urbanos serviu para indicar que mesmo em cidades históricas consideradas patrimônio nacional ou mundial, o turismo cultural não é percebido e tratado como prioridade pelos gestores locais. E, em adição, serviu para demonstrar que, de uma forma geral, as gestões públicas, sejam estas em âmbito local, regional ou nacional, necessitam apoiar mais intensamente esta atividade. Em resposta ao atual quadro de dificuldades as organizações estão buscando criar e fortalecer redes sociais, o que, entretanto, não reduz a importância da ação do Estado nacional e do conjunto de políticas públicas quando se objetiva um melhor desempenho do turismo cultural.

## **ABSTRACT**

The issue concerning state intervention in the economy, despite being in vogue in the academic and political spheres for more than two centuries, continues to remain current. It can be said that this question is at the basis of all politics and that the more the public power is oriented towards the command of development, the more the subject of state intervention in the economy evolves from the academic examination to a lively discussion brought to the scene by several actors (Guimarães, 1966: 14). Taking as a reference the tourism activity in two Brazilian cities, Cachoeira-BA and Ouro Preto-MG, this work, a result of postdoctoral research, seeks, among other purposes, to investigate the role of the State in the development of cultural tourism spaces recognized as holders of significant historical and cultural heritage. Ratifying the contemporaneity of studies that bring as a central thematic public policies for the tourism and their refutations on the urban space, this piece intends to enhance the voices, through direct research, of a set of local actors, representatives of public, private and third sector organizations which assess the performance of the State, according to its different spheres of power.

Tourism, for a long period, was conceptualized by favoring its economic dimension (Figueirola, 1990). Nowadays, however, its territorial dimension is strengthened, which involves displacements and, therefore, a space-time-movement relationship, and which comprises a collective social practice that



also moves the economy, "with influence in all sectors of collective life: in the institutions, mentalities, conceptions of identity and even the idea that society makes of itself" (Vera, 1997: 51). Today, after several analyses on the relationship between tourism and territorial space, the tourism economy throws a new perspective on the destination, proposing its role in defining the tourism model to be adopted for the development of this activity. According to Sharpley (2009), the author responsible for this proposal, it is up to the territory to make the best possible use of tourism results. At the forefront of the process of expansion of tourism, the destination and its stakeholders should define the resources or assets that should be explored and the extent to which they should be in the service of the tourism activity. Despite the recognition of the importance of the organization of society and the role of destination and local actors in the achievement of economic benefits derived from tourism and, at the same time, the deep attack on the national state triggered by neoliberalism) the relevance of public policies for tourism cannot be denied. As a complex, horizontal activity with broad repercussions in the areas of sectoral competence, tourism requires an effective orientation towards its strong impact on employment and income generation, as well as on social, cultural and environmental conditions (Vera, 1997: p.313).

Cachoeira and Ouro Preto are both "monument cities", whose architectural, urbanistic and landscape assemblages are registered by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan). In spite of the fact that Ouro Preto is also recognized as World Cultural Heritage by Unesco, both cities have similar aspects, including the existence of an expressive material and immaterial heritage that justifies a comparative study. So, the objective of this work is not to adjectivize the cities, but to know their experiences and to use this knowledge as a contribution to these and other urban spaces of Brazil that have cultural tourism as potential economic activity or expression.

The secondary information collected and the direct research carried out for this work with 83 organizations in Cachoeira and 111 members of the cultural tourism of Ouro Preto between April and November of 2018 made it possible to identify the public policies directed to these urban centers and to analyze tourism organizations cultural knowledge of the two cities, knowing the profile of their managers, their challenges and evaluations regarding the importance and performance of public powers in cultural tourism.

Although contemplated by significant federal actions, such as actions to protect the built heritage, as for example the "Monumenta" Program directed to cities that own historic sites or sets of expression, or even in the specific case of Ouro Preto, the "Inductive Destinations" National Plan of Tourism, in the face of the inexistence of continuous and comprehensive national public policies of the most different aspects that comprise the tourist activity, in a context of high competitiveness and restricted public support and local organization, the cultural tourism of these localities is



faced with a series of obstacles to its expansion. Ratifying this view, the direct research carried out in the two cities served to indicate a significant dissatisfaction of the different actors of the tourism with the public actions. Almost unanimously, the organizations investigated considered public management extremely important for the development of tourist and cultural cities and regions. However, the evaluation of public authorities' action in cultural tourism, both in Cachoeira and Ouro Preto, revealed some discontentment. This was also expressed in the analysis of the cooperation of public authorities with cultural tourism organizations. This question, formed by a set of topics, revealed the dissatisfaction of the interviewees with the public action (federal, state and municipal), whether in Cachoeira or Ouro Preto, but more markedly in the historical site of Bahia.

In summary, this study served to indicate that even in historic cities considered national or world heritage, cultural tourism is not perceived and treated as a priority by local managers. In addition, it served to demonstrate that public administrations, whether at local, regional or national level, generally need to be more supportive of this activity. In response to the current set of difficulties, organizations are seeking to create and strengthen social networks, which, however, do not reduce the importance of national state action and of public policy when a better performance of cultural tourism is sought.

## **Referências/References**

- BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Brasília: MTur, 2008. [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/Indice\\_competitividade/2008/Ouro%20Preto.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2008/Ouro%20Preto.pdf).
- BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Brasília: MTur, n.d. Disponível em [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_turismo\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf). Acesso em 21/11/2018.
- FIGUEIROLA PALOMO, Manuel. Teoría económica del turismo. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1985. 434p.
- GUIMARÃES, Ary. Um sistema para o desenvolvimento. Salvador: UFBA, 1966. 184p.
- SHARPLEY, Richard. Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability? Richard Sharpley. London: Eartscan, 2009.
- VERA REBOLLO, Fernando J, (Coord.). Análisis territorial del turismo. Barcelona: Ariel Geografía, 1997. 443p.



## The Political Ecology of private nature reserve tourism on the West Coast of South Africa

MICHAEL DYSSSEL

University of the Western Cape - South Africa

mdyssel@uwc.ac.za

### ABSTRACT

South Africa has a variety of biodiversity, geodiversity and heritage attributes that contribute to its status as an important global tourist destination. As one of the world's foremost mega diverse countries, it faces significant conservation and development challenges though. This diversity leads to (almost) inseparable conservation and development challenges that require integrated and holistic thinking and planning. This paper argues that such integration is best facilitated by an appreciation of the interrelations between ecology and politics. In a very unequal society like South Africa's, the politics of conservation and development cannot be disregarded. This paper is therefore framed by the power relationships that emanate from the commodification and privatisation of the natural and the ecological as reflected in the private nature reserve (PNR) as an important contributor to the total conservation estate in South Africa.

A significant portion (approximately 35%) of the conservation estate in South Africa is privately-owned and as it is facilitated by the country's protected area expansion strategy, active promotion of biodiversity stewardship programmes as well as by tax incentives, this percentage will continue to grow. Private nature reserves (PNRs) fulfil therefore an important role in South Africa's protectionist approach to conservation and the latter's contribution towards the country's tourism industry.

PNRs are normally characterised by natural and/or induced conservation attributes that provide platforms on which attractive tourism offerings can be 'packaged' and accordingly marketed. These attractions include the in-situ conservation of endemic plant and animal species; ex-situ conservation of non-endemic species, (specifically big-five animals and other wildlife as core attractions); cultural and natural heritage promotions; as well as diverse and often pricy visitor services such as accommodation, game drives and targeted additional entertainment.

South Africa's tourism consumption patterns are skew and highly influenced by class and race disparities. Local, provincial and national tourism authorities are grappling with challenges associated with benefit-sharing, transformation and capacity building as means to bring historically excluded and disenfranchised groupings of society, in more sustainable ways, into the tourism sector. PNRs, conservancies and membership private nature reserves as particular forms of protected areas in the South African conservation estate could arguably be considered as spaces in which



conservation practices can enhance the (access) control and power of private landowners. The fundamental aim/question that this paper therefore addresses is to what extent PNRs on South Africa's West Coast, over and above their conservation function, can also function as enabling spaces for the inclusion of social-, cultural- and economically diverse visitors.

It provides a political-ecological lens on private nature reserve tourism on South Africa's west coast north of Cape Town. Political Ecology considers the conceptualisation of nature and conservation as fundamentally political. The conservation and control thesis in Political Ecology that questions the assumption that conservation is intrinsically benign is used to contextualise the study. The failures and successes of conservation are often divorced from the political and economic contexts within which conservation is embedded. The social and cultural significance of conservation in general and the role that specific protected areas are, or can play in addressing developmental challenges of communities on their doorsteps in particular, cannot be underestimated.

Case studies are used to explore the relationships between tourism offerings and visitor dynamics and profiles at four PNRs located near the town of Langebaan on the South African west coast. Langebaan is one the most popular destinations on the West Coast for foreign and domestic tourists and it is primarily associated with the Langebaan Lagoon, one of the world's most important Ramsar sites. Its sensitive saltmarshes and an array of birdlife bear testimony to the ecological sensitivity of the almost secluded lagoon that also forms the conservation core of the West Coast National Park (WCNP), one of South Africa's more than twenty national parks. The chosen PNRs namely Buffelsfontein, Thali Thali, Elandsfontein and Rondeberg are all located in close proximity to the WCNP. They offer attractions that range from big-five animals to spectacular seasonal wild flower displays and sensitive fossil beds.

To inform the aim of the paper the following objectives are also addressed:

- Revisiting theoretical aspects of mainstream, new conservation, neo-protectionist, and convivial conservation as it pertains to tourism-conservation relationships in officially protected areas in general and PNRs in particular.
- Analyse the role that conservation policy plays in the existence of, and the increase in PNRs in South Africa in general and on the West Coast in particular.
- Analyse the results of a field survey that were conducted at four PNRs and based on participant observation, conversations with reserve management, visitor statistics, and the analysis of visitor book entries.
- Provide visitor profiles and reflect on how the management aspects of the chosen PNRs facilitate diversity.



Results and concerns yielded by the study include: the (financial) exclusion of certain visitor cohorts, the promotion of ex-situ conservation to address (unfavourable) biophysical and temporal impediments for tourism, the staging of market-driven conservation enclaves, the spatial buffer that the PNRs are offering to the nearby WCNP, and a need for improved benefit-sharing.

## **Unfulfilled promises: Dam construction and tourism development at Nandoni Dam in Limpopo Province, South Africa**

NDIDZULAFHI INNOCENT SINTHUMULE  
University of Johannesburg - South Africa  
isinthumule@uj.ac.za

### **ABSTRACT**

The Nandoni Dam was constructed from 1998–2005 to provide water to local communities in the Vhembe District. The dam lies 16km southeast of the town of Thohoyandou on the Luvuvhu River in Limpopo Province near South Africa's border with Zimbabwe. Expectations were built amongst local communities that economic development would result from tourism development. The dam is substantial covering 1,650 hectares and with a 166, 200,000 m<sup>3</sup> capacity. Constructed on state-owned land, the dam is administered by three traditional authority Territorial Councils within the Thulamela Municipality, under Vhembe District Municipality. The Councils are responsible for the allocation of land for use by individuals or organisations. The northern bank falls under the Mphaphuli Territorial Council led by Chief Mphaphuli, the southern bank under Mulenzhe Territorial Council led by Chief Ramovha and the far western reaches under Tshivhase Territorial Council led by Chief Tshivhase.

The construction of the Nandoni Dam resulted in the physical and economic displacement of people. The relocation of people was done by government through the national Department of Water Affairs and Forestry (DWAF). The team developing and implementing the relocation action plan had included representatives from the DWAF, contractors, and the Community Resolution Committee (CRC) consisting of individuals and communities from affected villages and local traditional leaders. Promises of social and economic benefits to displaced people and communities living around the dam were made by the DWAF, traditional leaders and Vhembe District Municipality. In addition to water provision to local communities from the new dam, those displaced by the construction of the dam would be compensated. The dam was also expected to act as a catalyst for new developments and initiatives in the area. Of relevance to this paper was the promise that the Nandoni Dam would result in water-based recreation and



tourism development, a tourism format that had not yet been developed in the region. It was anticipated that the resulting tourism development in the area would create employment for local people and improve the lives of local communities.

This study aimed to explore whether the promise of tourism development and associated benefits has been realized in the study area. Interview-administered questionnaires were therefore conducted with community members in the local villages of Mulenzhe and Dididi. The questionnaire combined both closed- and open-ended questions, the latter primarily used to allow respondents to express themselves in their own words. The questionnaires were designed to cover the socio-economic characteristics, attitudes of local people towards the dam, benefits of dam construction, and the impact of tourism development on the lives and livelihoods of people. The questionnaires were administered to the household head (male or female who assumed responsibility for the household) or any adult member of the household aged more than 21 years. This was done until 220 households were covered (110 in each village). Questionnaires were first written in English, and then translated into Tshivenda (local language). Tshivenda version was then translated back into English by one of the hired field assistants. The total response time was approximately 30 minutes. Questionnaires were pre-tested on the research assistants, as well as a sample of 20 people from the rural village adjacent to the study area. Pre-testing of questionnaires helped to improve clarity of questions. Households that took part in the survey were selected through a systematic random sampling approach. The rationale behind using systematic random sample was to reduce the potential for human bias in the selection of households. The data collected were arranged or tabulated in Microsoft Office Excel. The analysis of the data used Statistical Package for Social Sciences (SPSS; version 20). Descriptive statistics were used to summarize the questionnaire response data set.

The study found that Nandoni Dam has indeed changed to become a tourism destination area with double-storey houses and guesthouses that are situated on the banks of the dam. In addition, camping facilities and picnic spots supplied with shade trees, as well as swimming pools are available. The “Royal Gardens” are a further attraction for visitors. At weekends, fishing enthusiasts and speedboat lovers frequent the dam. Evidence from this study showed that the dam is now a playground for the rich and has not met expectations of economic development for affected communities. The majority of the respondents (82.28%) were of the view that locals were not employed in water-based recreation and tourism in the area. A higher proportion of respondents (91.37%) indicated that their families do not benefit from tourism in Nandoni Dam. Almost all interviewees (96.62%) were of the view that tourism only benefits rich people and in addition, 74.55% of respondents indicated that only those not resident in the area benefit from tourism. Instead of improving the lives and



livelihoods of local communities, most respondents (62.73%) indicated that tourism development in Nandoni Dam has contributed to the rise in crime rate in the area. In addition, 87.27% were of the view that tourism development has increased the level of noise in the villages surrounding the dam. The study also found that the main aim of bringing water to the villages bordering the dam has not been achieved, and furthermore, the majority of those who were relocated were not compensated. The study concludes that the promises – particularly social and economic benefits of dam construction were overstated and remain unfulfilled. This has long lasting detrimental impacts on the lives and livelihoods of local communities.

## **POLITICA DE TURISMO COMO POLITICA TERRITORIAL? Entraves e Potencialidades do Estado Leste-timorense na produção dos espaços turísticos na ilha de Ataúro**

### **TOURISM POLICY AS A TERRITORIAL POLICY? Obstacles and Potentialities of the East Timorese State in the production of tourist spaces on the island of Ataúro**

RICARDO DEVIDES OLIVEIRA

Universidade de São Paulo/Universidade do Estado de Santa Catarina

rdvides@hotmail.com/ricardodevides@usp.br

## **RESUMO**

O objetivo deste artigo é refletir criticamente sobre os entraves e potencialidades do Estado leste-timorense na política direcionada a promoção e desenvolvimento do turismo na ilha de Ataúro, uma de suas ilhas turísticas. Localizado no Sudeste Asiático, região de alta competitividade econômica e complexa conjuntura geopolítica (DURAND, 2010), Timor-Leste (TL) têm como objetivo estratégico (PED 2011-2030)<sup>17</sup> a diversificação da economia altamente dependente do fundo petrolífero<sup>18</sup> (GUILLAUD, 2017), identificando no turismo um grande potencial, já que o território é dotado de rica diversidade cultural e natural (CABESSET-SEMEDO, 2007, 2009; TOLKACH, 2015; RIBEIRO, 2017). No entanto, sua Política Nacional de Turismo (PNT)<sup>19</sup> – em constante construção – não atingi o protagonismo

---

<sup>17</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento – Timor Leste (2011-2030). Disponível em: [http://timor-  
leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento\\_PT1.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf). Acesso em 20/05/2019

<sup>18</sup> Todas as receitas petrolíferas são transferidas ao Fundo Petrolífero e investidas no exterior em ativos financeiros nos EUA, e somente depois os valores podem ser resgatados e direcionados novamente a Timor Leste (n. do autor)

<sup>19</sup> Disponível em: [http://timor-  
leste.gov.tl/wp-content/uploads/2017/03/Governo-aprova-Politica-  
Nacional-de-Turismo1.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2017/03/Governo-aprova-Politica-Nacional-de-Turismo1.pdf). Acesso em 20/05/2019.



necessário para a produção dos espaços turísticos balizados pelo Desenvolvimento Local/Sustentabilidade Econômica porque o Estado é altamente dependente da processualidade e atuação dos mercados e capitais que se territorializam verticalmente em Timor desde a intervenção da ONU para restauração da independência (1999-2002). A alta dependência externa e fraca capacidade institucional, elementos característicos dos PEID's<sup>20</sup> (CROES, 2010) direcionam o delineamento de inúmeros projetos e acordos econômicos, onde o Estado atua como facilitador de investimentos que rebatem na produção desigual dos espaços turísticos, reproduzindo desigualdades ao invés de superá-las. Na ilha de Ataúro, parte do distrito da capital, Díli, os projetos integram as ZEESM<sup>21</sup>, onde já existe, desde 2015, o Plano de Ordenamento Territorial (POT)<sup>22</sup>, uma importante referência de gestão e planejamento deste território insular mas que, apesar do discurso da promoção das atividades econômicas salvaguardando a proteção dos valores naturais e culturais da ilha (POT, 2015), na realidade o que vêm ocorrendo é o desenvolvimento de infraestruturas turísticas para um público elitizado – vide o projeto de construção, também produzido pelo ZEESM – de 1 aeroporto e 13 heliportos numa área de apenas 117 km<sup>2</sup>. Segundo a liderança local, Marselina Balamba, presidente da ATA<sup>23</sup>, as organizações locais e os membros da comunidade não foram consultados sobre os projetos do ZEESM para a ilha (ABC, 2017)<sup>24</sup>. Para a Fundação Ásia<sup>25</sup>, são necessários regulamentos e normas ambientais para a proteção do patrimônio natural da ilha. Já para a La'ó Hamutuk<sup>26</sup>, o setor agrícola deve ser priorizado em articulação ao desenvolvimento do turismo, pois as comunidades litorâneas e do interior da ilha enfrentam problemas críticos de subnutrição e geração de renda. Além disso, há preocupações relativas à posse da terra, que é propriedade do governo, uma questão-chave a ser discutida no âmbito do ordenamento territorial (CARTER et al, 2001; COIMBRA, 2012). O turismo compreendido como política pública deve oportunizar às comunidades interessadas a apropriação dos meios de produção e a oferta de serviços turísticos com retorno financeiro direto. Há experiências positivas, como no caso da Cooperativa Boneca de Ataúro, reconhecida internacionalmente por ser um exemplo de gestão e geração de renda para as mulheres da ilha

---

<sup>20</sup> Timor faz parte dos 37 Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Compreendendo a parte oriental da ilha de Timor (14.834 km<sup>2</sup>), também compõe o território timorense a ilha de Ataúro (117 km<sup>2</sup>), o ilhéu de Jaco (8 km<sup>2</sup>) e o enclave de Oecussé-Ambeno (815 km<sup>2</sup>).

<sup>21</sup> Zonas Especiais de Economia Social de Mercado.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.zeesm.tl/wp-content/uploads/2017/07/Plano-de-Ordenamento-do-Territ%C3%B3rio.compressed.pdf>. Acesso em 20/05/2019.

<sup>23</sup> Associação de Turismo de Ataúro.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2017-07-17/timor-leste-island-community-fears-tourism-development/8713414>. Acesso em 20/05/2019.

<sup>25</sup> Instituição internacional que atua em colaboração com o governo timorense na elaboração da política de turismo (n. do autor)

<sup>26</sup> ONG mais importante de Timor Leste, a *La'ó Hamutuk*, criada logo após o período de transição da UNTAET/ONU, em 2001, tem como objetivo principal a observação, fiscalização e crítica aos projetos e investimentos públicos e privados realizados no país (n. do autor)



(COIMBRA, 2012). Por outro lado, parte significativa da rede hoteleira e das atividades de mergulho são controladas por estrangeiros que, beneficiados pelo dólar como moeda oficial, oferecem um serviço caro e direcionado quase que exclusivamente aos malais<sup>27</sup>, excluindo os timorenses do protagonismo econômico e do direito ao lazer e entretenimento em seu próprio território (COIMBRA, 2012; VONG, 2014; TOLKACH, KING, 2015). São entraves geopolíticos e geoeconômicos de um jovem Estado insular que busca o desenvolvimento econômico e a modernização dos seus espaços turísticos sem enfrentar de maneira soberana os ditames dos mercados e capitais germinados deste 1999 (NEVES, 2007; DURAND, 2010). Sob a égide da ajuda financeira internacional, Estados-Nações, organismos multilaterais, corporações multinacionais e ONG's se multiplicam em Timor e têm atuação bastante contraditória se ressaltarmos a prioridade do desenvolvimento local (CABASSET-SEMEDO, 2007). Neste processo, os espaços são produzidos de maneira desigual (SMIH, 1988) articulados e recombinaados por interesses privados, em diferentes mecanismos e escalas, sobrepujando a relação entre Estado e sua sociedade. Uma política de turismo deve se constituir como política pública e territorial (CRUZ, 2000) no âmbito do planejamento integral (YAZIGI, 2001) pois em um país onde 50% da população vive abaixo da linha da pobreza, carente das infraestruturas mais básicas, cabe perguntar: qual é o “lugar” do turismo na economia política timorense? É preciso construir um consenso de prioridades onde o desenvolvimento do turismo esteja intimamente atrelado à diminuição das desigualdades socioespaciais e econômicas. Os resultados desta investigação vêm se desdobrando em apontamentos teóricos, técnicos e práticos direcionados ao planejamento e governança territorial do turismo em Estados insulares (TL e suas ilhas turísticas). No limiar, faz-se necessário por em prática a soberania, promover o desenvolvimento científico e tecnológico; considerar as especificidades territoriais e culturais; compreender os entraves e potencialidades de sua geografia insular, definir marcos ambientais regulatórios, discutir formas de planejamento nos diferentes horizontes temporais; produzir mecanismos de governança horizontais. Por fim, criar capacidades e soluções à nível territorial-local frente aos desafios científicos, econômicos e políticos que Timor enfrenta.

---

<sup>27</sup> Estrangeiro, os de fora, em língua tétum (n. do autor)



## ABSTRACT

The objective of this article is to reflect critically on the obstacles and potentialities of East Timorese State in the policy directed to the promotion and development of tourism in the island of Ataúro, one of its tourist islands. Located in Southeast Asia, region of high economic competitiveness and complex geopolitical conjuncture (DURAND, 2010),

Timor-Leste (TL) has as strategic objective (PED 2011-2030)<sup>28</sup> the diversification of the economy highly dependent on the petroleum fund<sup>29</sup> (GUILLAUD, 2017), identifying in tourism a great potential, since the territory is endowed with rich cultural and natural diversity (CABESSET-SEMEDO, 2007, 2009; TOLKACH, 2015; RIBEIRO, 2017). However, its National Tourism Policy (PNT)<sup>30</sup> - in constant construction - does not reach the leading necessary role for the production of the tourist spaces marked by Local Development/Economic Sustainability because the State is highly dependent on the processuality and actions of the markets and capitals that are have been vertically territorialized in Timor since the UN intervention to restore independence (1999-2002). The high external dependence and weak institutional capacity, elements that characterize SIDS<sup>31</sup> (CROES, 2010) directing the design of numerous projects and economic agreements, where the State acts as a facilitator of investments that rebound in the unequal production of tourist spaces, reproducing inequalities rather than overcome them. On the island of Ataúro, part of the capital district of Díli, projects integrate of the ZEESM<sup>32</sup>, where the Territorial Planning Plan (POT)<sup>33</sup> has already been in place since 2015, an important reference for the management and planning of this island territory, discourse of promoting economic activities safeguarding the protection of the island's natural and cultural values (POT, 2015), in reality what has been happening is the development of tourism infrastructures for an elitist public - see the construction project, also produced by ZEESM - of 1 airport and 13 heliports in an area of only 117 km<sup>2</sup>. According to the local leadership, Marselina Balamba, president of the ATA<sup>34</sup>, local organizations and community members were not consulted on

---

<sup>28</sup> Strategic Development Plan - East Timor (2011-2030). Available in: [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento\\_PT1.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf) Accessed 05/20/2019

<sup>29</sup> All oil revenues are transferred to the Petroleum Fund and invested abroad in financial assets in the US, and only then can the securities be redeemed and redirected back to East Timor (author's no.)

<sup>30</sup> Available in: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2017/03/Governo-aprova-Politica-Nacional-de-Turismo1.pdf> Accessed 05/20/2019

<sup>31</sup> Timor is part of the 37 Small Island Developing States. The eastern part of the island of Timor (14.834 km<sup>2</sup>), the island of Ataúro (117 km<sup>2</sup>), the island of Jaco (8 km<sup>2</sup>) and the enclave of Oecussé-Ambeno (815 km<sup>2</sup>) make up Timorese territory (DURAND, 2010)

<sup>32</sup> Special Areas of Market Social Economy.

<sup>33</sup> Available in: <https://www.zeesm.tl/wp-content/uploads/2017/07/Plano-de-Ordenamento-do-Territ%C3%B3rio.compressed.pdf>. Accessed 05/20/2019

<sup>34</sup> Ataúro Tourism Association.



the ZEESM projects for the island (ABC, 2017)<sup>35</sup>. For the Asia Foundation<sup>36</sup>, environmental regulations and standards are needed for the protection of the island's natural heritage. Already for *La'o Hamutuk*<sup>37</sup>, the agricultural sector must be prioritized in conjunction with the development of tourism, as the coastal and inland communities of the island face critical problems of malnutrition and income generation. In addition, there are concerns about land tenure, which is owned by the government, a key issue to be discussed within the framework of land-use planning (CARTER et al, 2001; COIMBRA, 2012). Tourism as a public policy must provide the communities concerned with the appropriation of the means of production and the provision of tourist services with direct financial returns. There are positive experiences, such as the *Boneca de Ataúro* Cooperative, which is internationally recognized as an example of management and income generation for women on the island (COIMBRA, 2012). On the other hand, a significant part of the hotel chain and dive activities are controlled by foreigners who, benefiting from the dollar as an official currency, offer an expensive service directed almost exclusively to *malais*<sup>38</sup>, excluding the Timorese from economic protagonism and the right to leisure and entertainment in their own territory (COIMBRA, 2012; VONG, 2014; TOLKACH, KING, 2015). They are geopolitical and geoeconomic barriers of a young island State that seeks the economic development and the modernization of its tourist spaces without facing sovereignly the dictates of the markets and capitals germinated of this 1999 (NEVES, 2007; DURAND, 2010). Under the auspices of international financial assistance, Nation-States, multilateral organizations, multinational corporations and NGO's are multiplying in Timor and have a very contradictory role if we highlight the priority of local development (CABASSET-SEMEDO, 2007). In this process, spaces are produced in an unequal way (SMIH, 1988) articulated and recombined by private interests, in different mechanisms and scales, overcoming the relationship between the State and its society. A tourism policy must be constituted as a public and territorial policy (CRUZ, 2000) within the framework of integral planning (YAZIGI, 2001), since in a country where 50% of the population lives below the poverty line, lacking the most basic infrastructure, ask: what is the "place" of tourism in Timorese political economy? It is necessary to build a consensus of priorities where the development of tourism is closely linked to the reduction of sociospatial and economic inequalities. The results of this research are unfolding in theoretical, technical and practical notes directed to the planning and territorial governance of tourism in island states (TL and

---

<sup>35</sup> Available in: <https://www.abc.net.au/news/2017-07-17/timor-leste-island-community-fears-tourism-development/8713414>. Accessed 05/20/2019

<sup>36</sup> International institution that works in collaboration with the Timorese Government in the elaboration of tourism policy (author's no)

<sup>37</sup> East Timor's most important NGO, *La'o Hamutuk*, established shortly after the UNTAET/UN transition period in 2001, has as its main objective the observation, monitoring and criticism of public and private projects and investments in the country (author's no)

<sup>38</sup> Foreign or outsiders, in Tetum language (author's no.)



its tourist islands). At the threshold, it is necessary to put into practice the sovereignty, to promote the scientific and technological development; consider territorial and cultural specificities; understand the obstacles and potentialities of its insular geography, define regulatory environmental milestones, discuss ways of planning in the different time horizons; horizontal governance mechanisms. Finally, to create capacities and solutions at territorial-local level in face of the scientific, economic and political challenges that Timor faces.

## Referências/References

- COIMBRA, Marina I. X. Pro poor Tourism for community development on Atauro island, Timor-Leste. School of Business and Economics, 2012.
- CROES, R. Small Island Tourism Competitiveness: Expanding Your Destination's Slice of Paradise. Netherlands, 2010.
- CARTER, Bill *et al.* Development of Tourism Policy and Strategic Planning in East Timor. Occasional Paper, 8(1):1-101, 2001.
- CABASSET-SEMEDO, Christiane. Local Initiatives, National Policy, and International Organizations: The Stakes of Tourism in East Timor. *Heródote: Géopolitique du Tourisme*. 4. N. 127: 2007.
- \_\_\_\_\_. Thinking about tourism in Timor-Leste in the era of sustainable development. A tourism policy emerging from grass-roots levels. In. DURAND, F. East Timor: How to Build a New Nation in Southeast Asia 21 Century? Tailândia: IRASEC, 2009.
- CRUZ, Rita de Cássia A. Política de turismo e Território. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- DURAND, Frédéric. Timor-leste no cruzamento da Ásia e do Pacífico: um atlas histórico-geográfico. Lidel: Porto, 2010.
- GUILLAUD, D. et al. Entre pétrole et tourisme, la conservation participative des patrimoines locaux au Timor-Leste (Timor oriental). *Revue d'ethnoécologie*. n. 11, França: 2017.
- YAZIGI, Eduardo A. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.
- NEVES, Guterino N (*La'õ Hamutuk*). O paradoxo da Cooperação em Timor-Leste. In. SILVA, Kelly C; SIMIÃO, Daniel S. Timor Leste por trás do palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- RIBEIRO, Altino. Timor Leste: Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor turístico. (Dissertação de Mestrado) Escola de Ciências Sociais. Évora, Portugal, 2017.
- TOLKACH, Denis; KING, Brian. Strengthening Community-Based Tourism in a new resource-base island nation: Why and how? *Tourism Management*, v. 48, pg. 386-398, 2015.



VONG, M. F. *et al.* Turismo em Timor-Leste: Presente e futuro. In C. Costa, F. Brandão, R. Costa, & Z. Breda (Eds.), *Turismo nos países lusófonos: Conhecimento, estratégia e territórios* (Vol I., pp. 399–410). Aveiro - Portugal: Escolar Editora, 2014

## **Management challenges of a mature tourist destination: Kruger National Park, South Africa**

SANETTE FERREIRA  
Stellenbosch University - South Africa  
slaf@sun.ac.za

### **ABSTRACT**

Parks are complex ecological and social systems (or eco-social systems), and their performance is influenced by factors operating at many scales (Venter et al., 2008). Parks exist within a matrix of evolving biophysical, social and economic landscapes. “For this reason their performance must be assessed within the context of a shifting and increasingly complex set of objectives that have developed over the past century” (Cumming 2013: 105). The Kruger National Park (KNP), an iconic wildlife destination in South Africa, is one of the success stories of tourism development in Southern Africa (Ferreira 2019). This well-established tourism destination, which is more than 100 years old, received more than 1.8 million visitors in 2017. The KNP is the antithesis of the paper parks phenomenon that exists in some African countries. The KNP has been transformed from being a conservation and tourism island to being embedded in the social-ecological system of neighbouring communities. It furthermore plays an important role in both local and regional economies of South Africa. However, it is in its mature life cycle phase and the aging of its superstructures can be viewed as a slow-changing variable that currently challenges the resilience of the destination. Tourism development has always played a significant role in the success and resilience of the KNP and SANParks as a whole. In a developing economy, a national park that conserves two million hectares of wilderness area, provides employment to 3400 people, received 1.8 million visitors in 2017 and earned a net income of R911 million (USD 66 million) in the same year is perceived as the goose that lays the golden egg. The resilience of the park is, therefore, crucial to South Africa’s ecological conservation and economic development. Its challenge to maintain its good reputation and success for the next 100 years is daunting. In addition, the park faces political pressure to provide benefits and opportunities to neighbouring communities, to be more accessible to the local population and to attract larger numbers of visitors.



Since 1995, South African national parks had to be transformed against the backdrop of the political economy of South Africa with its inherent limitations. The role of the state as the central agent in the direction, legitimisation and exercise of power and control in the name of conservation (Peluso 1993) cannot be underestimated. This transformation had to contribute to and provide redress for past injustices for millions of rural people – of which some are of the poorest of the world. This paper examines the role of the state in the transformation and management of the Kruger national park (KNP) a mature tourist destination. Theoretically, the KNP is positioned in the context of Plog's (1976) and Butler's (1980) ideas on the life cycles of tourist destinations. The analyses and discussion focus on two levels. Firstly, explaining the bigger picture on how external factors (change in political regime, a meltdown of the national economy and climate change) and internal factors (aging of superstructures, poaching of rhinos and incomplete land restitution processes) can challenge the resilience of a destination. Secondly, how the under-funding of national parks in general manifest in a lack of maintenance of superstructure and infrastructure. The main aim of the paper is an analysis of visitor's satisfaction in the context of transformation and aging infrastructures and superstructures.

Primary data was collected from the written comments on the customer care database of the KNP (2010–2017), interviews with managers in the park and site visits to pioneer rest camps. Ten interviews were conducted with managers of different sections in the park (planning and development; conservation services; traffic and roads; maintenance of superstructures; catering services and retail; tourist services; and crime prevention) on the desired state of the tourism plant. Secondary data and information were distilled from the SANParks annual reports, appropriate websites and blogs, newspaper articles on the KNP and unpublished data sets provided by SANParks administrative head-office in Pretoria. The aesthetic appeal and functional state of the superstructures and supporting facilities of the pioneer rest camps in the Marula region (Pretoriuskop, Crocodile Bridge, Lower Sabie, Malelane, Skukuza and Satara) were evaluated. The written comments on the customer database (2010-2017) were analysed using a qualitative framework presenting different components of the visitor experience. From the repetition (at least 20 mentions) of the same type of complaints linked to a specific component of the visitor experience to KNP – insights could be distilled to enable a narrative report on the state of the tourism plant and if expectations of visitors were met during their stays in the park. Interviews with managers in the park were used to confirm or clarify insights drawn from the customer's point of view and to ascertain the parks management's stance on these complaints.

The customer care analysis showed a 68% negative response from customers. The accommodation services category received the most negative comments, with recurrent references to 'poorly maintained accommodation' (23.4%), followed by cleaning services (16.1%). In addition, the condition of



the inventory and supplies (in the self-catering accommodation) was determined to be at 15.6% of expectations. Site visits to Skukuza, Pretoriuiskop, Lower Sabie, Crocodile Bridge, Berg-en-Dal and Satara confirmed that the overnight visitors' responses were not unwarranted – the visible aging of the superstructures (accommodation, public ablutions and picnic sites) were notably subpar. On a five-point Likert scale (weak, lower than what is expected, reasonable, good, better than what is expected), all the rest camps ranked, according to the visitor feedback, as 'reasonable' to 'lower than what is expected'. Many visitors felt that they do not get value for money and that the park continues to deteriorate. Some respondents indicated for instance that they would no longer be staying in the park's accommodation and instead visit as day excursionists in future. Urgent action is also needed from SANParks to mitigate the aging of its superstructures (tourism plant). The ability to understand the diversity of tourists in any source market, their underlying motives and the type of products that may appeal to them is of utmost importance (Plog 1976) . It is important to note that the KNP's main market is the domestic market, consisting of very loyal, middle class families who have been visiting the Kruger for decades. A considerable proportion of these repeat tourists have left South Africa but are returning every year to KNP because of the spectacular wildlife viewing. The SANParks management is particularly focused on surviving the rhino poaching war; however, to play an important role in the socio-economic circumstances of its neighbouring communities, they need to prioritise the more than 100 years of investment in the tourism plant—to sustain the existing jobs and businesses in the park. Income generated from selling tourism products (especially bed nights) will also provide the finance to realise two of the other strategic goals namely: To manage and protect the natural and heritage assets of the park as well as to progressively contribute to equitable and fair economic transformation in South Africa.

## References

- Butler, R.W. (1980). The Concept of a Tourist Area of Life Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, 19(1), 5-12.
- Cumming, D. (2004). Performance of parks in a century of change. In B Child (2004) *Parks in Transition: Biodiversity, Rural development and the Bottom line*. Earthscan from Routledge: New York
- Ferreira, S.L.A. (2019). Managing a mature tourism destination: Kruger National Park. In Mkono, M. (Ed) 'Positive Tourism in Africa '
- Plog, S.C. (1974). Why destinations areas rise and fall in popularity. *Cornel University Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14(4), 55-58.
- Plog, S.C. (2001). Why destinations Areas Rise and Fall in Popularity: An update of a Cornell Quarterly Classic. *Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 42(3), 13-24.



Peluso N.L (1993) Coercing Conservation the politics of state resource control. *Global Environmental change*, 3 (2):199-217 Venter, F.J. Naiman, R.J. Biggs, H.C., & Pienaar, D.J. (2008). The evolution of conservation management philosophy: Science, environmental change and social adjustments in Kruger national park, *Ecosystems*, 11, 173-192.

## **Turismo e produção do espaço no litoral brasileiro: como está o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro**

### **Tourism and the production of spaces on Brazilian shores: the outlook for community-based tourism in the state of Rio de Janeiro**

SERGIO MORAES REGO FAGERLANDE  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
sfagerlande@gmail.com

## **RESUMO**

O trabalho apresentado é parte de pesquisa em andamento que tem como principal objetivo analisar as relações entre a atividade turística, as políticas públicas e seus reflexos na produção social dos espaços litorâneos brasileiros, enfatizando em que medida essas transformações têm gerado uma aceleração dos processos, conflitos e contradições, como a segregação e exclusão socioespaciais e a fragmentação territorial. A partir de um recorte de estudo das cidades litorâneas em todo o Brasil, o trabalho aqui apresentado traz um mapeamento de atividades ligadas ao turismo de base comunitária em cidades do litoral do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa busca compreender sua relação com as comunidades e seus habitantes, suas possibilidades econômicas e de geração de renda e empoderamento, buscando mostrar possibilidades alternativas às atividades tradicionais do turismo e de sua urbanização, em geral pouco relacionadas ao meio ambiente e seus moradores.

A criação de políticas públicas para o turismo a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003 teve grande impacto, inclusive com políticas específicas de financiamento para iniciativas ligadas ao turismo de base comunitária. Uma linha com esse nome foi lançada em 2006 pelo governo federal para atender projetos em favelas, áreas rurais, quilombolas, aldeias de pescadores, áreas ligadas a culturas tradicionais e áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, buscando dessa maneira gerar renda para populações em situação de fragilidade socioambiental. Cabe salientar que o apoio financeiro se concretizou através de cinquenta iniciativas escolhidas em meio a cerca de quinhentos projetos, mostrando que naquele



momento havia grande interesse e necessidade de implantação de políticas de apoio a iniciativas locais comunitárias.

A partir de projetos ligados à participação das próprias comunidades e de seus habitantes havia a ideia de que esse processo participativo iria romper a tradicional exploração das atrações turísticas por agentes externos, buscando uma relação mais inclusiva para uma atividade muitas vezes excludente que é o turismo. O estado poderia estimular, a partir de políticas públicas ligadas ao turismo, a diversidade cultural e econômica, muitas vezes relacionada a questões fundiárias e de sobrevivência para populações tradicionais ameaçadas por uma expansão de outras atividades, ou por falta de alternativas econômicas para a sobrevivência nessas áreas.

O estudo aqui apresentado sobre as cidades do litoral do estado do Rio de Janeiro teve início em pesquisa bibliográfica e em sites, além de visitação e contatos com agentes locais ligados ao turismo comunitário. De um total de vinte e quatro cidades situadas no litoral do estado, incluindo a capital, a pesquisa encontrou até o momento atividades ligadas ao turismo de base comunitária somente em oito municípios do estado, com grande número de iniciativas na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa inclui o reconhecimento de políticas públicas ligadas ao turismo, e no caso específico é importante a identifica o de uma nova legisla o no estado do Rio de Janeiro sobre turismo comunitário, a lei estadual n  7884 de 02 de março de 2018 que instituiu a Política Pública de Turismo Comunitário, que prevê que essas atividades devam ser realizadas em áreas de interesse turístico no estado do Rio de Janeiro, e que são ligadas a presença indígena, quilombos e favelas turísticas.

O uso de economia solidária nessas áreas é recomendado pela legisla o e o Estado se compromete através da lei a buscar formas de financiamento para essas atividades, exigindo ao mesmo tempo obriga o de registro em cadastros e formas burocráticas que trazem impedimentos para o livre exercício dessas atividades fora dessa formalidade exigida. A lei obriga o Estado ainda a criar condi o de uma “devida urbaniza o” para que as atividades possam existir. Dessa maneira, se por um lado a lei estimula as atividades ligadas ao turismo de base comunitário, criando possibilidade de financiamento oficial e reconhecimento de sua importância para a sociedade, por outro cria obstáculos, pelas dificuldades que a formalidade dessas atividades gera em áreas tradicionalmente ligadas à informalidade. A pesquisa tem verificado conflitos entre a atua o de agentes locais, muitas vezes sem condi o de se incluírem nessas exigências oficiais, e essas interferências públicas no processo do turismo comunitário.

O estudo tem buscado conhecer a legisla o existente nas três esferas de poder, e de que maneira existe o estímulo ao turismo comunitário, e como ele vem se relacionando com as cidades em que vem sendo realizado e com as comunidades locais. De maneira geral pode ser percebido que o turismo de base comunitária vem sendo um instrumento de empoderamento de comunidades que se contrapõem aos grandes investimentos turísticos.



Com relação aos municípios pesquisados o estado do Rio de Janeiro pode ser dividido em algumas regiões turísticas costeiras. Na Costa Verde a presença dessas atividades em cidades como Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba passa por um movimento de resistência de comunidades caiçaras, pescadores e ainda remanescentes quilombolas. A preservação de áreas de proteção ambiental ainda é parte desse processo, que se apresenta como alternativa ao processo usual de turismo de massas e da urbanização turística.

A área metropolitana tem na capital, Rio de Janeiro, um lugar com grande número de atividades ligadas ao turismo em geral, e o turismo de base comunitária se encontra estabelecido de maneira mais frequente em favelas turísticas e em alguns quilombos. Em outras cidades da região metropolitana como Niterói, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Maricá existe uma diversidade de possibilidades, como quilombos, colônias de pescadores e mesmo aldeias indígenas, ainda que em pequeno número, mas mostrando algumas iniciativas ligadas a coletivos populares. Na região da Costa do Sol, de grande movimentação turística, não foram ainda encontradas atividades relacionadas ao turismo de base comunitária, e na região noroeste do estado somente no município de Quissamã podem ser encontradas iniciativas ligadas à presença negra nas antigas fazendas de cana de açúcar, e na existência de quilombos. Como se trata de um município sem um litoral atraente para o turismo, a legislação municipal encontrada favorece essas atividades turísticas como forma de geração de renda para a população local.

O mapeamento em questão, ainda que em execução, traz dados preliminares que podem ser importantes para o estudo do turismo no estado do Rio de Janeiro. Por um lado, mostra que ainda que sejam atividades que parecem pouco importantes em relação a dados numéricos, a presença de iniciativas ligadas a um turismo menos excludente e mais relacionado às pessoas e à sua história tem grande importância como alternativa para se pensar a atividade de maneira geral no estado. Na cidade do Rio de Janeiro a pesquisa realizada nas favelas mostrou que as condições de segurança tem sido um grande obstáculo para o turismo, mas que aquele mais relacionado com os moradores locais tem tido possibilidades de se manter, diferente dos que se relacionam a agentes externos. A cidade passou por um período de grande movimentação turística relacionada à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, e o turismo de base comunitária naquele momento fez parte das políticas públicas, como mostra o Projeto Rio Top Tour de 2010 na favela Santa Marta, primeira a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O fim desse período e o desmanche dessas políticas públicas, após 2016, mostra como a presença do Estado através de políticas públicas é importante para as atividades, mas também mostra que as associações locais, estimuladas naquele período, se mantêm em um movimento ligado ao turismo comunitário, como é o caso do Museu de Favela



(MUF), na favela do Cantagalo, e da CoopBabilônia, na favela de Chapéu Mangueira.

A pesquisa vem confirmando que as diretrizes gerais estabelecidas ainda em 2006, no momento de criação do programa federal de estímulo a essas atividades pelo Ministério do Turismo, com financiamento de atividades locais, criaram perspectivas que foram mantidas, com as atividades tanto ligadas a favelas, quilombolas, aldeias indígenas, produção local, preservação da natureza, sempre ligados à geração de renda para seus moradores se mantém, e mesmo que na esfera federal o programa não esteja mais ativo, a própria criação de uma legislação estadual normatizando o setor mostra que há um interesse público, mesmo que com questões que devem ser mais bem discutidas com as comunidades. O estímulo através de políticas públicas se mostra importante, em especial com relação ao financiamento e organização das atividades, que necessitam de suporte para sua atuação, mas o interesse das comunidades em manterem suas tradições e identidades se mantém como elemento fundamental para que as atividades de turismo de base comunitária sejam estimuladas.

## **ABSTRACT**

This work is part of an ongoing research effort that has as its main object of interest the analysis of the relations that exist between tourism-related activities and public policies and their effects on the social production of spaces on Brazilian shores, with emphasis on the extent in which these transformations have produced an acceleration of the processes, conflicts and contradictions, such as the segregation and exclusion of social spaces and territorial fragmentation. From elements extracted from studies made in all of Brazil's coastal cities, this work maps the activities that are related to community-based tourism in cities located on the coast of the state of Rio de Janeiro. The research seeks to understand the relation that exist between the communities and those who live in them, the economic possibilities, along with those related to income generation and empowerment, in an attempt to show alternative possibilities to traditional tourism-related activities, of the urbanisation elements, usually little related to the environment and to the dwellers.

The production of public policies geared for tourism, starting with the creation of the Brazilian Department of Tourism in 2003 had significant impact, including specific measures and policies related to community-based tourism. A line of work was launched in 2006 by Central Government to cater for the needs of projects located in slum areas as well as rural and 'quilombola' [Maroon settlement] areas, and in fishing villages and conservation units, seeking to implement that way to generate income for populations marked by their social and environmental frailty. It is worth pointing that the financial support came to be as a result of fifty projects selected from a total of nearly five hundred, which shows that back then



there was a significant interest and need to implement support policies to local community initiatives.

Based on projects related to the participation of the very communities and their dwellers, there was an idea that this process of participation would break away from the traditional exploitation of tourist attractions by external agents, seeking relation that would better include the dwellers of the communities in the activity that so often is an excluding one, namely tourism. The state of Rio de Janeiro could encourage, with public policies related to tourism, the cultural and economic diversity that is so often linked to land ownership issues and the troubles related to the survival of traditional populations that are threatened by the growth and expansion of other activities, or by the lack of economic alternatives for their survival in these areas.

This study on the coastal cities of the state of Rio de Janeiro started with a survey of the literature on it and of Web sites, apart from visits to the locations and meetings with the local agents involved with community-based tourism activities. From a total twenty-four cities on the coast of the state and including the capital, the research found until now community-based tourism-related activities in only ten cities of the states, with a significant number of initiatives rooted in the city of Rio de Janeiro.

The research includes the acknowledgement of public policies related to tourism and, in the specific case it is important to point the identification of new legislation in the state of Rio de Janeiro on community-based tourism, namely State Law no. 7884 of 02-Mar-2018 that instituted the Public Policy on Community-Based Tourism that provides that such activities should be carried out in areas of tourist interest in the state of Rio de Janeiro, which are related to the indigenous populations, as well as quilombos [Maroon settlements] and tourism-oriented slums.

The application of the principles of solidary economics in these areas is recommended by the legislation and the state of Rio de Janeiro has undertaken with it to seek forms for financing these activities, whilst in enforcing the obligation to register, along with bureaucratic ways of control that limit the free exercise of these activities beyond the formal parameters that have been set in place. The law also determine that the state of Rio de Janeiro should create the conditions for 'adequate urbanisation', so to foster and ensure that these activities may exist. This way, if on one hand the law encourages community-based tourism activities, creating the possibility of official financing as well as acknowledging their importance for society, on the other it produces hurdles and difficulties with the red tape imposed on the activities, as they are usually of an informal nature. The research has found conflicts between the actions of the local agents, where very often it is nearly impossible to comply with official demands, along with the effects of such government interferences in community-based tourism.

The study sought to discover that the prevailing legislation is in the three domains of government, and in what way there is an encouragement



of community-based tourism and how it relates to the cities where it takes place and to the communities that take part in such endeavours. In a general way, it is possible to see that community-based tourism has been an instrument to empower communities that have a history of opposing large tourism-oriented investments.

As regards the cities studied, the state of Rio de Janeiro can be divided into some specific coastal tourist regions. In the Costa Verde [Green Coast] the presence of these activities in cities such as Paraty, Angra dos Reis and Mangaratiba are experiencing a surge of resistance from the 'caçara' communities [remains of indigenous peoples], along with fishing villages and old 'quilombola' settlements. The preservation of nature conservation areas is still an element of this process which is an alternative to the usual process of tourist activities geared for the masses, as well as the elements of tourism-oriented urbanisation movements.

The metropolitan area has its relevance in the capital city of Rio de Janeiro, with its large number of tourism-related activities in general, whilst community-based tourism activities are more frequently rooted in slums that are tourist destinations, as well as in some 'quilombo' settlements. Other cities of the metropolitan regions such as Niterói, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim and Maricá have a an array of possibilities such as 'quilombo' settlements, fishing colonies and even indigenous settlements, albeit in a small number, with some of them seeing the rise of some activities that rely of the collective strength of their local people. No activities have yet been identified in the Costa do Sol [Sunshine Belt] region, of intense tourist activity, and the north-west region of the state has only the city of Quissamã with its initiatives based on the presence of Afro-Brazilian communities in old sugar farms and on 'quilombo' settlements. As this is a city without an attractive shoreline for tourist activities, the city's legislation we found favours these tourist activities as a form to generate income for the local population.

The mapping effort, albeit an ongoing process, brings preliminary data that could be relevant for the study of tourism in the state of Rio de Janeiro. It shows, on one hand, that although they are seen as activities of little importance when considered as sets of numbers only, the existence of activities of a less excluding form of tourism, one that is more related to people and their history is very relevant as an alternative to contemplate and consider the activity in a general manner in the state. In the city of Rio de Janeiro, the research done in the favelas showed that the safety conditions are a major hurdle for tourism activities, but that those that are more closely related to the locals have been able to persist, contrary to those that are linked to external players. The city saw a period of much tourist activity as a result of the 2014 World Football Cup and the 2016 Olympic and Paralympic Games as the community-based tourism activity was contemplated by public policies, as seen in the 2010 Rio Top Tour Project in the Santa Marta favela, first to have an installation of the Peace Police Corps (UPP). The end of that



cycle, which saw the de-activation of these very public policies after 2016 shows how the participation and presence of the state of Rio de Janeiro with solid public policies is important for such activities, but also throws into clear relief the fact that the local associations that were stimulated back then continue as a part of a movement for community-based tourism, as is the case of the Favela Museum (MUF), in the Cantagalo Favela, as well as that of the CoopBabilonia, in the Chapéu Mangueira slum community.

The research has been confirming that the general guidelines established back in 2006, at the time of the creation of the Federal Programme to stimulate such activities by the Brazilian Department of Tourism, with the financing of local activities, created perspectives that were honoured and kept with activities related to the slums, quilombola settlements, indigenous villages, and local production, and the preservation of Nature, always linked to the generation of income for the dwellers, that has withstood the test of time, even with the Central [Federal] Government having de-activated it, and where the very creation of a state legislation that would structure attracts public interest, even before issues that should be better discussed with the communities they are aimed at. The encouragement through public policies is shown to be important especially as regards the financing and structuring of the activities, as they requires support to happen and succeed, but the interest communities have in keeping their traditions and identities is a fundamental element to allow the encouragement of community-based tourism activities.



## **Região e regionalização nas políticas de turismo brasileiras (2003-2014)**

### **Region and regionalization in Brazilian tourism policies (2003-2014)**

SIMONE AFFONSO DA SILVA

Universidade de São Paulo

simone.affonso.silva@usp.br

## **RESUMO**

### **Introdução**

O objetivo da pesquisa é identificar as concepções de região e as regionalizações do espaço brasileiro adotadas pelas políticas de turismo elaboradas pelo Governo Federal Brasileiro entre 2003 e 2014, com vistas a contribuir com as discussões sobre a atuação do Estado sobre as desigualdades regionais no país.

### **Diagnóstico: a concentração populacional e de riquezas na faixa litorânea**

No primeiro Plano Nacional do Turismo 2003-2007 (BRASIL/MTUR, 2003) destaca-se no diagnóstico o discurso sobre a vocação do Brasil para a atividade turística em virtude de sua riqueza natural, cultural, econômica e histórica, sendo a diversidade regional um dos grandes potenciais para o desenvolvimento do setor. Este seria o segmento da economia que atenderia de maneira mais completa e rápida as demandas por crescimento econômico e inclusão social do país.

Cruz (2018, p. 12) assinala que o turismo de massa no Brasil é controlado pelas operadoras turísticas e, cada vez mais, pela hotelaria de rede internacional, altamente concentradas e centralizadas no território brasileiro. As grandes empresas que atuam na cadeia do turismo direcionam o fluxo dos turistas pelo território nacional segundo os seus interesses e de acordo com a infraestrutura socioeconômica já instalada, fatores que vêm contribuindo com a reprodução das históricas desigualdades espaciais que caracterizam o país. Assim, a atividade turística contribui com a manutenção da preponderância da faixa litorânea como a porção mais intensamente ocupada e desenvolvida do país.

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (BRASIL/MTUR, 2007a, p. 25, 39-40) reconhece dentre os principais problemas do setor a concentração territorial da atividade turística na faixa litorânea, havendo como desafio, portanto, expandir a desconcentração, diversificação e interiorização do turismo pelo território nacional, observando os potenciais advindos das diversidades regionais. Todavia, como empecilho haveria graves deficiências de infraestrutura social e econômica, seja no que se refere à infraestrutura turística – sinalização turística, centros de recepção e informação ao turista,



centros de convenções e feiras, terminais de passageiros, unidades de hospedagem etc. –, seja no que diz respeito à infraestrutura de apoio ao turismo – sobretudo transportes e saneamento básico (BRASIL/MTUR, 2007a, p. 25, 39-40).

A esse respeito, Cruz (2018, p. 11-12) assinala que o turismo envolve um conjunto de atividades econômicas que abarcam diferentes segmentos industriais, comerciais e de serviços – a exemplo dos setores de transportes e de construção civil –, “(...) o que implica reconhecer que o capital produtivo no turismo encontra-se, paradoxalmente, em grande parte, fora dele, em setores com os quais o turismo mantém relações mais ou menos diretas, mas certamente relações dialéticas de dependência e influência”.

A Política Nacional de Turismo, instituída pela Lei nº 11.771/2008 (BRASIL, [17 set.] 2008), bem como o Plano Nacional de Turismo 2013-2016, consolidaram alguns aspectos que vinham sendo abordados no setor, destacando-se o imperativo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, sendo a regionalização turística, existente desde 2004 e reformulada no contexto deste último plano nacional, a principal referência territorial para o planejamento do setor (BRASIL/MTUR, 2013c, p. 21).

### **Estratégias: o tripé da desconcentração espacial, diversificação de atrativos e interiorização da atividade turística pelo território nacional**

O Plano Nacional do Turismo 2003-2007 (BRASIL/MTUR, 2003, p. 33 et seq.) elenca como principais estratégias: i) fomento: captar investidores para projetos localizados em regiões potenciais remotas, ainda não desenvolvidas; ii) infraestrutura: aprimorar a infraestrutura básica das localidades onde o turismo ocorre (abastecimento de energia, saneamento básico e coleta de lixo, transporte público, segurança etc.) e implantar equipamentos turísticos; iii) estruturação e diversificação da oferta turística: maximizar o aproveitamento das potencialidades e diferenças de cada região brasileira a partir da diversificação de produtos turísticos oferecidos no mercado; diminuir as desigualdades regionais ao estruturar produtos turísticos em todos os estados brasileiros e Distrito Federal; iv) promoção e apoio à comercialização: promover a diversidade cultural e regional a fim de reduzir as desigualdades.

Uma característica marcante do Plano Nacional do Turismo 2003-2007 é a ausência de uma discussão aprofundada sobre a dimensão regional. O conceito “região” é utilizado de maneira genérica, uma vez que não é possível identificar a qual recorte espacial as menções dizem respeito, embora em alguns trechos seja possível inferir que se trata da divisão macrorregional do Brasil estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Os planos nacionais de turismo que o sucedem, concernentes aos períodos de 2007-2010, 2011-2014 e 2013-2016, em certa medida amenizam essa lacuna.



## **Regionalização do turismo no Brasil**

De acordo com o documento “Introdução à Regionalização do Turismo”, elaborado no arcabouço do Programa de Regionalização do Turismo,

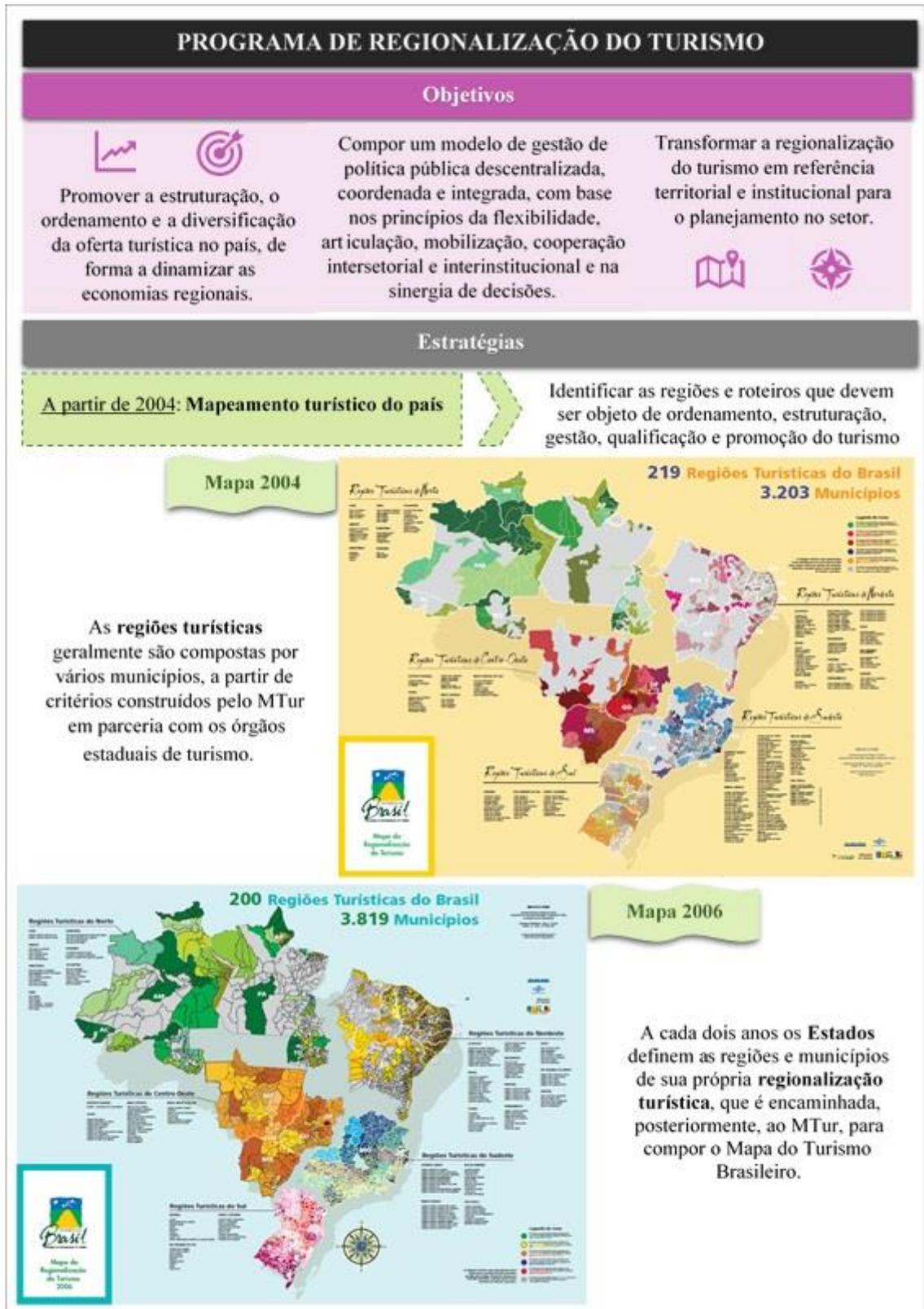
a visão local, centrada no município, deve alongar-se. O olhar deve ir mais longe, para abranger toda uma região. Chegar à idéia de região significa mudar o modo de pensar. Significa passar a olhar o território não apenas por suas características históricas, ambientais e culturais locais, mas passar a ver esses aspectos em inter-relações complexas e interdependentes com outros locais, em redes de cooperação e de esforço coordenado (BRASIL/MTUR, 2007c, p. 25-26).

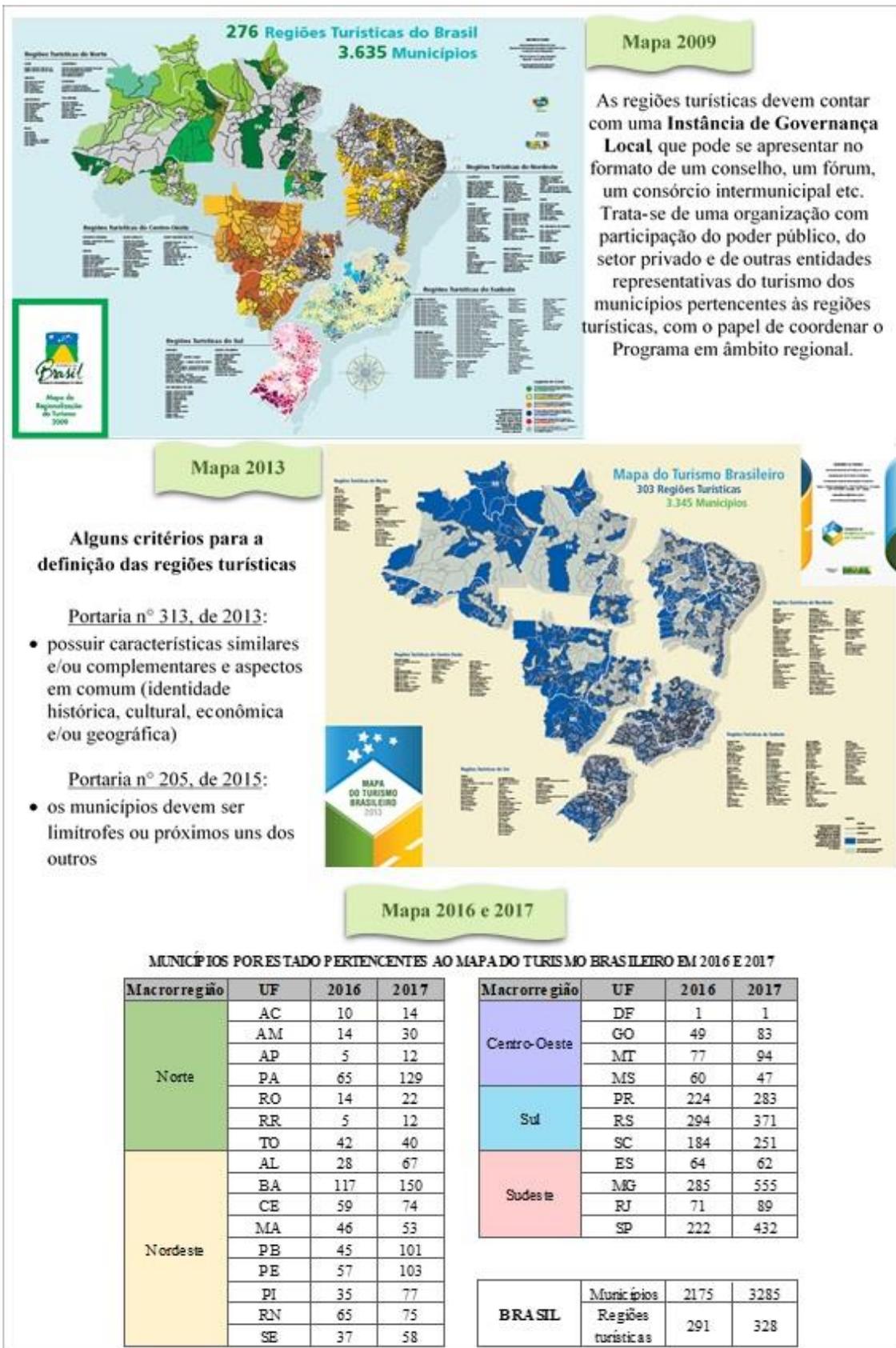
Após a delimitação da região turística, haveria a elaboração dos roteiros turísticos, que correspondem a itinerários caracterizados por um ou mais elementos atinentes à identidade regional. O objetivo é propiciar a integração e a organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região (BRASIL/MTUR, 2007c, p. 13). Logo, a concepção de “regiões turísticas” seria utilizada como base de planejamento e ordenamento da oferta da atividade turística, a partir do tripé: gestão coordenada, planejamento integrado e participativo e promoção e apoio à comercialização.

Em 2013 o Programa de Regionalização do Turismo foi reestruturado, destacando-se a premissa de consolidar o enfoque local/municipal, fortalecendo-se a esfera intermunicipal da regionalização do turismo (BRASIL/MTUR, 2013c, p. 13) – lembrando que a escala local vem sendo enfatizada desde o Programa Nacional de Municipalização do Turismo lançado em 1994. Outro aspecto assinalado foi a transversalidade, no intuito de fazer convergir territorialmente as diversas políticas do Ministério do Turismo (MTur) e de demais setores governamentais das três esferas da federação. Em 2016 houve a implementação de uma tipologia de municípios e regiões turísticas com vistas a aprimorar o processo de gestão. A figura a seguir apresenta os principais aspectos do Programa de Regionalização do Turismo e alguns dados sobre o seu processo de implementação.



Figura 1 - Programa de Regionalização do Turismo – Brasil, 2004-2018







**Segmentação da oferta e da demanda para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as peculiaridades de cada região.**



Segmentar é olhar para o destino, inclusive os mais tradicionais, e encontrar nele uma vocação, de modo que atenda ou agrade a um público específico.

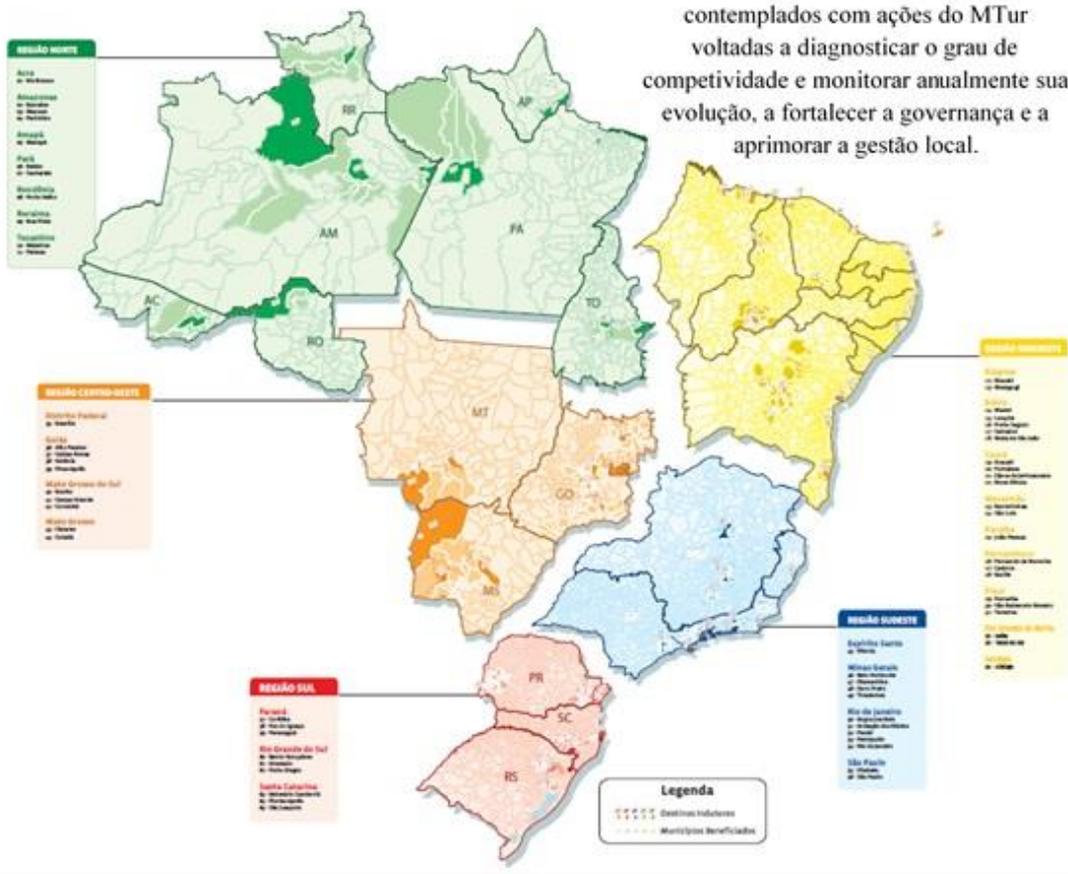
Turismo Cultural		Turismo de Esportes		Turismo de Estudos e Intercâmbio	
Turismo Rural		Turismo Náutico		Turismo de Negócios e Eventos	
Ecoturismo		Turismo de Saúde		Turismo de Sol e Praia	
Turismo de Aventura		Turismo de Pesca			

**Entre 2007 e 2013: priorização de 65 destinos indutores do desenvolvimento regional**



Objetiva potencializar o uso dos recursos do MTur disponíveis.

Os 65 destinos indutores seriam contemplados com ações do MTur voltadas a diagnosticar o grau de competitividade e monitorar anualmente sua evolução, a fortalecer a governança e a aprimorar a gestão local.





## REGIONALIZATION OF TOURISM PROGRAM

### Objetives



Promote the structuring, planning and diversification of tourism in the country, in order to boost regional economies.

Compose a decentralized, coordinated and integrated public policy management model, based on the principles of flexibility, articulation, mobilization, intersectoral and interinstitutional cooperation, and the synergy of decisions.

Transform tourism regionalization into a territorial and institutional reference for planning in the government department.



### Strategies

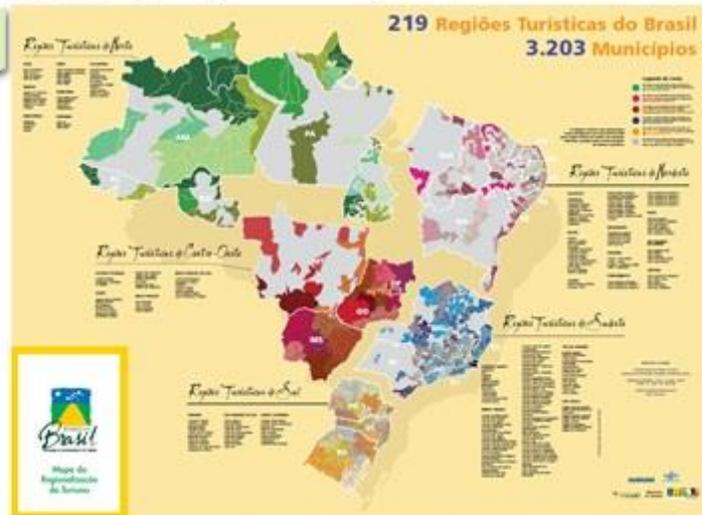
Since 2004: Tourist mapping

Identify the regions and itineraries that should be the subject of planning, structuring, management, qualification and promotion of tourism

#### 2004 Map

219 Tourist regions  
3,203 Municipalities (out of a total of 5,565)

The tourist regions are usually composed of several municipalities, based on criteria built by the MTur in partnership with the state tourist agencies.



#### 2006 Map

200 Tourist regions  
3,819 Municipalities

Every two years, the states define the regions and municipalities of their own regionalization of tourism, which is then sent to the MTur to compose the Brazilian Tourism Map.





## **Considerações finais**

A abordagem regional foi sendo gradativamente aprimorada ao longo dos planos nacionais de turismo examinados – concernentes aos períodos de 2003-2007, 2007-2010, 2010-2013 e 2013-2016 –, passando do uso genérico o conceito “região” até a criação de regiões turísticas associadas ao Programa de Regionalização do Turismo, criado em 2004, reestruturado em 2013 e em vigor até o momento.

Contudo, é importante destacar que o Mapa do Turismo Brasileiro, atinente ao Programa de Regionalização do Turismo, adota uma classificação ampla de municípios turísticos, incluindo dentre seus beneficiários aqueles que não recebem diretamente o turista. Dessa forma, são incluídos municípios que poderiam cooperar com o desenvolvimento regional por meio de sua produção artesanal, agroindustrial ou têxtil, caso esta produção fosse escoada nos municípios vizinhos que recebem o turista (BRASIL/MTUR, 2016, p. 5). Assim, em 2016, 69% dos municípios da federação faziam parte do Mapa do Turismo Brasileiro. Acreditamos que, em parte, isso decorre do fato de que ao menos 90% dos recursos do MTur devem ser aplicados nos municípios pertencentes a esta regionalização. Tal fato possibilita a inserção de municípios nas políticas de turismo ainda que suas relações com esta atividade sejam indiretas ou frágeis.

## **ABSTRACT**

### **Introduction**

This research aims to identify the regional conceptions and regionalization of the Brazilian space adopted by the tourism policies elaborated by the Brazilian Federal Government between 2003 and 2014, in order to foster the discussions on the public planning related to the regional inequalities in the country.

### **Diagnosis: population and wealth concentration in the coastal area**

In the 2003-2007 National Tourism Plan (BRASIL / MTUR, 2003), the first one elaborated by the Federal Government, we can find a strong discourse on Brazil's vocation for tourism, related to its natural, cultural, economic and historical wealth, which would make the Brazilian development possible, especially in the regional and local level. The tourism would be the segment of the economy that would more fully and rapidly meet the demands for economic growth and social inclusion in the country.

Cruz (2018: 12) points out that mass tourism in Brazil is controlled by tourism operators and, increasingly, by international hotel companies, highly concentrated and centralized in Brazilian territory. The large companies that operate in the tourism segment direct the flow of tourists through the national territory according to their interests and according to the already installed socioeconomic infrastructure, factors that have contributed to the reproduction of the historical spatial inequalities that characterize the country. Thus, tourism contributes to maintaining the



preponderance of the coastal area as the most intensely occupied and developed portion of the country.

The 2007-2010 National Tourism Plan (BRASIL / MTUR, 2007a: 25, 39-40) recognizes among the main problems of the sector the territorial concentration of tourist activity in the coastal area, being the biggest challenge, therefore, to expand the deconcentration, diversification and internalization of tourism throughout the national territory, observing the potential of regional diversities. However, as obstacles there would be serious deficiencies in social and economic infrastructure, be it tourist infrastructure - tourist signaling, tourist reception and information centers, convention centers, passenger terminals, lodging units, etc. - in terms of infrastructure to support tourism - especially transportation and basic sanitation.

In this regard, Cruz (2018: 11-12) highlights that tourism involves a set of economic activities that encompass different industrial, commercial and service sectors, such as the transportation and construction industry. "(...) This implies that the productive capital in tourism is paradoxically largely outside of it in sectors with which tourism has more or less direct relations, but certainly dialectical relations of dependence and influence. "

The National Tourism Policy, instituted by Law 11.771 / 2008 (BRAZIL, [17th Sept.] 2008), as well as the 2013-2016 National Tourism Plan, consolidated some aspects that were being addressed in the sector, highlighting the imperative to reduce social and regional inequalities. Tourism regionalization is the main territorial reference for the planning of the sector, having been created in 2004 and reformulated in the context of this last national plan (BRASIL / MTUR, 2013c: 21).

### **Strategies: the tripod of spatial deconcentration, diversification of attractions and internalization of tourism activity throughout the national territory**

The 2003-2007 National Tourism Plan (BRASIL / MTUR, 2003: 33) highlights as main strategies: i) financing: attracting investors to projects located in remote potential regions, not yet developed; ii) infrastructure: improving the basic infrastructure of localities where tourism occurs (energy supply, basic sanitation and garbage collection, public transport, security, etc.) and implement tourist facilities; iii) structuring and diversification of tourist supply: maximize the use of the potentialities and differences of each Brazilian region based on the diversification of tourist products offered in the market; to reduce regional inequalities when structuring tourism products in all Brazilian states and the Federal District; (iv) marketing promotion and support: promoting cultural and regional diversity in order to reduce inequalities.

A striking feature of the 2003-2007 National Tourism Plan is the absence of an in-depth discussion on the regional dimension. The concept "region" is used in a generic way, since it is not possible to identify which



spatial delimitation the text refers to, although in some sections it is possible to infer that it is the macro-regional division of Brazil established by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - North, Northeast, Midwest, Southeast and South regions. The successive national tourism plans, covering the periods 2007-2010, 2011-2014 and 2013-2016, to some extent soften this gap.

### **Regionalization of tourism in Brazil**

According to the document "Introduction to the Regionalization of Tourism", elaborated in the framework of the Tourism Regionalization Program,

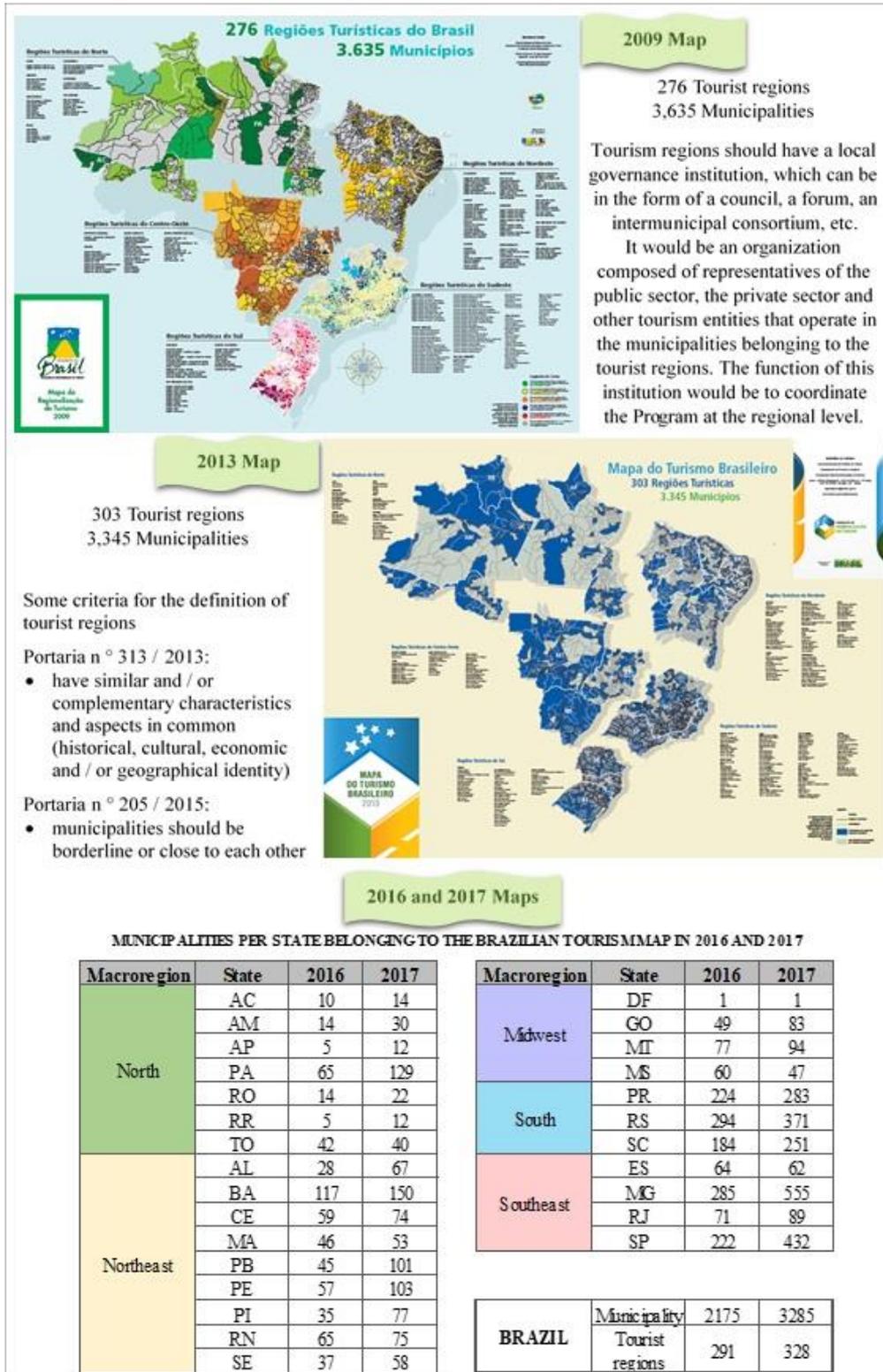
the local vision, centered on the municipality, should be extended. The look must go further, to cover an entire region. Getting to the idea of region means changing the way of thinking. It means to look at the territory not only by its historical, environmental and cultural characteristics, but to see these aspects in complex and interdependent interrelations with other places, in networks of cooperation and coordinated effort (BRAZIL / MTUR, 2007c: 25-26).

After the delimitation of the tourist region, there would be elaboration of touristic routes, which correspond to travel itineraries characterized by one or more elements related to regional identity. The objective is to promote the integration and organization of tourism attractions, equipment, tourist services and support infrastructure, resulting in the consolidation of the products in a certain region (BRAZIL / MTUR, 2007c: 13). Therefore, the design of "tourist regions" would be used as a basis for planning and arranging the supply of tourism, starting from the tripod: coordinated management, integrated and participatory planning and marketing promotion and support.

In 2013 the Tourism Regionalization Program was restructured, highlighting the premise of consolidating the local approach, strengthening the inter-municipal sphere of regionalization of tourism (BRAZIL / MTUR, 2013c: 13) - noting that the local level has been emphasized since the National Program for Tourism Municipalization launched in 1994. Another aspect was the transversality, in order to bring territorially the various policies of the Ministry of Tourism (MTur) and other government departments of the three spheres of the federation. In 2016, a typology of municipalities and tourist regions was implemented with a view to improving the management process. The following figure presents the main aspects of the Tourism Regionalization Program and some data about its implementation process.



**Figure 1 - Tourism Regionalization Program - Brazil, 2004-2018**





Segmentation of supply and demand for planning and management purposes, with a view to the design of products, routes and destinations that reflect the peculiarities of each region.



Segmenting is to look at the destination, including the most traditional ones, and to find in it a vocation, so that it meets or pleases a specific audience.

Cultural Tourism



Sports Tourism



Studies and Exchange Tourism



Rural tourism



Nautical Tourism



Business and Event Tourism



Ecotourism



Health Tourism



Sun and Beach Tourism



Adventure Tourism



Fishing Tourism

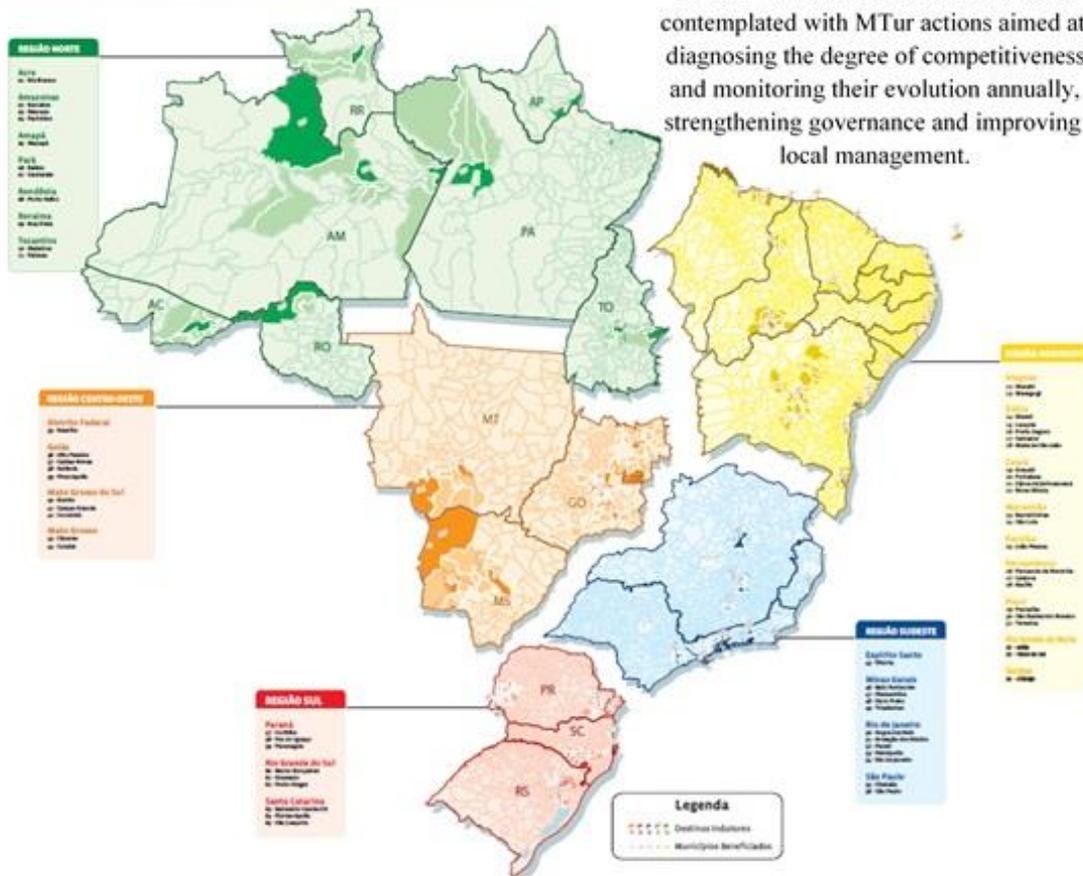


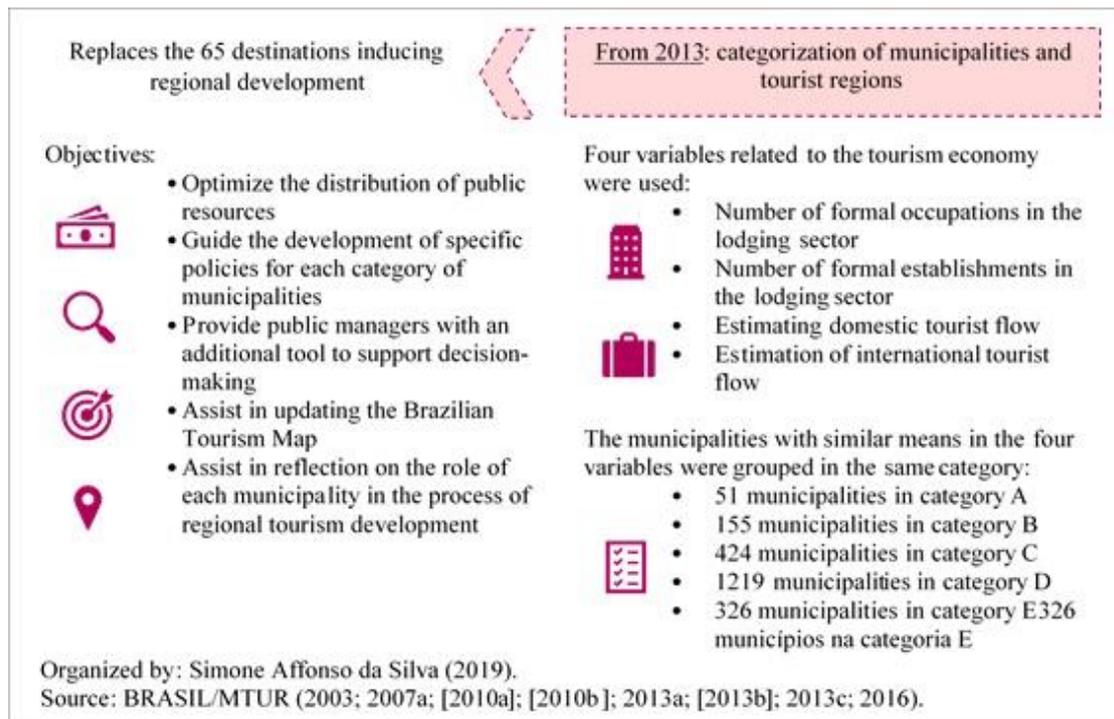
Between 2007 and 2013: prioritization of 65 destinations considered as inductors of regional development



The goal is to enhance the use of available MTur resources.

The 65 inductive destinations would be contemplated with MTur actions aimed at diagnosing the degree of competitiveness and monitoring their evolution annually, strengthening governance and improving local management.





## Conclusions

The regional approach has gradually been improved throughout the national tourism plans examined - for the periods 2003-2007, 2007-2010, 2010-2013 and 2013-2016 -, from the generic use of the concept "region" to the creation of tourist regions associated with the Tourism Regionalization Program, created in 2004, restructured in 2013 and in force so far.

However, it is important to note that the Brazilian Tourism Map, related to the Tourism Regionalization Program, adopts a broad classification of tourist municipalities, including among its beneficiaries those that do not directly receive the tourist. In this way, municipalities that could cooperate with the regional development through their handmade, agro-industrial or textile products are included, if this production were disposed of in the neighboring municipalities that receive the tourist (BRASIL / MTUR, 2016: 5). Thus, in 2016, 69% of the municipalities of the federation were part of the Brazilian Tourism Map. In our point of view, this is due to the fact that at least 90% of the MTur resources must be applied in the municipalities belonging to this regionalization. This fact allows the insertion of municipalities in tourism policies even though their relations with this activity are indirect or fragile.



## Referências/References

- BRAZIL. MINISTRY OF TOURISM. *2003-2007 National Tourism Plan: guidelines, goals and programs*. Brasília: BRAZIL / MTur, 2003.
- \_\_\_\_\_. *2007-2010 National Tourism Plan*. Brasília: BRAZIL / MTur, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *Program of Regionalization of Tourism - Routes of Brazil: Introduction to the Regionalization of Tourism*. Brasília: BRAZIL / MTur, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Tourism Regionalization Program - Routes of Brasil: Operational Module 7 Tourism Routing*. Brasília: BRAZIL / MTur, 2007c.
- \_\_\_\_\_. *Evaluation of the Program of Regionalization of Tourism - Routes of Brazil. Executive Summary*. Brasília: MTur, [2010] a.
- \_\_\_\_\_. *Tourism in Brazil 2011-2014*. Brasília: MTur, [2010] b.
- \_\_\_\_\_. *Balance of Management - December 2013*. Brasília: MTur, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *2013-2016 National Tourism Plan*. Brasília: MTur, [2013] b.
- \_\_\_\_\_. *Tourism Regionalization Program. Guidelines*. Brasília: MTur, 2013c.
- \_\_\_\_\_. *Categorization of the Municipalities of the Tourist Regions of the Brazilian Tourism Map. Questions and answers*. Brasília: MTur, 2016.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Unequal development and tourism in Brazil*. In: *Confins* [Online], n.º 36, 2018. Available at: <<http://journals.openedition.org/confins/13707>>.

## Desafios para a governança em Fernando de Noronha – PE, Brasil

## Challenges for the governance in Fernando de Noronha –PE, Brasil

TATIANA DE SOUZA LEITE GARCIA  
Universidade de São Paulo  
tatianagarcia@usp.br

## RESUMO

O arquipélago de Fernando de Noronha é composto por 21 ilhas e ilhotas de origem vulcânica no Oceano Atlântico, totalizando 26 km<sup>2</sup>, localizado a 545 km de Recife (PE) e 360 km de Natal (RN). A ilha principal, Fernando de Noronha, mais conhecida como Noronha, tem a população estimada em 3016 pessoas, com densidade demográfica de 154,55 habitantes por km<sup>2</sup> (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017), sendo que há partes da ilha que não são habitadas porque estão delimitadas como Unidade de Conservação. A população residente se encontra em 15 aglomerados. A ilha principal também dispõe de 3 estabelecimentos de saúde (SUS), 1 pré-escola e 1 escola de ensino fundamental/médio, 1 estrada federal com 7,9 km (BR-363), 1 aeroporto e 2 portos, 1 usina de tratamento de resíduos sólidos. A produção de energia para abastecimento da ilha é



proveniente da usina termoeletrica de Tubarão, além de duas turbinas eólicas e placas fotovoltaicas.

Devido a relevância e singularidade ambiental (vegetal e animal) e a necessidade de conservação dos ecossistemas marinhos, o Arquipélago é protegido por duas Unidades de Conservação Federais: o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR FN) e a Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha-Rocas-São Pedro e São Paulo (APA FN). Em 2001, Fernando de Noronha e o Atol das Rocas foram designados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Sítio do Patrimônio Marinho, reiterando sua importância estratégica para a conservação da biodiversidade marinha (PARNORONHA, 2018).

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo. Algumas praias são de livre circulação, enquanto outras têm controle de acesso pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente) ou pela empresa Econoronha. Algumas ilhas são visitadas por embarcações para a prática de mergulho com cilindro, autorizadas pelo ICMBio. As praias e trilhas da ilha principal que têm controle no acesso são aquelas que estão contidas nas Unidades de Conservação.

Desde 1989 os visitantes que desembarcam em Fernando de Noronha pagam uma taxa diária de permanência denominada Taxa de Preservação Ambiental - TPA, estabelecida e cobrada para uso do governo do estado de Pernambuco. Esta taxa varia de acordo com os dias de permanência e é cobrada em UFIRs (Unidade Fiscal de Referência).

Os moradores de Noronha reclamam que os valores das TPAs cobrados dos turistas não são devidamente revertidos para melhorias de infraestrutura, social e ambiental da ilha, apesar de as informações sobre essa destinação estarem disponíveis nos relatórios e sites oficiais do governo de Pernambuco.

Em 2010, o ICMBio realizou licitação para concessão para exploração de atividades de apoio à visitação e cobrança de ingressos para acessar as praias e trilhas do Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha. A Econoronha, única empresa participante e vencedora da concorrência, ficou obrigada a cumprir um plano de investimentos conforme Edital e Projeto Básico.

A empresa terá o direito de ingresso nas praias que estão na área do Parque, além de ter a exclusividade na exploração comercial em pontos de apoio à visitação, centro de visitantes, com a contrapartida de prover melhorias de infraestrutura para os turistas nas trilhas e estradas, lojas de conveniências, aluguel de equipamentos de *snorkeling*, entre outros, durante 15 anos. A concessão está em vigor desde 2012.

Dentre os vários desafios para se viver em uma ilha, dois questionamentos motivaram essa pesquisa: 1) O conflito e a especulação fundiários decorrentes do uso e apropriação do território pela principal atividade econômica de Noronha - o turismo; 2) A controversa questão sobre a exploração econômica de uma Unidade de Conservação.



Esta pesquisa exploratória baseia-se em levantamento e análise bibliográfica, documental, matérias jornalísticas que relatam posicionamentos de *stakeholders* e relatos colhidos pela pesquisadora nas visitas *in loco*.

A hipótese preliminar dessa pesquisa é que no arquipélago de Fernando de Noronha há disputas entre os atores estatais e não estatais no controle de porções territoriais da ilha principal, dado o valor econômico gerado através da exploração turística.

Os conflitos no controle territorial podem ser expressos, em primeiro lugar, na fragmentação administrativa, dado que o Arquipélago de Fernando de Noronha tem seu território dividido entre o Governo do Estado de Pernambuco – Distrito Estadual de Fernando de Noronha, o Comando da Aeronáutica e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha que está sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e teve parte concedida para a gestão da empresa Econoronha.

O segundo ponto refere-se ao conflito fundiário entre o direito de acesso à terra para aqueles que são considerados noronhenses, descendentes diretos daqueles que vivem na ilha há gerações; e os interessados em investir no ramo turístico da ilha e que para isso também almejam adquirir propriedades.

Em visitas *in loco* e conversas com moradores pode-se constatar que a concessão de uso do solo, que deveria ser usufruída somente pelos legítimos noronhenses é, em muitos casos, compartilhada com pessoas de fora da ilha que almejam investir no ramo turístico. Sabe-se de diversos investidores brasileiros e estrangeiros, até mesmo famosos e políticos, que se associaram com noronhenses para conseguir desenvolver novos meios de hospedagem, comércio, serviços de transporte e passeios para atender a demanda turística. Durante as quatro visitas feita a ilha principal pode-se perceber o aumento do número de estabelecimentos comerciais e relatos do alto custo de vida e precariedade das condições de moradia dos locais. Essa injeção de capital apresenta pontos positivos e negativos

O terceiro aspecto refere-se ao conflito na exploração turística por uma empresa, especificamente, na visitação de praias e trilhas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. A concessão de uma área de conservação para a iniciativa privada gera desconfortos, especialmente porque haverá exploração econômica, e não se sabe se a capacidade de carga e o controle de visitantes será regularmente controlado e/ou fiscalizado pelo ICMBio. Em contrapartida, está no contrato de concessão a menção aos diversos investimentos que a empresa deverá fazer em infraestrutura.

O princípio da governança pressupõe que todos os atores legitimamente interessados no tema em questão – uso sustentável dos recursos marinhos e do território em Fernando Noronha – deveriam participar das negociações para levantar os problemas, trazer seus dilemas e visões, e propor soluções



conjuntas, de modo que ao se estabelecer as responsabilidades sobre as questões em discussões, todos tenham participado do processo e sentem-se comprometidos a alcançá-lo.

Diante dessa premissa, o questionamento que motiva a continuação da pesquisa é: Por que no arquipélago de Fernando de Noronha, considerado patrimônio ambiental e histórico do Brasil e patrimônio marinho pela UNESCO, só teve seu primeiro plano de manejo produzido em 2017 e ainda não implementaram instâncias para uma efetiva governança ambiental e territorial?

## **ABSTRACT**

The archipelago of Fernando de Noronha is composed of 21 islands of volcanic origin in the Atlantic Ocean, totaling 26 km<sup>2</sup>, and located 545 km far from Recife (PE) and 360 km from Natal (RN). The main island, Fernando de Noronha, better known as Noronha, has a population estimated at 3016 people, with a population density of 154.55 inhabitants per km<sup>2</sup> (BRAZILIAN INSTITUTE OF GEOGRAPHY AND STATISTICS, 2017), and parts of the archipelago are delimited as a Conservation Unit. The resident population is found in 15 agglomerates. The main island also has three health facilities (SUS), one preschool and one elementary / middle school, one federal road with 7.9 km (BR-363), one airport and two ports, one treatment of solid waste. The energy production to supply the island comes from the Tubarão thermoelectric plant, as well as two wind turbines and photovoltaic panels.

Due to the relevance and environmental singularity (vegetal and animal) and the necessity of conservation of marine ecosystems, the Archipelago is protected by two Federal Conservation Units: the Fernando de Noronha National Marine Park (PARNAMAR FN) and the Environmental Protection Area of Fernando de Noronha-Rocas-São Pedro and São Paulo (APA FN). In 2001, Fernando de Noronha and Atol das Rocas were designated by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) as a Marine Heritage Site, reiterating its strategic importance for the conservation of marine biodiversity (PARNORONHA, 2018).

The main economic activity of the archipelago is tourism. Some beaches are free-flowing, while others have access control by ICMBio (Chico Mendes Institute, linked to the Ministry of the Environment) or Econoronha company. Some islands are visited by boats for scuba diving, authorized by ICMBio. The beaches and trails of the main island that have access control are those that are contained in the Conservation Units.

Since 1989, visitors who arrived in Fernando de Noronha should pay a daily rate of permanence – this fee called Environmental Preservation Rate (TPA), that is established and charged for the use of the state government of Pernambuco. This fee varies according to the days of stay and is charged in UFIRs (Reference Tax Unit).

The residents of Noronha complain that the values of the TPAs collected from tourists are not properly reverted for infrastructure improvements,



social and environmental of the island, although the information on this destination are available in reports and official sites of the government of Pernambuco.

In 2010, ICMBio conducted a bidding for concession to explore activities to support the visitation and tickets to access the beaches and trails of the National Marine Park Fernando de Noronha. Econoronha company, single bidder, won the bidding. Econoronha is obliged to comply with an investment plan in accordance with the Notice and Basic Project.

The company will control the access to entry to the beaches that are in the area of the National Park, besides having the exclusivity in the commercial exploitation in points of support to the visitation, center of visitors, but the counterpart, should will provide infrastructure improvements for the tourists in the tracks and roads, convenience stores, rental of snorkeling equipment, among others, for 15 years. The concession began in 2012.

Among the various challenges to live on an island, two questions motivated this research: 1) The land conflicts and speculation arising from the use and appropriation of the territory by the main economic activity of Noronha - tourism; 2) The controversial question about the economic exploitation of a Conservation Unit.

This exploratory research is based on bibliography about the subject and the place, official government documents, journalistic matters and survey that report stakeholder positions and collected by the researcher on four visits on the main island.

The preliminary hypothesis of this research is that in the Fernando de Noronha archipelago there are disputes between state and non-state actors in the control of territorial portions of the main island, because the economic value generated through tourism exploration.

Conflicts in territorial control can be expressed, first, in administrative fragmentation, since the Fernando de Noronha Archipelago has territory divided between the Government of the State of Pernambuco - Fernando de Noronha State District, the Aeronautics Command and the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources - IBAMA. The National Marine Park of Fernando de Noronha, which is under the administration of the Brazilian Institute for the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) and has been granted part of the management of the company Econoronha.

The second point concerns the land tenure dispute between the right of access to land for those who are considered “locals”, direct descendants of those who have lived on the island for generations; and those interested in investing in the tourist sector of the island and that for this also aim to acquire properties.

In on-site visits and conversations with residents, it can be seen that the concession of land use, not is enjoyed only by legitimate born in Noronha or live there by generations, but is in many cases, the land is shared with



people from outside the island who investing in the tourist industry. It is known of several Brazilian and foreign investors, even artists and politicians, who have teamed up with Noronhenses to be able to develop new means of lodging, commerce, transportation services and tours to meet tourist demand. During the four visits made to the main island one can see the increase in the number of commercial establishments and reports of the high cost of living and precariousness of the living conditions of the places. This injection of capital has both positive and negative.

The third aspect refers to the conflict in the tourist exploration by a company, specifically, in the visitation of beaches and trails of the National Marine Park of Fernando de Noronha. The concession of a conservation area for the private initiative generates discomforts, especially because there will be economic exploitation, and it is not known if the capacity of cargo and the control of visitors will be regularly controlled and / or supervised by ICMBio. On the other hand, the concession contract refers to the various investments that the company must make in infrastructure.

The principle of governance presupposes that all actors legitimately interested in the theme in question - sustainable use of marine resources and territory in Fernando Noronha - should participate in negotiations to raise problems, bring their dilemmas and visions, and propose joint solutions, so that in establishing the responsibilities on the issues under discussion, all have participated in the process and feel committed to achieving it.

In view of this premise, the question that motivates the continuation of the research is: Why in the archipelago of Fernando de Noronha, considered an environmental and historical patrimony of Brazil and marine heritage by UNESCO, only had its first management plan produced in 2017 and have not yet implemented bodies for effective environmental and territorial governance?

## References

GONÇALVES, Rogério P. B. O Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento mediador de conflitos de competências administrativas ambientais: o caso de Fernando de Noronha. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE - ICMBIO. Plano de Manejo de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - Rocas, São Pedro e São Paulo. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano\\_de\\_manejo\\_parna\\_fernando-de-noronha.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_parna_fernando-de-noronha.pdf) . Acesso em maio/2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados de Fernando de Noronha. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/fernando-de-noronha/panorama> . Acesso em: maio/2018.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ICMBIO. Análise da APA Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo. Encartes 1 e 2. Brasília, 2005. Disponível em:

[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/A-\\_PM\\_APA\\_Fernando\\_de\\_Noronha\\_-\\_Encartes\\_1\\_e\\_2.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/A-_PM_APA_Fernando_de_Noronha_-_Encartes_1_e_2.pdf) Acesso em set./2017

PARNORONHA – PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA. Disponível em: <https://www.parnanoronha.com.br>

SANTANA et all. A Importância das Unidades de Conservação do Arquipélago de Fernando de Noronha. HOLOS, Ano 32, Vol. 7, p. 15-31

SITE OFICIAL DO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA. Disponível em: <http://www.prontotecnologia.com.br>

ZANIRATO, Silvia H.; TOMAZZONI, Edegar L. A sustentabilidade do turismo em Fernando de Noronha (PE-Brasil). Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 17 (diciembre 2014). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/noronha.html>

## **O papel dos planos diretores na geração de cidades hospitaleiras**

### **The importance of máster plans to the generation of hospitable cities**

VALÉRIA FERRAZ SEVERINI  
Universidade de São Paulo  
[valferraz@yahoo.com](mailto:valferraz@yahoo.com)

ALEXANDRE PANOSSO NETTO  
Universidade de São Paulo  
[panosso@usp.br](mailto:panosso@usp.br)

## **RESUMO**

### **Problemática e objetivo do trabalho**

Este artigo demonstra resultados parciais da pesquisa (em andamento) intitulada “Cidades paulistas, cidades hospitaleiras?”. A ideia central do estudo é explorar de que forma os conceitos da hospitalidade urbana vem sendo incorporados em Planos Diretores de cidades turísticas. Adota-se como recorte espacial as Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo e emprega-se a análise pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados a serem obtidos visam subsidiar tomadas de decisão no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento urbano.



A exigência na elaboração de Planos Diretores em “cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico”<sup>39</sup> é um indicativo que a atividade turística interfere diretamente na ocupação do território e, por consequência, afeta a vida das pessoas. Contudo, a falta de critérios capazes de classificar as cidades turísticas aponta a fragilidade sobre o tema<sup>40</sup> e demonstra negligência do poder público sobre a produção do espaço urbano para o turismo.

A atividade turística é uma prática socioespacial que envolve sujeitos sociais de várias ordens e com expectativas diferentes (BARRIOS, 1986). Moradores, turistas, comerciantes, empresários e poder público, ocupam e disputam o mesmo território. Não necessariamente de forma equilibrada. Se o espaço desempenha o papel de reprodutor material da organização social, cabe ao poder público conciliar esses interesses ordenando o território e direcionando a expansão urbana para que todos se beneficiem (CRUZ, 1999).

O enfoque dado para a promoção da atividade turística deve extrapolar as questões de ordem estatística e econômica e abranger aspectos de ordem urbanística. Sem planejamento urbano, a cidade passar a ter territórios “consumidos” pela prática do turismo induzindo uma reconfiguração espacial que não necessariamente dialoga com a infraestrutura local, comprometendo a qualidade de vida dos moradores e alterando a paisagem urbana local. É nesta direção que hospitalidade urbana e legislação urbanística podem convergir.

A condição de cidade hospitaleira está atrelada a aspectos que visam promover o acolhimento e o bem estar não só de turistas, mas também, e essencialmente, de moradores (FERRAZ, 2013). Parte-se do pressuposto que esses aspectos estão vinculados a características físicas do território passíveis de serem regulamentadas e implementadas pelo gestor público, que exerce o papel de anfitrião urbano (SEVERINI, 2013).

O Plano Diretor é a lei municipal fundamental que orienta as políticas de desenvolvimento econômico e social. Através de diretrizes urbanísticas, o Plano Diretor direciona o modo pelo qual o município irá organizar seu território. Dispositivos de parcelamento, uso e ocupação do solo, por exemplo, que fazem parte do *Ordenamento Territorial* de todo Plano Diretor, são capazes de incorporar os conceitos da hospitalidade urbana e fazer a diferença no processo de acolhimento e geração de bem-estar.

---

<sup>39</sup> O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) deu mais poder as políticas públicas de desenvolvimento urbano municipais, que passaram a exigir a elaboração de Planos Diretores e leis complementares, como a Lei de Zoneamento e o Plano Plurianual. A elaboração do Plano Diretor passou a ser obrigatória em quatro situações: (I) cidades com mais de vinte mil habitantes; (II) cidades integrantes de regiões metropolitanas e/ou aglomerações urbanas; (III) cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico e; (IV) cidades inseridas na área de influência de grandes empreendimentos com grande impacto ambiental.

<sup>40</sup> Apenas a Lei nº. 6.513/1977, anterior ao Estatuto da Cidade, dispõe sobre a criação de “Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico”. E, ainda assim, os critérios definidos no Capítulo I, Art.1º, não são claros, abrindo margem para conclusões subjetivas.



### **Recorte espacial e metodologia**

Fugindo à regra, o governo paulista estabeleceu condições e pré-requisitos para a classificação e qualificação das cidades turísticas. Estabelecidas pela Lei Complementar (Lei 1.261/15), os municípios turísticos estão divididos em *Estâncias Turísticas* e *Municípios de Interesse Turístico* (MIT). A pesquisa (em andamento) tem como recorte espacial os Planos Diretores das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, classificadas em: balneárias, hidrominerais, turísticas e climáticas. Para esse resumo, são apresentados os resultados parciais dos Planos Diretores de três Estâncias Balneárias.

A fim de identificar como e onde os conceitos da hospitalidade urbana estão sendo incorporados (ou não) nos respectivos Planos Diretores, foram estabelecidas “categorias de análise da cidade hospitaleira”, criadas com base em estudos anteriores (FERRAZ, 2013; SEVERINI, 2016; SEVERINI & VARGAS, 2017). Cada categoria é capaz de avaliar (e medir) uma série de características físicas relacionadas a sensação de acolhimento e bem-estar no espaço público. São elas:

- 1) diversidade:** identifica a mistura de usos e atividades de um trecho urbano, assim como a variedade de espaços públicos e espaços privados de uso público;
- 2) permeabilidade:** identifica a capacidade de um lugar em se deixar permear no sentido físico, por meio de quadras curtas ou espaços internos de edifícios, e no sentido visual, por meio de elementos de transparência;
- 3) legibilidade:** identifica elementos visuais referenciais, como edifícios, e monumentos, e identifica a heterogeneidade ou monotonia arquitetônica;
- 4) conforto:** identifica espaços confortáveis no sentido físico e ambiental, através de elementos arquitetônicos e paisagísticos;
- 5) cidadania:** identifica formas de incentivo à participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano.

### **Resultados alcançados**

Até o presente momento, foram trabalhados os Planos Diretores das Estâncias Balneárias de São Vicente, Ilhabela e Peruíbe. Nessa primeira análise, já foi possível constatar que os Planos Diretores das cidades de São Vicente e Ilhabela são bem mais estruturados. Eles, além de estabelecerem instrumentos urbanísticos para cada região da cidade mostrando um comprometimento com as especificidades locais, incorporam as cinco categorias de análise da cidade hospitaleira. Ainda é cedo para conclusões, mas parece razoável considerar a proximidade à cidades emissoras de turistas (como São Paulo e São José dos Campos) como fator de estímulo para elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano.

A Figura 1 é um trecho da planilha de São Vicente com a identificação das categorias de análise da cidade hospitaleira em seus respectivos títulos, capítulos e artigos do Plano Diretor. O Artigo 17, por exemplo, incorpora a



categoria **diversidade** ao estimular o zoneamento misto por meio de áreas multiuso. Quanto mais complexa for a mistura de usos e atividades urbanas, maior será o número de grupos de usuários e maior será o número de serviços e lojas para pinçar sua clientela (JACOBS, 2000).

**Figura 1 – Planilha Estância Balneária de São Vicente, SP. Fonte: autora, 2019.**

SÃO VICENTE				
ESTÂNCIA	Estância Balneária - Lei Estadual 1.358/1977			
PLANO DIRETOR	Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município de São Vicente			
N.LEI	Lei Complementar nº 917/2018			
N. Títulos e Artigos	5 Títulos e 210 Artigos (incluindo capítulo sobre instrumentos de políticas urbanas e turismo)			
População	360.380 (IBGE 2017)	Extensão Territorial: 148,424 km <sup>2</sup>		
CATEGORIAS DE ANÁLISE DA CIDADE HOSPITALAINEIRA	LOCAL PLANO DIRETOR			DIRETRIZES
	TÍTULO	CAPÍTULO	ARTIGO	
DIVERSIDADE	I - PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES	II- Objetivos Gerais e específicos	Art. 4º	IX - orientar as dinâmicas de produção imobiliária, com adensamento sustentável e diversificação de usos ao longo dos eixos de passagem do VLT e nos corredores de transporte coletivo público das áreas de centralidades com concentração de atividades não residenciais;
			Art. 5º	II- evitar a expansão urbana dispersa no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, com a recuperação dos ambientes urbanos degradados, assegurando densidades urbanas sustentáveis;
		IV- Desenvolvimento da Qualificação Ambiental	Art. 17º	X- incentivar a criação de áreas multiuso, ampliando a oferta de habitação e serviços nos bairros com grande concentração de empregos, visando à diminuição dos deslocamentos em veículos particulares motorizados, intensificando o fluxo de pedestres e priorizando o uso de meios de transportes;

No Plano Diretor da Estância Balneária Ilhabela é possível verificar a preocupação do poder público local com a questão da manutenção da paisagem urbana, atrelada a categoria **legibilidade**. O Artigo 6 visa “garantir a visibilidade cênica pública e a ambiência da paisagem ao longo da rodovia SP-131”. Para concretizar essa diretriz, o Artigo 174 estipula que a “altura máxima da edificação deverá respeitar o gabarito de 8 metros, medidos a partir de uma reta paralela obtida a partir do traçado natural do terreno”. A categoria **conforto** também ganha destaque no Plano Diretor de Ilhabela. Prova disso é o Artigo 50, inserido no Capítulo sobre Proteção e Qualificação Ambiental, que veda “a instalação de qualquer empreendimento ou equipamento urbano, mesmo que de interesse público, que lance efluentes nos corpos d’água”.

Já o Plano Diretor de Peruíbe parece estar apenas “cumprindo tabela”. Em nenhum momento o texto da lei estabelece diretrizes para que o território turístico ofereça condições plenas de bem-estar também a moradores. Pelo contrário, há uma preocupação em atender aos interesses do setor imobiliário. Prova disso é um dos objetivos mínimos para o *Setor de Interesse Turístico*. O Artigo 138 incentiva a “preservação da baixa densidade e o gabarito construtivo”. Ou seja, estimula-se a criação de bairros com alta densidade populacional durante a temporada e baixa densidade fora de temporada. Isso torna o lugar perigoso e caro para ser mantido pelo poder



público. Além disso, aos poucos há uma perda na diversidade de pessoas e na variedade de estabelecimentos comerciais que passam a atender apenas a uma população flutuante. O lugar se torna artificial e deixa de ser atrativo.

## **ABSTRACT**

### **Purpose of the summary**

This summary demonstrates partial results of the research (in progress) titled "Cities of São Paulo, hospitable cities?". The central idea is to explore how the concepts of urban hospitality are being incorporated into Master Plans of tourist cities. The State of São Paulo is the region studied and documentary and bibliographic research methods are used. The results to be obtained are intended to support public policies for urban development.

The requirement of Master Plans in "cities integrating of special tourist areas" is an indication that the tourist activity interferes directly in the occupation of the territory and, consequently, affects the life of the people. However, the lack of criteria capable of classifying the tourist cities points to the fragility on the theme and shows negligence of the public administration over the production of the urban space for tourism.

The tourist activity is a socio-spatial practice involving social subjects of different orders and with different expectations (BARRIOS, 1986). Residents, tourists, merchants, businessmen and government, occupy and dispute the same territory. Not necessarily in a balanced way. If space plays the role of reproductive material of social organization, it is up to the public administration to reconcile these interests by ordering the territory and directing the urban expansion so that all benefit (CRUZ, 1999).

The approach given to the promotion of tourist activity should extrapolate the questions of statistical and economic order and cover urban aspects. Without urban planning, the city will have territories "consumed" by the practice of tourism, inducing a spatial reconfiguration that does not necessarily dialogue with the local infrastructure, compromising the quality of life of the residents and altering the local urban landscape. It is in this direction that urban hospitality and urban legislation can converge.

The condition of hospitable city is linked to aspects that aim to promote the reception and well-being not only of tourists, but also, and essentially, of residents (FERRAZ, 2013). It is assumed that these aspects are linked to physical characteristics of the territory that can be regulated and implemented by the public manager, who plays the role of urban host (SEVERINI, 2013).

The Master Plan is the fundamental municipal law that guides economic and social development policies. Through urban planning guidelines, the Master Plan directs the way in which the municipality will organize its territory. Zoning guidelines, for example, which are part of the Territorial Planning of any Master Plan, are capable of incorporating the



concepts of urban hospitality and make a difference in the process of welcoming and generating well-being.

### **Study area and research methods**

Fleeing to the rule, the São Paulo government established conditions and pre-requirements for the classification and qualification of tourist cities. Established by the Complementary Law (1.261/15), the tourist municipalities are divided into “Estâncias Turísticas” and “Municípios de Interesse Turístico (MIT)”. The research (in progress) has been studying the Master Plans of the “Estâncias Turísticas” of the State of São Paulo, classified in: seaside, hydromineral, tourist and climatic. For this summary, the partial results of three Master Plans are presented.

In order to identify how and where the concepts of urban hospitality are being incorporated (or not) in the respective Master Plans, "*categories of analysis of hospitable city*" have been established based on previous studies (FERRAZ, 2013; SEVERINI, 2016; SEVERINI & VARGAS, 2017). Each category is able to evaluate (and measure) a number of physical characteristics related to the sense of welcome and well-being in the public space. Right below are the five categories:

- 1) **diversity**: it identifies a mixture of uses and activities of an urban stretch, as well as a variety of public spaces and private spaces for public use;
- 2) **permeability**: it identifies an ability to become permeable in the physical meaning, through internal streets in the buildings, and in the visual sense, through elements of transparency;
- 3) **legibility**: it identifies visual elements, such as buildings and monuments, and identifies heterogeneity (or monotony) architectural;
- 4) **comfort**: it identifies comfortable spaces in the physical and environmental sense, through architectural and landscape elements;
- 5) **citizenship**: it identifies forms of popular participation in the implementation of public policies for urban development.

### **Results achieved**

So far, the Master Plans of São Vicente, Ilhabela and Peruíbe have been analysed. In this first analysis, it has already been possible to verify that the Master Plans of the cities of São Vicente and Ilhabela are more structured. They, besides establishing urbanistic instruments for each region of the city showing a commitment to local specificities, incorporate the five *categories of analysis of hospitable city*. It is still early for conclusions, but it seems reasonable to consider the proximity to tourist issuing cities (such as São Paulo and São José dos Campos) as a stimulus for the development of public policies for urban development.

The Figure 1 is an excerpt from the São Vicente spreadsheet with the identification of the *categories of analysis of hospitable city* in their respective titles, chapters and articles of the Master Plan. Article 17, for example, incorporates the **diversity** category by stimulating mixed zoning



through multipurpose areas. The more complex the mix of uses and urban activities, the greater the number of user groups and the greater the number of services and stores to pick up their clientele (JACOBS, 2000).

**Figure 1 – Spreadsheet of São Vicente. Search: author, 2019.**

SÃO VICENTE				
ESTÂNCIA	Estância Balneária - Lei Estadual 1.358/1977			
PLANO DIRETOR	Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município de São Vicente			
N.LEI	Lei Complementar nº 917/2018			
N. Títulos e Artigos	5 Títulos e 210 Artigos (incluindo capítulo sobre instrumentos de políticas urbanas e turismo)			
População	360.380 (IBGE 2017)	Extensão Territorial: 148,424 km <sup>2</sup>		
CATEGORIAS DE ANÁLISE DA CIDADE HOSPITALEIRA	LOCAL PLANO DIRETOR			DIRETRIZES
	TÍTULO	CAPÍTULO	ARTIGO	
DIVERSIDADE	I - PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES	II- Objetivos Gerais e específicos	Art. 4º	IX - orientar as dinâmicas de produção imobiliária, com adensamento sustentável e diversificação de usos ao longo dos eixos de passagem do VLT e nos corredores de transporte coletivo público das áreas de centralidades com concentração de atividades não residenciais;
			Art. 5º	II- evitar a expansão urbana dispersa no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, com a recuperação dos ambientes urbanos degradados, assegurando densidades urbanas sustentáveis;
		IV- Desenvolvimento da Qualificação Ambiental	Art. 17º	X- incentivar a criação de áreas multiuso, ampliando a oferta de habitação e serviços nos bairros com grande concentração de empregos, visando à diminuição dos deslocamentos em veículos particulares motorizados, intensificando o fluxo de pedestres e priorizando o uso de meios de transportes;

In the Ilhabela Master Plan is possible to verify the concern of the government with the maintaining the urban landscape, linked to the legibility category. The Article 6 aims to "guarantee public scenic visibility and landscape ambience along the SP highway -131 ". In order to fulfill this guideline, the Article 174 stipulates that the "maximum height of the building must respect the 8 meters template, measured from a parallel line obtained from the natural layout of the terrain". The comfort category is also highlighted in the Ilhabela Master Plan. The Article 50, inserted in the Chapter on Environmental Protection and Qualification, prohibits "the installation of any urban enterprise or equipment, even if in the public interest, that releases effluents into water bodies".

In the other hand, the Peruíbe Master Plan seems to be only a pro-form plan. There are no guidelines for the tourist territory offers full welfare to residents as well. On the contrary, there is a concern in serving the interests of real estate. Proof of this is one of the minimum goals for the Tourism Sector. The Article 138 encourages "low density preservation and high constructively". In other words, it encourages the creation of neighborhoods with high population density during the season and low density out of season. This makes the place dangerous and expensive to be maintained by the public administration. In addition, little by little there is a loss in the diversity of people and in the variety of commercial establishments, which begins to serve jut a floating population. The place becomes artificial and ceases to be attractive.



## Referências/References

- BARRIOS, Sônia. **A produção do espaço**. In SOUZA, Adélia de e SANTOS, Milton (Org.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.
- CRUZ, Rita de Cássia A. **Política de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese de doutorado. FFLCH-USP. São Paulo, 1999.
- FERRAZ, Valéria de Souza. **Hospitalidade urbana em grandes cidades**. São Paulo em foco. Tese de Doutorado. FAU-USP. São Paulo, 2013.
- GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SEVERINI, Valéria F.; VARGAS, Heliana C. **Rediscutindo hospitalidade urbana na Lei de Zoneamento de São Paulo de 2016**. Revista Hospitalidade. Volume 14. N. 02. Ago. 2017.
- SEVERINI, Valéria Ferraz. **Atributos espaciais de hospitalidade urbana**. In VARGAS, Heliana C. & PAIVA, Ricardo (Orgs.). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri, SP: Manole, 2016. p. 257-285.
- SEVERINI, Valéria Ferraz. **Hospitalidade urbana: ampliando o conceito**. Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR, Penedo, v. 3, n.2, p. 84-99, 2013.



## **A reestruturação urbano-funcional dos municípios da região geográfica intermediária de Campina Grande**

### **The urban-functional restructuring of the municipalities of the intermediate geographic region of the city of Campina Grande**

XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR  
Universidade Federal de Campina Grande  
xtojunio@yahoo.com.br

MARTHA PRISCILA BEZERRA PEREIRA  
Universidade Federal de Campina Grande  
mpbcila@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

Em pesquisa desenvolvida no triênio 2013-2016 com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) identificou-se que a concentração das atividades turísticas nos espaços litorâneos é favorecida pela ausência de ações mais eficazes dos municípios interioranos em promoverem a reestruturação dos espaços para o turismo. Isso se deve ao fato de que a ausência de ações de planejamento voltada para a criação de espaços turísticos, por parte do poder público, e da falta de investimentos do setor privado trouxe consigo a implementação de modelos alternativos na realização da atividade turística os quais têm como principais agentes articuladores a própria sociedade civil. Esta nova perspectiva de “se fazer turismo” vem, no entanto, sendo motivo de preocupações uma vez que a maioria é feita de forma amadora o que pode resultar em danos irreversíveis aos espaços onde se estabelece. Isto, no entanto, se deve ao fato de que de um lado o setor público não se encontra preparado para assumir a posição de gestor e real articulador desta nova prática de se fazer turismo e de outro as dificuldades econômicas influenciam no confronto as normas estabelecidas pelo poder público. Isso foi evidenciado no caso do Estado da Paraíba através do levantamento de dados e atividades de campo realizados entre fevereiro de 2014 e maio de 2016 através da qual foram identificados quatro tipos de espaços turísticos no Estado. O primeiro congrega municípios da zona da mata paraibana e possui como características a presença de espaços turísticos reais e potenciais em processo de estruturação. O segundo compreende municípios do agreste paraibano que apesar de desenvolver eventos e atividades possui grande fragilidade em termos de integração dos atributos. O próprio centro turístico mapeado possui deficiência em sua funcionalidade como espaço turístico. Os outros dois (Borborema e Sertão) são potenciais e carentes de elementos de estruturação. Diante desse quadro de referências fica evidenciado a sobrevalorização dada a alguns espaços



enquanto palco de exclusividade para o desenvolvimento do turístico: seja por disporem de elementos espaciais bem mais definidos; seja pela falta de fundamentos voltados para reavaliar a eficiência desse modelo, que valoriza o turismo como atividade fixada e “imóvel”. A partir desse quadro de referência iniciamos outra pesquisa também financiada pelo CNPq (2018-2021) tendo como recorte territorial a região geográfica imediata de Campina Grande (Areia, Alagoa Grande, Campina Grande, Fagundes Ingá, Cabaceiras, Boqueirão e Pedra Lavrada) considerando a posição estratégica da mesma para consolidação da zona turística da Paraíba. Apesar de se constituírem como potenciais espaços turísticos observou-se que estes são influenciados pela ausência de planejamentos territoriais que proporcionem a consolidação desta região como área turística. O texto ora apresentado corresponde a apresentação dos resultados da primeira fase dessa pesquisa cujo objetivo geral está relacionado a proposição de alternativas para melhoria do rendimento e baixo dinamismo da sociedade residente nos municípios dessa região geográfica, especialmente no que se refere aos indicadores de pobreza, debilidade econômica, urbanização, educação e renda familiar que, historicamente, têm influenciado de forma negativa na classificação dos municípios desta região dentro dos parâmetros apresentados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para analisar os potenciais turísticos dos municípios objeto de análise buscar-se-á a montagem de uma matriz sobre o estágio em que se encontra o empreendimento turístico na região geográfica de Campina Grande e suas potencialidades no que se refere a implementação a partir de pesquisas de gabinete em institutos de pesquisa e divulgação de dados científicos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba), EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) e PBTUR (Empresa Paraibana de Turismo). Associado a esse procedimento será realizada a triangulação de métodos tendo como técnicas principais a observação participante estruturada como preenchimento de um inventário analítico por parte dos pesquisadores; a técnica da bola de neve que consistirá na identificação do potencial turístico a partir de consultas e indicações progressivas e; entrevista com grupo focal através da qual realizaremos a análise de discurso dos sujeitos sociais envolvidos direta e indiretamente como tema. Os critérios de análise sustentam-se na compreensão de redes que interligam os assentamentos humanos - no sentido de resolver as necessidades internas permitindo a fluidez das atividades e os sistemas, serviços fixados no espaço os quais passam a ter uma relação funcional - e localização, podendo ser externa - servindo a todos os setores sem estar vinculado a um de forma específica - e interna, ao se relacionar com recursos fornecidos para movimentar o sistema. O objeto de pesquisa está, portanto, relacionado a identificação dos sistemas de objetos e ações que influenciam na consolidação dos espaços turísticos a partir da identificação das seguintes características: potencial de atração, qualidade visual-estrutural e capacidade de difusão e inclusão. Com



a identificação de tais fatores pode-se analisar cada categoria do espaço turístico (zona, área e centros turísticos) observando a interdependência dos elementos e ações na escala vertical (hierarquia) e horizontal (grau de influência). Para termos uma base sólida sobre as consequências espaciais produzidas pelo desenvolvimento do turismo tivemos cuidados quanto a dinâmica e ação de cada representante, especialmente no que se refere a identificação do estágio em que se encontra a organização do espaço sendo considerado a análise dos seus potenciais - estudo dos elementos que compõem as paisagens -, diagnóstico - classificação dos elementos predominantes - tratamento - detecção de anomalias, carências ou impactos - previsão - probabilidade de mudança irreversível ou de ocorrência e; síntese - diagnóstico final e prevenção, chegando na escala do geossistema. Tem-se, portanto, uma proposta que sustenta a tese de que o turismo pode se concretizar como atividade estratégica na promoção do desenvolvimento regional por proporcionar a partir do fortalecimento e diversificação da base produtiva, estímulo ao aumento da competitividade e integração socioterritorial. A intenção de submeter o trabalho ao seminário internacional de Economia Política do Turismo fundamenta-se pela necessidade que identificamos em debater com pesquisadores e estudantes de Geografia e turismo.

## **ABSTRACT**

In a research developed during the triennium 2013-2016 with funding from the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), it was identified that the concentration of tourist activities in the coastal areas is favored by the absence of more effective actions of the interior municipalities in promoting the restructuring of the spaces for tourism. This is due to the fact that the absence of planning actions aimed at the creation of tourist spaces by the public power and the lack of private sector investments has brought with it the implementation of alternative models in the realization of tourism activity, which have as main articulating agents to civil society itself. This new perspective of "making tourism" is, however, a cause for concern since most are done in an amateurish way which can result in irreversible damage to the spaces where it is established. This is due, however, to the fact that, on the one hand, the public sector is not prepared to assume the position of manager and real articulator of this new practice of tourism, and on the other, the economic difficulties influence in confronting the norms established by the power public. This was evidenced in the case of the State of Paraíba through data collection and field activities conducted between February 2014 and May 2016 through which four types of tourism spaces were identified in the State. The first one congregates municipalities of the zone of the mata paraibana and has as characteristics the presence of real and potential tourist spaces in process of structuring. The second comprises municipalities in the agreste of Paraíba that, despite developing events and activities, has great fragility in terms of



the integration of attributes. The mapped tourist center itself has a deficiency in its functionality as a tourist space. The other two (Borborema and Sertão) are potential and lacking structuring elements. In view of this reference framework, the overvaluation given to some spaces as an exclusive stage for the development of tourism is evidenced: either because they have much more defined spatial elements; or by the lack of foundations aimed at reassessing the efficiency of this model, which values tourism as a fixed and "immobile" activity. From this reference frame, we began another research project also funded by the CNPq (2018-2021), considering the immediate geographic region of Campina Grande (Areia, Alagoa Grande, Campina Grande, Fagundes Ingá, Cabaceiras, Boqueirão and Pedra Lavrada). strategic position of it to consolidate the tourist area of Paraíba. Despite being constituted as potential tourist areas it was observed that these are influenced by the absence of territorial plans that provide the consolidation of this region as a tourist area. The text presented here corresponds to the presentation of the results of the first phase of this research whose general objective is related to the proposition of alternatives for improving the income and low dynamism of the society resident in the municipalities of this geographic region, especially with regard to indicators of poverty, economic, urbanization, education and family income that historically have influenced in a negative way the classification of the municipalities of this region within the parameters presented by the Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). In order to analyze the tourist potential of the municipalities under analysis, a matrix will be set up on the stage of the touristic enterprise in the geographic region of Campina Grande and its potentialities regarding the implementation from research of IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal do Estado da Paraíba), EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) and PBTUR (Empresa Paraibana de Turismo). Associated with this procedure will be the triangulation of methods having as main techniques participant observation structured as an analytical inventory filling by the researchers; the technique of the snowball that will consist in the identification of the tourist potential from consultations and progressive indications and; interview with focus group through which we will perform the discourse analysis of social subjects directly and indirectly involved as a theme. The analysis criteria are based on the understanding of networks that interconnect human occupations - in order to solve internal needs, allowing the fluidity of activities and the systems, services fixed in the space which have a functional relation - and location, being able to be external - serving all sectors without being linked to a specific - and internal, when related to resources provided to move the system. The object of research is, therefore, related to the identification of the systems of objects and actions that influence the consolidation of tourist spaces from the identification of the following characteristics: attraction potential, visual-structural quality and diffusion and inclusion capacity. With the identification of such factors one



can analyze each category of tourism space (area, area and tourist centers) observing the interdependence of the elements and actions in the vertical (hierarchy) and horizontal scale (degree of influence). In order to have a solid basis on the spatial consequences produced by the development of tourism we have been careful about the dynamics and action of each representative, especially as regards the identification of the stage in which the organization of the space is, being considered the analysis of its potential - study of the elements that compose the landscapes - diagnosis - classification of the predominant elements - treatment - detection of anomalies, deficiencies or impacts - prediction - probability of irreversible change or occurrence; synthesis - final diagnosis and prevention, reaching the scale of the geosystem. Therefore, there is a proposal that supports the thesis that tourism can become a strategic activity in the promotion of regional development by providing from the strengthening and diversification of the productive base, stimulating the increase of competitiveness and socio-territorial integration. The intention to submit the work to the international seminar on Political Economy of Tourism is based on the need that we identify in debating with researchers and students of Geography and Tourism.

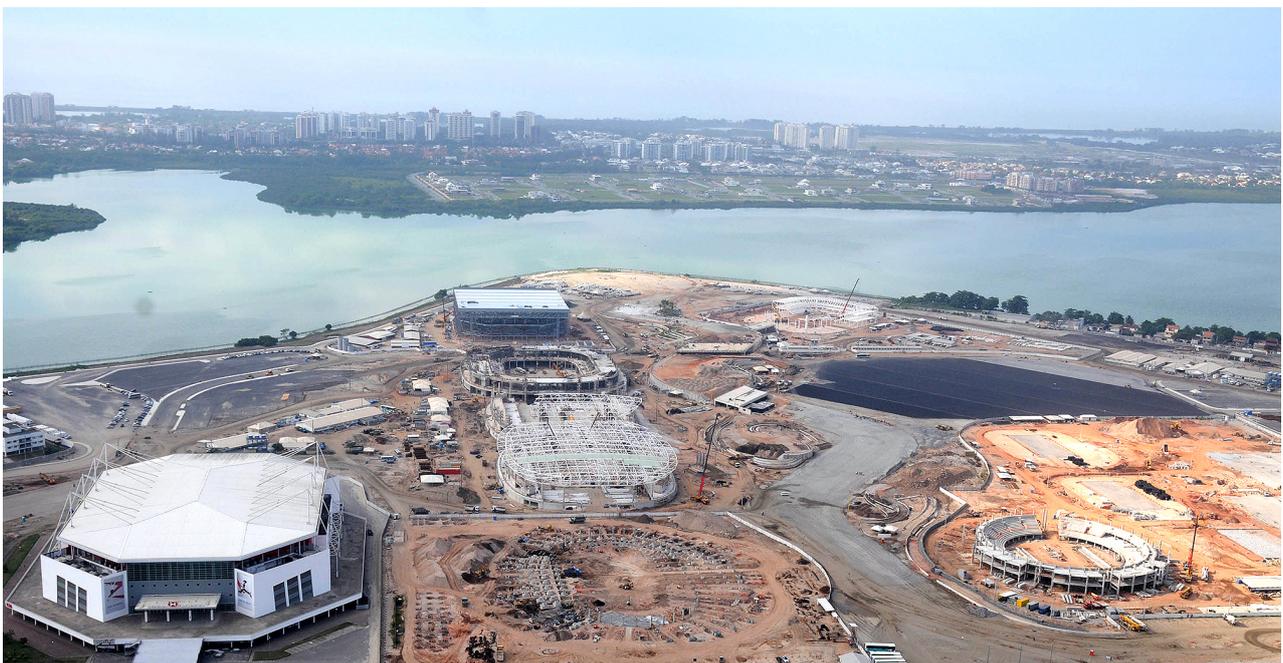


Economic  
financialization  
and tourism

# FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E TURISMO

Eixo Temático 2

Thematic Axe 2





## **A influência da economia na organização e efetivação do turismo e os seus impactos**

### **The Influence of the Economy on the Organization and Effectiveness of Tourism and its Impacts**

ALINE ALVES RIBEIRO  
Universidade Federal do Tocantins  
alialvesribeiro@uft.edu.br

ROSANE BALSAN  
Universidade Federal do Tocantins  
rosanebalsan@uft.edu.br

#### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é apresentar de forma ampla como a economia influencia dentro do funcionamento da atividade turística, abordando as diversas maneiras que se pode tratar de economia nos conceitos e terminologias do Turismo. Sendo que o objetivo geral é entender de forma genérica a relação da economia com o turismo e a influência desses possíveis aspectos e de uma forma específica compreender e analisar os impactos causados em vertentes econômicas e sociais. A importância desse trabalho se dá pela sua condição de análise econômica no setor turístico, trazendo esclarecimentos sobre o funcionamento desta atividade e como o campo econômico pode controlar a prática funcional do turismo.

A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica exploratória descritiva e em sítios de pesquisa na internet, tendo como sentido o estudo de caso da influência genérica da economia na prática da atividade turística. Para esclarecimentos e formação da análise foram utilizadas opiniões de alguns autores que trabalham com essa perspectiva de impactos advindos da prática do turismo. De forma que foi dividido os eixos de impactos na margem de visão de mercado, que trabalha essa relação de consumidor e negociante e a visão dos impactos sociais causados pelo fenômeno.

A economia caminha desde o processo de organização do Turismo até a sua prática, de modo que isso traz impactos positivos e ou negativos. Nesse sentido Krippendorf (1979) apud (POLETTI, 2013 p.157) diz que o turismo que se oportuniza da virtude humana sendo possível compreender a importância que quase sempre é dada ao benefício econômico que o turismo traz as comunidades receptoras.

Neste parâmetro acredita-se que tal benefício econômico pode se tornar negativo quando a comunidade se torna dependente do turismo, esta pode



vir a sofrer com a sazonalidade, este problema é encontrado em algumas regiões que trabalham com o turismo.

Ainda falando desses impactos e influências neste processo de construção Beni (1998) sugere que o turismo gera impactos na economia de diversas formas, incluindo, pagamentos, e em consequência no desenvolvimento da economia local, e até em uma esfera nacional.

Tendo esta visão de efeitos, faz-se uma associação a um contexto de positividade quando se trabalha o efeito multiplicador do turismo, isso pode ser analisado pelo apontamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2013) que diz:

“o turismo impacta em 52 segmentos da economia, desde o agricultor que fornece alimentos para os turistas hospedados em um hotel até a construção da estrutura física de um meio de hospedagem que causa impacto no setor secundário, neste caso, na indústria da construção civil”. (IBGE, 2013).

Com isto, vê-se que o turismo funciona a partir de uma cadeia produtiva, que divide suas formas de trabalho, tendo como consequência uma influência generalizada dos partícipes deste processo; como, por exemplo, quando se menciona que o fluxo de turistas cresceu, significa afirmar que, em proporções menores, também houve crescimento no setor primário e secundário da economia, pois as partes envolvidas fazem parte deste todo.

No sentido de analisar os impactos gerados por distribuição de renda, considera-se uma análise que parte da atividade como um todo e discute os itens interligados ao próprio desenvolvimento econômico, aumento da renda e o consumo.

Dessa forma o turismo também acompanha a ascensão do Capitalismo, no que o “desenvolvimento econômico e social é pautado pelo aumento do consumo, que resulta em lucro ao comércio e às grandes empresas”, gerando mais empregos, aumentando a renda, o que acarreta ainda mais consumo. (Rodolfo F. Alves Pena, disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-capitalismo-sociedade-consumo.htm>. Acesso: 28 de junho de 2018).

O mercado (Economia) considera e trabalha com o turismo tratando-o como negócios, uma forma que influencia na análise de impactos, por isso aqui se busca analisar estes dois horizontes, sendo que ao considerar a visão econômica, temos mais uma condição de resultados voltados para a parte comercial, mercadológica, tendo que tudo isso em análise faz-se perceber que o capital está girando desde as passagens, hotéis e atrativos visitados pelas pessoas até gastronomia, desencadeando assim uma forte influência dentro da atividade turística e que essa geração de impactos, positiva ou negativa, é de grande importância para análise e sustentação do empoderamento de um lugar.

Assim temos que o turismo tem um efeito direto e indireto na economia, de modo que se pode entender estes efeitos diretos como sendo os equipamentos e serviços de apoio ao turismo e os efeitos indiretos como



sendo resultantes das despesas dessas prestadoras de serviço, como uma compra de algum bem ou serviço para atender o turista; de forma que o dinheiro possa circular.

Nesta mesma linha, Barbosa (2005) acredita que essa distribuição monetária parte de várias situações, como um dinheiro que é trazido pelo turista, que é gasto para que outrem gaste ou receba. Essa circulação monetária beneficia uma série de envolvidos.

Pensando nesse ângulo, a influência da economia no Turismo também beneficia o setor público, que ao receber esse dinheiro que se multiplica na economia, o traduz em aumento da urbanização, incremento de indústrias, porém ao mesmo tempo passa a aumentar a arrecadação de impostos e taxas.

Dessa forma temos o problema da sociedade capitalista e consumista que beneficia os partícipes da cadeia produtiva do turismo. O dinheiro deixado por eles participa de todo ciclo que foi descrito acima, tanto diretamente como indiretamente.

A próxima influência da economia no turismo está ligada ao desenvolvimento de um problema social, em que parte dele se inicia nas questões econômicas do processo de efetivação do turismo. Citamos a Segregação socioespacial como este exemplo, pois principalmente nos grandes centros e destinos famosos esse problema acontece, ele consiste em um grupo onde o dinheiro se concentra na mãos de poucos e muitos nem sabem da circulação do mesmo.

Na construção e preparo de grandes centros urbanos, em muitos casos as famílias com menos condições financeiras são despejadas em centros periféricos no entorno dessas cidades. Tais famílias passam a viver em situações de vulnerabilidade econômica, sendo que o modo de vida nestes grandes centros se torna difícil para essas pessoas devido a condição do capital.

Pode se perceber que o turismo nas suas interfaces possui distintivos que cercam de maneira positiva bem como negativa. São esses, os impactos e possíveis influências neste processo de efetivação do planejamento de se estabelecer o turismo.

Os impactos e possíveis influências acometidas a este fenômeno, podem ser minimizadas a partir do momento em que se entende que o processo de organização e efetivação produz um conhecimento capaz de gerenciar e tentar erradicar com fatores citados, embora alguns desses são consequências negativas do fazer da atividade turística. De modo que o turismo não é diferente de outros setores da economia tem o lado de luz e o escuro, seus impactos positivos e negativos, no entanto são fatores que podem ser trabalhados por meio de políticas públicas que busquem solucionar os impactos já existentes e trabalharem com medidas transformadoras, evitando outros tipos de impactos que podem ser atrelados a atividade turística.



## ABSTRACT

The objective of this work is to present in a broad way how the economy influences within the operation of the tourist activity, addressing the various ways that one can deal with economics in the concepts and terminologies of Tourism. Therefore, the general objective is to understand in a general way the relation of the economy with the tourism and the influence of these possible aspects and in a specific way to understand and to analyze the impacts caused in economic and social aspects. The importance of this work is given by its condition of economic analysis in the tourism sector, bringing clarification about the operation of this activity and how the economic field can control the functional practice of tourism.

The methodology used was descriptive exploratory bibliographical research and in search websites, with the purpose of studying the case of the general influence of the economy in the practice of tourism. For clarification and formation of the analysis were used opinions of some authors who work with this perspective of impacts accrued from the practice of tourism. This way the axes of impacts were divided in the margin of market's vision, that works this relation between consumer and dealer and the vision of the social impacts caused by the phenomenon.

The economy moves from the process of organizing Tourism to its practice, so it has positive and negative impacts. In this sense Krippendorf (1979) apud (POLETTI, 2013 p.157) says that tourism that is opportunistic of human virtue is possible to understand the importance that is almost always given to the economic benefit that tourism brings the receiving communities.

In this parameter it is believed that such economic benefit can become negative when the community becomes dependent on tourism, since it may suffer from seasonality, this problem is found in some regions that work with tourism.

Still on the topic of these impacts and influences in this construction process, Beni (1998) suggests that tourism generates impacts on the economy in various ways, including payments, and consequently in the development of the local economy, and even in a national sphere.

Keeping those effects in mind, it is possible to associate to a context of positivity when working the multiplier effect of tourism, this can be analyzed by the note made by the Brazilian Institute of Statistical Geography (IBGE, 2013), which says:

"Tourism impacts on 52 segments of the economy, from the farmer who provides food to the tourists staying in a hotel to the construction of the physical structure of a lodging that impacts on the secondary sector, in this case, the construction industry" . (IBGE, 2013).

Therefore, it is observable that tourism operates from a productive chain, which divides its forms of work, resulting in a generalized influence of the participants in this process; as for example when it is mentioned that the flow of tourists has grown, it means that, in smaller proportions, there



has also been growth in the primary and secondary sectors of the economy, since the parties involved are part of this whole.

In order to analyze the impacts generated by income distribution, it is considered an analysis that starts from the activity as a whole and discusses the items interconnected to the economic development, income increase and consumption.

This way, tourism also accompanies the rise of Capitalism, in which "economic and social development is guided by the increase of consumption, which results in profit to commerce and to big companies", generating more jobs, increasing income, which still entails more consumption. (Rodolfo F. Alves Pena, available at: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-capitalismo-sociedad-consumo.htm>. Access: June 28, 2018).

The market (Economy) considers and works with tourism treating it as a business, that form influences the analysis of impacts, so here we try to analyze these two horizons, in a way that when considering the economic vision, at the commercial and marketing side, considering that it is under analysis makes it possible to perceive that the capital is being applied from the passages, hotels and attractions visited by people to gastronomy, thus triggering a strong influence within the tourist activity and that this generation of impacts, positive or negative, is of great importance for analyzing and sustaining the empowerment of a place.

Thus the tourism has a direct and indirect effect on the economy, so these direct effects can be understood as the equipment and services to support tourism and the indirect effects as resulting from the expenses of these service providers, such as acquiring goods or service to attend the tourist; so that money can circulate.

In the same line of reasoning, Barbosa (2005) believes that this monetary distribution is part of several situations, such as money that is brought by the tourist, which is spent for others to spend or receive. This monetary circulation benefits a number of stakeholders.

In this point of view, the influence of the economy in tourism also benefits the public sector, which, when receiving this money that multiplies in the economy, translates it into an increase of urbanization, an increase of industries, but at the same time it increases the collection of taxes and rates.

This way we have the problem of capitalist and consumer society that benefits the participants in the tourism production chain. The money left by them participates in every cycle that has been described above, both directly and indirectly.

The next influence of the economy in tourism is linked to the development of a social problem, in which part of it begins in the economic questions of the process of realization of tourism. We cite socio-spatial segregation as this example, since especially in large centers and famous destinations this problem happens, it consists of a group where money is concentrated in the hands of few and many do not even know the circulation of it.



In the construction and organization of large urban centers, in many cases, families with low income are dumped in peripheral centers around these cities. Such families begin to live in situations of economic vulnerability, and the way of life in these great centers becomes difficult for these people due to the capital condition.

It is possible to realize that tourism in its interfaces has badges that surround positively as well as negatively. Those are the impacts and possible influences in this process of effective planning of establishing tourism.

The impacts and possible influences caused to this phenomenon, can be minimized from the moment it is understood that the process of organization and effectiveness produces a knowledge capable of managing and trying to eradicate with mentioned factors, although some of these are negative consequences of doing tourist activity. Therefore tourism is not different from other economic sectors, it has the bright side and the dark side, its positive and negative impacts, however there are factors that can be worked through public policies in order to seek the solution to the existing impacts and work with transformative measures, avoiding other types of impacts that can be linked to tourism activity.

## **Referências/References**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA- IBGE/**Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> último acesso em 14 de junho de 2018.

KRIPPENDORF (1979) apud POLETTI, André; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Sistematização dos impactos da atividade turística: Etapa preliminar**. CAD. EST. PES. TUR- **Caderno de Estudo e Pesquisa em Turismo**. V2, p.155-163, jan/dez 2013. Curitiba.

BARBOSA, Fábila Fonseca. **O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional**. Revista Caminhos de Geografia (UFU-Universidade Federal de Uberlândia). V. 10 Nº 14-107-114. Fev/2005. ISSN 1678-6343.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. SENAC/SP. São Paulo 1998.



Tourism  
in the urban  
society today

# O TURISMO NA SOCIEDADE URBANA HOJE

Eixo Temático 3

Thematic Axe 3





## **Cidades globais e cidades-região: a produção do espaço e as estratégias de atração de eventos turísticos no Brasil**

### **Global cities and city-regions: the production of space and strategies of attraction of tourism events in Brazil**

BRUNO RODRIGUES DA SILVEIRA

Universidade Federal da Bahia

brunosilveira1985@gmail.com

#### **RESUMO**

A expectativa de aumento da arrecadação financeira pelo turismo foi a principal justificativa do “legado” dos megaeventos no Brasil com a realização da Copa do Mundo de Futebol em junho de 2014 e dos Jogos Olímpicos em Agosto de 2016. Esses eventos tinham como objetivo, difundido pelo Governo, trazer para as cidades sede onde eles seriam realizados uma oportunidade de crescimento econômico. O “sonho de Barcelona”, com transformação urbana nas cidades e um impacto na estrutura econômica do país foi a grande propaganda para a realização dos eventos. Crescimento do fluxo turístico com uma maior integração dos setores públicos e privados era a “herança” do pós-eventos no Brasil.

No entanto, o surgimento de uma profunda crise política e econômica no Brasil no segundo semestre do ano de 2014 criou dificuldades financeiras e aprofundamento dos problemas sociais. Desde a escolha do Brasil como sede destes eventos, e até a realização dos mesmos os discursos e ações a favor do empreendedorismo urbano e da “parceria público – privado” (PPP) como solução para preparar a infraestrutura física para a realização dos eventos ganharam mais intensidade. De maneira que o turismo vem impulsionando os discursos do “desenvolvimento econômico e social”. A promoção turística das cidades, muitas vezes, é vista como o principal instrumento de crescimento econômico nos países periféricos.

Observa-se que cada vez mais os Governos, em suas diversas escalas realizam acordos com os agentes econômicos privados, com vistas à realização de investimentos no sentido da atração de consumidores, principalmente para as cidades selecionadas pelo capital. Lemos (1999); Berman (2007); Mascarenhas (2008) e Harvey (2005), dentre outros, denominam essa tendência da gestão urbana contemporânea de: “cidade moderna”, “marketing city” ou ainda “cidade do capital simbólico”. A infraestrutura turística para a prática do lazer e para o consumo de mercadorias e serviços é um instrumento para os governantes propagarem uma imagem de cidade eficiente e que comporta eventos nacionais e internacionais. Isso tende a atrair uma parte importante do capital para certas cidades, na busca por novas oportunidades de negócios, principalmente associados aos serviços turísticos.



Segundo o Ministério do Turismo, o Brasil atraiu eventos internacionais no início do século XXI (principalmente nos anos de 2002 a 2005), ficando em sétimo lugar no mundo em 2009 em quantidade de eventos internacionais realizados nesse período, mas bem atrás dos Estados Unidos e de alguns países da Europa. Os encontros profissionais, congressos, principalmente nas áreas médicas e de reuniões empresariais são atividades que proporcionam o desenvolvimento dessa modalidade de turismo urbano. Centros de convenções e hotéis bem equipados são estruturas essenciais para o desenvolvimento do turismo de eventos. No Brasil, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro concentram a realização desses eventos profissionais, tornando essa modalidade turística predominante nos grandes centros urbanos. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABEOC (2014) o turismo de eventos no Brasil movimentou 209,2 bilhões em 2013, o que representou uma participação do setor de 4,3% do PIB do Brasil. Nesse mesmo estudo se constatou que a receita das empresas organizadoras de eventos aumentou 18 vezes, se comparada a 2001. Nota-se que esse mercado de eventos ficou concentrado nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com 67% dos eventos realizados.

Os dirigentes urbanos das grandes cidades brasileiras (principalmente as localizadas no Nordeste do Brasil) utilizam de falsos discursos para implantar um turismo de negócios e eventos e atrair novos investimentos e mobilizar novas formas de consumo. Criou-se dessa forma o “mito” do planejamento estratégico como salvação da economia das cidades brasileiras. O paradoxo desse segmento turístico (negócios e eventos) é o ponto de reflexão do trabalho. Dessa forma, desvendar a dinâmica desse setor, os investimentos públicos e privados realizados, identificar os principais agentes envolvidos no processo de produção do espaço e como cada um age e quem se beneficia com esses negócios e entender o processo de produção do espaço nas cidades que são a base geográfica para a ocorrência destes eventos são as reflexões propostas.

A pesquisa demonstra que há conjunturas econômicas e políticas nas cidades globais brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) que atraem e retroalimentam os fluxos de turismo de negócios e eventos no país, tornando a concorrência entre as cidades envolvidas neste setor do turismo desigual. Isso se dá porque o turismo não é o causador de reestruturações nas cidades, mas a dinâmica econômica nas cidades para acumulação e circulação do capital sob diversos aspectos é que implicam em novas estratégias para o turismo. Dessa forma, o turismo de negócios e eventos fora de cidades centrais economicamente, ou seja, de uma centralidade econômica e simbólica já produzida, é uma miragem, uma fábula, tenta a ser “inventado”.

A discussão insere-se em torno da “produção do espaço” de Lefebvre (2006), do “direito à cidade” Harvey (2012); Lefebvre (2016), da “urbanização neoliberal” de Theodore; Peck; Brenner (2009) entre outros autores que discutem o objetivo do consumo do espaço associado às “novas” práticas do turismo urbano hoje nas cidades. Desta forma, a pesquisa realiza



um estudo do turismo de negócios e eventos nas principais cidades brasileiras investigando as ações do planejamento estratégico e da atuação dos promotores de eventos através do fenômeno da produção do espaço. Investigar a lógica da produção espacial-territorial dos agentes promotores do turismo no século XXI (2000 - 2018), analisando suas contradições no modelo de desenvolvimento das cidades. Analisa-se o fenômeno da produção da cidade dos eventos, se ocorreu um crescimento desse setor nas cidades regionais e investigando a essência das contradições desse processo.

Através de dados do Anuário Estatístico do Turismo (2018), dados do ICCA (2018) e do calendário de feiras da UBRAFE (2019) e dos planos municipais das cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo demonstram-se as contradições dos gestores públicos para o desenvolvimento do turismo. O discurso do turismo de negócios e eventos insere-se como legitimação de um processo maior em progressão nas cidades: da “urbanização neoliberal”, destruição criativa, do processo de privatização de equipamentos públicos, abertura para captação de investimentos externos, da desregulação das funções sociais e do fortalecimento de negócios imobiliários.

## **ABSTRACT**

The expectation of increase of financial revenue for tourism was the main justification of the legacy for mega-events in Brazil, with the realization of the Football World Cup in June 2014 and the Olympic Games in August 2016. These events had the goal, as publicized by the Government, to bring to the Host Cities where they would be held an economic growth's opportunity. The “Barcelona dream”, with a urban transformation in cities and an impact in the country's economic structure was a large propaganda for the events completion. The tourism flow's growth with a larger integration in the public and private sectors was the post-event “heritage” in Brazil.

Meanwhile, the emergence of a deep political and economic crisis in Brazil in the second semester of 2014 led to financial difficulties and to the worsening of social problems. Since the moment of choice of Brazil as location for these events, and until their realization, speeches and actions in favour of urban entrepreneurship and of “public-private partnership” (PPP) as the solution to prepare the physical infrastructure for the events organization have got more intensity. In this way tourism starts to boost debates about “economic and social development”. The touristic promotion of cities is often seen as the main means of economic growth in peripheral countries.

It can be noted that Governments, in their different scales, increasingly make agreements with private economic agents, with perspectives to make investments in order to attract consumers, mostly for relevant cities under the point of view of capital. Lemos (1999), Berman (2007), Mascarenhas (2008) and Harvey (2005), between the other ones, denominate this



contemporary urban management tendency as: “modern city”, “marketing city” or also “symbolic capital city”. Tourism infrastructure for leisure and for service and goods consumption is a means by which leaders spread an image of an efficient city, which includes national and international events. This brings to attract an important part of the capital to determined cities, which look for new business opportunities, especially if related to tourist services.

According to the Ministry of Tourism, Brazil attracted international events at the beginning of the XXIst century (mainly between 2002 and 2005), getting the 7th position in the world in 2009 for the number of international events which were organized in that period, but far behind the USA and some European countries. Professional meetings, congresses, mainly in medical and entrepreneurship areas, are activities which provide the development of this urban tourism form. Well equipped convention centers and hotels are fundamental structures to develop the event tourism. In Brazil, cities as São Paulo and Rio de Janeiro concentrate these professional events organization, making of this tourism modality the main one in large urban centers. According to the Associação Brasileira de Empresas de Eventos – ABEOC (2014) the events tourism in Brazil moved 209,2 billions in 2013, representing a 4,3% of Brazil’s GDP share of this sector. This same work underlines that organizing companies revenue increased 18 times if compared with 2001. It can be noted that this events market was concentrated in Brazil’s Southeast and Southern regions, with the 67% of organized events.

Urban leaders of the large Brazilian cities (mostly the ones which are located in Northeast of Brazil) use false speeches to implement a business and events tourism and to attract new investments and to move new consumption ways. It was born in this way the “myth” of the strategic planning as salvation of Brazilian cities economy. The paradox of this tourism sector (business and events) is the reflection’s point of this work. In this way, unravelling this sector dynamics, made the public and private investments, identifying the main agents which are involved in the space production process and how everyone of them acts and who gets benefits from this business and understanding the space production process in cities which are the geographical base for these events occurrence are the proposed reflections.

The research demonstrates there are economic and political circumstances in the Brazilian global cities (São Paulo and Rio de Janeiro) which attract and provide feedback to the business and events tourism’s flows in the country, making it unequal the competition between developed cities in this sector of tourism. It’s like that because tourism doesn’t cause a restructuring process in cities, but the economic dynamics in cities to accumulate and to move capital under different aspects is that they imply new strategies for tourism. In this way, business and events tourism out from cities which are economically central, that is to say of an already



developped centrality from an economic and symbolic point of view, is a mirage, a fable, it tries to be “invented”.

The debate moves between the “production of space” by Lefebvre (2006), the “right to city” by Harvey (2012); Lefebvre (2016), the “neoliberal urbanisation” by Theodore; Peck; Brenner (2009), among other authors who debate about the goal of the space consumption associated to the new urban tourism experiences today in the cities. In this way, the research makes a study about business and events tourism in the main Brazilian cities by deepening the actions of strategical planning and about the actuation of the events promoters through the phenomenon of production of space. To investigate the logic of spacial-territorial production of the agents who promote tourism in the XXIst century (2000 – 2018), by analysing its contradictions in the cities development model. It is analysed the phenomenon of the events city production, if it occurred a growth of this sector in regional cities and by investigating this process contradictions core.

Through data of the Tourist Statistical Yearbook – Anuário Estatístico do Turismo (2018), data of ICCA (2018) and of the holiday calendar of UBRAFE (2019) and of municipal plan of the cities of Fortaleza, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro and São Paulo it is demonstrated there are contradictions of public managers to develop tourism. Debate about business and events tourism is formulated as a legitimization of a larger process which is in progress in the cities: of the “neoliberal urbanisation”, creative destruction, of the process of public equipments privatization, opening to get external investments, of the social functions’ deregulation and of the real estate’s business strengthening.

## **Referências/References**

- ABEOC. **II Dimensionamento Econômico da Indústria de Eventos no Brasil** – 2013. Brasília: Editora Eventos Expo, 2014.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRASIL. **Turismo de Negócios e Eventos: Orientações básicas**. 2º ed. Brasília: Ministério do Turismo. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico de Turismo - 2018 (Ano base 2017)**. 1º ed. Volume 45. Brasília. Ministério do Turismo. 2018.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p 73-89, jul./dez.2012. 1 CD-ROM.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de L'espace. 4º ed. Paris: Éditions Antropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**; tradução Cristina C.Oliveira. Itapevi, SP: Nebli, 2016.
- LEMOS, A.I.G. **Geografia da modernidade e geografia da pós - modernidade**. Revista Geousp, São Paulo, n. 5, 1999.



MASCARENHAS, G. **O ideário urbanístico em torno do olimpismo.** Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): os limites de uma apropriação. In: Elson Manoel Pereira (Org.). Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

THEODORE, N; PECK, J; BENNER, N. **Urbanismo Neoliberal: La Ciudad y El Imperio de los mercados.** Temas Sociales, Santiago - Chile, nº66, mar. 2009. 1 CD-ROM.

Documentos Sites:

ICCA Statistic Report. 2018 Country & City Rankings. Ano 2017. Disponível em: <[www.iccaworld.org](http://www.iccaworld.org)>. Acesso em: 19 jun. 2019.

UBRAFE. **Principais Feiras de Negócios do Brasil.** Ano 2019. Disponível em: <[www.ubrafe.com.br](http://www.ubrafe.com.br)>. Acesso em: 05/04/2019.



## **Produção do espaço, turismo e conflitos socioespaciais e ambientais na região dos lagos fluminenses - A configuração e o ajuste espacial de Cabo Frio/RJ**

### **Space production, tourism and socio-spatial and environmental conflicts in the lakes region of Rio de Janeiro – The configuration and spatial adjustment of Cabo Frio/RJ**

LUCIANO MUNIZ ABREU  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
lucianomabreu@gmail.com

FERNANDA FERNANDES  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
fernandadesfernandes@gmail.com

#### **RESUMO**

O presente trabalho procura compreender como tem se dado o processo de produção do espaço na zona costeira do estado do Rio de Janeiro, relacionando os atores e os conflitos socioespaciais e ambientais dele decorrentes, tendo o turismo como uma atividade chave neste processo. Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais abrangente sobre cidades litorâneas e produção do espaço no estado do Rio de Janeiro, que, por sua vez, integra-se a uma rede de pesquisa de amplitude nacional que investiga a produção do espaço no litoral brasileiro.

Segundo o último Censo Demográfico brasileiro, cerca de um quarto da população nacional vive em municípios à beira-mar, perfazendo um total de 50,7 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Quase todos os estados costeiros do país apresentam densidade litorânea superior à densidade estadual, o que confirma a atratividade socioeconômica destas áreas, já anunciada desde o período colonial.

Se a interface com o mar trouxe, em um primeiro momento, as vantagens da exploração dos recursos marinhos e o favorecimento da circulação de mercadorias intercontinentais por meio de seus portos, os espaços litorâneos, atualmente, parecem dotados de grande importância estratégica, exercendo funções de ordem econômica, com circulação de mercadorias, grandes estruturas industriais, portuárias e instalações ligadas à exploração offshore do petróleo; ecológica, abrigando ecossistemas importantes para a reprodução e manutenção da vida marinha e dos ecossistemas costeiros; e sociocultural, com seus atrativos naturais que propiciam uma grande diversidade de atividades de lazer e recreação, incluindo-se o turismo.



Os impactos antrópicos advindos da intensificação do processo de urbanização e do incremento e diversificação mais recente das atividades econômicas desenvolvidas nas zonas costeiras, sobrepostos espacialmente às atividades tradicionalmente características das áreas litorâneas, (como a pesca, por exemplo) como também aos frágeis ecossistemas que a compõem, têm causado conflitos sociais e ambientais de difícil solução (INEA, 2015). Neste sentido a compreensão do processo de produção do espaço nestas áreas faz-se estratégico, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto, político e ambiental.

Com uma extensão de mais 1.100Km, a Zona Costeira do Estado do Rio de Janeiro abrange 33 municípios e 40,1% do território fluminense, onde vive cerca de 80% da população de todo o Estado. Constitui uma área de expressiva relevância econômica, sendo responsável, em termos nacionais, por 96 % da produção de petróleo e por 77% da produção de gás. Esta área concentra também 3 dos 5 principais destinos turísticos consolidados do Estado do Rio de Janeiro: a Costa Verde, no sul do estado; a Costa do Sol que engloba os municípios da Região dos Lagos fluminenses, incluindo Cabo Frio, objeto deste trabalho; e a região turística metropolitana, que inclui a cidade do Rio de Janeiro.

O recorte espacial deste trabalho recai sobre o município de Cabo Frio, na Região dos Lagos fluminenses, que, nas últimas quatro décadas vem passando por um intenso processo de expansão de sua área urbana, impulsionado por ações endógenas e exógenas oriundas tanto das diversas instâncias de poder, quanto do mercado, que têm levado a uma configuração e reconfiguração espacial e territorial atelada ao turismo e às atividades imobiliárias, como também têm gerado uma diversidade de passivos e conflitos de ordem econômica, social, espacial e ambiental.

O trabalho se desenvolve a partir da análise retrospectiva do processo de urbanização em Cabo Frio, pautado na implantação de empreendimentos industriais no território municipal, no despertar do potencial turístico e na implementação de ações estatais, via políticas públicas, de desenvolvimento na região. O recorte teórico utiliza-se da categoria analítica produção do espaço, a partir de alguns autores que abordam o tema, como Henri Lefebvre (1974), David Harvey (2005), Douglas Santos (2002), Milton Santos (1978) e Edward Soja (1993) entre outros, e busca compreender como tem se dado essa produção no caso estudado, identificando os principais atores, interesses que têm conduzido este processo e seus impactos socioespaciais e ambientais.

Cabo Frio é, hoje, o maior e principal município em termos demográficos e econômicos da mesorregião da Baixada Litorânea fluminense, tendo sua base econômica assentada no turismo e na indústria (salineira e petrolífera). Os achados revelam que a ocupação e urbanização da região apresentou-se de forma mais acelerada a partir da década de 1940, com a implantação de grandes empresas, como Companhia Nacional de Álcalis, e outras do setor salineiro implantadas em décadas posteriores. No



mesmo período, entretanto, há não apenas o reconhecimento oficial das potencialidades turísticas locais, como verificado no Plano Amaral Peixoto de Urbanização das Cidades Flumineses, como também sua concretização, por meio do afluxo de veranistas de alta renda da capital para a região. A percepção da vocação e potencial turístico do município trouxe consigo investimentos em equipamentos turísticos e de lazer, como a construção, em 1951, da subsede do Iate Clube do Rio de Janeiro, em Cabo Frio. O Estado, como incentivador, começa a atuar ao notar a expressiva movimentação turística no cotidiano da cidade e cria os primeiros órgãos relacionados à causa, que são responsáveis pela atividade turística e pelo reordenamento urbano necessários à exploração da atividade. Somente a partir de 1962, a exploração turística é reconhecida com a devida importância, com a criação do Departamento de Turismo de Cabo Frio – DTCF.

A inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), na década de 1970, promove o incremento dos fluxos de visitantes temporários no balneário cabofriense, fato que ocasiona a construção de diversos novos equipamentos turísticos (hotéis e clubes náuticos) e loteamentos destinados às segundas-residências. Data deste período a alteração do perfil do turismo na região, caracterizado, originalmente pelo turismo seletivo passando, então, ao turismo de massa e de segunda residência. Atualmente, cerca de 33% dos domicílios do município são de uso ocasional. Ao final da década de 1970, o turismo se torna a principal fonte de renda do município, ultrapassando as atividades mais tradicionais da pesca e a atividade salineira.

Entre 1940 e 1980, com a dinamização das atividades industriais e turísticas, a cidade vivencia um intenso crescimento populacional, com sua população aumetando em quase 6 vezes, passando de 8.816 para 50.239 habitantes, respectivamente. Nas décadas seguintes o crescimento populacional continua acelerado. Em 1991, o município contava com 84.750 habitantes, já no ano de 2010 esse número sobre para 186.227. Ou seja, nas últimas três décadas sua população mais que duplica, já considerando a emancipação (portanto perda populacional) dos, então, distritos de Arraial do Cabo e Armação de Búzios.

Inegável que o crescimento populacional trouxe consigo um incremento da mancha urbana e uma série de impactos sobre o território municipal, como a ocupação irregular do solo, pressão ambiental e imobiliária, processos de favelização, alterações nos usos tradicionais do solo entre outros.

Este crescimento populacional pode ser atribuído ao fluxo migratório de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego. Num primeiro momento, entre as décadas de 1940 e 1970, atrelado mais fortemente ao setor industrial, mas, posteriormente (a partir da década 1970), ao setor de serviços e construção civil, subordinados diretamente ao crescimento e dinamização do turismo no município. O reordenamento funcional e espacial,



assim como a urbanização tornam-se ferramentas de reafirmação e continuidade da exploração turística.

De fato, observa-se que, a partir da década de 1990, com a exploração de petróleo e gás na bacia de Campos e o ingresso dos direitos creditórios dos royalties, Cabo Frio disciplinou a utilização destes recursos para diversos projetos de infraestrutura. Entre os anos de 1997 e 2015 a prefeitura municipal implantou 32 projetos custeados com recursos dos royalties que favoreceram, direta ou indiretamente, a dinamização do turismo no município. Dentre os quais: 10 reurbanizações de orla urbana; a construção do novo aeroporto; além de diversos outros relacionados a melhorias viárias e de espaços de lazer. Somem-se a estes, as inversões realizadas no âmbito do PRODETUR/RJ. A reboque dos investimentos públicos, o mercado vem incrementando e diversificando seus investimentos no município, tirando proveito e direcionando, em alguns casos, os investimentos estatais.

Assim, concomitante ao incremento do processo de urbanização, e da implantação de uma nova dinâmica intraurbana observa-se o processo de ajuste espacial no município de Cabo Frio, produzindo e readequando o espaço às novas relações sociais de produção. O processo do ajuste espacial levou não apenas a uma diversidade de conflitos, como também a um novo padrão de configuração espacial urbana (ainda que mantenha algumas rugosidades) atrelado fortemente aos empreendimentos turísticos e imobiliários, onde se observa, uma expansão e (re)configuração da mancha urbana que acompanha a linha da costa, exercendo pressões sobre os diversos ecossistemas locais e relegando os espaços menos privilegiados à população local de mais baixa renda.

Embora, como na maioria das localidades turísticas, o urbano preceda o turismo, é possível verificar em Cabo Frio que o incremento do processo de urbanização possibilitou o incremento da atividade turística, mas que, a partir de um marco temporal específico, é possível verificar que é o turismo quem passa a comandar a produção de seu espaço e direcionar o processo de urbanização, sob a égide do Estado e do Mercado e da maneira mais perversa possível: por meio da exclusão e fragmentação socioespacial e dos altos custos ambientais.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to understand the process of space production in the coastal zone of Rio de Janeiro state's and its relations to the actors and the resulting socio-spatial and environmental conflicts, with tourism as a key activity in this process. It is a cut of a more comprehensive research on coastal cities and space production in the state of Rio de Janeiro, which, in turn, is part of a nationwide research network that investigates the production of space on the Brazilian coast.

According to the last Demographic Census, about a quarter of the Brazilian population lives in coastal municipalities, making a total of 50.7 million people (IBGE, 2010). Almost all coastal states of the country have a



coastal density higher than the state density, which confirms the socioeconomic attractiveness of these areas, already announced since the colonial period.

If the interface with the sea brought, in the first instance, the advantages of the exploitation of the marine resources and the favoring of the circulation of intercontinental goods through its ports, the coastal spaces now appear endowed with great strategic importance, exerting economic functions, with the circulation of goods, large industrial structures, port facilities and offshore oil installations; ecological functions with ecosystems that are important for the reproduction and maintenance of marine life and coastal ecosystems; and sociocultural, with its natural attractions that provide a great diversity of activities of leisure and recreation, including tourism.

The anthropic impacts resulting from the intensification of the urbanization process and the more recent increase and diversification of the economic activities developed in the coastal zones, spatially superimposed on the activities traditionally characteristic of the coastal areas (such as fishing, for example) as well as to the fragile ecosystems that comprise it, have been causing social and environmental conflicts of difficult resolution (INEA, 2015). In this sense, the understanding of the space production process in these areas is strategic, both from the socioeconomic, political and environmental point of view.

With an extension of 1,100 km, the Coastal Zone of the State of Rio de Janeiro covers 33 municipalities and 40.1% of its territory, where about 80% of the population of the State lives. It is an area of significant economic importance, being responsible in national terms for 96% of oil production and 77% of gas production. This area also concentrates 3 of the 5 main consolidated tourist destinations of the State of Rio de Janeiro: the Costa Verde, in the south of the state; the Costa del Sol, which includes the municipalities of the Lakes Region of Rio de Janeiro, including Cabo Frio, the object of this work; and the metropolitan region, which includes the city of Rio de Janeiro.

The spatial delimitation of this work falls on the municipality of Cabo Frio, in the Lakes Region of the state of Rio de Janeiro, which in the last four decades has undergone an intense expansion of its urban area, driven by exogenous actions stemming from different levels of power, and the market, which have led to a spatial configuration and territorial reconfiguration through of tourism and real estate activities, as well as generating a diversity of economic, social, spatial conflicts and environmental liabilities.

This work is based on a retrospective analysis of the urbanization process in Cabo Frio, based on the implantation of large industrial enterprises in the municipal territory, the awakening of tourist potential and the implementation of state actions through public policies, development in the region. The theoretical section is based on the analytical category of space production, based on some authors who approach the theme, such as



Henri Lefebvre (1974), David Harvey (2005), Douglas Santos (2002), Milton Santos (1978) and Edward Soja (1993), among others, and seeks to understand how this production has been given in the case studied, identifying the main actors, interests that have led this process and its socio-spatial and environmental impacts.

Cabo Frio is today the largest and most important municipality in demographic and economic terms of the meso-region of the Baixada Litorânea, with its economic base linked on industry and tourism. The findings reveal that the occupation and urbanization of the region occurred more rapidly after the 1940s, with the implementation of large companies, such as Companhia Nacional de Alcalis, and others from the saline sector implanted in later decades. In the same period, however, there is not just official recognition of local tourist potential, as seen in the Amaral Peixoto Urbanization Plan of the Flumineses Cities, but also the influx of high-income vacationers from the capital to the region. The perception of the vocation and tourism potential of the municipality brings with it investments in tourist and leisure facilities, such as the construction in 1951 of the Rio de Janeiro Yacht Club substation in Cabo Frio. The State, noting significant tourist movement, begins to act and creates the first organs related to the cause, which are responsible for the tourist activity and for the urban reorganization necessary for the exploration of the activity. Only from 1962 tourism exploitation is recognized with due importance, with the creation of the Department of Tourism of Cabo Frio - DTCF.

The inauguration of the Presidente Costa e Silva Bridge (Ponte Rio-Niterói), in the 1970s, promotes an increase in the flow of temporary visitors to the county, a fact that leads to the construction of several new tourist facilities (hotels and nautical clubs) and second homes. Date of this period the change in the profile of tourism in the region, characterized, originally by selective tourism, passing then to mass tourism and second residence. Currently, about 33% of the households in the municipality are of occasional use. At the end of the 1970s, tourism became the municipality's main source of income, surpassing more traditional activities like fishing and saline activity.

Between 1940 and 1980, with the dynamization of industrial and tourist activities, the city experienced an intense population growth, with its population increasing almost 6 times, from 8,816 to 50,239 inhabitants, respectively. In the following decades the population growth continues accelerated. In 1991, the municipality counted on 84,750 inhabitants, already in the year of 2010 this number on to 186,227. That is, in the last three decades its population more than doubles, already considering the emancipation of the, then, districts of Arraial do Cabo and Armação de Búzios.



It is undeniable that the population growth brought with it an increase of the urban spot and a series of impacts on the municipal territory, such as irregular occupation of the ground, environmental and real estate pressure, slum rises among others.

This population growth can be attributed to the migratory flow of workers in search of employment opportunities. At first, on decades of the 1940s to 1970s, more strongly linked to the industrial sector, but later (from the 1970s onwards), to the services and civil construction sector, directly subordinated to the growth and dynamism of tourism in the municipality. Functional and spatial reordering, as well as urbanization, become tools of reassertion and continuity of tourism exploration.

In fact, since the 1990s, with the exploitation of oil and gas in the Campos basin and the inflow of royalties, Cabo Frio has disciplined the use of these resources for various infrastructure projects. Between 1997 and 2015, the municipal government implemented 32 projects funded with royalties that favor, directly or indirectly, the dynamism of tourism in the municipality. Among them: 10 urbanizations coast projects; the construction of the new airport; besides several others related to road improvements and leisure spaces. Add to this the investments made under PRODETUR / RJ. As a result of public investments, the market has been increasing and diversifying its investments in the municipality, taking advantage of and directing, in some cases, public investments.

Thus, along with the increment of the urbanization process, and the implementation of a new intra-urban dynamics, the process of spatial adjustment is observed in the municipality of Cabo Frio, producing and re-adapting the space to the new social relations of production. The process of spatial adjustment led not only to a diversity of conflicts, but also to a new pattern of urban spatial configuration (although it maintains some rugosities) strongly linked to tourism and real estate developments, where it is observed an expansion and (re) configuration of the urban spot that accompanies the coastline, exerting pressure on the various local ecosystems and relegating the less privileged spaces to the local population of lower income.

Although, as in most tourist locations, the urban area precedes tourism, it is possible to verify in Cabo Frio that the increment of the urbanization process allowed the increase of tourism activity, but that from a specific time frame it is possible to verify that it is the tourism that starts to command the production of its space and direct the process of urbanization, under the rule of the State and the Market through the most perverse way possible: through exclusion and fragmentation socio-spatial and high environmental costs.



## Referências/References

- ABREU, Luciano M. Uma "Viagem de inclusão": Turismo, Desenvolvimento e Território. (Tese doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.
- BRANDÃO, Carlos A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: ed. da Unicamp, 2007.
- COSTA, C. R. R. da. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. Revista Geografia em questão. vol. 5, 2012.
- CRUZ, Rita de Cassia A. da. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2001.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- \_\_\_\_\_. À beira-mar: paisagens litorâneas mudam com o avanço do turismo. Revista Retratos do IBGE. n. 5. Rio de Janeiro, nov. 2017
- EMBRATUR. Mapa do Turismo 2017-2019. Brasília, 2017.
- LEFEBVRE, Henri [1974]. La producción del Espacio. Madrid: Capitán Swing Livros, 2007.
- PINHEIRO, Olavo P. O processo de reestruturação sócioespacial no Município de Cabo Frio dos anos 1990-2010: o polo de uma nova aglomeração urbana? (Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.
- SANTOS, Douglas. A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- SANTOS, Milton [1978]. Por uma Geografia Nova. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, R. Cabo Frio: Espacialidade e Estruturação Regional assim Concebida – Um Estudo de Caso. Rio de Janeiro, 2008.
- SOJA, Edward. Geografia pós-moderna: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- VOIVODIC, ricardo. Gestão Ambiental e Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil: uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio-RJ. (Dissertação de mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2007.



## Placing favelas on the tourist city map: between commodification and representation

MARIA EUGENIA ALTAMIRANO  
University Rovira i Virgili - Espanha  
me.altamirano90@gmail.com

### ABSTRACT

#### Introduction

This research stands as an ongoing doctoral thesis from the PhD Programme of Tourism and Leisure at Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Spain). The aim is to analyse the role of tourism practices and performances as a socio-economic activity and its capacity, real and potential, to re-signify and transform the physical, social and economic landscape of urban tourist destinations. This goal is closely related to the conference theme “Tourism in urban society today”; since it focuses on explaining economic, cultural and territorial dynamics through the network interwoven between actors involved in certain tourism practices and performances during organised tours through urban slums. The different kind of relations among tourist city’s actors may give insights on the material outcomes of tourism and its contribution -real and potential- to the social and economic intermingle among urban areas.

For this analysis, tourism will be considered as a phenomenon of human mobility that allows the interaction between a mobile (the tourist) and a static population (the local) at physical, technological and symbolic scales. Slum tourism is a niche market often labelled under the broad umbrella of alternative tourism, that refers to a type of mobility where tourists venture to an area beneath his/her own social and economic status when visiting an urban destination. Tourist motivations to take slum tours go from mere curiosity to see how other people live in poverty and informality, political activism and social awareness, having exciting and “authentic” experiences to report back home, and a glimpse to -the alleged- “complete” scenario of the city. Even though in its early development, this type of experiences proliferates on destinations of the Global South, it is now becoming a worldwide trend, reaching tourist cities such as Cape Town, Rio de Janeiro, Mumbai, Berlin, Paris, Nairobi, New York, Bangkok, and Manila. The destination chose as a case of study will be Rio de Janeiro and its tourist favelas, which carry a history of almost 30 years of commodification of space and its symbolic representations.

Favelas Cariocas have the spatial singularity of hanging on the top of the mountains spread in Rio de Janeiro’s downtown, in several cases adjoining upper-class buildings. This poetic scenario of polarisation turns favelas into a natural contrast zone. Even though they have a record of violent events, drug trafficking, and stereotypes related to poverty, dirt and unpredictability; these communities have been gradually promoted and



consolidated as a tourist product under criticism and opposition from the hegemonic political-economic elites. The success of favela tours combines their privileged location overlooking the city; vibrant cultural production, since favelas were breeding ground for many traditions adopted, practised and branded by the whole nation like samba and Carnival; and also because they have been featured in mainstream films, books and music videos that set a globalized image that transcended the country's borders. There were also State, academic and community-based initiatives with diverse motives and strategies targeting favela tours, which will be analysed throughout the research to establish their outcomes. Favelas have a record of spatial, social and economic exclusion and neglect, yet I argue that tours have enabled and disclosed a dialogue between urban agents that is perceived as an opportunity for communities to have a more active role on the negotiation for the use of urban space and cultural representations.

To explore this issue, I will carry out ethnographic fieldwork targeting some specific tourist practices and performances during favela tours, to map and interpret the dynamics among human and non-human tourist actors involved in each practice. The mapping of these connections could give a better understanding of the contribution of tourism in the social, spatial and economic integration of the fragmented urban spaces of Rio de Janeiro. This kind of spatial and cultural segregation is fairly common in cities all over the world, and especially in the Global urban South. Therefore, this knowledge could give guidance on existing and potential synergies and their effects; and inspire a political agenda to support inclusive and collaborative tourist development.

### **Research problem**

Slum Tourism is a global phenomenon studied interdisciplinarily for over two decades and covered fieldwork in destinations around the world. The transition of slums into tourist destination has been addressed from its historical roots, tourist motivations, residents and stakeholders perspectives, systems of representation produced and reproduced by tours, their economic benefits and contested moralities. To date, most research deals mostly with issues of representation: the consumption and (re)production of slums symbolic meanings (Burgold, Frenzel, & Rolfes, 2013; Freire-Medeiros, 2009; Rolfes, 2010). However, material outcomes of culture-based practices and performances during favela tours is still relatively unknown. To draw on this subject I will export theoretical ideas from the Performative Turn which places interest on doings and behavior of subjects/objects enacted on a space-time stage (Butler, 1997; Crouch, Aronsson, & Wahlström, 2001; Edensor, 2001; Haldrup & Larsen, 2010); in combination with Actor-Network theory that entails thinking about how tourism works from a relational perspective of human and nonhuman actors.

Mobile ethnographic tools will be used to track and map the networks interwoven by actors related to certain favela tour practices and



performances. The primary goal is to analyse the social, economic and cultural links enabled by tourism aiming to shorten the distance among dissociated urban spaces. Semi-structured and in-depth interviews will be carried out to identify the actors behind certain tourist practices and performances during favela tours. This data will be useful to map and index the relations between dwellers, tour operators and guides, NGOs, academics, policy-makers and other actors that may come to be relevant. The connections transcending the “up-hill”/“down-hill” dichotomy can give insights on the role of tourism regarding the spatial and cultural legitimation of favelas within the hegemonic city.

Withal, it is expected to give answers to the questions of how can tourism practices and performances represent an opportunity for favelas to legitimise themselves as urban citizens? How can tourism actor-networks contribute to the shaping of the urban landscape? And scooping further into a political vein, could tourists provide visualisation and relevance to the pull between the State, social elites, and the excluded peripheries on the right of making the city?

### **Objectives**

1. Analyse the actor-networks resulting from favela tourism in Rio de Janeiro
2. Examine the contribution of tourist practices and performances to the legitimisation of favelas cultural landscape within the hegemonic city
3. Describe the process of commodification of space and the symbolic representations of favelas as tourist spaces
4. Identify the actors involved with favela tourism and the networks built after specific tourism practice and performances.
5. Develop a methodology capable of explaining the complex interactions between governance (or its absence), tourism effects/affects and representations through tourism practices and performances
6. Generalise findings by looking at the more general context of tourism development in the Global (urban) South

### **References**

- Ashley, C., Roe, D., and Goodwin, H., 2001, *Pro-poor tourism strategies: Making tourism work for the poor* (London: Pro-poor Tourism Partnership).
- Bærenholdt, J. O., Haldrup, M., Larsen, J., 2004, *Performing Tourist Places* (Aldershot: Ashgate)
- Burgold, J., Frenzel, F., and Rolfes, M., 2013, Observations on slums and their touristification. *Die Erde*, 144(2), 99–104.
- Burgold, J., and Rolfes, M., 2013, Of voyeuristic safari tours and responsible tourism with educational value: Observing moral communication in slum and township tourism in Cape Town and Mumbai. *Die Erde*, 144(2), 161–174.
- Chege, P., and Mwisukha, A., 2013, Benefits of Slum Tourism in Nairobi, Kenya. *International Journal of Arts and Commerce*, 2(4), 94–102.



- Chhabra, D., and Chowdhury, A., 2012, Slum Tourism: Ethical or Voyeuristic. *Tourism Review International*, 16(1), 69–73.
- Cohen, E., and Cohen, S. A., 2015, Beyond Eurocentrism in tourism: a paradigm shift to mobilities. *Tourism Recreation Research*, 40(2), 157–168.
- Coles, T., and Hall, M., 2006, Editorial: The Geography of Tourism is Dead. Long Live Geographies of Tourism and Mobility. *Current Issues in Tourism*, 9(4), 289–292.
- Crossley, É., 2012, Poor but Happy : Volunteer Tourists ' Encounters with Poverty. *Tourism Geographies : An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 14(2), 235–253.
- Crouch, D., 1999, Introduction: Encounters in Leisure/Tourism. In: *Leisure/Tourism Geographies: Practices and Geographical Knowledge* edited by D. Crouch (London: Routledge), pp. 1–16.
- Crouch, D., 2004, Tourist practices and performances. In: *A companion to tourism*, edited by A.A. Lew, C.M. Hall and A. M. Williams (Oxford: Blackwell), 85–95.
- Degen, M., 2003, Fighting for the Global Catwalk : Formalizing Public Life in Castlefield (Manchester) and Diluting Public Life in el Raval (Barcelona). *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(December), 867–880.
- Dürr, E., 2012a, Encounters over Garbage: Tourists and Lifestyle Migrants in Mexico. *Tourism Geographies*, 14(2), 339–355.
- Dürr, E., 2012b, Urban Poverty, Spatial Representation and Mobility: Touring a Slum in Mexico. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36(4), 706–724.
- Dyson, P., 2012, Slum Tourism: Representing and Interpreting 'Reality' in Dharavi, Mumbai. *Tourism Geographies*, 14(2), 254–274.
- Florida, R., 2005, *Cities and the creative class* (Routledge, NewYork)
- Foley, M., and Lennon, J. J., 1996, JFK and dark tourism: A fascination with assassination. *International Journal of Heritage Studies*, 2(4), 198–211.
- Freire-medeiros, B., 2010, Entre tapas e beijos: A favela turística na perspectiva de seus moradores. *Revista Sociedade e Estado*, 25(1), 33–51.
- Freire-Medeiros, B., 2006, A Construção da Favela Carioca como Destino Turístico. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Rio de Janeiro.
- Freire-Medeiros, B., 2007, A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(65), 61–72.
- Freire-Medeiros, B., 2009, The favela and its touristic transits. *Geoforum*, 40(4), 580–588.
- Freire-Medeiros, B., Menezes, P., and Grijó Vilarouca, M., 2013, International tourists in a ' pacified ' favela : profiles and attitudes: The case of Santa Marta, Rio de Janeiro. *Die Erde. Journal of the Geographical Society of Berlin*, 144(2), 147–159.



- Freire-Medeiros, B., 2017, Does the future of the favela fit in an aerial cable car? Examining tourism mobilities and urban inequalities through a decolonial lens. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue Canadienne Des Études Latino-Américaines et Caraïbes*, 42(1), 1–16.
- Frenzel, F., 2012, Beyond 'othering': The political roots of slum tourism. In: *Poverty, Power and Ethics in Global Slum Tourism* edited by F. Frenzel, K. Koens, and M. Steinbrink (London: Routledge) pp. 49–65.
- Frenzel, F., 2014, Slum Tourism and Urban Regeneration: Touring Inner Johannesburg. *Urban Forum*, 25(4), 431–447.
- Frenzel, F., and Blakeman, S., 2015, Making slums into attractions: The role of tour guiding in the slum tourism development in Kibera and Dharavi. *Tourism Review International*, 19, 87–100.
- Frenzel, F., and Koens, K., 2012, Slum Tourism: Developments in a Young Field of Interdisciplinary Tourism Research. *Tourism Geographies*, 14(2), 195–212.
- Frisch, T., 2012, Glimpses of Another World: The Favela as a Tourist Attraction. *Tourism Geographies*, 14(2), 320–338.
- Füller, H., and Michel, B., 2014, 'Stop Being a Tourist!' New Dynamics of Urban Tourism in Berlin-Kreuzberg. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(July), 1304–1318.
- Garnier, J. P., 2012, El derecho a la ciudad desde Henri Lefebvre hasta David Harvey. *Ciudades*, 15(1), 217–225.
- Giddy, J. K., and Hoogendoorn, G., 2018, Ethical concerns around inner city walking tours. *Urban Geography*, 1–7.
- Goodwin, H., 2014, Slum tourism: poverty, power and ethics. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 6(1), 91–92.
- Haldrup, M., and Larsen, J., 2010, *Tourism, performance and the everyday. Consuming the Orient*. (London: Routledge).
- Harvey, D., 2001, Globalization and the "Spatial Fix ." *Geographische Revue*, 2, 23–30.
- Harvey, D., 2006a, *The limits to capital* (London: Verso).
- Harvey, D., 2012, *Rebel Cities. From the right to the city to the right to the urban revolution* (London: Verso).
- Heap, C., 2009, *Slumming: Sexual and Racial Encounters in American Nightlife, 1885–1940* (Chicago: University of Chicago Press).
- Iqani, M., 2016, Slum Tourism and the Consumption of Poverty in TripAdvisor Reviews: The cases of Langa, Dharavi and Santa Marta. In *Consumption, Media and the Global South* edited by Iqani, M. (London: Palgrave Macmillan), pp. 51– 82.
- Kieti, D. M., and Magio, K. O., 2013, The Ethical and Local Resident Perspectives of Slum Tourism in Kenya. *Advances in Hospitality and Tourism Research*, 1(1), 37–57.
- Law, J., 1999, After ANT: Complexity, Naming and Topology. In *Actor Network Theory and After* edited by J. Law and J. Hassard (Oxford: Blackwell), pp. 1–14.



- Linke, U., 2012, Mobile Imaginaries, Portable Signs: Global Consumption and Representations of Slum Life. *Tourism Geographies*, 14(2), 294–319.
- Ma, B., 2010, A Trip into the Controversy: A Study of Slum Tourism Travel Motivations. 2009-2010. *Penn Humanities Forum on Connections*.
- Mekawy, M. A., 2012, Responsible slum tourism: Egyptian experience. *Annals of Tourism Research*, 39(4), 2092–2113.
- Meschkank, J., 2011, Investigations into slum tourism in Mumbai: Poverty tourism and the tensions between different constructions of reality. *GeoJournal*, 76, 47–62.
- Mowforth, M. and Munt, I., 2009, *Tourism and Sustainability: Development, Globalisation and New Tourism in the Third World* (London: Routledge)
- Nisbett, M., 2017, Empowering the empowered? Slum tourism and the depoliticization of poverty. *Geoforum*, 85, 37–45 .
- O'Brien, P. W., 2011, Business, Management and Poverty Reduction: A Role for Slum Tourism? *The Journal of Business Diversity*, 11(1), 33–46.
- Perkins, H. and Thorns, D., 2001, Gazing or performing? Reflections on Urry's tourist gaze in the context of contemporary experiences in the Antipodes. *International Sociology*, 16(2), 185–204.
- Phillips, T., 2003, Brazil : How Favelas Went Chic. *Brazzil*, December, 1–5.
- Rogerson, C. M., 2004, Urban tourism and small tourism enterprise development in Johannesburg: The case of township tourism. *GeoJournal*, 60(3), 249–257.
- Rolfes, M., 2010, Poverty tourism: theoretical reflections and empirical findings regarding an extraordinary form of tourism. *GeoJournal*, 75(5), 421–442.
- Rolfes, M., Steinbrink, M., and Uhl, C., 2009, *Townships as attraction : an empirical study of township tourism in Cape Town*. Universitätsverlag Potsdam.
- Russo, A. P., 2012, Branding Brazilian slums through “freeware” cultural production: the case of Rio de Janeiro. In *Place Branding Yearbook 2012. Smart Growth and Sustainability* edited by R. Govers and F. M. Go (Palgrave MacMillan), pp. 1–10.
- Scheyvens, R., 2007, Exploring the Tourism-Poverty Nexus. *Current Issues in Tourism*, 10(2), 231–254.
- Seaton, T., 2012, Wanting to sleep with common people. In *Slum tourism poverty, power and ethics* edited by F. Frenzel, K. Koens, and M. Steinbrink (London: Routledge), pp. 21–4.
- Selinger, E., and Outterson, K., 2010, The Ethics of Poverty Tourism. *Environmental Philosophy*, 7(2), 93–114.
- Slikker, N., and Koens, K., 2015, “Breaking the Silence”: Local Perceptions of Slum Tourism in Dharavi. *Tourism Review International*, 19(1), 75–86.
- Steinbrink, M., 2012, ‘We did the Slum!’ – Urban Poverty Tourism in Historical Perspective. *Tourism Geographies*, 14(2), 213–234.
- Steinbrink, M., Frenzel, F., and Koens, K., 2012, Development and globalization of a new trend in tourism. In *Slum tourism poverty, power and*



- ethics* edited by F. Frenzel, K. Koens, and M. Steinbrink (London: Routledge), pp. 1–18.
- Truong, V. D., Hall, C. M., and Garry, T., 2014, Tourism and poverty alleviation: perceptions and experiences of poor people in Sapa, Vietnam. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(7), 1071–1089.
- UN-Habitat, 2003, *The Challenge of Slums - Global Report on Human Settlements*. Earthscan Publications on behalf of UN-Habitat.
- Urry, J., & Larsen, J., 2011, *The Tourist Gaze 3.0* (London: Sage).
- Van Der Borg, J., & Russo, A. P., 2008, Area Regeneration and Tourism Development. Evidence from Three European Cities. Working paper, Ca Foscari University of Venice.
- Van Der Duim, R., 2007, Tourismscapes an actor-network perspective. *Annals of Tourism Research*, 34(4), 961–976.
- Van Der Duim, R., Ren, C., and Gunnar, T. J., 2013, Ordering, materiality, and multiplicity: Enacting Actor-Network Theory in tourism. *Tourist Studies*, 13(1), 3–20.
- Whyte, K. P., Selinger, E., and Outtersson, K., 2011, Poverty tourism and the problem of consent. *Journal of Global Ethics*, 7(3), 337–348.
- Williams, C., 2008, Ghetttourism and voyeurism, or challenging stereotypes and raising consciousness? Literary and non-literary forays into the favelas of Rio de Janeiro. *Bulletin of Latin American Research*, 27(4), 483–500.
- Yrigoy, I., 2014, The production of tourist spaces as a spatial fix. *Tourism Geographies*, 16(4), 636–652.



## **Rebeldia, lazer e turismo entre muros e negócios: uma discussão sobre a ocupação do espaço público na cidade de São Paulo**

### **Rebellion, leisure and tourism between walls and businesses: a discussion on the occupation of public space in the city of São Paulo Investments**

PAULO TÁCIO AIRES FERREIRA  
Universidade de São Paulo  
paulotacio@usp.br

#### **RESUMO**

Desde as chamadas “jornadas de junho de 2013”, as quais levaram um substancial contingente de pessoas às ruas em várias cidades do país, vimos um aumento progressivo de movimentos de ocupações do espaço público na cidade de São Paulo. É evidente, e óbvio, que nem as manifestações e nem tais movimentos emergiram recentemente. Todavia, é sobressalente nestes últimos anos observar um notório crescimento de grupos sociais engajados em muitas atividades, com distintas motivações e causas. E são sobre estes grupos sociais, essencialmente os que de alguma forma tangenciam a atividade de lazer e turismo, tendo a capital de São Paulo como cenário, que este trabalho se propõe debruçar.

O recorte desta pesquisa abrange, especificamente, as experiências de sociabilidade de lazer e/ou turismo supracitado no que tange a ação social realizadas por movimentos sociais, coletivos, organizações sociais, não governamentais, que realizam atividades de ordem coletiva, as quais se diferenciam de organizações de interesses privados ou mesmo de instituições que representam o estado.

Para tal, esta pesquisa utiliza como base teórica o trabalho de Caldeira (2003) “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”, livro que aborda o processo histórico da crescente dos condomínios fechados e shoppings na capital paulistana. Neste trabalho, a autora estabelece formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo, destacando entre elas uma fase que emergiu a partir dos anos de 1980, da qual uma cidade que privilegia cercamentos e muros nas edificações, a qual influencia até mesmo nosso caminhar e olhar da cidade (CALDEIRA, 2016).

Na mesma linha, David Harvey, em as Cidades Rebeldes, outro livro que irá auxiliar na análise deste trabalho, aborda, por exemplo, movimentos sociais urbanos que se deflagram na cidades buscando alternativas de superar o capital (HARVEY, 2014). Destarte, em contraponto a uma cidade “de muros” e de “negócios”, observamos que emerge também uma cidade “rebelde” em São Paulo, uma vez que pululam coletivos e movimentos sociais que “lutam” pelo direito de usufruir a cidade, de transformá-la e transformar a si mesmos como afirma o próprio Harvey (2014).



Em São Paulo é possível observar grupos que abordam toda sorte de direitos: questões de raça e gênero como é o caso de blocos de carnaval de rua; ao lazer; mobilidade: caso do cicloativismo e grupos de caminhada que se contrapõe ao uso do automóvel; ambientais que ocupam praças e parques, e adentram debates globais, como a preservação da água, entre muitos outros. Neste sentido, este projeto se propõe a refletir a respeito da defesa do patrimônio cultural e imaterial na capital paulistana partindo da preocupação de seus moradores, os quais atuam como ativistas contra a especulação e o abandono de espaços simbólicos. São integrados à preservação do patrimônio cultural e imaterial das comunidades, em diversas partes do município, do centro às periferias, realizam mapeamentos, inventários de referências culturais.

Destarte, citamos três grupos sociais que possuem como insumo para suas ações o patrimônio cultural. O primeiro é o Grupo Ururay “um coletivo de indivíduos interessados na preservação do Patrimônio Cultural da região Leste de São Paulo” (ALMEIDA, 2016) que coloca em uma de suas diretrizes, não apenas a defesa do patrimônio cultural e imaterial das comunidades, mas também o desenvolvimento local, incluindo o turismo de base comunitária como interessante para a região (MARTINS, 2016, p. 144).

O caso do “Parque Minhocão” é interessante, tendo em vista que debate-se a possibilidade de demolição da obra (um grande elevado da cidade) ou a construção de um parque. Neste sentido, a REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial) atua e pesquisa em diversos locais de São Paulo, realizou um inventário patrimonial, batizado de “Minhocão contra a gentrificação”, seguindo as diretrizes do IPHAN, com a participação da comunidade local.

O Instituto Bixiga de Pesquisa Formação Cultura Popular também realiza atividades pelo centro trazendo abordagens que desconstruem visões cristalizadas a respeito do centro, caso do projeto batizado de “rolês SP”, em que procuraram por meio de um passeio pelo bairro do Bixiga mostrar a importância dos territórios negros, para além da cultura imigrante, mais abordada pela história oficial.

Entende-se que estas atividades, mesmo tendo como destaque a questão do patrimônio cultural, tangenciam o lazer na cidade. Igualmente, nos fazem pensar e re-pensar sobre o desenvolvimento do turismo na cidade. Primeiramente, porque considerar o lazer com qualidade para o morador da cidade é algo indispensável. Uma cidade boa para turistas deve ser boa em primeiro lugar, aos seus cidadãos. Vale destacar o que Pronovost (2011, p. 106.) afirmou sobre o lazer: tal fenômeno deve passar fundamentalmente por análises sociopolíticas. E nem mesmo o turismo escapa a tal observação: o caso do turismo de base comunitária, igualmente tem sido visto por alguns autores como um movimento social, dado sua ligação com lutas por território e outras demandas (MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A.; CATARCIONE, 2016).

É preciso suplantarmos a ideia hegemônica da rentabilidade do turismo de negócios, o território segregado pelos projetos imobiliários, a gentrificação



“gourmetizada”, os espaços que dão conta apenas da história oficial, as artes elitizadas e até mesmo a precarização do trabalho no setor do turismo. Conforme aponta Soares (2015, p. 242) “o turismo é um dos movimentos da reprodução das relações de produção que potencializa a produção do espaço como condição de realização do capital”, fator com que faça escamotear e aprofundar a segregação e as desigualdades sociais.

Mas como pergunta o mesmo autor (SOARES, 2015), quem sabe o turismo possa ser muito mais do que um elemento da reprodução do espaço urbano, ou seja um negócio. Por outra via, a problemática da presente pesquisa sugere em observar como as práticas supracitadas dos cidadãos da capital paulistana podem nos fazer pensar sobre outras possibilidades de desenvolvimento do turismo na cidade, por meio das epistemologias de ver a cidade, que estes grupos produzem.

## **ABSTRACT**

Since the so-called "days of June 2013", which have led a substantial contingent of people to the streets in several cities of the country, we have seen a progressive increase of public spaces occupations movements in the city of São Paulo.

It is evident, and obvious, that neither manifestations nor such movements have recently emerged. However, in recent years it has been remarkable to observe a notable growth of social groups engaged in many activities, with different motivations and causes. And it is about these social groups, essentially those that in some way tune the activity of leisure and tourism, having the capital of São Paulo as a scenario, that this work is proposed to study.

The research is based on the sociability of leisure and or tourism in relation to social action carried out by social movements, collectives, social organizations and non-governmental organizations, which carry out activities of collective order, which differ from organizations of private interests or even institutions representing the state.

For this, the research uses as a theoretical base the work of Caldeira (2003) "City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo", a book that addresses the historical process of the growing number of closed condominiums and shopping malls in the city of São Paulo. In this work, the author establishes different forms of expression in the urban space of São Paulo, highlighting among them a phase that emerged from the 1980s, of which a city that privileges enclosures and walls in buildings, which influences even our walk and look of the city (CALDEIRA, 2016).

Along the same lines, David Harvey, in Rebel Cities, another book that will aid in the analysis of this work, addresses, for example, urban social movements that are deflagrating in cities seeking alternatives to overcome capital (HARVEY, 2014). Thus, in contrast to a "city of walls" and "business", we observe that a "rebellious" city also emerges in São Paulo, since there are many collectives and social movements that "fight" for the



right to enjoy the city, transforming it and transforming itself as Harvey (2014) himself states. In São Paulo, it is possible to observe groups that address all kinds of rights: race and gender issues such as street carnival blocks, leisure; of mobility: a case of cyclo-activism and walking groups that oppose the use of the car; environmental issues that occupy squares and parks, and enter into global debates, such as the preservation of water, among many others.

This project aims to reflect on the defense of cultural and immaterial heritage in the capital of São Paulo starting from the concern of its residents, who act as activists against speculation and abandonment of symbolic spaces. They are integrated to the preservation of the cultural and immaterial Heritage of the communities, in various parts of the municipality, from the center to the peripheries, they carry out mappings and inventories of cultural references.

Thus, we consider three social groups that have the cultural heritage as an input for their actions. The first is the Ururay Group "a collective of individuals interested in the preservation of the Cultural Heritage of the Eastern region of São Paulo" (ALMEIDA, 2016), which places in one of its guidelines, not only the defense of the cultural and immaterial Heritage of the communities, but also local development, including community-based tourism as interesting to the region (MARTINS, 2016, p. 144).

The case of the "Minhocão Park" is also interesting, considering that it is possible to demolish the structure (a great viaduct in the city) or to build a park. In this sense, REPEP (Paulista Network of Heritage Education) operates and researches in several places of São Paulo, carried out a Heritage inventory, baptized "Minhocão against gentrification", following the IPHAN guidelines, with the participation of the local community.

The Bixiga Research Institute for Popular Culture also carries out activities by the center, bringing approaches that deconstruct crystallized visions about the center, in the case of the project "rolês SP", in which they searched through a walk through the Bixiga neighborhood to show the importance of the black territories, in opposition to the immigrant culture, more approached by official history.

It is understood that these activities, even having as a highlight the issue of cultural heritage, connect to the city leisure. Equally, they make us think and re-think about the development of tourism in the city. Firstly, considering quality of leisure for the city's resident is indispensable. A good city for tourists should be good at first, for its citizens. It is worth highlighting what Pronovost (2011, p. 106.) said about leisure: such a phenomenon must go through essentially a socio-political analysis. And even the tourism escapes this observation: the case of community-based tourism has also been seen by some authors as a social movement, given its link with struggles for territory and other demands (MENDONÇA, TCM; MORAES, EA; CATARCIONE , 2016).



It is necessary to overcome the hegemonic idea of the profitability of business tourism, the territory segregated by real estate projects, a "gourmet" gentrification spaces that give only official history, the elitist arts and even the precariousness of work in the tourism sector. According to Soares (2015), "tourism is one of the movements of the reproduction of the relations of production that potentiates the production of space as a condition for the realization of capital", a factor that causes it to conceal and deepen segregation and social inequalities.

But as the same author asks, who knows tourism can be much more than an element of the reproduction of urban space, a business. On the other hand, the problematic of the present research suggests in observing how the above mentioned practices of the citizens of the capital of São Paulo can make us think about other possibilities of tourism development in the city, through the epistemologies of seeing the city, that these groups produce.

## **Referências/References**

- ALLIS, T; VARGAS, H. COMIN. **Turismo Urbano em São Paulo: reflexões teóricas e apontamentos empíricos**. Turismo em Análise (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1984-4867 Revista Turismo em Análise), v. 26, p. 496-517, 2015.
- ALMEIDA, P. F. de (org.). **Territórios de Ururay**. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.
- CALDEIRA, T.. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Novos Estudos. 2011.
- CANCLINI, N. G. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico, Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 23, 1994.
- DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: SESC/Nobel. 1994.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva. 1999.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. 8ª Ed. São Paulo, Loyola, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5ª Ed, São Paulo, Ed. Loyola, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais**, 11ª Ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2015.
- HAYLLAR, B.; GRIFFIN, T.; EDWARDS, D.; ALDRIGUI, M. **Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes**. London, Verso, 2014.



- IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009, p. 108-121.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2010.
- MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29. ISSN 1806-9053. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.
- \_\_\_\_\_. **Festa no Pedacço: cultura popular e lazer na cidade.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2003. v. 1. 166p .
- \_\_\_\_\_. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana.** 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. v. 1. 345p.
- MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A ; CATARCIONE, F. L. C. **Turismo de Base comunitária na região da Costa Verde: refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer.** *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, v. 16, p. 232, 2016.
- MARTINS, A. B. M. Turismo, conservação do patrimônio e geração de oportunidades da Zona Leste da cidade de São Paulo. In: ALMEIDA, Patrícia Freire de (org.). **Territórios de Ururay.** São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.
- NITO, M. K. S. ; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, v. 5, p. 38-49, 2017.
- OSTROM, E. **Govering the commons: The evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S.. **Parques Urbanos e o campo dos estudos do lazer: Propostas para uma agenda de pesquisa.** *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, p. 43-66-66, 2015.
- PRONOVOST, Gilles. **Introdução à Sociologia do Lazer.** São Paulo: SENAC. 2011.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SOARES, L. S. O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano. In: CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI; VOLOCHKO, D. (Org.) ; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). **A cidade como negócio.** 1ª. ed. São Paulo: editora Contexto, 2015.
- URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.



## **Parques urbanos em São Paulo: valores de uso, valores de troca**

### **Urban parks in Sao Paulo: values of use, values of Exchange**

REINALDO TADEU BOSCOLO PACHECO  
Universidade de São Paulo  
repacheco@usp.br

LLUÍS MUNDET I CERDAN  
Universidade de Girona – Catalunya, Espanha  
llios.mundet@udg.edu

## **RESUMO**

### **Introdução:**

O presente trabalho de investigação se propõe a analisar as políticas de gestão que tem incidido recentemente sobre os parques urbanos de São Paulo. No entanto, para tentar compreender este processo, recorre-se a estudos comparativos em outros países do mundo ocidental capitalista. O que nos motiva discutir esta questão é o fato de que o Brasil, e particularmente São Paulo, ter optado pelo aprofundamento da aplicação de conceitos neoliberais na gestão destes espaços como em nenhum outro lugar, dada a sanha de uso privatista que se observa recair recentemente sobre os parques urbanos de São Paulo. Trata-se de entender como os espaços que deveriam ter um valor de uso passam a ser considerados importantes veículos para a ampliação dos valores de troca.

A relação que estabelecemos com a questão do turismo urbano é tênue, embora esteja presente. Sabe-se que os parques urbanos desempenham um papel de “atrativo turístico”, além do que deveria ser seu papel principal, a garantia do direito ao lazer, previsto até mesmo na Constituição Brasileira, quando trata dos “direitos sociais”. Neste sentido, a discussão sobre os parques como atrativos para o turismo não prescinde da discussão de sua importância como espaço de expressão do direito ao lazer da população local. Como tentaremos mostrar neste trabalho, as sanhas privatistas que sobre eles recaem atuam sobretudo nos parques que podem ser transformados em espaços facilmente mercantilizáveis pela “indústria dos eventos”, articulada ao receptivo turístico do município e de certa forma até mesmo incentivado pela ideia de que São Paulo é a “grande cidade dos eventos”.

Os parques urbanos nunca foram exatamente espaços de expressão do direito ao lazer, embora fosse isso desejável. Nas cidades globais e desiguais como São Paulo, o uso destes espaços residuais do tecido urbano foi incorporado como estratégia de valorização de determinados territórios, acompanhando a lógica de expansão do capital imobiliário.



No entanto, o que nos parece uma novidade é o que se apresenta neste momento em São Paulo: apesar de serem espaços que já geraram “valor” ao capital imobiliário, outros atores representantes do capital começam a enxergar nestes espaços outras maneiras de acumulação capitalista e não se sentem intimidados em se apropriar dos espaços públicos com o objetivo de fazê-los servir a esta lógica. É assim que tem se dado o embate entre o uso público como direito dos moradores locais, entre a cidadania autóctone, e as empresas que se propõe a participar de editais de concessão destes espaços, legitimados pela ação de um poder público local altamente comprometido com a lógica de acumulação capitalista. Assim, no caso específico de São Paulo, busca-se analisar este processo de embate entre estas duas forças, entre uma cidadania de base local e os representantes do capital apoiados na administração pública de ocasião. Será analisado e descrito o processo de gestão pública que tem levado à concessão do principal parque da cidade, o Parque do Ibirapuera, privatização disfarçada sob manto de concessão de serviços. Além disso, será analisado o caso de resistência local que operou em importante e recente parque da cidade, o Parque Chácara do Jockey, por meio da articulação de forte conselho local participativo que impediu que “operadoras de eventos” pudessem tomar o controle do espaço.

### **São Paulo: um exemplo internacional**

A lógica que tem operado sobre a gestão destes espaços públicos da cidade de São Paulo pode ser considerada um exemplo internacional de apropriação privada. Em recente estágio de pesquisa na Universidade de Girona, pode-se realizar observações sistemáticas de uso público em parques urbanos de seis importantes cidades europeias: Porto, Madrid, Barcelona, Paris, Copenhague e Atenas. Estas observações indicam que São Paulo está exatamente na “vanguarda do atraso”: não há nenhum caso parecido de indisfarçável apropriação privada do espaço público em nenhuma destas cidades, em que pesem os processos de concessão de serviços privados para operação de atividades de acolhimento do uso público em parques urbanos: exploração de serviços de estacionamento, alimentos e bebidas ambulantes, locação de brinquedos, bicicletas, pedalinhas, passeios internos em trenzinhos, museus, restaurantes, lanchonetes, espaços publicitários, espaços de exposições, shows musicais e eventos diversos, que vão desde casamentos a lançamentos de determinados produtos.

Portanto, o que se busca nesta comunicação é mostrar um pouco deste estudo internacional comparativo que está sendo construído, à luz da análise realizada sobre o Edital de Concessão do Parque Ibirapuera e do caso Parque Chácara do Jockey. Deve-se observar que este edital de concessão previa ainda a incorporação de mais cinco parques urbanos da cidade à mesma empresa concessionária, na tentativa de justificar que os enormes lucros advindos da gestão do Parque Ibirapuera seriam distribuídos dentre estes “parques de periferia”. Estes cinco parques também foram visitados, em imersão de campo com estudantes de Lazer e Turismo da Universidade de



São Paulo que cursaram a disciplina optativa livre “uso público em parques urbanos”. Pode-se constatar que apenas um deles, de fato, trata-se de um “parque de periferia” e que todos os demais têm plenas condições de se tornarem muito rapidamente parques “rentáveis” ao concessionário. A questão que fica é a seguinte: que tipo de cidade permite que seus “ativos públicos” sejam assim mercantilizados já que São Paulo conta com 107 parques administrados pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente? Se uma concessionária irá administrar seis parques e dentre eles o mais “rentável”, o Parque do Ibirapuera, qual será a proposta para os demais? O que fazer com os outros mais de 100 parques? Parece que a resposta é clara: ao capital, interessa o valor de troca e não o valor de uso. Neste sentido, segue-se na cultura de “privatização” do que é rentável e na “socialização” do que não é rentável. Parques que não são “economicamente rentáveis” seguem sendo administrados com fundos e recursos públicos do orçamento municipal.

## **ABSTRACT**

### **Introduction:**

This research aims at analyzing the management policies that have recently focused on the urban parks of São Paulo. However, to try to understand this process, comparative studies are used in other countries of the western capitalist world. What motivates us to discuss this issue is the fact that Brazil, and particularly São Paulo, opted for the deepening of the application of neoliberal concepts in the management of these spaces as nowhere else, given the “desire of private use” that is observed recently on the urban parks of São Paulo. It is a question of understanding how the spaces that should have a use value are considered important vehicles for the expansion of exchange values.

The relationship we establish with the issue of urban tourism is tenuous, although it is present. It is known that urban parks play a role of “tourist attraction”, in addition to what should be their main role, the guarantee of the right to leisure, foreseen even in the Brazilian Constitution, when it deals with “social rights.” In this sense, the discussion about parks as attractions for tourism does not dispense with the discussion of their importance as a space for the expression of the right to leisure of the local population. As we will try to show in this work, the privative channels that fall on them mainly work in the parks that can be transformed into spaces easily marketable by the “event industry”, articulated to the tourist receptive of the municipality and to some extent even encouraged by the idea that São Paulo is the “great city of events.”

Urban parks were never exactly spaces for the expression of the right to leisure, although this was desirable. In global and unequal cities, such as São Paulo, the use of these residual spaces of the urban dynamic was incorporated as a strategy for valuing certain territories, following the logic of expansion of real estate capital.



However, what seems to us to be a novelty is what is present at this moment in São Paulo: although they are spaces that have already generated "value" to real estate capital, other actors representing capital begin to see in these spaces other ways of capitalist accumulation and do not feel intimidated in appropriating public spaces in order to make them serve this logic. This is how the clash between public use as a right of local residents, between native citizenship, and companies that intends to participate in the concession calls for these spaces, legitimized by the action of a local public power highly committed to the logic of capitalist accumulation. Thus, in the specific case of São Paulo, it is sought to analyze this process of clash between these two forces, between a local base citizenship and the representatives of capital supported in the public administration of occasion. It will be analyzed and described the process of public management that has led to the concession of the main park of the city, Ibirapuera Park, privatization disguised under the mantle of service concession. In addition, it will be analyzed the local resistance case that operated in important and recent park of the city, the Park Chácara do Jockey, through the articulation of a strong local participatory council that prevented that "event operators" could take control of the space.

### **São Paulo: an international example**

The logic that has operated on the management of these public spaces of the city of São Paulo can be considered an international example of private appropriation. In a recent stage of research at the University of Girona, systematic observations of public use can be made in urban parks of six important European cities: Porto, Madrid, Barcelona, Paris, Copenhagen and Athens. These observations indicate that São Paulo is exactly in the "vanguard of backwardness": there is no similar case of undisguised private appropriation of the public space in any of these cities, in which the processes of private service concession for operation of activities of reception of use public services in urban parks: parking services, food and street drinks, rental of toys, bicycles, pedal boats, internal tours in trains, museums, restaurants, snack bars, advertising spaces, exhibition spaces, musical shows and various events, from marriages to launches of certain products.

Therefore, what is sought in this communication is to show a little of this international comparative study that is being constructed, in the light of the analysis carried out on the Concession Notice of the Ibirapuera Park and the Chácara do Jockey Park case. It should be noted that this concession announcement also included the incorporation of five more urban parks in the city to the same concessionaire, in an attempt to justify that the enormous profits coming from the management of the Ibirapuera Park would be distributed among these "periphery parks". These five parks were also visited in a field immersion with students of Leisure and Tourism of the University of São Paulo who attended the free elective course "public use in



urban parks". It can be seen that only one of them, in fact, is a "periphery park" and that all others have full conditions to become very quickly parks "profitable" to the concessionaire. The question that remains is: what type of city allows its "public assets" to be thus commodified since São Paulo has 107 parks administered by the Secretariat of Green and the Environment? If a concessionaire will manage six parks and among them the most "profitable", Ibirapuera Park, what will be the proposal for the others? What to do with others more than 100 parks? It seems that the answer is clear: to capital, the value of exchange is interested, not value in use. In this sense, it follows in the culture of "privatization" of what is profitable and in "socialization" of what is not profitable. Parks that are not "economically profitable" continue to be managed with public funds and resources from the municipal budget.

### **Referências/References**

MAGNANI, José Guilherme C. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1992, v.35, p. 191-203.

SANTOS, Rosana F. e PACHECO, Reinaldo. Lazer. São Paulo: Editora Senac, 2018.

PACHECO, Reinaldo. Lazer e cidades: protagonismo e antagonismo nas lutas por espaço. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC-SP**. Mai. 2016. p.92-103.

MUNDET, Lluís & COENDERS, Germà. Greenways: A sustainable leisure experience concept for both communities and tourists. **Journal of Sustainable Tourism**, 18, n. 5, p. 657-674, 2010.



## **Turismo e urbanização na Costa do Sol Poente, na região metropolitana de Fortaleza-CE, Brasil**

### **Tourism and urbanization in the Costa do Sol Poente, in the metropolitan region of Fortaleza- CE, Brazil**

RICARDO ALEXANDRE PAIVA  
Universidade Federal do Ceará  
paiva\_ricardo@yahoo.com.br

BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES  
Universidade Federal do Ceará  
bhdiogenes@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

O litoral do Ceará, por suas qualidades naturais, possui grande potencial para o turismo, que é incentivado e incrementado desde as últimas décadas. A atividade turística – principalmente no que se refere à modalidade de “sol e mar” - ocupa atualmente importante papel no conjunto das relações econômicas e políticas do Estado. Fortaleza e os municípios litorâneos possuem condições naturais favoráveis para a fruição dessa atividade, por seu clima ameno o ano todo e por sua localização estratégica, que possibilita situar o Ceará nas rotas turísticas internacionais.

As estratégias políticas do Estado priorizaram, desde o final da década de 1980 a indústria e o turismo, além do agronegócio, como indutores do crescimento econômico. O setor do turismo, pois, se desenvolveu intensamente nos últimos anos na região Nordeste e particularmente no Ceará, em função de ações conjuntas das diversas instâncias do poder (federal, estadual e municipal), aliadas à atuação do mercado, sobretudo no ramo da construção civil, imobiliário, meios de hospedagens, comércio e serviços.

Constata-se, desde então, uma ampliação na oferta de equipamentos e serviços, além da implementação de obras de infraestrutura e apoio à atividade, a melhoria da malha viária e construção e expansão de vias litorâneas, programas de comunicação, marketing e segurança, além da promoção da capacitação de profissionais ligados ao setor.

Embora existam outros polos, o turismo que prevalece no estado é, pois, essencialmente, metropolitano e litorâneo. E a capital exerce a função de receptor e distribuidor do fluxo de visitantes, dinamizando as áreas mais próximas, principalmente Aquiraz e Caucaia.

Toda essa conjunção de fatores, que resultou no incremento da atividade turística desde o final da década de 1980 provocou uma reorganização na configuração espacial da Metrópole fortalezense, com modificações substanciais em toda a extensão da orla marítima, alterando a



paisagem natural e ocupando os vazios litorâneos, com a construção progressiva de hotéis, resorts, empreendimentos turístico-imobiliários, restaurantes, parques temáticos e condomínios de lazer, além de novas tipologias relacionadas a segundas residências.

Segundo Silva & Dantas,

O turismo consiste em elemento potencializador dos espaços litorâneos das metrópoles nordestinas, incorporando as zonas de praia de seus municípios à lógica de valorização turística alicerçada pelo PRODETUR-NE, a partir do final do século XX (anos 1990). A crença nos benefícios do turismo provoca no Nordeste um boom turístico, alicerçado por políticas públicas de valorização das zonas de praia e centrado nas capitais, transformadas em pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico. (SILVA & DANTAS, 2009, p.20).

A chamada Costa do Sol Poente, enfocada no artigo, é formada por toda a zona costeira cearense a oeste de Fortaleza. Na região metropolitana compreende os municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba e Trairi e abrange as praias de Pacheco, Iparana, Icaraí, Tabuba e Cumbuco, Taiba, Pecém, Paracuru, Lagoinha, Fleixeiras e Guajiru, entre outras.

Antes comunidades de pescadores, a ocupação com fins de veraneio nesses núcleos ocorreu sobretudo entre as décadas de 1960-1990, com a oferta de loteamentos para a construção de residências secundárias, principalmente em Iparana, Pacheco e Icaraí, que constitui atualmente o núcleo mais urbanizado do litoral oeste, com inúmeras residências de veraneio transformadas em permanentes. Nos anos 1990-2000, com o desenvolvimento do turismo, verificou-se uma transformação significativa na ocupação dessa orla, com a construção de resorts integrados e unidades hoteleiras diversas, assim como a previsão de futuros empreendimentos.

Conforme ressalta a geógrafa Rita Cruz (1999, p.174),

[...] outro aspecto da modernização de territórios litorâneos nordestinos é dado pelos mega-projetos turísticos em implantação. Esses mega-projetos modernizam, “instantaneamente”, as porções de território sobre as quais se assentam. Estradas pavimentadas, energia elétrica, telefonia, hotéis de luxo, heliportos, campos de golfe e inúmeros outros objetos são introduzidos, de uma só vez, nesses territórios, trazendo consigo novos fluxos (de pessoas, de informações, de capitais, etc.). É o turismo impondo seu tempo, criando seu espaço.

A problemática mais evidente se refere ao fato que as intervenções suscitadas pela atividade turística desencadearam transformações significativas no espaço e na paisagem, gerando impactos relacionados às preexistências ambientais e à urbanização pretérita, bem como são observados conflitos decorrentes da coexistência como os outros usos litorâneos (porto, pesca, habitação, etc.).

Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar a relação entre o desenvolvimento do turismo e os processos de urbanização verificados no



litoral dos municípios da RMF, situados a oeste da capital, identificando os processos socioespaciais contemporâneos ali verificados, desencadeados - com o influxo da globalização, por práticas de consumo, lazer e turismo, processos esses que imprimem novos paradigmas de estruturação do espaço.

Ademais, a produção do espaço na Costa do Sol Poente tem sido condicionada pelo processo de urbanização atrelado à instalação do Complexo Industrial Portuário do Pecém - CIPP, em 2002, localizado entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. A concomitância destas dinâmicas metropolitanas (turismo e indústria) nesse eixo de expansão e, os conflitos dela decorrentes, constitui uma questão relevante no âmbito do Planejamento Urbano e Regional.

Percebe-se a formação de núcleos dispersos ao longo do litoral, permeado com a implantação de equipamentos de lazer e turismo de grande porte. Aliado a isso, observa-se uma dinâmica imobiliária que atua fortemente nessa área, na comercialização dos terrenos e imóveis, por empreendedores do turismo e do mercado imobiliário, muitas vezes ligados a investidores internacionais.

Na análise desse processo, almeja-se abordar como as diversas ações e políticas de turismo no Estado têm interferido no quadro de mudanças socioespaciais na RMF, particularmente no eixo oeste.

Conforme mencionado, a presença do CIPP - Complexo Industrial e Portuário do Pecém - repercute de forma substancial na dinâmica de ocupação do litoral, que entre outras implicações, verifica-se a ocupação de imóveis nos núcleos litorâneos, sobretudo no Cumbuco, por parte de inúmeros trabalhadores, muitos deles estrangeiros envolvidos com a implementação da siderúrgica na retaguarda do porto.

O artigo traz como contribuição, portanto, análises críticas acerca dos efeitos e impactos do turismo no processo de urbanização no litoral oeste da RMF, levando em conta o tipo de ocupação e apropriação, como por exemplo: a questão da privatização da faixa de praia; as políticas de incentivo à produção da infraestrutura de apoio; a expulsão das antigas comunidades de pescadores; a coexistência dos núcleos tradicionais, dos trabalhadores e do fluxo de turistas na área; os conflitos com o meio ambiente; assim como a relação com a área do CIPP.

Constata-se, enfim, que toda essa conjunção de fatores provocou uma reorganização na configuração espacial da metrópole cearense, com modificações substanciais em toda a extensão da orla marítima situada a oeste da capital, marcadas pela exacerbação de desigualdades socioespaciais históricas e a criação de novas.

## **ABSTRACT**

The coast of Ceará, due to its natural qualities, has great potential for tourism, which has been encouraged and increased since the last decades. Tourism activity - mainly related to the "sun and sea" modality - currently occupies an important role in the whole economical and political relations in



Ceará. Fortaleza and the coastal municipalities have favorable natural conditions for the use of this activity, for its mild climate all year round and for its strategic location, which makes it possible to locate Ceará on international tourist routes.

Since the end of the 1980s, the State's political strategies have prioritized industry and tourism, as well as agribusiness, as inductors of economic growth. The tourism sector has developed intensively in the Northeast region and particularly in Ceará, due to the joint actions of the various levels of power (federal, state and municipal), allied to the market, especially in the construction, real estate, housing, commerce and services sectors.

Since then, there has been an increase in the provision of equipment and services, as well as the implementation of infrastructure and activity support, improvement of the road network and construction and expansion of coastal roads, communication, marketing and security programs, as well as the promotion of the training of professionals related to the sector.

Although there are other poles, the tourism activity that prevails in Ceará is, therefore, essentially metropolitan and coastal. And the capital serves as the receiver and distributor of the flow of visitors, streamlining the nearby areas, mainly Aquiraz and Caucaia.

All this combination of factors, which resulted in an increase in tourist activity since the end of the 1980s, led to a reorganization of the spatial configuration of the Metropolis, with substantial modifications along the entire coastline, altering the natural landscape and occupying the coastal voids, with the progressive construction of hotels, resorts, tourist-real estate ventures, restaurants, theme parks and recreational condominiums, as well as new typologies related to second homes.

According to Silva & Dantas,

Tourism is a potentiating element of the coastal areas of the Northeastern metropolis, incorporating the beach areas of its municipalities to the logic of tourism valorization founded by PRODETUR-NE, from the end of the XX century (1990s). The belief in the benefits of tourism provokes a tourist boom in the Northeast, based on public policies for the valorization of beach areas and centered on the capitals, transformed into reception points and distribution of the tourist flow. (SILVA & DANTAS, 2009, p.20).

The so-called “Costa do Sol Poente”, focused on this paper, is formed by the entire coastal zone of Ceará, west of Fortaleza. In the metropolitan region, it includes the municipalities of Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba and Trairi, and covers the beaches of Pacheco, Iparana, Icaraí, Tabuba and Cumbuco, Taiba, Pecém, Paracuru, Lagoinha, Fleixeiras and Guajiru.

Before fishermen's communities, occupation for summer purposes in these centers occurred mainly between the 1960s and 1990s, with the supply of subdivisions for the construction of secondary residences, mainly in Iparana, Pacheco and Icaraí, which is currently the most urbanized nucleus



of the west coast, with innumerable summer residences transformed into permanent ones. In the years 1990-2000, with the development of tourism, there was a significant transformation in the occupation of this border, with the construction of integrated resorts and various hotel units, as well as the forecast of future ventures.

As pointed out by the geographer Rita Cruz (1999, p.174),

[...]another aspect of the modernization of Northeastern coastal territories is given by the tourist mega-projects in implantation. These mega-projects modernize, "instantly," the portions of territory on which they rest. Paved roads, electric power, telephones, luxury hotels, heliports, golf courses and numerous other objects are introduced at once in these territories, bringing with them new flows (people, information, capital, etc.). It is tourism imposing its time, creating its space.

The most evident problem is the fact that the interventions provoked by the tourist activity have triggered off significant transformations in the space and in the landscape, generating impacts related to the preexistence of the environment and to the past urbanization, as well as conflicts due to the coexistence as the other coastal uses (port, fishing, housing, etc.).

In this sense, the objective of the paper is to analyze the relationship between the development of tourism and the processes of urbanization found on the coast of the municipalities of the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF), located to the west of the capital, identifying the contemporary socio-spatial processes verified there, set off - with the influx of globalization - , by consumption, leisure and tourism practices, which processes new paradigms of spatial structure.

In addition, the production of space on the "Costa do Sol Poente" has been conditioned by the urbanization process linked to the installation of the Pecém Industrial Port Complex (CIPP) in 2002, located between the municipalities of Caucaia and São Gonçalo do Amarante. The concomitance of these metropolitan dynamics (tourism and industry) in this axis of expansion, and the resulting conflicts, is a relevant issue in the scope of Urban and Regional Planning.

It can be observed the formation of dispersed nuclei along the coast, permeated by the implantation of large dimensions leisure and tourism equipment. Allied to this, it can be seen a real estate dynamics that acts strongly in this area, in the commercialization of land and real estate, by tourism entrepreneurs and the real estate market, often linked to the international investors.

In the analysis of this process, the goal is to approach how the diverse actions and policies of tourism in Ceará have interfered in the framework of socio-spatial changes in the RMF, particularly in the west axis

As mentioned, the presence of the CIPP has a substantial impact on the coastal occupation dynamics, which among other implications, is the occupation of properties in the coastal centers, especially in Cumbuco, by



many workers, many of them foreigners involved with the implementation of steelworkers in the harbor rear.

Therefore, the paper brings as contribution, critical analysis about the effects and impacts of tourism on the urbanization process in the west coast of the RMF, taking into account the type of occupation and appropriation, such as: the privatization of the beach strip; policies to encourage the production of support infrastructure; the expulsion of former fishing communities; the coexistence of traditional nuclei, workers and the flow of tourists in the area; conflicts with the environment; as well as the relationship with the CIPP area.

Finally, as an effect, it is verified that all this conjunction of factors provoked a reorganization in the spatial configuration of the Ceará metropolis, with substantial modifications along the entire coastline to the west of the capital, marked by the exacerbation of historical socio-spatial inequalities and the creation of new ones.

## **Referências/References**

CORIOLOANO, L. N. Do local ao global: O turismo litorâneo cearense. Fortaleza: Papyrus, 1998.

CRUZ, R. C. A. Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios do litoral nordeste. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH- USP. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Política de turismo e território. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZA, A.. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. Cidades (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.

DANTAS, Eustógio W. “Construção da imagem turística de Fortaleza-Ce.” Mercator – Revista de Geografia da UFC. Ano 01, nº 01, 2002.

DIOGENES, B. H. N. Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAUUSP. 2012

FARIAS FILHO, J. A. “Litoralização metropolitana. Uma avaliação das políticas urbana e ambiental no litoral metropolitano cearense.” Anais XIV Encontro nacional da Anpur. Rio de Janeiro, 2011.

PAIVA, Ricardo A. A metrópole híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) São Paulo: FAUUSP, 2011.

SILVA, J. B. & DANTAS, E. “Formação histórica da metrópole principais tendências de desenvolvimento”. In: PEQUENO, L. R. B. (org) Como anda Fortaleza. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2009.



## **A "cidade de veraneio": a acumulação do capital e a produção do espaço no município balneário de Pontal do Paraná (PR)**

### **The "city of summer": the accumulation of capital and the production of space in the seaside town of Pontal do Paraná (PR)**

SANDRA DALILA CORBARI  
Universidade Federal do Paraná  
corbari91@hotmail.com

NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO  
Universidade Federal do Paraná  
natytav@yahoo.com.br

## **RESUMO**

As zonas costeiras são áreas que contêm locais privilegiados ou únicos, caracterizando um monopólio espacial de certas atividades, como industrial-portuária e turística (MORAES, 2007). Nessas áreas é perceptível como o capitalismo produz espaço, criando "geografias à sua medida". No turismo, isso ocorre com a estruturação de produtos turísticos, atração de empreendimentos turísticos como resorts e portos turísticos, como também por meio da "indústria turístico-residencial" (CAÑADA, 2016), representando um negócio com alta rentabilidade (SILVA, 2010).

Esse é o panorama do município de Pontal do Paraná (Paraná). O território do município, emancipado em 1997, passou a ser ocupado para fins de lazer na década de 1920, quando uma incipiente movimentação promoveu as primeiras obras de infraestrutura. Naquela época surgiram loteamentos, dando origem a um novo uso do território, gerando assentamentos distintos dos que já ocorrera, primeiramente porque, dentre outros fatores, visaram à estadia temporária e não a existência de fato de um assentamento. Eles foram "produto do desejo de digressão, sustentado pela poupança obtida em outros lugares" (SAMPAIO, 2006, p. 57).

A partir de 1950 verificou-se no litoral do Paraná a intensificação do fenômeno da segunda residência das camadas sociais médias urbanas de centros urbanos próximos passou a ser extensivo. Retomaram-se projetos de balneários que estavam estagnados desde 1920. Isso foi possível, em parte, pela existência de uma rodovia (PR-412), aberta na década anterior (SAMPAIO, 2006).

Nesse momento, verifica-se como indivíduos e/ou grupos poderosos dominam a organização e produção do espaço (HARVEY, 1996), por meio do processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2006), mas também se produz o espaço de forma desigual, segregando parcela da população. Isso



porque, dentre os empreendimentos balneários, em 1951 foi lançada a Cidade Balneária Pontal do Sul, o maior empreendimento balneário do Paraná até o presente (SAMPAIO, 2006), que deu origem, inclusive, a outros usos do território (industrial-portuário) e a um conflito socioambiental que se manifesta há mais de uma década. Os pescadores artesanais, usadores daquele espaço, sofreram um processo de espoliação generalizada do território, resultado de doação de terras do Estado a particulares (MP-PR, 2016).

Em continuação, os loteamentos, que não contavam com infraestrutura técnica, foram postos à venda pela iniciativa privada ou família que vislumbravam a oportunidade de lucro (SAMPAIO, 2006). Evidenciou-se, após 1970, a intensa ocupação dos balneários, que veio acompanhada de falta de planejamento e desordem, visando o acúmulo de capital por meio da especulação imobiliária (PIERRI et al., 2006). Somado a isso, já na década de 1990, se intensificou a ocupação de Pontal do Paraná por marinas, que se instalaram de forma desregulada, ao longo do “canal do DNOS” (SAMPAIO, 2006).

Moldou-se um território como recurso (SANTOS, 2000), com usos específicos ou previamente determinados, prevalecendo alguns agentes ou setores. Não significando que os veranistas, proprietários ou inquilinos, não tenham vínculo com o território, o que se explicita é que o mercado de terras pelo qual a ocupação se deu, faz parte de um processo de acumulação por espoliação, no qual poucos atores sociais que detêm o capital econômico e político guiam a produção do espaço (CAÑADA, 2016). Produziu-se, em Pontal do Paraná, uma “periferia do prazer” para camadas média e alta de centros urbanos próximos, como Curitiba, sem a existência de grandes equipamentos ou infraestruturas turísticas.

Desse processo decorrem injustiças socioambientais que se evidenciam na ocupação do solo. Em 2010, o número de domicílios particulares de uso ocasional era de 17.695, em torno de 65% do total de 27.264 domicílios (IBGE, 2010). Tem-se uma cidade esvaziada em mais de dois terços dos meses do ano, uma “cidade de veraneio”. Não obstante, as localidades sede de segundas residências são privilegiadas pelas melhores condições de infraestrutura, denotando uma ação mais enfática dos órgãos públicos para atender turistas em detrimento da população fixa (POLIDORO; DESCHAMPS, 2013). A disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos não obedece à demanda social, mas a interesses particulares dos agentes imobiliários. Prioriza os usuários, aqueles que vivenciam o espaço pelo valor de uso e valor de troca determinados pela mercadoria e pela propriedade, em detrimento dos usadores, aqueles que vivenciam o espaço apropriado, em um processo contínuo de produção e reprodução da materialidade, das dimensões e das interações sociais (LEFEBVRE, 2008).

Ademais, a ocupação extensiva da orla marítima por uma população flutuante “acarreta em elevado custo da terra, gerada pela demanda por residências de veraneio. Como resultado, a concentração da população



residente ocorre nas porções afastadas da orla marítima” (CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL, 2018, p.129). Tem-se uma segregação socioespacial, com parcela da população com menor poder aquisitivo habitando locais que são, inclusive, Áreas de Proteção Ambiental. Azevedo (2016) averiguou que, em Pontal do Paraná, cerca de 38% dos habitantes vive em áreas de média vulnerabilidade social e pouco mais de 0,5% em um setor de alta vulnerabilidade, essa área corresponde ao território tradicional pesqueiro da comunidade do Maciel, que encontra-se “ilhada” entre o mar e terrenos de propriedade de grandes empreendimentos industrial-portuários . Além disso, a pesquisadora supracitada destaca que, a segregação espacial ocorre de forma padronizada. A zona urbana é atravessada pela PR-412, sendo que, do lado leste da rodovia (mais próximo à orla), estão setores com menor vulnerabilidade social, ocupados pelas residências secundárias. Do outro lado do município, os setores com maior vulnerabilidade, são ocupados majoritariamente pela população residente, incluindo a população indígena de duas aldeias Guarani Mbya.

Destarte, verifica-se que em Pontal do Paraná o “mercado de terras” promoveu a segregação socioespacial, ao mesmo tempo em que o turismo não satisfaz as demandas econômicas locais, culminando em um apoio da população local a outra alternativa de emprego e renda: o setor industrial-portuário. Desse modo, faz-se mister refletir, sob a luz da economia política e ecologia política, sobre as injustiças ambientais geradas pela turistificação do espaço, expandindo as análises de impacto do turismo para conflitos ambientais, onde a análise do espaço e do território são fundamentais.

## **ABSTRACT**

Coastal zones are areas that contain privileged or unique locations, characterizing a spatial monopoly of particular actions, such as industrial-port and tourist activities (MORAES, 2007). In these areas it is noticeable how capitalism produces space, creating "geographies for its purpose". In tourism, this occurs with the structuring of tourist products, the attraction of tourist enterprises such as resorts and tourist ports, as well as through the "tourist-residential industry" (CAÑADA, 2016), representing a business with high profitability (SILVA, 2010).

This is the scenery of the seaside town of Pontal do Paraná (Paraná). The territory of the municipality, emancipated in 1997, began to be occupied for leisure purposes in the 1920s when an incipient movement promoted the first infrastructure works. At that time, land parcels began to appear, giving rise to a new use of the territory, generating settlements distinct from those that had already occurred, primarily because, among other factors, aimed at temporary stay and not the existence of an actual settlement. They were "the product of the desire for digression, sustained by the savings obtained elsewhere" (SAMPAIO, 2006, p 57).

From 1950 onwards, the second residence phenomenon of the urban middle social strata of nearby urban centers became more extensive in the



Paraná coast. Balneary projects that had been stagnated since 1920 were restarted. This was possible in part due to the existence of a highway (PR-412) that was opened in the previous decade (SAMPAIO, 2006).

At that moment, it is noted how powerful individuals and/or groups dominate the organization and production of space (HARVEY, 1996), through the process of accumulation by spoliation (HARVEY, 2006), but it is also produced unequally, segregating part of the population. The reason is that, among the balneary projects, it was launched in 1951 the Pontal do Sul Balneary City, the largest seaside enterprise in Paraná to date (SAMPAIO, 2006), which gave rise to other uses of the territory (industrial-port) and a socio-environmental conflict that has manifested for more than a decade. The artisanal fishermen, users of that space, suffered a process of generalized plundering of the territory, as a result of the donation of state land to private individuals (MP-PR, 2016).

Later, the lots, which did not have technical infrastructure, were put up for sale by the private initiative or families that saw the opportunity for profit (SAMPAIO, 2006). After 1970, it was made evident the intense occupation of the coastline, which was accompanied by disorder and lack of planning, aiming at the accumulation of capital through real estate speculation (PIERRI et al., 2006). In addition, in the 1990s, the occupation of Pontal do Paraná was intensified by marinas, which were installed in a deregulated way along the "DNOS canal" (SAMPAIO, 2006).

Thus, the territory was formed as a resource (SANTOS, 2000), with specific or previously determined uses, predominating some agents or sectors. It does not mean that vacationers, landlords or tenants, have no link with the territory. What is made explicit is that the land market by which the occupation took place is part of a process of accumulation by spoliation, in which few social actors who hold economic and political capital guide the production of space (CAÑADA, 2016). In Pontal do Paraná, a "periphery of pleasure" was produced for the middle and upper classes of nearby urban centers, such as Curitiba, without the existence of large pieces of equipment or tourist infrastructure.

From this process environmental injustices arise, that are evidenced in the soil occupation. In 2010, the number of private households for occasional use was 17,695, about 65% of the total of 27,264 households (IBGE, 2010). There is a city emptied in more than two-thirds of the months of the year, a "city of summer". However, the localities that shelter second homes are favored by the best infrastructure conditions, denoting a more emphatic action by the public tourist service agencies to the detriment of the fixed population (POLIDORO; DESCHAMPS, 2013). The availability of infrastructure and public services does not take place due to social demand, but to the private interests of real estate agents. Prioritizing consumers, those who experience space by the use and exchange values determined by the commodity and property, to the detriment of users, those who experience the appropriated space in a continuous process of production and



reproduction of materiality, dimensions, and interactions (LEFEBVRE, 2008).

There is socio-spatial segregation, with a portion of the population with lower purchasing power inhabiting places that are, in fact, Environmental Protection Areas. Azevedo (2016) found that in Pontal do Paraná, about 38% of the inhabitants live in areas of medium social vulnerability and little more than 0.5% in a high vulnerability sector. This area corresponds to the traditional fishing village of Maciel, which is "cloistered" between the sea and lands owned by large industrial-port undertakings. In addition, the aforementioned author emphasizes that spatial segregation occurs in a standardized way. The urban zone is crossed by PR-412, and on the eastern side of the highway (closest to the seashore), there are the zones with lower social vulnerability, occupied by secondary residences. On the other side of the municipality, the regions with the greatest vulnerability are occupied by the resident population, including the indigenous population of two Guarani Mbya villages.

Therefore, the "land market" in Pontal do Paraná promoted socio-spatial segregation at the same time that tourism did not meet the local economic demands, culminating in the support from the local population for an alternative to employment and income: the industrial-port sector. Hence, it is necessary to reflect, in the light of political economy and political ecology, on the environmental injustice generated by the touristification of space, expanding the analysis of the impact of tourism to environmental conflicts, where an analysis of space and territory is fundamental.

## Referências/References

AZEVEDO, N. T. de. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Guaju**, Matinhos (PR), v.2, n.2, p. 89-124, jul./dez. 2016.

BORELLI, E. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. **Interthesis**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-27, jan./jun. 2007.

CAÑADA, E. Implicaciones socioambientales de la construcción del espacio turístico. **Ecología Política - Cuadernos de debate internacional**, Catalunya (ESP), p. 62-68, dic. 2016.

CUNHA, I. Desarrollo sostenible en la costa brasileña. **Revista Galega de Economía**, v. 14, n 1-2, p. 1-14, 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 ed. (Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010** - **Paraná**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/resultados/tabelas\\_pdf/total\\_domicilios\\_parana.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_domicilios_parana.pdf)>. Acesso em: 15/05/2019.



LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. (Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins). [S.i.:s.n.], fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. (Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins). Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção dos Direitos Humanos. **Ofício nº 1628/2016 –CAOPJDH**. 15 dez. 2016.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. 2 Ed. São Paulo: Annablume, 2007.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral)**. Relatório de contextualização consolidado (RA 02) - aspectos socioterritoriais, vol. 2, 10 dez. 2018.

POLIDORO, M.; DESCHAMPS, M. V. Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 14, n. 125, p. 215-235, jul./dez. 2013.

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense**. 227 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, K. de O. **A residência secundária e uso do espaço público no litoral oriental potiguar**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

TURNER, L.; ASH, J. **La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer**. Madrid: Editorial Endymión, 1991.



## **Turismo local e os registros geográficos em um enclave sub-úmido no nordeste brasileiro: investigação multicases**

### **Local tourism and geographic records in a sub-humid enclave in northeastern Brazil: multicases reasearch**

RICARDO CESAR DE OLIVEIRA BORGES  
Faculdade Terra Nordeste / Faculdade das Américas  
georcborges@gmail.com

#### **RESUMO**

O estado do Ceará é considerado um dos maiores centros turísticos do país. Além do turismo natural do litoral, com a presença de dunas, falésias, palmeiras, fontes de água doce, lagos e enseadas. Há presença de equipamentos nas serras e no interior; locais que garantam a diversidade ambiental e um diferencial para os produtos turísticos. Somado aos atrativos naturais, a hospitalidade da população local já bastante conhecida e divulgada, e o ecoturismo no estado e a vida noturna da Capital Alentejana que fazem do Ceará um dos pontos turísticos procurados tanto pelo segmento nacional quanto pelo estrangeiro. O objetivo desta pesquisa é apresentar os registros geográficos do turismo endógeno no Maciço Baturité, Ceará, através dos pontos mais destacados das cinco cidades estudadas o chamado Corredor Verde (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia). Metodologicamente, foi realizado um estudo exploratório, através de revisão bibliográfica e estudo de campo, em cinco municípios, para atender ao objetivo desta pesquisa. Como resultado das atividades de campo no estudo do objeto, os registros geográficos através de anotações em diário de campo sugerem uma produção dinâmica de territórios turísticos; a apropriação de espaços para a prática do turismo, comporta-se com a incorporação de novos espaços, abandono parcial ou total de outros, pois dentre os fatores que determinam sua valorização destacam-se, dentre outras, as tendências produzidas pela determinação da ação mercadológica. Além disso, parece que a atividade turística envolve vários segmentos da atividade humana que afetam diferentes grupos de pessoas, como planejadores, políticos, profissionais, núcleo principal de turistas da área e, claro, a comunidade local.

**PALAVRAS CHAVES:** Turismo local. Maciço Baturité. Geografia do turismo. Vila.

Em seu processo histórico a cidade cearense de Baturité tem origem indígena do Tupi *ibi-tira-eté*, que significa dizer “serra verdadeira” em sua toponímia. Tal versão, porém, não é considerada unânime segundos os



estudiosos. As mais antigas referências são datadas de 1746, quando Inácio Moreira Barros e André Moreira de Moura fizeram uma petição ao Capitão-mor, Governador da Capitania do Ceará Grande, João de Teive Barreto de Menezes, para a concessão de uma sesmaria entre o rio Choró e a serra de Baturité.

O objetivo desta investigação é apresentar os registros geográficos do turismo endógeno no Maciço de Baturité, Ceará, por meio dos pontos de maior destaque das cinco cidades estudadas no chamado Corredor Verde (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia). Metodologicamente, foi realizado um estudo exploratório por meio de levantamento bibliográfico e estudo de campo nos cinco municípios para atender o objetivo desta investigação.

O turismo é definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) como sendo “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Apenas para efeito de ilustração, 387 mil empregados trabalhavam no sistema turístico do estado, o que correspondia a 8,47% dos empregados em todo o Brasil (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2000; CEARÁ, 2002).

“O turismo de serras e sertões tenta desenvolver novas potencialidades locais, tendo também em vista estimular o crescimento econômico de comunidades com economias estagnadas” (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008, p. 261). Nas serras e sertões as paisagens são bastante diversificadas. Os municípios serranos situados no maciço de Baturité é um exemplo dos grandes atrativos turísticos do Estado.

### **Aratuba**

A religiosidade esta presente em Aratuba. Como Padroeiro, São Francisco de Paula, as festividades religiosas coincidem com a última semana do ano. Mas o sossego de Aratuba também é interrompido durante o carnaval com o Festival de Jazz & Blues realizado em Guaramiranga, na última semana de março em decorrência da semana do município, em junho com o Festival de Quadrilhas, em agosto com o Festival de Queijos e Vinhos, no mês seguinte com Mostra Paralela de Teatro do Maciço de Baturité e, a mais tradicional, no mês de novembro, quando acontece a Festa do Alho (MACIÇO, 2003).

O comércio também é movimentado em Aratuba. Seja no lombo de um jumento, sobre uma moto, dentro de um carro, a cidade oferece serviços bancários, financeiros, mercados de pequeno e médio portes, postos de gasolina, lan houses, lojas de confecção, lojas de informática, entre outros.

Outros pontos turísticos que merecem destaque em Aratuba são os mirantes. O Pico do Mussú permite avistar Itapiúna, Caridade e Canindé. O Pico do Acarape permite uma visão panorâmica de Aracoiaba, Itapiúna e Capistrano. A cinco quilômetros da sede há o Mirante Quebra Faca onde se localiza a comunidade indígena dos Fernandes e se tem uma visão dos



municípios de General Sampaio, Caridade, Canindé, Paramonti e Pentecostes. Apresento, a seguir, o segundo município do objeto do estudo.

### **Guaramiranga**

A paisagem urbana de Guaramiranga, na área central, é formada por edifícios de pequeno porte. O seu espaço urbano mantém, no geral, o ambiente agradável predominando o gosto erudito e urbano. As edificações que merecem destaque por sua maior escala e beleza arquitetônica são a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, construída no estilo barroco em 1892, o Convento dos Capuchinhos que se localiza na ladeira da gruta, a Biblioteca Municipal Rui Barbosa, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição construída em 1880, o Teatro Municipal Raquel de Queiroz com capacidade para 500 pessoas, palco de espetáculos artísticos como o Festival de Jazz e Blues e o Festival Nordestino (GUARAMIRANGA, 2012).

Outros pontos por seu caráter turístico merecem ser mencionados como: o Parque das Cachoeiras, Pico Alto (ponto culminante do Maciço de Baturité) com 1.115m de altitude onde se pode desfrutar de um pôr do sol e as melhores vistas da região, a Linha da Serra (trajeto que começa a 28km da entrada de Baturité) totalizando um percurso de 15km a 1.002 metros de altitude e o Campo Batalha que possui uma trilha ecológica de 3.600 metros voltada para a educação ambiental (GUARAMIRANGA, 2012).

Outra característica que merece destaque ainda que não seja objeto desta investigação é o setor imobiliário. A especulação imobiliária que, por vezes, gera a segregação socioespacial já é alvo de atenção por parte da ciência geográfica (RODRIGUES, HOLANDA, 2012; PINHEIRO; BORGES, 2012). Guaramiranga, enquanto cidade refrigerio e com um turismo que possui características de vilegiatura, detém a possibilidade real de investimento no mercado imobiliário, notadamente com o aumento do preço do espaço urbano e divisão clara entre os que podem arcar com tamanho investimento daqueles que ficam a margem do que o setor produz.

### **Mulungu**

Mulungu, um povoado incipiente, aparece neste momento como ponto de descanso dos viajantes oriundos da Baturité em direção a Canindé. A cultura do café, igualmente nos municípios circunvizinhos, introduziu o desenvolvimento na cidade. As plantações nos sítios Bagaço e Munguaípe levaram famílias inteiras do sertão de Canindé e de Quixadá para o alto da serra. Mulungu, ainda é, sobretudo, rural. As casas de farinha produzem goma fresca e confeccionam beijos; todavia, o comércio emerge. A economia de Mulungu é movimentada por empreendimentos hoteleiros e gastronômicos, casas de veraneio e sítios antigos, além da produção de hortifrutigranjeiros.

“A religiosidade dos habitantes de Mulungu é manifestada pela devoção a São Sebastião, padroeiro da cidade. [...]. Uma imponente escadaria nos conduz ao monumento através de uma via sacra com 14 imagens esculpidas



em cimento” (MACIÇO, 2003, p. 147). Igrejas como Nossa Senhora de Fátima, em Catolé, e de Santa Luzia, em Lameirão, ambas construídas por padres jesuítas são exemplos de arquitetura sacra rural.

### **Pacoti**

A cidade possui igrejas e capelas que merecem destaque. A Matriz, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, possui um salão paroquial e foi construída em 1885 e no conjunto Planalto há a Capela de São Francisco. Na rua Irmã Ferraz encontramos a Capela de Nossa Senhora das Graças e na rua Divino Salvador o Convento dos Salvatorianos (MACIÇO, 2003). Neste espaço há um centro de pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A cultura é outra marca de Pacoti. Há o polo de lazer, o Teatro Municipal Luiz Pimenta, o Noart Artesanato e Galeria Raimundo Siebra. Em especial, Siebra nasceu Pacoti e é responsável pelos painéis sacros da Igreja Matriz Nossa Senhora da Palma em Baturité. Além disso, caminhando pela avenida 13 de maio onde se localiza a sua galeria fundada em 1997, os visitantes e locais podem verificar permanentemente o espaço dedicado a exposição de obras de artistas locais, cearenses e nacionais (MACIÇO, 2003). Ao final da avenida, depara-se com o Arco de Nossa Senhora de Fátima e chegada à cidade de Palmácia nosso último destino do objeto do estudo a ser apresentado a seguir.

### **Palmácia**

A ruralidade está presente na atividade econômica principal do município; a agricultura, com destaque para o cultivo da banana, cana de açúcar, arroz, milho e fava. A criação de gado no campo é outra fonte de renda no município notadamente na parte baixa de Palmácia, descida da Ladeira Grande, na comunidade de Água Verde, próximo ao Casarão dos Linhares com seus antigos tonéis da fábrica de aguardente (MACIÇO, 2003).

A Pedra do Bacamarte “é respeitada pelos alpinistas por sua altura e imponência [...e sua trilha] considerada pesada com dois quilômetros de subida íngreme” (MACIÇO, 2003, p. 188-189). No alto, avista-se os municípios de Maranguape, Fortaleza, Iguape e Redenção. Nesse ponto percebi uma grande interação entre homem e natureza o que me fez buscar o termo Ecoturismo.

O ecoturismo também está presente na Pedra da Torre da Lua inclusive pela prática de esportes de aventura. Seu platô denominado “Encontro dos Ventos, o penhasco São João e a Cachoeira do Chuvisco, uma nascente do Rio Ceará, são atrações naturais que encantam os visitantes” (MACIÇO, 2003, p. 188).

O Turismo Cultural é real no município. “Artesãos dedicam-se à confecção de bijuterias e artigos religiosos em contas de madeira” (MACIÇO, 2003, p. 191). No município há festas populares como o Carnaval, o Festival de Quadrilhas em julho, o Forró do Xamegão em agosto e as festividades do padroeiro no final no período de 25 de setembro a 04 de outubro.



## ABSTRACT

The State of Ceará is considered as one of the biggest tourist centers of the country. In addition to the natural tourism of the coast, with the presence of dunes, cliffs, palm trees, fresh water sources, lakes and coves. There is presence of equipment in the Sierras and in the hinterland; locations that ensure environmental diversity and a differential for tourism products. Added to the natural attractions, the hospitality of the local population already well known and disclosed, and ecotourism in the state and the nightlife of Alencarian Capital that make Ceará one of the sights sought by both national and foreign segment. The purpose of this research is to present the geographic records of endogenous tourism in the Massif Baturité, Ceará, through the most outstanding points of the five cities studied the so-called Green Corridor (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti and Palmácia). Methodologically, an exploratory study through a literature review and field study was conducted in five municipalities to meet the objective of this research. As a result of field activities in the study of the object, the geographic records through notes in field diary suggest a dynamic production of tourist territories; the appropriation of spaces for the practice of tourism, behaves with the incorporation of new spaces, partial or total abandonment of others, as among the factors that determine their valuation stand out, among others, the trends produced by determining the marketing action. In addition, it appears that the tourism activity involves various segments of human activity affecting different groups of people, such as planners, politicians, professionals, tourists main core of the area and of course the local community.

**KEYWORDS:** Local tourism. Massif Baturité. Geography of tourism. Village.

In its historical process the Ceará city of Baturité has indigenous origin from Tupi *ibi-strip-eté*, which means to say “true mountain range” in its toponym. Such a version, however, is not considered unanimous according to scholars. The earliest references date from 1746, when Inácio Moreira Barros and André Moreira de Moura petitioned the Captain-General, Governor of the Ceará Grande Captaincy, João de Teive Barreto de Menezes, to grant a sesmaria between the Choró River. and the Baturité mountain range.

The aim of this investigation is to present the geographic records of endogenous tourism in Baturité Massif, Ceará, through the most prominent points of the five cities studied in the so-called Green Corridor (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti and Palmácia). Methodologically, an exploratory study was conducted through bibliographic survey and field study in the five municipalities to meet the objective of this investigation.

Tourism is defined by the World Tourism Organization (WTO, 2001) as “the activities that people perform during their travels and stays in places



other than their usual surroundings, for a consecutive period of less than one year for leisure purposes, business or otherwise'. For illustration purposes only, 387,000 employees worked in the state's tourism system, which accounted for 8.47% of employees across Brazil (MINISTRY OF LABOR, 2000; CEARÁ, 2002).

“The tourism of mountains and backlands tries to develop new local potentialities, also aiming to stimulate the economic growth of communities with stagnant economies” (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008, p. 261). In the mountains and backlands the landscapes are quite diverse. The serranos municipalities located in Baturité massif is an example of the great State of tourist attractions.

### **Aratuba**

Religiosity is present in Aratuba. As patron saint, St. Francis of Paula, the religious festivities coincide with the last week of the year. But the quiet of Aratuba is also interrupted during the carnival with the Jazz & Blues Festival held in Guaramiranga, in the last week of March as a result of the week of the municipality, in June with the Gang Festival, in August with the Cheese Festival. Wines, the following month with Parallel Show of Baturité Massif Theater and, the most traditional, in November, when the Garlic Festival takes place (MACIÇO, 2003).

Commerce is also busy in Aratuba. Whether on the back of a donkey, on a motorcycle, in a car, the city offers banking, financial services, small and medium-sized markets, gas stations, Internet cafes, clothing stores, computer stores, among others.

Other sights that deserve highlight in Aratuba are the lookouts. Pico do Mussú allows you to see Itapiúna, Charidade and Canindé. Pico do Acarape allows a panoramic view of Aracoiaba, Itapiúna and Capistrano. Five kilometers from the headquarters there is the Quebra Knife Lookout where is located the Fernandes indigenous community and has a view of the municipalities of General Sampaio, Charity, Canindé, Paramonti and Pentecost. The following is the second municipality of the object of study.

### **Guaramiranga**

The central urban landscape of Guaramiranga is made up of small buildings. Its urban space maintains, in general, the pleasant environment predominating the erudite and urban taste. The most notable buildings for their greater scale and architectural beauty are the Nossa Senhora de Lourdes Church, built in the Baroque style in 1892, the Capuchin Convent located on the side of the cave, the Rui Barbosa Municipal Library, the Mother Church of Our Lady. Senhora da Conceição Built in 1880, the Raquel de Queiroz Municipal Theater with capacity for 500 people, stage of artistic shows such as the Jazz and Blues Festival and the Nordeste Festival (GUARAMIRANGA, 2012).



Other points for its tourist character deserve to be mentioned as: the Waterfall Park, Pico Alto (peak of the Massif Baturité) with 1,115m of altitude where you can enjoy a sunset and the best views of the region, the Linha da Serra (path that starts at 28km from the entrance to Baturité) totaling a course of 15km at 1,002 meters and Campo Batalha which has a 3,600-meter ecological trail focused on environmental education (GUARAMIRANGA, 2012).

Another feature that deserves attention even though it is not the object of this investigation is the real estate sector. Real estate speculation that sometimes generates socio-spatial segregation is already the target of attention by geographical science (RODRIGUES, HOLANDA, 2012; PINHEIRO; BORGES, 2012). Guaramiranga, as a refreshing city and with a tourism that has characteristics of vilegiatura, has the real possibility of investment in the real estate market, notably with the increase in the price of urban space and a clear division between those who can afford such investment from those who are on the fringes. than the industry produces.

### **Mulungu**

Mulungu, an incipient settlement, now appears as a resting place for travelers coming from Baturité to Canindé. Coffee culture, also in the surrounding municipalities, introduced development in the city. The plantations at the Bagaço and Munguaípe sites took entire families from the backlands of Canindé and Quixadá to the top of the mountains. Mulungu is still mostly rural. The flour houses produce fresh gum and make kisses; however, trade emerges. Mulungu's economy is bustling with hotel and gastronomic endeavors, summer houses and old sites, as well as the production of fresh produce.

“The religiosity of the inhabitants of Mulungu is manifested by their devotion to Saint Sebastian, the city's patron.[...]. An imposing staircase leads us to the monument through a sacred way with 14 images carved in cement” (MACIÇO, 2003, p. 147). Churches such as Our Lady of Fatima in Catolé and Santa Luzia in Lameirão, both built by Jesuit priests are examples of rural sacred architecture.

### **Pacoti**

The city has churches and chapels that are worth mentioning. The Matrix, consecrated to Our Lady of Conception, has a parish hall and was built in 1885 and in the Planalto there is the Chapel of St. Francis. In Sister Ferraz Street we find the Chapel of Our Lady of Graces and in Divino Salvador Street the Convent of the Salvatorians (MACIÇO, 2003). In this space there is a research center of the State University of Ceará (UECE).

Culture is another brand of Pacoti. There is the leisure center, the Luiz Pimenta Municipal Theater, the Noart Artesanato and Raimundo Siebra Gallery. In particular, Siebra was born Pacoti and is responsible for the sacred panels of the Nossa Senhora da Palma Mother Church in Baturité. In



addition, walking along Avenida 13 de Maio where its gallery was founded in 1997, visitors and locals can permanently check the space dedicated to the exhibition of works by local, Ceará and national artists (MACIÇO, 2003). At the end of the avenue, you come across the Arch of Our Lady of Fatima and arrival in the city of Palmacia our last destination of the object of study to be presented below.

### **Palmacia**

The rural character is present in the main economic activity of the municipality; agriculture, with emphasis on the cultivation of bananas, sugar cane, rice, corn and fava beans. Cattle farming in the countryside is another source of income in the municipality, notably in the lower part of Palmácia, down Big Ladeira, in the community of Água Verde, near big house of Linhares with its old barrels from the brandy factory (MACIÇO, 2003).

The Bacamarte Rock “is respected by climbers for its height and stature [...and its trail] considered heavy with two kilometers of steep climb” (MACIÇO, 2003, p. 188-189). Above, one can see the municipalities of Maranguape, Fortaleza, Iguape and Redenção. At this point I noticed a great interaction between man and nature which made me search for the term Ecotourism.

Ecotourism is also present in Pedra da Torre da Lua, including the practice of adventure sports. Its plateau called “Meeting of the Winds, the São João Cliff and the Cachoeira do Chuvisco, a source of the Ceará River, are natural attractions that delight visitors” (MACIÇO, 2003, p. 188).

Cultural Tourism is real in the municipality. “Artisans dedicate themselves to the making of jewelry and religious articles in wooden beads” (MACIÇO, 2003, p. 191). In the municipality there are popular festivals such as Carnival, the Festival of Gangs in July, Forró do Xamegão in August and the festivities of the patron at the end from 25 September to 4 October.



## Referências/References

- CEARÁ. Tourism secretary. **Tourist indicators**. Fortaleza: Setur, 2002.
- CEARÁ ENERGY COMPANY. **Mission and values**. Available at: <<https://www.coelce.com.br/sobrecoelce/conheca/missaovalores.aspx>>. Accessed on: 16 Jun.2015
- GUARAMIRANGA. Available at: <http://www.guaramiranga.ce.gov.br/>>. Accessed on: 16 Jun.2015
- MACIÇO of **Baturité**: Ceará. Fortaleza: Quadricolor, 2003.
- MINISTRY OF LABOUR. **Economic conjuncture and employment**. Brasilia: MTE, 2000.
- OMT World Tourism Organization. Introduction to tourism. Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. Sao Paulo: Roca, 2001.
- PINHEIRO, D. R. C.; BORGES, R. C. O. Real estate expansion: considerations on the environmental-urban vulnerability of Guaramiranga-Ceará. In: MEETING NORTH AND NORTHEAST SOCIAL SCIENCES (CISO), XV., 2012, Teresina. **Annals ...** Teresina: UFPI; UESPI, 2012.
- RODRIGUES, A. H. V.; HOLANDA, V. C. C. The features of real estate speculation and space production in the middle city of Sobral-CE. **Journal of the House of Sobral Geography (RCGS)**, v. 14, no. 1, p. 44-58, 2012.
- VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Social and environmental impacts on the coast: a focus on tourism and integrated coastal zone management in the state of Ceará / Brazil. **Journal of Integrated Coastal Management**, v. 8, no. 2, p. 259-75, 2008



## **Hospitalidade e autoctonia em São Raimundo Nonato**

### **Hospitality and autochthony in São Raimundo Nonato**

WASHINGTON RAMOS DOS SANTOS JUNIOR

Universidade de São Paulo

washingtonramos.geopsique@gmail.com

ANNA LUCIA PAES LANDIM MIRANDA RIBEIRO

Universidade Estadual do Piauí

annaluciapaes27@gmail.com

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo de avaliar a hospitalidade em São Raimundo Nonato Piauí, por meio de um levantamento realizado em hotéis e restaurantes da cidade. A metodologia consiste na revisão bibliográfica sobre hospitalidade e autoctonia, recorrendo para isso ao mito grego, ademais de um breve histórico sobre a atividade turística correlata. O isolamento implica duas possibilidades para a sociedade local – a negação do estrangeiro ou a assimilação deste, especialmente se considerarmos que a cidade de São Raimundo Nonato é considerada turística e em transição para o urbano, ou propriamente urbana (dependendo do autor), ainda que apresente traços de ruralidade. Desse modo, a hospitalidade é um mecanismo importante na avaliação da acolhida ao estrangeiro e, na economia do Turismo, isso se reflete, por exemplo, nos serviços de alimentação e hospedagem. Basta saber se a população local está, de fato, interessada em mudanças que melhorem os serviços locais. A hospitalidade tem de estar adequada para a chegada do estrangeiro, e não há que se ter ilusões de que é o turista que trará mudanças. São Raimundo Nonato é o único local em que se encontram os principais serviços ofertados para toda a microrregião. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014) as instituições públicas responsáveis pela gestão de território – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria da Receita Federal; Justiça Federal; Tribunal Regional Eleitoral; Tribunal Regional do Trabalho e o próprio IBGE – estão presentes na cidade. Isso [...] é um fato gerador de centralidade urbana, uma vez que a presença das diversas entidades que os compõem é capaz de atrair a população dispersa que vem utilizar os serviços que o Estado oferece, ao mesmo tempo em que essas entidades funcionam como núcleos de tomada de decisão, acumulando poder sobre uma porção do território. São Raimundo Nonato é uma cidade polo porque também atrai a população dos outros municípios circunvizinhos devido às universidades, aos bancos e ao comércio. As pessoas de fora que chegam geralmente são representantes comerciais e distribuidores de produtos, e às segundas e às



sextas é comum as pessoas virem até a cidade de seus interiores para vivenciá-la – ir ao médico, fazer compras, passear, tomar um sorvete, pagar contas e rever os amigos. Esse aspecto é um traço de ruralidade que ainda permanece no cotidiano das pessoas, que não veem necessidade de estar na sede do município. Como mencionado por Mata (2017), na microrregião predominam as relações primárias. Economicamente, de acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a economia local classifica-se com baixa renda estagnada. O Produto Interno Bruto (PIB) tem como maior fonte de riqueza o setor terciário, com percentuais que variam de 72,7% em 2005 a 77% em 2012, em série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 1999 a 2012. A atividade turística é enquadrada no terciário e o principal atrativo turístico sanraimundense é o Parque Nacional Serra da Capivara, declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1991, Patrimônio Cultural da Humanidade. Acerca do turismo local, Deusdará (2015: 28-39) aponta as razões que dificultam o desenvolvimento da atividade turística em São Raimundo Nonato: poucas informações disponíveis online; horários de traslado para a cidade que aumentam o tempo de viagem em até um dia; transporte de ônibus ruim; segurança viária que deve melhorar; hotéis, água, alimentação e horário de funcionamento dos restaurantes que devem aprimorar serviços e aumentar a qualidade; infraestrutura urbana precária; saneamento ambiental péssimo; qualificação profissional insuficiente; a informação não é capilarizada; as telecomunicações são ruins; condutores e guias nem sempre dispostos a satisfazer a vontade do turista; a comunicação em línguas estrangeiras é difícil porque são raros os bilíngues; carência de estudos amplos e dados estatísticos sobre turismo local; não há guia turístico; a gestão municipal do Turismo nas Prefeituras que englobam o PNSC é pífia; o financiamento do parque é instável; a divulgação do parque é restrita, as políticas públicas praticamente inexistem; o setor cultural da cidade oferece muito poucas opções; e os custos do turista são elevados, especialmente quando viaja sozinho. Os problemas relatados não afetam apenas turistas, mas também os próprios moradores. Há a percepção dominante de que o turismo propiciará mudanças na infraestrutura da cidade, mas esperar por isso é ingenuidade. O turista que se dirige a um local qualquer para descanso, lazer e cultura busca uma realidade que seja adequada a suas vontades e não que sua presença seja a razão de qualquer mudança. Desse modo, o comportamento do morador deve estar adequado para a hospitalidade. Nesse sentido, tal adequação refere-se, necessariamente, a adaptação a comportamentos vinculados ao modo de produção capitalista, já que o turismo é uma atividade diretamente relacionada a este, especialmente quando consideramos o horário de funcionamento dos serviços, a qualidade destes, e o Direito do Consumidor. Em uma cidade em que o transporte de pessoas acontece, ainda em 2017, em pau de arara, esperar qualidade nos serviços prestados demanda boa vontade. Isso ajuda a compreender os



péssimos serviços de transporte prestados. É mais confortável, por vezes, ser transportado por uma van irregular que pelos ônibus. O personalismo e as relações primárias são marcantes no comércio, e os comerciantes e mototaxistas fazem questão de cobrar mais caro quando percebem que a pessoa não mora no local. Quase todas as lojas têm o nome do proprietário exposto para que o cliente o identifique e, assim, consuma. Poucos são os lugares que servem pratos típicos, e poucos pratos típicos são servidos nos estabelecimentos de alimentação, que funcionam em horários que dificultam o trajeto do turista desde o Parque para o centro de São Raimundo Nonato. O aeroporto Serra da Capivara passou 17 anos para ser finalizado e entregue à população, e seu funcionamento de fato foi iniciado em junho de 2016, com o projeto Voa Piauí – do litoral à Serra da Capivara e os voos conectam Teresina a São Raimundo Nonato, fazendo escala em Picos. Hoje, o aeroporto não está funcionando. A demanda ainda é pequena, e os voos que partem de São Raimundo Nonato poderiam ter outros destinos, como Petrolina e Brasília, por exemplo. Com o objetivo de avaliar a hospitalidade em São Raimundo Nonato, realizamos uma pesquisa com o setor hoteleiro e de alimentação da cidade, a fim de verificar tanto a qualidade dos serviços prestados quanto avaliar fatores geográficos e de comportamento que podem ser pensados nas instituições de pesquisa da cidade. Sobre os serviços de alimentação, percebe-se que poucos não oferecem café da manhã. Não há nenhuma bebida típica local, exceto o suco de umbu com leite, chamado de umbuzada. A cajuína é patrimônio piauiense, mas o abastecimento é falho. Há dificuldades no trato com o cliente, já que alguns funcionários não estão acostumados com clientes exigentes ou que questionem algo, o que indubitavelmente é um problema de hospitalidade. O carneiro é apontado como prato típico, sem, contudo, muita diferença entre um estabelecimento e outro. O turista quando chega não tem muita opção em relação à comida, já que os produtos ofertados costumam ser os mesmos em todos os estabelecimentos, exceção parcialmente encontrada na Zabelê, em que é oferecido o pão caseiro e o requeijão Cardoso, e na Time, em que há pratos diferentes para a região, mas encontrados em qualquer cidade turística de porte. Visto que São Raimundo ainda apresenta muitos aspectos rurais, o turismo no Parque Nacional Serra da Capivara é um vetor para que se possa urbanizar o modo de vida do morador da cidade, já que implica a aceitação do diferente e a presença de hábitos e comportamentos distintos dos encontrados no lugar, inclusive hábitos alimentares. Desse modo, há que se pensar como a hospitalidade para com o turista pode ser uma forma de contribuir para a superação de um comportamento que, na realidade, constrange o turista na sua experiência da cidade, já que o submete a condições que provavelmente não encontra no local onde vive, como por exemplo a dificuldade de comer fora dos horários padronizados localmente, ou o consumo de água que não é mineral. A autoctonia que nega e constrange o de fora precisa ser superada. Não há muita variedade na alimentação local. É interessante perceber que alguns produtos não são comercializados na



cidade, especialmente tipos de frios, temperos e alguns produtos industrializados, embora alguns nichos, como o de produtos naturais e integrais e de nutrição para atividade física sejam encontrados com preços exorbitantes e, portanto, não sejam comercializados. O outro parece, em São Raimundo Nonato, ter de se contentar com o que é oferecido, e sem alternativas para onde ir. Algo que dificulta o desenvolvimento dos serviços de alimentação é o rendimento local baixo. Poucos são os estabelecimentos alimentares que possuem quadros qualificados pelo curso de Gastronomia local. Os hotéis apresentam, aparentemente, pouca mão de obra qualificada, e a rotatividade parece ser elevada. Isso dificulta a manutenção de uma equipe comprometida com a qualidade, e ainda é muito comum, tanto nos hotéis quanto nos restaurantes, a identidade entre proprietário e gestor, o que dificulta, outrossim, a profissionalização do serviço. Não há fatores de estímulo à competitividade, como por exemplo uma marca relevante de hotel ou de serviço de alimentação, que poderia servir de propulsor para a elevação da qualidade dos serviços. Isso é algo que deve ser pensado como política pública para a região, sem que isso, contudo, represente uma ameaça aos empreendedores locais. Certamente, a diferença criada por marcas reconhecidas nos serviços prestados serviria como um parâmetro, até mesmo na possibilidade de mudança de comportamentos e hábitos ainda enraizados, como o personalismo. Isso significa dizer que, possivelmente, São Raimundo Nonato para se desenvolver como cidade turística deve aprofundar seu papel como município polo e se modernizar de fato, deixando para trás sua ruralidade e os problemas que esta traz para um município com essas características no interior do Piauí em região que está no limite da rede urbana. Desse modo, essa modernização deve ser criada desde o poder público municipal, seja pela instauração de padrões mínimos de qualidade e higiene no mercado municipal de carnes, na criação de infraestrutura de transportes e como agente indutor do turismo, preenchendo lacunas que encarecem e dificultam o desenvolvimento da atividade turística local.

#### **ABSTRACT**

The present study aims to evaluate the hospitality in São Raimundo Nonato, Piauí, through a survey carried out in hotels and restaurants in the city. The methodology consists of the bibliographical review on hospitality and autochthony, using to this matter the Greek myth, besides a brief history on the correlate tourist activity. The isolation implies two possibilities for local society - the denial of the foreigner or his assimilation, especially if we consider that the city of São Raimundo Nonato is targeted as touristic and in transition to the urban, or properly urban (depending on the author), although it shows traces of rurality. In this way, hospitality is an important mechanism in the evaluation of the reception of the stranger, and this is reflected in the economy of Tourism, for example, in the services of feeding and lodging.

At first, it is necessary to know if the local population is interested, in fact, in changes that improve local services. Hospitality must be adequate for



the arrival of the strangers, and there is no illusion that tourists will bring about change. São Raimundo Nonato is the only place where the main services offered for the entire micro-region are located. According to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) (2014), the public institutions responsible for territory management - Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria da Receita Federal; Justiça Federal; Tribunal Regional Eleitoral; Tribunal Regional do Trabalho and IBGE itself - are located in the city. This [...] is a fact that generates urban centrality, since the presence of the various entities that compose them is able to attract the dispersed population that comes to use the services that the State offers, at the same time that these entities work as decision-making centers, accumulating power over a portion of the territory. São Raimundo Nonato is a hub city because it also attracts the population of other surrounding municipalities due to universities, banks and commerce.

Outward people are usually trade representatives and distributors of products, and on Mondays and Fridays it is common for people to come to the city from the countryside to experience it. This aspect is a trace of rurality that still remains in the daily life of people, who see no need of being in the urbanized area. As mentioned by Mata (2017), the primary relations predominate in the microregion. Economically, according to the Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), the local economy is classified as having low stagnant incomes. The Gross Domestic Product (GDP) has the largest tertiary sector, with percentages varying from 72.7% in 2005 to 77% in 2012, in a IBGE historical series between the years from 1999 to 2012. The tourism activity is framed in the tertiary and the major San-Raimundense touristic attraction is the Serra da Capivara National Park, declared World Heritage by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) in 1991.

Regarding local tourism, Deusdará (2015: 28-39) points out the reasons that hinder the development of tourism in São Raimundo Nonato: little information available online; transportation to the city that increase travel time by up to one day; bad bus transportation; the need of improving road safety; hotels, water, food and restaurant hours that should improve services and increase quality; precarious urban infrastructure; poor environmental sanitation; insufficient professional qualification; information is not capillary; telecommunications malfunctions; drivers and guides not always willing to satisfy the wishes of the tourist; communication in foreign languages is difficult because bilinguals are rare; lack of comprehensive studies and statistical data on local tourism; there is no book guide; the municipal management of Tourism in the City Halls that comprise the PNCS is faulty; the financing of the park is unstable; the propaganda of the park is restricted, public policies practically nonexistent; the city's cultural sector offers very few options; and tourist costs are high, especially when traveling alone. The problems reported affect not only tourists, but also the residents



themselves. There is a prevailing perception that tourism will bring about changes in the city's infrastructure, but waiting for it is naivety. The tourist who goes to any place for rest, leisure and culture seeks a reality that is appropriate to their wishes and not that their presence is the reason for any change. In this way, the behavior of the resident must be adequate for the hospitality.

In this sense, this adequacy necessarily refers to the adaptation to behaviors linked to the capitalist mode of production, since tourism is an activity directly related to it, especially when we consider the hours of operation of the services, their quality, and the Consumer Law. In a city where transportation happens in “pau-de-arara”, still in 2017, expecting quality in provided services demand goodwill. This helps to understand the poor transportation services. It is more comfortable at times to use irregular vans for transportation. Personalism and primary relationships are prominent in commerce, and marketers and “mototaxis” charge more intentionally when they realize that one does not live there. Almost all stores have the owner's name displayed for the customer to identify and thus consume. Few places serve typical dishes, and few typical dishes are served in food establishments, which operate at times that make it difficult for tourists to travel from the Park to the center of São Raimundo Nonato. The airport Serra da Capivara spent 17 years to be finalized and delivered to the population, and its operation actually started in June 2016, with the “Voa Piauí” project - from the coast to Serra da Capivara and the flights connect Teresina to São Raimundo Nonato, making a stopover at Picos. Nowadays, it is not working anymore. Demand is still small, and flights departing from São Raimundo Nonato could have other destinations, such as Petrolina and Brasília, for example. In order to evaluate the hospitality in São Raimundo Nonato, we conducted a survey with the hotel and food sector of the city, in order to verify both the quality of services rendered and to evaluate geographic and behavioral factors that can be thought of in the research institutions of the city. Regarding food services, it is noticed that few do not offer breakfast. There is no typical local drinks except the umbu juice with milk, called umbuzada. Cajuína is Piauí's intangible heritage, but the supply is flawed. There are difficulties in dealing with the client, since some employees are not accustomed to demanding clients or those who question something, which undoubtedly is a problem of hospitality. Ram is pointed as a typical dish, without, however, much difference between one establishment and another. Tourists don't have much options in the food sector, since the offered products tend to be the same at all restaurants, exception partially found in the Zabelê, where homemade bread and Cardoso cheese is offered, and in Time, where is found different dishes for local patterns, but common in any tourist town. Since São Raimundo Nonato still has many rural aspects, tourism in the Serra da Capivara National Park is a vector for urbanization of the city's way of life, since it implies acceptance of the different and the presence of different habits and behaviors including



eating habits. Thus, hospitality must be a way of contributing to overcoming a behavior that, in reality, constrains the tourist in his experience of the city, since he is submitted to conditions that probably does not find where you live, such as the difficulty of eating out of locally standardized times, or the consumption of water that is not mineral, nor safe. The autochthony that denies and constrains the outside has to be overcome.

There is not much variety in local food. It is interesting to note that some products are not marketed in the city, especially types of cold cuts, seasonings and some industrialized products, although some niches, such as natural and whole grain products and nutrition for physical activity, are found at exorbitant prices and therefore not are commercialized. The Other seems to be obliged to be satisfied with what is offered, with no alternatives to go. Something that hinders the development of food services is low local income. There are few food establishments that have qualified staff by the local Gastronomy course. Hotels apparently have little skilled staff, and turnover seems to be high. This makes it difficult to maintain a team committed to quality, and it is still very common, both in hotels and restaurants, the identity between owner and manager, which also jeopardizes the professionalization of services. There are no incentive factors for competitiveness, such as a relevant hotel or food service brand, which could serve as a driver for raising the quality of services. This could be a public policy for the region, in a manner this does not pose a threat to local entrepreneurs. Certainly, the difference created by recognized brands in the provided services would serve as a parameter, even in the possibility of changing behaviors and habits still rooted, such as personalism. This means that São Raimundo Nonato to develop as a tourist town should deepen its role as a hub municipality and modernize itself in fact, leaving behind its rurality and the problems that this brings to a municipality with these characteristics in Piauí countryside in a region that is at the edge of the urban network. In this way, City Hall must lead this modernization process, by the establishment of minimum standards of quality and hygiene in the municipal meat market, in the creation of transport infrastructure and as an agent that induces tourism, filling gaps that make the development of local tourism activity more expensive and burdensome.



Culture as an  
alibi and the  
commercialization  
of space by  
tourism

# A CULTURA COMO ÁLIBI E A MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO

Eixo Temático 4

Thematic Axe 4





## **Belém na rota da "criatividade": o (nem tão) novo projeto de cidade para consumidores turistas**

### **Belém on the route of "creativity": cities for consumer-tourists**

ÁGILA FLAVIANA ALVES CHAVES RODRIGUES  
Universidade Federal do Pará  
agflaviana@gmail.com

#### **RESUMO**

O trabalho estabelece reflexões acerca da produção do espaço (LEFÈBRE, 1974; SANTOS, 2014) pelo e para o turismo em Belém, capital do Pará, em especial sobre as intervenções e políticas pensadas recentemente para a cidade. O objetivo foi analisar as atuais políticas de intervenção urbana e o papel dos planejadores territoriais diante das propostas de desenvolvimento pensadas para a parte central e sul.

O pressuposto assumido é de que existem perspectivas expressas, de forma implícita e explícita, nas políticas de planejamento e gestão que não se mostram efetivas a médio e longo prazo. Esse argumento se vale da observação da dissociação entre as instâncias do poder público e a sociedade civil organizada, gerando processos burocráticos longos ou esguios, oportunizando o não cumprimento das resoluções que visam atender às necessidades da população.

Para a realização do estudo lançou-se mão dos seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica teórico-conceitual e de caráter histórico-geográfico, com levantamento de dados secundários sobre as políticas de turismo na parte central e sul; b) análise documental das políticas, planos e projetos que consideram a perspectiva turística, tendo apoio: no “Plano Ver-o-Pará” da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) (PARÁ, 2011); no Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Polo Belém (PDITS, 2009); no projeto de implementação do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia (SEDEME, 2017); no Programa “Desenvolve Belém” da prefeitura municipal (BELÉM, 2017); no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (Pará 2030) (PARÁ, 2017); convênios firmados entre as instâncias de poder com a iniciativa privada e com instituições relacionadas ao fomento do turismo e da gastronomia como a Organização das Nações Unidas (FERREIRA, 2017).

A partir do ano de 1998, iniciam-se significativas tentativas de reaproximação das águas, com intervenções urbanas realizadas na área central – implantação da “Estação das Docas” e do “Núcleo Feliz Lusitânia”, de iniciativa do governo estadual; e o “Projeto Ver-o-Rio” e o “Complexo do Ver-o-Peso”, implementados pela prefeitura municipal. Houve ainda a construção do Centro de Convenções, a modernização do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans, a duplicação da Avenida Júlio César, a



construção da Alça Viária, a revitalização do Parque da Residência, do Planetário de Belém, do Parque Naturalístico Mangual das Garças e do Polo Joalheiro São José Liberto (AMARAL, 2005).

Nos anos seguintes, a orla central é contemplada com o Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), conhecido como “Portal da Amazônia”, apresentou-se como uma obra de longa duração e de objetivos contraditórios, uma vez que não foram admitidas as manifestações espaciais de outras épocas, assumindo ainda uma postura frágil diante dos processos de participação popular nas tomadas de decisão.

A verticalização consolida-se na área central, atingindo consideravelmente os bairros do Guamá, Jurunas, Terra-firme, Condor e Cremação. A especulação imobiliária revela-se com o aumento da presença de incorporadoras e construtoras nas proximidades da orla, reconhecendo a área como espaço ideal para a construção de edifícios residenciais e comerciais, com a melhor vista, arejamento e aproximação aos principais equipamentos urbanos da cidade.

Recentemente, Belém tem tido destaque nos veículos de comunicação por seu potencial cultural gastronômico. Dentre as propostas do governo estadual, voltadas para a articulação entre projetos de gastronomia, sustentabilidade, turismo e meio ambiente, encontra-se a criação do Centro de Gastronomia da Amazônia (SEDEME, 2017). O decreto de criação, idealizado em 2015 e promulgado em 2016, envolveu além do governo estadual, representantes de um conjunto de organizações sociais, como o Instituto Paulo Martins (entidade que promove o festival “Ver-o-Peso da Cozinha Paraense”), o Instituto ATÁ (sediado em São Paulo), e o Centro de Empreendedorismo da Amazônia (criado em 2015, tendo como princípio estimular negócios sustentáveis e de inovação).

A primeira tentativa de implantação do polo gastronômico ocorreu na Casa das Onze Janelas, componente do Complexo Feliz Lusitânia, durante o segundo semestre de 2016, não sendo possível devido à resistência de movimentos sociais ligados ao Museu de Arte Contemporânea, que funciona no mesmo local e seria transferido para um novo espaço, ainda a ser definido, quando as obras do polo fossem concluídas. A reação dos movimentos sociais e de outros agentes locais, como também a polêmica entre empresários pela permanência e uso do local como restaurante, fez com que entidades privadas, como o Instituto ATÁ, fossem obrigadas a recuar.

Esse resultado demonstra que a prática de venda do espaço público da cidade, mesmo sendo cada vez mais comum, não impede a ocorrência de conflitos e tensões de ordens diversas por parte daqueles que dele usufruem. Nesse primeiro momento, o uso massivo de propagandas para convencer a população das vantagens existentes nos espaços onde são comercializados produtos e serviços gourmetizados não foram suficientes,



principalmente, por esse local se apresentar vulnerável por seu tipo de administração e histórico de conflitos.

A SEDEME foi compelida a rever a destinação do polo, assim como ampliar a discussão entre os interessados. Fazendo uso de suas atribuições legais, autorizou uma oitiva à sociedade por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) (SEDEME, 2017). Nesse documento, o polo passou a ser denominado Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade, uma vez que o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) manifestou-se favoravelmente à implantação do projeto no Parque Estadual do Utinga (PEUt), parte sul da cidade.

O PMIS trouxe como escopo potencializar as características regionais da cultura paraense, apoiar a cadeia de valor de produtos locais, reforçar o título de cidade criativa da gastronomia conferido à Belém pela UNESCO, em 2017.

A definição do PEUt como o novo espaço de localização do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade, mostra como a valorização da cultura e do meio ecológico, vistos como elementos simbólicos e espaciais, vai sendo cada vez mais apropriada pelas novas políticas, cuja relação e interesses vão além da gestão coletiva municipal e estadual. Esse Parque constitui-se um ambiente atraente para o capital imobiliário que avança em direção às periferias. Por seu tipo de constituição e componentes ecológicos, torna-se propício para o desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas, permitindo a presença de agentes sociais nas dinâmicas socioespaciais do entorno.

Até o momento a implementação do polo de gastronomia ainda não foi concluída tendo retornado às pautas de discussão entre governo do Estado e sociedade civil organizada o retorno para o Complexo Feliz Lusitânia.

Em 2017, a prefeitura de Belém por meio da Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), e em parceria com o Fórum das Entidades Empresariais do Pará, instituiu o Programa "Desenvolve Belém", criado para incorporar todos os projetos futuros e em andamento dessa Companhia, dividido em quatro pilares: Conexões para o futuro (Projeto "Marina Belém" e complexo habitacional "Viver Parque das Orquídeas"); Chão em Dia (aprovação de projetos imobiliários de funcionários públicos); Centro Vivo (intervenções na área central como no antigo edifício da Assembleia Paraense, no Espaço da Palmeira, na Travessa Leão XIII, no Mercado Francisco Bolonha, no Palacete Pinho); Cidade para Pessoas (Cidade Criativa da Gastronomia, Conviver Parklet Belém e Mercado de São Brás) (BELÉM, 2017).

A maioria das propostas sugere a mudança e a transformação de vários locais em ambientes de consumo e de entretenimento. Tanto o Centro Global de Gastronomia quanto algumas das propostas do programa "Desenvolve Belém" já se encontram em fase de implantação, com previsão



de operacionalização dentro dos próximos meses, como é o caso do projeto Chão em Dia, em fase de cadastramento dos interessados.

Em três dos quatro pilares apresentados pelo programa demonstra-se uma tendência de formação de espaços para o turismo, sendo que a proposta da marina “pública” chama atenção, por ser uma área de influência direta sobre as comunidades tradicionais que habitam o entorno, como é o caso da Ilha do Combu, na parte sul. O entorno continental da futura “marina” possui um grande quantitativo populacional e baixas condições de vida, em uma área que vai do antigo Iate Clube, atual sede do PROMABEN, até a praça Princesa Isabel. No projeto não é possível observar como as comunidades estarão envolvidas.

Entende-se que o governo não reconhece ou parece não reconhecer as possibilidades existentes nos espaços onde a vida realmente se realiza. Ao invés da criação de um centro gastronômico em um local exposto à segregação social, e não concebido inicialmente para esse fim, questiona-se por que não são gerados vários pequenos centros culinários nas feiras, nas praças e nos diversos portos espalhados pela cidade, atingindo assim a maior parte da população que se vê cada vez mais compelida ao afastamento dos lugares turísticos.

## **ABSTRACT**

The work establishes reflections on the production of space (LEFÈBRE, 1974; SANTOS, 2014) for tourism in Belém, capital of Pará, especially on the interventions and policies recently envisaged for the city. The objective was to analyze urban intervention policies and the role of territorial planners in the face of development proposals designed for the central e Southern area.

The are express perspectives, implicitly and explicitly, in planning and management policies that are not effective in the medium and long term. This argument is based on the observation of the dissociation between the government and civil society, generates long bureaucratic processes, providing for non-compliance with the decisions directed to the needs of the population.

For the study the following procedures were performed: a) theoretical-conceptual and historical-geographical bibliographic review, with data collection on leisure and tourism policies in the central and southern part of the city; b) documentary analysis of policies, plans and projects that consider tourism: “Ver-o-Pará” Plan prepared by the State Secretary of Tourism (SETUR) (PARÁ, 2011); Diagnosis of Tourist Activities in Belém (PDITS, 2009); Amazon Global Center of Gastronomy and Biodiversity Project (SEDEME, 2017); "Develops Belém" Program (BELÉM, 2017); Sustainable Development of Pará Program - Pará 2030 (PARÁ, 2017); agreements between government and private initiative and with tourism and gastronomic institutions, such as the Creative Economy of the United Nations (FERREIRA, 2017).



Starting in 1998, significant attempts are made to approximate the waters, with urban interventions carried out in the central área - such as the implementation of the "Docas Station" and the "Lusitânia Feliz Nucleus", and the "Ver-o-Rio" Project and the "Ver-o-Peso" Complex, implemented by the municipal government. There was also the construction of the Convention Center, the modernization of the Val-de-Cans International Airport, the duplication of Júlio César Avenue, the construction of the road belt, the revitalization of the Residence Park, the Planetarium Belém, "Mangual das Garças" Park and the "São José Liberto" Jeweler Polo (AMARAL, 2005).

Years later, the central waterfront is contemplated with the "Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental Bacia da Estrada Nova" (PROMABEN), known as "Portal da Amazônia", innovative and contradictory, was a work of long duration and of obscure aims, since the spatial manifestations of other epochs were not admitted, still assuming a fragile posture before the processes of popular participation in the decision making.

The verticalization consolidates in the central area, reaching the districts of Guamá, Jurunas, Terra-firme, Condor and Cremation. Real estate speculation increases the presence of builders near the edge, recognizing the area as the ideal space for the construction of residential and commercial buildings, with the best view, aeration and approach to the main urban facilities of the city.

Recently, Belem is a success in the media for its gastronomic cultural potential and biodiversity. The current proposals of the government are focused on gastronomy, sustainability, tourism and environment projects, such as the creation of the "Centro Global de Gastronomia da Amazônia" (SEDEME, 2017). The gastronomic center, which was created in 2015 and promulgated in 2016, involved the state government, representatives of social organizations, such as the Paulo Martins Institute (responsible for the "Ver-o-Peso da Paraense" festival), ATÁ Institute (São Paulo), and the Business Center of Amazonia (created in 2015, stimulating sustainable business and innovation).

The first attempt to implement the gastronomic center took place at Casa das Onze Janelas, a component of the Feliz Lusitânia Complex, 2016, the social movements of the Museum of contemporary art resisted and the pole was not implanted. Private entities, such as the ATÁ Institute, were forced to withdraw.

This result shows that the sale of public space, even common, does not prevent the conflicts and tensions of diverse orders. In this first moment, the advertisements to convince the population of the advantages existing in the spaces where products and services are marketed were not enough, because this place is vulnerable due to its type of administration and history of conflicts.



The SEDEME was obliged to review the destination of the center and expand the discussion with the population. Authorized an "oitiva à sociedade" through the "Procedimento de Manifestação de Interesse Social Procedure of Manifestation of Social Interest (PMIS)". In this document, the project is renamed the Global Center for Gastronomy and Biodiversity, with the possibility of implementation at "Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio)", in the southern area.

The purpose of the PMIS was to enhance the regional characteristics of the Paraense culture, to support the sale of local products, to highlight the title of creative city of the cuisine conferred by UNESCO, in 2017.

The definition of PEUt as the new location of the Global Center for Gastronomy and Biodiversity, give value to culture and the ecological environment, seen as symbolic and spatial elements, appropriated by the new policies. This Park is an attractive environment for construction companies moving towards poor areas. Environments conducive to the development of numerous economic activities, where the presence of agents in the socio-spatial dynamics is allowed.

The implementation of the gastronomy center has not yet been completed and has returned to the discussion lines between state government and organized civil society to return to the Lusitânia Feliz Complex.

In 2017, the City of Belém, through the " da Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM)", and in partnership with the " Fórum das Entidades Empresariais do Pará", created the "Develop Belém", divided into four pillars: Connections for the future ("Marina Belém" Project and housing complex "Viver Parque das Orquídeas"); "Chão em Dia" project (approval of real estate projects for public employees); "Centro Vivo" (interventions in the central area as in the old "Assembleia Paraense" Building, in the "Palmeira" Space, in Leão XIII Avenue, in the "Francisco Bolonha" Market, in the "Palacete Pinho"); City for People (Creative Cities of Gastronomy, "Conviver Parklet Belém" and "São Brás" Market) (BELÉM, 2017).

The proposals suggest changing and transforming places in consumer and entertainment environments. The Global Gastronomy Center and the "Desenvolve Belém" Program are in implementation, with operationalization in the coming months, such as the Chão em Dia project, registering the interested parties.

The promotion of events such as the "Creative Cities of Gastronomy", promoted by UNESCO in partnership with local governments, are speculative and immediate investments in the face of the reality of the region's problems.

In three of the four pillars presented by the program, there is a trend towards the formation of tourist areas, and the proposal of the "Marina Belém" is an area of direct influence on traditional communities. The area



of the future "Marina" has a large population and low living conditions, the project goes from the old "Iate Club" to the "Princesa Isabel" square. In the project it is still not possible to see how these communities will be involved.

It is not good to create a gastronomic center exposed to social segregation, not designed for this purpose, it is questioned why several small culinary centers are not created in the fairs, in the squares and in the diverse parts of the city, going to meet the majority of the population, away from tourist places.

## Referências/References

- AMARAL, M. D. B. *A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)*. 2005. 229 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005.
- BELÉM. *Programa Desenvolve Belém*. Belém, 2017. Disponível em: < <http://agenciabelem.com.br/multimidiaSGN/anexo/08.12.2017/fc72efdec40f4a6c95133dac6d4a85be.pdf> >. Acesso em: 18 de dez. 2017.
- FERREIRA, V. M. S. *A rede de cidades criativas da Unesco: uma perspectiva das cidades brasileiras*. 2017. 164. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- LEFÈBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. *Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Pólo Belém - PA*. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing, 2009.
- PARÁ. Governo do Estado do Pará. *Plano Ver-o-Pará: plano estratégico de turismo do estado do Pará: 2012-2002* – Relatório Executivo. Belém: Chias Marketing Consultoria, 2011.
- PARÁ. Governo do Estado. *Plano Ver-o-Pará: relatório de implantação 2012-2014*. Belém: SETUR, 2015.
- PARÁ. Decreto nº 1.570, de 29 de junho de 2016. Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030 e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 33.159, 30 jun. 2016.
- PARÁ. Governo do Estado. *Pedido de Manifestação de Interesse Social – Centro Global de Gastronomia*. Belém: SEDEME, 2017.
- PARÁ. Portaria nº 010, de 27 de outubro de 2017. Admite e instaura o Procedimento de Manifestação de Interesse Social e autorizar a oitiva da sociedade referente à proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) denominada Centro Global de Gastronomia. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 33.488, 30 out. 2017.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SEDEME. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. *Balanço do primeiro ano do programa Pará 2030*. Belém: SEDEME, 2017.



## **Turismo como solução para cidades em crise? O caso do Rio de Janeiro pós-Olímpico**

### **Tourism as a solution for cities in crisis? The case of post-Olympic Rio de Janeiro**

ANA BEATRIZ DA ROCHA  
Universidade Federal de São João del-Rei  
tiz.darocho@gmail.com

PAULO REIS FILHO  
Escola Superior de Propaganda e Marketing  
pauloreis@espm.br

#### **RESUMO**

Recentemente, lideranças políticas nas três esferas de poder afirmaram que o investimento em turismo seria fundamental para contornar a profunda crise (sobretudo econômica) pela qual o Rio de Janeiro vem passando uma vez que permitiria gerar emprego e renda – sobretudo considerando o grande percentual de desempregados e/ou subempregados existentes na cidade. Tal afirmação tem como base o relativo sucesso e/ou aumento substancial da atividade turística nos últimos anos, particularmente se considerada a projeção internacional da cidade como capital-sede de diversos mega-eventos de cunho esportivo (Jogos Pan-Americanos, em 2007, Copa do Mundo FIFA, em 2014 e XV Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016), religioso (XXVII Jornada Mundial de Juventude, em 2013), ativista/ sustentável (como as Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio 92 e Rio + 20); ou mesmo de entretenimento (como as diversas edições de festivais como Rock in Rio, dentre outros) – além, claro, de uma miríade de celebrações de caráter popular como o carnaval, as celebrações de ano-novo nas areias de Copacabana e festas diversas que acontecem anualmente.

Este pensamento não é novidade, ainda mais quando se leva em consideração as diversas vezes que a cidade se candidatou para sediar estes mega-eventos (foram 3 as candidaturas para sediar as Olimpíadas de 2004, de 2012 e de 2016) e a notória vocação da cidade para festividades de caráter sazonal/anual, incluindo torneios esportivos (etapas mundiais de campeonatos de vôlei de praia, maratonas, surfe, tênis - Rio Open ATP, natação - Troféu Brasil e Maria Lenk, etc..) e de caráter cultural/ criativo como ArtRio, Semana Design Rio, Veste Rio/ Circuito Moda Carioca, Festival Curta Cinema, além do 27º Congresso Internacional de Arquitetos



que será realizado em 2020 – levando a cidade a ganhar o título, conferido pela UNESCO, de 1ª capital mundial de arquitetura <sup>41</sup>.

Entretanto, mesmo sediando eventos de grande porte regularmente, há um consenso de que as iniciativas poderiam (e deveriam) ser mais amplas e melhor organizadas, de modo que existissem atividades de diversos escopos, para diversos gostos (e bolsos) e melhor distribuídas ao longo do ano. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um aumento de 20% dos visitantes resultaria no incremento de R\$ 6,1 bilhões na economia do estado e na geração de 170 mil novos postos de trabalho. Assim, não foi surpresa o anúncio, em setembro de 2018, de uma parceria entre as três instâncias de governo e a iniciativa privada para fomentar a atividade turística e econômica na cidade:

“(...) O programa “Rio de Janeiro a Janeiro”, lançado na Arena Carioca 1 do Parque Olímpico da Barra – transformado em Game Arena durante o festival Rock in Rio –, tem a participação de diversos ministérios, do governo estadual e da prefeitura do Rio de Janeiro. Empresários como Roberto Medina, criador do Rock in Rio, e Ricardo Amaral também integram o projeto, que reúne mais de 100 eventos culturais e esportivos avalizados pela Fundação Getúlio Vargas para manter a agenda repleta de atrações o ano inteiro.” (Secretaria Especial do Esporte. Ministério da Cidadania)<sup>42</sup>

A ideia do calendário de eventos “Rio de Janeiro a Janeiro” era utilizar as instalações do Parque Olímpico para abrigar os eventos esportivos como judô, jiu-jítsu, tênis, tênis de mesa, vôlei de praia, futebol e ciclismo paraolímpico, badminton, luta olímpica e futsal – modalidades estas indicadas pelo Ministério do Esporte e em parceria com os Ministérios da Cultura e Desenvolvimento Social. O Parque Olímpico, uma das principais obras feitas para as Olimpíadas no Rio de Janeiro, vem sofrendo as consequências de uma cidade/ estado virtualmente falido – depois de dias de “glória” durante os Jogos, o complexo esportivo passou por um processo de degradação física das suas estruturas, tendo, inclusive perdido parte da cobertura do velódromo em um incêndio ocasionado por balões em duas ocasiões, nos dias 30 de julho e 26 de novembro de 2017 <sup>43</sup>. Mesmo que o teto tenha sido reformado e que o local tenha sido reaberto em fevereiro de 2019 <sup>44</sup>, a percepção é que o parque, como um todo, é subutilizado. O que era promessa de mais um equipamento urbano para uso da população

<sup>41</sup> [https://www.uia2020rio.archi/index\\_pt.asp](https://www.uia2020rio.archi/index_pt.asp)

<sup>42</sup> <http://www.esporte.gov.br/index/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57772-rio-de-janeiro-a-janeiro-calendario-de-eventos-de-eventos-deve-fomentar-economia-do-estado>

<sup>43</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/incendio-atinge-cobertura-do-velodromo-no-rio>

<sup>44</sup> <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/58753-velodromo-da-barra-no-parque-olimpico-sera-reaberto-neste-sabado>



carioca virou um grande espaço vazio, sem manutenção, e com eventos esporádicos.

Independentemente do potencial das obras “olímpicas”, a realidade é que a maioria delas vêm sofrendo com o descuido e descaso das administrações nas três esferas de poder. O argumento é que não há como investir nestes espaços uma vez que a cidade, o estado e o país estão em crise. A cidade e o Estado do Rio de Janeiro, em particular, sofrem com uma crise fiscal há anos e buscam, insistentemente, ou revogar seus acordos (como no caso recente da disputa entre a Prefeitura da cidade e o Consórcio do VLT carioca <sup>45</sup>, e com a CDURP – Concessionária Porto do Rio, em 2017 <sup>46</sup>) ou reafirmar parceiras público-privadas na esperança de minimizar os impactos negativos causados por administrações ineficientes, contratos milionários irresponsáveis e má-gestão do dinheiro público.

E se tratando de vultuosas obras públicas, a expectativa era que elas sobreviveriam aos eventos em si – pois o discurso era construir um “legado” para a cidade. Na verdade, a euforia pré-Olimpíadas levou não só a implementação de ações que previam uma completa reestruturação dos equipamentos esportivos, mas também a se pensar na articulação destes equipamentos “olímpicos” com o “resto” da cidade – o que demandaria ter uma visão mais ampla e inclusiva de outras áreas, sobretudo aquelas sistematicamente ignoradas por políticas públicas, como a Zona Portuária. Ao fazer parte do “discurso olímpico”, a Zona Portuária se beneficiou com a implementação de diversas iniciativas de caráter “regenerador” – o que levaria a um processo de reestruturação e ressignificação urbana e arquitetônica de espaços como a Praça Mauá, as docas e armazéns do porto, os edifícios históricos e/ou abandonados e/ou subutilizados no entorno, além de melhorias na infraestrutura como a provisão de nova iluminação pública e mobiliário urbano, e a implantação de um novo modal de transporte (os bondes elétricos – VLT). Este processo de transformação foi possível devido a acordos políticos, incentivos fiscais e parcerias público-privadas que, em um momento pré-crise e de abundância de recursos oriundos dos royalties do pré-sal, possibilitaria a viabilização destas “melhorias urbanas” em larga escala, incluindo bairros adjacentes como Centro, Gamboa, Santo Cristo. Por outro lado, o relativo sucesso de público das Olimpíadas 2016 permitiu dar continuidade aos investimentos para esta região – transformando-a de área pós-industrial decadente em polo de cultura, entretenimento, turismo e serviços. Entretanto, em um cenário de poucas expectativas de crescimento e de ausência de investimento do Estado, como visto desde 2016, o maior desafio é manter o discurso que sustentou este processo de transformação. Neste sentido, este artigo visa discutir como formas alternativas de apropriação do espaço vêm modificando a imagem e a identidade da Zona Portuária do Rio de Janeiro,

---

<sup>45</sup> <https://diariodoporto.com.br/prefeitura-nao-paga-e-linha-3-do-vlt-nao-funciona/>

<sup>46</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/concessionaria-suspende-servicos-na-zona-portuaria-do-rio-por-falta-de>



sobretudo considerando o caráter diversificado e multicultural da região, e como esta “pluralidade” vêm sendo explorada, ainda que de forma intermitente, como estratégia para aumento da atividade turística na cidade.

## **ABSTRACT**

Recently, political leaders within the three spheres of the Brazilian government affirmed that investing in tourism would be essential to overcome the profound (economic) crisis seen in Rio de Janeiro as it would create jobs and income – particularly considering the high rates of unemployment and sub-unemployment in the city. This assertion has its bases on the relative success and/or substantial rise in tourist activity in recent years, particularly if considering the international visibility the city had as the capital of a series of mega events like Pan-American Games, in 2007; FIFA World Cup, in 2014; XV Olympic Games and Paralympic Games in 2016; World Youth Day, in 2013; United Nations Conference on Environment and Development Rio 92 and Rio + 20 Earth Summit; Rock in Rio editions, as well as the celebrations like the Carnival, the Réveillon in Copacabana beach and several other festivities that happen annually.

This idea is not new, moreover if one considers the number of times Rio de Janeiro applied for hosting the Olympic Games (3 times – the 2004, 2012 and 2016 Olympics) and the city notorious vocation for hosting seasonal/ annual sports events (such as volley, surf, marathon world tournaments, competitions such as tennis Rio Open – ATP, swimming Troféu Brasil and Maria Lenk, amongst others) and cultural/ creative events (such as ArtRio, Rio Design Week, Fashion Rio, Cinema Festival), besides the 27<sup>th</sup> Union of International Architects Congress, in 2020 – which conferred the city the title of 1<sup>st</sup> world capital of architecture, bestowed by UNESCO.

However, even hosting big events regularly, there is a consensus that bigger and better organised initiatives could (and should) be proposed in order to create a calendar of events of different scopes, audiences and tastes throughout the year. According to a research developed by Fundação Getúlio Vargas (FGV), an increase of 20% of visitors would generate R\$ 6.1 billions (circa € 135 million) and would create 170.000 new job posts. Therefore, it was not a surprise the announcement, in September 2019, of a partnership between the three spheres of the Government and the private sector to increase tourism and the economy activity in the city.



“(…) the “Rio de Janeiro a Janeiro” programme, launched at the Carioca Arena 1 at the Barra Olympic Park – transformed in Game Arena during the Rock in Rio festival – , has as partners the three spheres of the Government. Businessmen such as Roberto Medina, the founder of Rock in Rio, and Ricardo Amaral are part of the project as well, which unite more than 100 cultural and sports events surveyed by the Fundação Getúlio Vargas to promote a calendar of events throughout the year” (Secretaria Especial do Esporte. Ministério da Cidadania - translated by the authors)

The idea of the “Rio de Janeiro a Janeiro” calendar of events was to use the Olympic Park facilities to host sport events like judo, jiu-jitsu, tennis, beach volley, Paralympic football and cycling, badminton, wrestling and futsal – modalities indicated by the Ministry of Sports in partnership with the Ministry of Culture and of Social Development, Brazil. The Olympic Park, one of the main structures built for the Olympic Games, is suffering the consequences of a virtually bankrupt city and county – after its “glorious days” during the Games, the sportive complex underwent a physical degradation, when two fire accidents with balloons destroyed part of the velodrome ceiling on the 30th July and 26th November, 2017. Even if the ceiling was restored and the place was opened in February 2019, the opinion is that the space, in general, is underused. What was a promise of a new urban equipment for the use of the population was transformed into an enormous empty space, with no maintenance, and with sporadic use.

Independently of the potential, the reality is that the three spheres of the Brazilian Government neglect the majority of the Olympic structures. The argument is that there are no public funds for investment once the city, the county and the federal government are in deep economic crisis. The city and the county, in particular, are going through a severe fiscal crisis, the worst in years, and are trying, insistently, either to revoke their commitments (as happened recently, with the dispute between the City Hall and the VTL tram consortium, and with the CDURP Port of Rio consortium, in 2017) or to reaffirm public-private-partnerships in the expectation of minimising negative side-effects caused by inefficient administration, irresponsible millionaire contracts and negligent use of public funds.

And speaking of monumental public structures, the expectation was that they would outlive the events – as the discourse was to build a “legacy” for the city. Actually, the pre-Olympics euphoria led not only to the implementation of a series of procedures that would completely renovate existing sportive buildings, but also in how these new urban equipment would be connected to the rest of the city – which would demand a wider, more complex and inclusive understanding of how other parts of the city



could benefit from these investments, particularly those, like the Port area, that were systematic ignored by public policies. As part of the “Olympic discourse”, the Port area would benefit from the implementation of “regenerative” initiatives – which would led to a re-signification and renovation of urban spaces and structures like the Praça Mauá (Mauá Square), derelict docks and warehouses, and abandoned historic buildings in the surroundings, besides improvements in the existing infrastructure (lighting and urban equipment), and the implementation of a new transport modal (the VLT tram system). This regeneration process was possible due to political agreements, fiscal incentives and public-private partnerships that, in a pre-crisis era and with large sums from the pre-salt exploitation at disposal, would permit the implementation of large scale improvements in the urban space, including in neighbouring areas such as Centro, Gamboa, Santo Cristo. On the other side, the considerable public success of the 2016 Olympic Games would allow future investments for the Port area, transforming its post-industrial derelict aspect into a cultural entertainment, tourist and service-based revitalised district. However, considering the present low economic expectations and the virtually inexistent public investment scenario seen since 2016, the challenge would be keep up the discourse that underpinned this regeneration process. In this sense, this work intends to discuss how different forms of public appropriation of the urban space are changing the image and the identity of the Port Area of Rio de Janeiro, particularly considering the diversified and multicultural character of the region, and how this “plurality” has been used, even if occasionally, as a strategy for enhancing the tourist activity in the city.

## **Referências/References**

- ANHOLT, S. (2007). **Competitive Identity: The New Brand Management for Nations, Cities and Regions**. London: Palgrave Macmillan da Rocha, A. B.; Reis, P. (2016). “Uma ‘Maravilha’ de cenário: a construção de uma nova identidade para a Zona Portuária no Rio de Janeiro” in V CINCCI – Colóquio Internacional sobre o Comércio e a Cidade: uma relação de origem (ISBN 9788580890693). Disponível em <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/04/041-rocha.pdf>
- REIS FILHO, P. (2019). “Nova Economia: Place Branding”. **Artigos Técnicos. Laboratório de Cenários da Agência UFRJ de Inovação**. Ano.3. Vol.15. Disponível em [http://www.inovacao.ufrj.br/images/vol\\_15\\_nova\\_economia\\_place\\_branding\\_2019](http://www.inovacao.ufrj.br/images/vol_15_nova_economia_place_branding_2019)
- RIBEIRO, Fernando José da S. P. (org). **Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea**. Brasília: IPEA, 2015.
- RIVAS, M. (2015). “Innovative Place Brand Management, Re-Learning City Branding.” **URBACT-CityLogo final report**. Disponível em



[https://urbact.eu/sites/default/files/final\\_report\\_urbact\\_citylogo\\_20122015\\_miguel\\_rivas.pdf](https://urbact.eu/sites/default/files/final_report_urbact_citylogo_20122015_miguel_rivas.pdf)

VAZ, L. F (2004). A “Culturalização” do Planejamento e da Cidade’. **Cadernos PPG-AU/ FAUBA**. Salvador: UFBA, pp 31-42

SCOTT, A. J (2012). “As cidades da terceira onda” in: Pacheco, S e Machado, M. (orgs.) **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras

STILPEN, Paulo Cesar; de Souza, Ubiratan Jorge Iorio. **Estudos da Competividade do Turismo Brasileiro. Economia do Turismo**. Ministério do Turismo. Brasil. Disponível em [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/ECONOMIA\\_DO\\_TURISMO.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/ECONOMIA_DO_TURISMO.pdf)



## **Compreendendo os processos de indicações geográficas de produtos da gastronomia do Estado do Pará**

### **Understanding geographical indications processes of the gastronomy products of the state of Pará – Brazil**

ANA PRISCILA FARIAS MAGALHÃES  
Universidade de São Paulo  
prifarias.tur@gmail.com

#### **RESUMO**

A busca pelo reconhecimento de origem de produtos da gastronomia paraense, por meio de Indicações Geográficas (IG's), está em evidência no Estado do Pará há aproximadamente 10 anos. Para fins deste trabalho, que aborda questões inquietantes decorrentes da pesquisa de doutorado que está em andamento, discute-se esse contexto atual na realidade paraense, além de levantar questionamentos sobre as intenções existentes nos processos de reconhecimento de IG's no Pará, a fim de dar embasamento para a compreensão futura das reais motivações e finalidades dos processos de Indicações Geográficas de produtos da gastronomia local do Pará.

Convém considerar que o consumo de produtos de origem, são motivados por várias questões, como modismo, curiosidade, busca por interação cultural, mas também pode ser impulsionado pela mercantilização da cultura, considerando que o mercado estimula o consumo de produtos locais, seja por influência do turismo, dentro de um processo recorrente de apoio à comercialização ou da incitação do consumo que faz parte do processo de reprodução do capital.

O presente trabalho apresenta as seguintes problemáticas principais: Os processos de reconhecimento de origem por meio de Indicações Geográficas de produtos da gastronomia paraense, são movimentos endógenos protagonizados pelas comunidades que produzem e culturalmente consomem esses alimentos tradicionais? Que mercado é esse que justifica essa movimentação pela busca por selos de IG? As indicações geográficas do Pará podem ser vistas tão somente como um processo de mercantilização da cultura? Para responder os questionamentos centrais da pesquisa, tem-se como objetivos: investigar se houve um movimento endógeno partindo das comunidades que consomem e produzem o Cacau de Tomé Açu, a Farinha de Bragança e o queijo do Marajó para a busca do reconhecimento de origem desses produtos; analisar que mercados as IG's pretendem atender; investigar se as IG's do Pará estão sendo mercantilizadas culturalmente pelos seus requerentes.

Pesquisar produtos da gastronomia paraense e analisá-los com outra lente, tomando como base discussões que levam em consideração aspectos



antes silenciados, é ponto motivador para a realização da pesquisa. É preciso pensar sobre gastronomia com profundidade, a partir do olhar da geografia e não somente dos impactos positivos que a relação entre gastronomia e indicações geográficas podem gerar para um lugar.

Assim, este trabalho discute teoricamente as indicações geográficas, mercantilização da cultura, participação comunitária em processos decisórios, turismo e políticas públicas, correlacionando com o processo de reprodução do capital, interesse do mercado que estimula o consumo de produtos da gastronomia paraense e turismo.

É preciso analisar as IG's pelo prisma das relações de poder que estão presentes nos territórios. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 50)<sup>47</sup> diz que a construção do território revela relações marcadas pelo poder, ou seja, uma IG é exatamente isso: um território que está sendo “construído” por meio do poder exercido por pessoas ou grupos.

As indicações geográficas não podem ser vistas somente como um divisor de águas entre a estagnação e a prosperidade de/para um determinado território. Não podem ser pensadas como ação única capaz de “salvar” o município envolvido nas IG's de crises econômicas ou sociais. Representam muito mais. Para tal, requer um olhar atento e análises minuciosas sobre o que está por trás desses processos de concessão de reconhecimento de IG's, quem são os atores diretamente afetados pelo processo e a quem realmente interessa essa “conquista”.

Além disso pretende-se com este trabalho compreender os desdobramentos econômicos, sociais e culturais por trás desses processos, bem como a integração e interação dos agentes envolvidos efetivamente nas etapas (comissão regulamentadora da IG e instituições apoiadoras) e os que fazem parte dos territórios das IG's (moradores, pequenos produtores, consumidores e comerciantes), que em algumas situações, podem estar a margem dos acontecimentos.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram a pesquisa bibliográfica e documental, diálogos informais e contatos por e-mails com agentes responsáveis pelos processos de IG's e visita de reconhecimento inicial nas IG's do Cacau de Tomé Açu e Farinha de Bragança. Optou-se em dividir a pesquisa em duas etapas: Indicações Geográficas já reconhecidas, caso do Cacau de Tomé Açu, e as que estão em análise junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), caso da Farinha de Bragança e Queijo do Marajó, ambos no Estado do Pará.

Os resultados preliminares baseados nas leituras das teorias, bem como de análise de dados e documentos, diálogos com agentes envolvidos nos processos de Indicações Geográficas e visitas de reconhecimentos nas cidades de Tomé Açu e Bragança, apontam e sugerem que existem

---

<sup>47</sup> RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.



contradições no que diz respeito ao protagonismo e movimentos endógenos nas comunidades das IG's supracitadas. A hipótese de que a motivação primordial do Estado não é proteger a cultura alimentar do povo paraense e amazônica, mas sim alinhar e fortalecer uma rede capitalista que se beneficiará direta e indiretamente com a prosperidade da mercantilização da cultura, mostrou-se inicialmente evidente com essa pesquisa.

As comunidades devem protagonizar as solicitações de pedidos de reconhecimento de origem, uma vez que são elas as detentoras do saber, que geralmente é repassado de geração em geração, reforçando a tradição dos produtos artesanais. Nesse sentido, entende-se que os processos deveriam permear a ideia de um desenvolvimento local (endógeno), que decorre, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, convergência importante dos atores sociais com as prioridades de desenvolvimento. Por isso, o desenvolvimento local, depende da capacidade dos atores e sociedades locais, se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas prioridades e especificidades (BUARQUE, 2008, p. 25 e 26)<sup>48</sup>.

Para finalizar, entende-se que buscar compreender mais profundamente todas as questões que envolvem os processos de indicações geográficas no Pará, é ter responsabilidade com a ciência e com a crítica, e não somente mostrar os benefícios que a relação entre indicações geográficas, gastronomia e turismo podem desencadear nas localidades.

## ABSTRACT

The quest for recognition of product origin from the Pará cuisine by means of Geographical Indications (GIs), is a fact in the State of Pará for about 10 years. For purposes of this research, which addresses troubling issues arising from the PhD research in progress, discusses this current context in Pará's reality, besides raising questions about the intentions in the processes of recognition of GIs in Pará, in order to provide a basis for the future understanding of the real motivations and purposes of the Geographical Indications processes of products of the local Pará cuisine.

It should be considered that the consumption of products from the source are motivated by several issues, such as fad, curiosity, search for cultural interaction, but may also be driven by commodification of culture, considering that the market encourages consumption of local products whether due to the influence of tourism, in a recurrent process of supporting the marketing or incitement of consumption which is part of the capital reproduction process.

---

<sup>48</sup> BUARQUE, S. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.



This research presents the following main issues: Are the recognition processes of origin by means of Geographical Indications of products of the Pará cuisine endogenous changes carried out by the communities that produce and culturally consume these traditional foods? Which market is one that justifies this change by the search for GI markings? Is it possible that the geographical indications of Pará may be seen only as a culture commodification process? To answer the central questions of the research, the objectives established are: to investigate if there was an endogenous change starting from the communities that consume and produce Cocoa of Tomé Açú, the Corn Flour ( Farinha) of Bragança and Marajó cheese for the search of recognition of origin of these products; analyze which markets the GIs intend to meet; perform research whether the GIs of Pará are being culturally commodified by their applicants.

Search products of the Pará cuisine and analyze them with another approach, a motivating point for conducting the research is considering as a basis discussions that takes into account aspects previously silenced. We need to think about gastronomy with depth, from the look of geography and not merely the positive impacts that the relationship between gastronomy and geographical indications may generate for a location.

Therefore, this research theoretically discusses geographical indications, commercialization of culture, and community participation in decision-making processes, tourism and public policies, correlating with the capital reproduction process, interest in the market that encourages consumption of products from the Pará cuisine.

It is necessary to analyze the IG's through the prism of power relations that are present in the territories. In this sense, Raffestin (1993, p. 50) <sup>49</sup> says that the construction of the territory reveals relationships marked by power, i.e., a GI is exactly: a territory that is being "built" through the power exercised by individuals or groups.

Geographical indications may not be seen only as a watershed between stagnation and prosperity to/from a given territory. They may not be considered as a single action capable of "saving" the municipality involved in the GIs of economic or social crises. They represent much more. To do this, it requires a closer look and detailed analysis about what is behind those of GIs recognition award procedures, who are the actors directly affected by the process and who really care about this "achievement."

Also, this research intends to understand the economic, social and cultural developments behind these processes, and the integration and interaction of the agents involved effectively in the stages (regulatory committee of the GI and supporting institutions) and those that are part of the GIs territories (residents, small producers, consumers and traders),

---

<sup>49</sup> RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.



who in some situations may be at the margins of events. The methodological procedures used in this research were the bibliographical and documentary research, informal dialogues and contacts by e-mails with agents responsible for the processes of GIs and an initial recognition visit in the GIs of Cacao of Tomé Açu and Corn Flour (Farinha) of Bragança. It was decided to divide the research into two stages: Geographical Indications already recognized, as with Cacao of Tomé Açu, and those under analysis with the National Institute of Industrial Property (INPI), as with Corn Flour (Farinha) of Bragança and Marajó Chees, both in the State of Pará.

Preliminary results based on readings of theories, as well as data and document analysis, dialogues with agents involved in the Geographical Indications processes and recognition visits in the cities of Tomé Açu and Bragança, point out and suggest that there are contradictions regarding the protagonism and endogenous changes in the communities of the GIs mentioned above. The hypothesis that the primary motivation of the state is not to protect the food culture of Para and Amazonian people, but to consolidate and strengthen a capitalist network that will benefit directly and indirectly with the prosperity of the commodification of culture proved to be initially evident with this research.

The communities must carry out the requests for recognition of origin, since they are the holders of knowledge, which is generally passed down from generation to generation, strengthening the tradition of handicraft products. In this sense, it is understood that the processes should permeate the idea of a local development (endogenous), which is almost always a favorable political and social environment, expressed by a mobilization, important convergence of social actors with development priorities. Thus, local development depends on the capacity of local actors and societies, which will be structured and mobilized, based on their priorities and specificities. (BUARQUE, 2008, p. 25 and 26)<sup>50</sup>.

To conclude, it is understood that seeking to get more deeply understanding of all the issues which involve the processes of geographical indications in Pará, is to have responsibility with science and criticism, and not only to demonstrate the benefits that the relationship between geographical indications, gastronomy and tourism may trigger in the localities.

---

<sup>50</sup> BUARQUE, S. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.



## **Intervenções urbanas, animação cultural e turismo no Centro Histórico de Salvador**

### **Urban interventions, cultural animation and tourism in Historic Center of Salvador**

GABRIELLE CIFELLI

Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

gcifelli@gmail.com

## **RESUMO**

### **Introdução**

O patrimônio arquitetônico é comumente utilizado como objeto-sígnio em diversas cidades patrimonializadas com o intuito de reforçar o sistema de representações que exaltam os aspectos historicamente e culturalmente valorativos desses territórios para ampliar sua notoriedade turística e dinamizar a economia local.

A dimensão estética do patrimônio arquitetônico e de paisagens atraentes pela singularidade de suas formas remanescentes de outros tempos reforça uma posição de centralidade cultural destes territórios. O processo de estetização patrimonial é um critério valorativo de grande relevância nas intervenções urbanas contemporâneas que contemplam “obras de restauro arquitetônico, melhorias e ampliação da oferta de infraestrutura, indução a mudanças de uso das edificações preexistentes e ações de embelezamento estético e paisagístico (...) com o intuito de ampliar o seu teor de visibilidade e, conseqüentemente, de atratividade”(CIFELLI, 2015, p. 234-235). Essas intervenções ocorrem, comumente, em espaços públicos e privados concentrados nas áreas centrais de cidades dotadas de uma densidade significativa de edificações de valor patrimonial.

Esse tipo de estratégia também se coaduna com a transformação dos centros históricos em locus de atividades de lazer, animação cultural e entretenimento que, no domínio representacional e simbólico, visam legitimar sua identidade cultural e, no âmbito da economia, tem por objetivo dinamizar o turismo e estimular o consumo. A busca por aspectos distintivos das cidades pautados em suas referências culturais, transforma o patrimônio, em suas múltiplas dimensões, em um elemento central no processo de gestão, utilização e reestruturação do espaço urbano que visa inserir os centros urbanos patrimonializados no circuito do turismo nacional e internacional, como ocorre nas cidades brasileiras reconhecidas pela Unesco como Patrimônios Mundiais.

Segundo Vlès; Berdoulay; Clarimont (2005), as ações intervencionistas sobre os territórios patrimonializados estão estreitamente relacionadas ao processo de redução narrativa, envolvendo



a seleção redutora de parte do seu patrimônio e das referências históricas e culturais que lhes são associadas visando criar e difundir uma imagem da cidade destituída de elementos que possam prejudicar o seu teor de atratividade turística.

Discutido por Berdoulay; Clarimónt; Vlès (2005) e Berdoulay (2009), e analisado por Sotratti (2010), Paes (2009), e Cifelli (2015), o conceito de redução narrativa relaciona-se às políticas de patrimonialização ocorridas no Brasil, predominantemente pautadas pela seleção de períodos e fatos históricos, de parcelas do território e de suas referências culturais que se pretende reforçar enquanto imagem e representação de uma totalidade temporal e espacial, resultando na projeção de formas de interpretação do passado que projetam, predominantemente, a história e a memória dos grupos dominantes. Este processo também se evidencia nos propósitos e ações relacionadas às intervenções urbanas efetuadas, principalmente, nas áreas centrais patrimonializadas, com o enfoque para as edificações e conjuntos arquitetônicos esteticamente e artisticamente mais relevantes. Tais propósitos “ressaltam determinados atributos do território associados ao ideário de beleza, riqueza e opulência que levam à omissão da diversidade de símbolos e signos culturais existentes nas cidades” (PAES, 2009, p. 166-167), representativos de múltiplos grupos sociais e de identidades plurais que caracterizam a cultura brasileira.

Esta pesquisa tem como objetivo desvendar o processo de redução narrativa presente nas intervenções urbanas postas em prática no centro histórico de Salvador que tiveram por finalidade fomentar a valorização turística do seu patrimônio cultural.

Para compreender a lógica e as especificidades deste processo no Pelourinho, em Salvador, fez-se necessário analisar os principais planos de intervenções patrimoniais realizadas ao longo do tempo que tiveram como parte dos seus princípios norteadores valorizar o patrimônio para dinamizar o turismo. Para atingir tal finalidade, os próprios documentos e relatórios que fundamentaram as proposições e ações de tais planos foram averiguados.

Os planos analisados foram: “Programa Integrado de Reconstrução das cidades Históricas”, de 1973; e o “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, iniciado em 1992, e o PAC Cidades Históricas. A seleção de Salvador como estudo de caso se deu pela relevância patrimonial e turística que possui. O seu centro histórico é reconhecido pelo IPHAN como patrimônio cultural e pela UNESCO como Patrimônio Mundial reforçando sua relevância material, simbólica e turística.

### **Intervenções urbanas e desenvolvimento turístico no centro histórico de Salvador**

O tombamento de algumas edificações do Centro Histórico de Salvador como patrimônios nacionais pelo IPHAN deu-se entre os anos de 1938 e 1945, principalmente no Largo do Pelourinho e seu entorno. Apenas em



1984 ocorreu o tombamento de uma área mais extensa do centro pela expressividade histórica e arquitetônica do seu conjunto urbano dotado de uma grande densidade de edificações de caráter monumental detentores de uma certa integridade estética e visual, e do plano urbanístico do Pelourinho que se mantém desde o século XVI. Tais prerrogativas também levaram ao reconhecimento do mesmo perímetro urbano tombado pelo IPHAN pela UNESCO em 1985 como Patrimônio Mundial.

Mesmo antes do tombamento federal e do reconhecimento do valor universal do Centro Histórico de Salvador, já nos anos setenta, em conformidade com as recomendações das Normas de Quito, de 1967, que recomendavam conciliar os interesses da preservação patrimonial com o desenvolvimento turístico dos centros urbanos degradados, o Compromisso de Salvador firmado em 1971, também reforçava a tendência mundial de exploração turística dos bens materiais patrimonializados (CIFELLI, 2015, p. 240). Esse propósito foi considerado como meta do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, mais conhecido como PCH criado com o intuito de desenvolver planos de autosustentação da preservação patrimonial a partir da adequação dos seus usos para fins turísticos (CORREA, 2012). Esta mesma prerrogativa foi contemplada pelo Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado em 1992, durante a gestão de Antonio Carlos Magalhães no governo do Estado. Ambos os projetos tiveram o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), criado em 1967, como seu principal órgão executor.

Em ambos os programas, as principais ações realizadas se detiveram nas intervenções arquitetônicas de caráter estetizante como obras de restauro e reformas em edifícios monumentais localizados, principalmente, no Largo do Pelourinho. No caso do PCH, que vigorou entre os anos setenta e oitenta, as ações realizadas não foram suficientes para amenizar os problemas sociais concentrados no Pelourinho, dificultando a atração de turistas e investimentos privados para esta parcela do centro histórico. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, que teve como intuito transformar o centro histórico, principalmente, o Pelourinho, em um polo turístico expressivo do Estado e da cidade, não centrou-se apenas nas intervenções arquitetônicas, mas também influenciou a dinâmica de usos do patrimônio voltados para a atração de atividades econômicas vinculadas à dinamização do turismo.

A promoção de melhorias estéticas com a multicoloração das fachadas, as intervenções arquitetônicas não condizentes com as normas de restauro, a gestão dos usos do patrimônio e dos espaços públicos destinados à dinamização do turismo e a expulsão induzida da população de baixa renda das edificações tombadas, são os marcos mais significativos do programa, levando a uma redução substancial do seu uso social, relativo à habitação.

A vitalidade econômica que não se concretizou por completo com a refuncionalização turística do patrimônio cultural acarretou na perda da multifuncionalidade do centro histórico e a um empobrecimento das



manifestações da cultura popular que emanam da comunidade local. Em contrapartida, estratégias de animação cultural vêm sendo adotadas desde os anos noventa para atração de público, fomento ao turismo e dinamização do consumo, como a promoção de shows, festas populares entre outras atividades artísticas e culturais. Como atesta Cifelli (2015), a priorização de uma cultura espetacularizada em detrimento da valorização da cultura popular espontânea é uma das formas mais contundentes de compreender o processo de redução narrativa resultante das intervenções urbanas e das estratégias de animação cultural em territórios patrimonializados.

Em 2013, foi instituído o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, vinculado ao Ministério do Planejamento, que se destina ao financiamento de obras de restauro de edifícios e espaços públicos em cidades detentoras de bens tombados pelo IPHAN. O programa também tem como propósito a implantação de infraestrutura e a melhoria de serviços urbanos (IPHAN, 2019). Salvador está apenas atrás de São Luis em relação a quantidade de obras aprovadas pelo programa, contemplando 23 no total. (PAC – CH, 2019).

As obras do programa evidenciam uma posição de centralidade da cultura, por meio do seu patrimônio edificado, como estratégia de desenvolvimento local. Nesse viés analítico, o turismo ainda é considerado pelo poder público e pelos agentes de mercado como uma atividade de grande relevância para Salvador e para os demais territórios patrimonializados, podendo influenciar de forma positiva a geração de melhorias urbanas e sociais, mesmo que, em muitos casos, não tenha surtido o efeito desejado ao elitizar espaços e induzir a um processo de segregação socioespacial como ocorrido no próprio centro histórico nas cinco últimas décadas.

## **ABSTRACT**

The architectonic heritage is commonly used as a symbol in several cities listed as World Heritage in order to reinforce the system representations that praise the cultural and historical values of these places, to enhance their touristic image and expand the local economy.

The aesthetic dimension of the architectonic legacy and attractive landscapes due to the singularity of their forms reminiscent of bygone times, bolster a position of cultural centrality of these territories. The process of patrimonial aesthetics is a very relevant evaluation criteria in contemporary urban interventions that contemplate “architectonic restoration works, improvement and expansion of the infrastructure, induction to change the usage of preexisting structures and aesthetic and landscape beautification (...) with the objective of expanding their visibility content and, consequently, their appeal” (CIFELLI, 2015, p. 234-235). These interventions normally happen in public and private venues in



the downtown areas of cities endowed with a significant concentration of historic buildings.

This kind of strategy is in line with the transformation of historic centers into activities and recreation areas, cultural animation and entertainment that, in a representative and symbolic domain, aim at legitimating their cultural identity and, regarding the economy, it targets to improve tourism and stimulate consumption. The search for distinct aspects of the cities lined up with their cultural references transforms the heritage, in its multiple dimensions, in a central element in the management process, urban space utilization and restructuring that aim to insert the urban heritage centers in the national and international touristic circuit as it happens in the Brazilian cities recognized by UNESCO as World Heritage.

According to Vlès; Berdoulay; Clarimont (2005), the interventionist actions over the Heritage properties are closely related to the process of narrative decrease, involving the diminishing selection of part of their heritage and the cultural and historic references associated with them in order to create and propagate the image of a city deprived of elements that could harm its touristic attraction.

Vlès, Berdoulay, Clarimont (2005) and Berdoulay (2009) discussed and Sotratti (2010), Paes (2009) and Cifelli (2015) analyzed the fact that the concept of narrative decrease is related to the policies in Heritage occurred in Brazil, mainly reinforced by the selection of historic facts and periods, parts of the territory and the cultural references we want to emphasize, while the image and representation of space and time totality result in the projection of forms of interpretation of the past, predominantly, the history and the memories of dominant groups. This process is also evident in the actions and purposes related to urban interventions made, especially, in the downtown areas listed as heritage, focusing on the most relevant edifications and architectonic sites. Such purposes “highlight certain attributes of the territory, which are associated to beauty ideology, wealth and abundance that convey the omission of the diversity of symbols and cultural signs existing in those cities” PAES (2009, p. 166-167), representative of multiple social groups and plural identities that characterize the Brazilian culture.

This research has the objective of unveiling the process of narrative reduction present in the urban interventions in practice in Salvador historic center, which intended to foment the touristic valorization of its cultural heritage.

In order to understand the logic and the specifics of this process at the Pelourinho, in Salvador, it was necessary to analyze the main patrimonial intervention plans executed during the time that part of the principles was to valorize the heritage to promote tourism. In addition, to accomplish such objective, the documents and reports that substantiate the actions and propositions were all checked.



The plans analyzed were “Reconstruction of Historic cities integrated plan” in 1973, “Salvador Historic Center Recuperation Program” which started in 1992 and the PCA Historic Cities. The selection of Salvador as a case study happened because of its patrimonial and touristic relevance. Its historic center is recognized by IPHAN as cultural heritage and by UNESCO as World Heritage, reinforcing its material, symbolic and touristic relevance.

### **Urban interventions and tourism development in the Historic Center of Salvador**

The inclusion of some buildings in the Historic Center of Salvador by IPHAN happened between 1938 and 1945, especially at Pelourinho Square and its surroundings. It was only in 1984 that a broader downtown area was included by their historic and architectonic expressiveness of its urban site gifted with a great density of edifications of monumental character, bearers of a certain aesthetic and visual integrity, and the urban plan of the Pelourinho that remains in force since the XVI century. Such privileges also helped the recognition of the same urban perimeter by IPHAN and UNESCO in 1985 as World Heritage.

Even before the Federal government recognized the Historic Center of Salvador as heritage and acknowledged its universal value, in the 70’s, according to the Quito Norms recommendation in 1967, which advised the conciliation of the patrimonial preservation interests with the degraded urban touristic centers development, the Salvador Commitment signed in 1971, which also reinforced the world tendency of exploring the touristic side of heritage materials (CIFELLI, 2015, p. 240). This purpose was considered the goal for the Historic Cities Reconstruction Integrated Program, better known as PCH, created to develop auto-supportive patrimonial preservation plans by making sure the tourism usage is adequate (CORREA, 2012). The Salvador Historic Center Recuperation Program that started in 1992, when Antonio Carlos Magalhães was Bahia’s governor, contemplated this same prerogative. Both projects had the Bahia Cultural and Artistic Heritage Institute, created in 1967, as the main executor organ.

The main actions in both programs were aesthetic architectonic interventions, such as improvements and restoration of monumental buildings especially at Pelourinho Square. The actions of PCH, between de 70’s and 80’s were not enough to alleviate the social problems concentrated at the Pelourinho area, which made it difficult to improve the touristic attractions and private investments for this part of the historic center. The Salvador Historic Center Recuperation Program, which aimed at transforming, mainly the Pelourinho, in an expressive touristic hub for Bahia and the city of Salvador, was not only about architectonic interventions but, also, about influencing the dynamic usage of the heritage geared to attracting economic activities linked to tourism improvement.



Promoting aesthetic improvements with multicolor facades, architectonic interventions not in agreement with restoration norms, management of heritage and public spaces usage destined to tourism promotion and the induced eviction of a low-income population from the heritage buildings were the most significant goals of the program, decreasing, substantially the social usage, related to residency.

The economic vitality that did not materialize completely with the touristic refunctionalization of the cultural heritage generated the loss of historic center multifunction condition and an impoverishment of the popular culture manifestation that emanates from the local community. On the other hand, cultural animation strategies have been adopted since the 90's to attract a bigger crowd, improve tourism and stimulate consumption with shows, popular fests and other cultural and artistic activities. As Cifelli attests (2015), the prioritization of speculated culture in detriment of spontaneous popular culture valorization is one of the most crucial ways to understand the process of narrative reduction that results from urban interventions and cultural animation strategies in heritage areas.

The Historic Cities Growth Acceleration Program (PAC), linked to the Ministry of Planning was introduced in 2013 in order to finance the restoration in buildings and public spaces listed as historic heritage by IPHAN. The program is also meant to implement infrastructures and improve urban services (IPHAN, 2019). Salvador is only second to São Luis when it comes to works approved by the program with 23 in total. (PAC-CH, 2019). The jobs of the program emphasize a culture centrality position through its built heritage as a local development strategy. In this analytical bias, the public power and market agents still see tourism as a very relevant activity for Salvador and the other sites listed as heritage and can influence the generating of social and urban improvements in a positive way, even if in many cases it has not yielded the expected results when some spaces became elitist and caused a socio-spatial segregation as seeing in the city for the last five decades.

## Referências/References

- BERDOULAY, V.; CLARIMONT, S; VLÉS, V. *Espaces publics et mise en scène de la ville touristique*. Rapport Final de Recherche, Ministère délégué au Tourisme. Université de Pau et des Pays de l'Adour/CNRS, Aquitaine, 2005.
- CIFELLI, Gabrielle. *Imagem, representação e o uso turístico do Patrimônio Mundial: uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA)*. Campinas, SP, Tese de doutorado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2015
- CORREA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012



PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico, In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem/Ministério do Turismo/SNPDTUR, Brasília, DF, 2009, pp. 162-176

SOTRATTI, Marcelo Antonio. *Imagem e patrimônio cultural: as ideologias espaciais da promoção turística internacional do Brasil – Embratur 2003-2010*. Tese de doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Unicamp, 2010

**Searched sites**

National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN) – [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)  
Historic Cities Growth Acceleration Program (PAC Historic Cities) – [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)



## **Geoparques, desenvolvimento sustentável e mercantilização da natureza**

### **Geoparks, sustainable development and commercialization of nature**

ISABELLA MARIA BEIL  
Universidade de São Paulo  
isabella.beil@usp.br

#### **RESUMO**

Os vínculos entre a atividade turística e o patrimônio remontam, de acordo com Choay (2017), ao advento da sociedade de lazer, que colaborou com o avanço do chamado turismo cultural e para a ascensão da importância do patrimônio na sociedade contemporânea. O patrimônio adquiriu uma dupla função: “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2017, p. 211). Nesse mesmo raciocínio, Choay utiliza o termo “engenharia cultural” para nomear o processo que transforma o sentido primeiro do patrimônio, seu valor de uso, em um valor econômico, utilizando estratégias variadas como a propaganda, discursos de ordem política e diversos apelos midiáticos.

Nesse sentido, um discurso que assumiu importante influência social é aquele que advém da UNESCO e de sua Convenção do Patrimônio Mundial, da década de 1970. A Convenção formou um padrão internacionalmente aceito de patrimônio, disseminando valores e práticas preservacionistas e conservacionistas de origem europeia e norte-americana (RIBEIRO E SCIFONI, 2006). Além disso, Scifoni (2006) afirma que o título concedido passou a funcionar como uma chancela capaz de garantir a qualidade do bem a ser visitado, desempenhando um papel fundamental no turismo internacional e direcionamento de seus fluxos.

Conforme Cruz (2012), se a patrimonialização de um bem ocorre mediante a valorização cultural deste, torná-lo um patrimônio reconhecido e oficializado desdobra-se em uma nova forma de valorização, fazendo com que se torne ainda mais significativo ou ganhe significados diferenciados. Assim, o discurso propagado pela UNESCO desperta o interesse de muitos países em integrar a Lista do Patrimônio Mundial pelo *status* que isso propicia e pelas oportunidades de atrair um maior número de visitantes, desenvolvendo o turismo.

Os chamados Geoparques foram englobados pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques (PIGG) da UNESCO, em 2015, sendo também decorrentes de um modelo europeu de patrimonialização da natureza. São definidos como territórios delimitados geograficamente, sem fronteiras físicas, que englobem locais com patrimônio geológico de acentuada relevância. Conforme a UNESCO, devem abarcar as



características do território de maneira holística, incluindo as riquezas da geodiversidade, da biodiversidade e da cultura. Seu intuito é fomentar o desenvolvimento sustentável onde são implantados, por meio do incentivo ao turismo com base nos sítios ou bens do patrimônio local. No Brasil, há apenas um Geoparque Global da UNESCO, o Araripe, na região do Cariri cearense. O Geopark Araripe engloba seis municípios, sendo estes Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Sua aceitação na Rede Global de Geoparques (RGG) ocorreu em 2006 e, até hoje, nenhuma outra proposta brasileira conseguiu obter o título internacional.

O conceito de geoparques apoia-se em uma tríade conceitual principal: o patrimônio, o turismo, e o desenvolvimento sustentável. Tal tríade constitui a base teórica desse trabalho e é através dela que os geoparques serão compreendidos em sua colocação no Brasil e no mundo. Para isso, faz-se necessário colocar sob tensão as contradições inerentes à esta relação, como a associação entre a proteção do patrimônio e o turismo. A principal razão disso é que a apropriação de bens de importância social pelo mercado turístico pode contribuir tanto para conscientizar sobre sua conservação e salvaguarda como para ampliar a sua exploração e uso (LUCHIARI, 2007). Além disso, pode destituir populações locais de seu território e afastá-las do patrimônio como valor simbólico de seus cotidianos. Assim, embora o turismo seja, por muitas vezes, posicionado como solução para muitas situações, trata-se de prática social e também atividade econômica (CRUZ, 2003), devendo ser analisado de maneira crítica.

O desenvolvimento sustentável pode ser definido, de acordo com Leff (2001), como "um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta". Além disso, supõe a participação direta das comunidades no processo de utilização e gerência de seus recursos naturais e culturais. Logo, a transformação do espaço e do território em benefício de uma atividade como o turismo pressuporia o conhecimento e a colaboração no planejamento por parte da população, assim como envolvimento nos lucros.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que o conceito de desenvolvimento sustentável exposto por Leff (2001) coincide com as expectativas propostas pela UNESCO quando esta afirma que a abordagem dentro de um geoparque deve ser "debaixo para cima"<sup>51</sup>. Isso significa que deve ser uma abordagem capaz de empoderar as comunidades locais, envolvendo parcerias que exponham e possibilitem suas participações nos modos de gerir o território, de pensar a natureza, de proteger o patrimônio e de decidir que tipo de atividade será ou não desenvolvida naquela área.

---

<sup>51</sup><http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/what-is-a-unesco-global-geopark/>.



O'Connor (2002, p.27) afirma que essa é uma pauta que ganhou um sentido prático e moral, pois, em essência, não há ninguém capaz de se opor à sustentabilidade. Porém, assim como observa Zanirato (2016), a sustentabilidade é, geralmente, concebida em um cenário em que não há mudanças profundas nos modos de produzir e de consumir, mantendo um mesmo modelo de padrão econômico.

Dessa forma, embora os geoparques se mostrem como uma iniciativa muito interessante, envolvem um enorme desafio em conciliar os interesses de atores diversos no âmbito do território, trabalhando com ideias e ações contraditórias aliadas à um discurso e demandas globais. A incidência de políticas e demandas dessa ordem não possui, em essência, a preocupação de pensar o local, mas, pelo contrário, traz um padrão de produção que se insere no espaço e transforma os territórios desconsiderando os ritmos e exigências sociais diferenciadas, além da apropriação privada dos lucros e do descaso com os riscos. Um exemplo marcante do uso de modelos estrangeiros nas políticas internas de proteção à natureza foi o de parques nacionais entendidos como grandes áreas inabitadas, o que forçou a expulsão de um enorme contingente de pessoas no território brasileiro (DIEGUES, 1994).

Diante do exposto, definimos como objetivo desse trabalho analisar a relação entre conservação/mercantilização da natureza e desenvolvimento sustentável na constituição de geoparques, buscando compreender as contradições e pertinências dessa relação e considerando as dificuldades em aliar modelos globais com as realidades locais no Brasil. Para tal, os geoparques serão compreendidos através das chaves interpretativas patrimônio-turismo-desenvolvimento sustentável, partindo de uma escala nacional e finalizando com um estudo de caso do Geopark Araripe, no Ceará.

## **ABSTRACT**

According to Choay (2017), the links between tourism and heritage go back to the advent of the leisure society, which has contributed to the advancement of the so-called cultural tourism and to the rise of the importance of heritage in contemporary society. Heritage acquired a double function: to provide not only “knowledge and pleasure, made available to all people; but also cultural products, manufactured, packaged and distributed to be consumed” (CHOAY, 2017, p. 211). With the same logic, Choay uses the term “cultural engineering” to name the process that transforms the first sense of the heritage, its use value, into an economic value, using multiple strategies, such as propaganda, political discourses and diverse mediatic appeals.

In this sense, a discourse that assumed an important social influence is that from UNESCO and its World Heritage Convention in 1972. The Convention formed an internationally accepted heritage standard, disseminating preservationist and conservationist values and practices of



European and North-American origins (RIBEIRO and SCIFONI, 2006). In addition, Scifoni (2006) affirms that the title of “World Heritage” began to function as a seal able to guarantee the quality of the asset to be visited, playing a key role in international tourism and directing its flows.

According to Cruz (2012), if the patrimonialization of an asset occurs through its cultural valuation, the recognition and officialization of a heritage unfolds itself in a new form of valuation, making the heritage even more meaningful or with differentiated meanings. Thus, the discourse propagated by UNESCO arouses the interest of many countries in integrating the World Heritage List by the status it provides and by the opportunities to attract a greater number of visitors, developing tourism.

The so-called Geoparks were encompassed by UNESCO’s International Geosciences and Geoparks Program (IGGP) in 2015, and are also part of a European model of nature patrimonialization. They are defined as territories geographically delimited, without physical boundaries that assemble sites with geological heritage of great relevance. According to UNESCO, they must cover the characteristics of the territory in a holistic way, including the richness of geodiversity, biodiversity and culture. Its purpose is to promote sustainable development where they are implemented, by encouraging tourism based on local heritage sites or assets. In Brazil, there is only one UNESCO Global Geopark, the Araripe, in the Cariri region of Ceará. The Araripe Geopark encompasses six cities: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Its acceptance in the Global Geoparks Network (GGN) occurred in 2006 and, until this day, no other Brazilian proposal obtained the international title.

The Geopark concept is based on a main conceptual triad: heritage, tourism and sustainable development. This triad constitutes the theoretical basis of the present paper and it is through it that the geoparks will be understood in their placement in Brazil and in the world. It is therefore necessary to reflect about the contradictions inherent to this relationship, such as the association between heritage protection and tourism. The main reason for this is because the appropriation of goods of social importance by the tourism market can contribute to raise awareness about its conservation and as a safeguard to expand its exploration and use (LUCHIARI, 2007). In addition, it can deprive local populations of their territory and move them away from heritage as a symbolic value of their everyday lives. Thus, although tourism is often positioned as a solution to many situations, it is a social practice as well as an economic activity (CRUZ, 2003), and should be analysed in a critical way.

According to Leff (2001), sustainable development can be defined as “a social and political project that aims at the ecological ordering and the territorial decentralization of production, as well as at the diversification of the types of development and ways of life of the populations that inhabit the planet”. It also implies the direct participation of communities in the



process of using and managing their natural and cultural resources. Therefore, the transformation of space and territory in favour of an activity such as tourism would presuppose knowledge and collaboration with the population in planning, as well as an involvement in profits.

In this perspective, it is possible to affirm that the concept of sustainable development presented by Leff (2001) coincides with the expectations proposed by UNESCO when the institution asserts that the approach within a Geopark must be “bottom-up”.<sup>52</sup> This means that it must be an approach capable of empowering local communities, involving partnerships that expose and enable their participation in ways of managing the territory, thinking about nature, protecting the heritage and deciding what kind of activity will be developed or not at that area. O’Connor (2002) argues that this is a guideline that has gained practical and moral meaning because, in essence, no one is able to be opposed to sustainability. However, as Zanirato (2016) observes, sustainability is generally conceived in a scenario where there are no profound changes in the ways of producing and consuming, maintaining a same economic pattern model.

Thus, although geoparks are a very interesting initiative, they involve a huge challenge in reconciling the interests of diverse actors within the territory, working with contradictory ideas and actions allied to a global discourse and demands. The incidence of policies and demands of this order does not have, in essence, the concern of thinking about the local, but, on the contrary, it brings a pattern of production that is inserted in the space and changes the territories disregarding the different social rhythms and requirements, besides the private appropriation of profits and neglect of risks. A remarkable example of the use of foreign models in internal policies to protect nature was that of national parks understood as large uninhabited areas, which forced the expulsion of a large contingent of people in the Brazilian territory (DIEGUES, 1994).

In view of the above, we define as objective of this paper to analyse the relationship between conservation/commercialization of nature and sustainable development in the constitution of the concept of geoparks, seeking to understand the contradictions and pertinence of this relationship and considering the difficulties to match global models with local realities in Brazil. To do so, Geoparks will be understood through the heritage-tourism-sustainable development triad, starting with the national scale and ending with a case study of the Araripe Geopark, in Ceará.

---

<sup>52</sup><http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/what-is-a-unesco-global-geopark/>.



## Referências/References

- CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.
- CRUZ, R. de C. A. da. "Patrimonialização do Patrimônio": ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255/77898>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras) - Universidade de São Paulo, 1994.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes. 2001.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: BRUHNS, H. T., LUCHIARI, M. T. D. P. & SERRANO, C. (orgs). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas: Papirus, 2007.
- RIBEIRO, W. C.; SCIFONI, S. Preservar: por que e para quem? In: *Patrimônio e Memória* (Unesp), v.2, p. 1-12, 2006.
- SCIFONI, S. A construção do patrimônio natural. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- O'CONNOR, James. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (comp.). *Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? *Revista Confluências Culturais*, v.5, n.2, setembro de 2016, p. 200-211.



## Wallmapu e a “Suíça chilena”: turismo e territorialidade Mapuche

### Wallmapu and the “Chilean Switzerland”: tourism and Mapuche’s territoriality

RINALDO DE CASTILHO ROSSI  
Universidade Federal da Bahia  
rinaldocrossi@gmail.com

#### RESUMO

Para analisar a economia política do turismo, a teoria da Geografia é importante ferramenta para formulações gerais e em análises empíricas. A abordagem crítica da economia política do turismo pode ajudar na interpretação desse fenômeno em várias escalas.

Este estudo de caso apresenta a produção de espaço no sul do Chile, território indígena mapuche, onde o turismo foi um dos principais argumentos para a apropriação de terras desde o início do século XIX. A partir da teoria crítica da econômica política, realiza-se uma abordagem global-regional-local, usando recursos como revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo.

O objetivo de entender a construção da referida região como “Suíça chilena” implica o estudo dos seguintes objetivos específicos: a) conflitos/negociações históricas entre espanhóis e mapuches; b) o ideal da “Suíça Sudamericana”; c) política ambiental e turística no início dos anos 1900; d) produção da porção leste de La Araucanía (9ª região); e) resistência e participação dos mapuches no turismo; f) programas governamentais que impactam os mapuches no sul do Chile.

O termo “Suíça chilena” está presente em sites e agências de turismo, ao referir-se geralmente a Pucón, cidade próxima a grandes lagos, vulcões e reservas ambientais. Localizada na parte leste da região de La Araucanía, esta área fica próxima à capital regional, Temuco, uma cidade média articuladora da rede urbana. A formação socioespacial só pode ser entendida com uma análise histórica dos conflitos no território de Mapuche, chamado de Wallmapu até o século XIX.

A invasão espanhola das Américas, iniciada no final do século XV, causou muitos problemas aos povos originários, trazendo doenças e extermínios. Sua ocupação no sul dos Andes encontrou resistência, a guerra dos Arauco é um marco e muitas famílias indígenas morreram. As relações entre espanhóis e povos do sul do Chile só ficaram estáveis no século XVII. O acordo de paz foi possível com o *Quillín Koyang*, um modelo de conferência entre governadores coloniais e os líderes do Wallmapu, iniciado em 1641 e que continuaram a ocorrer até a segunda metade do século XIX, quando o interesse na ocupação e exploração de Wallmapu foi renovado.



No século da expansão industrial, foi crescente o interesse de corporações fabris, mineradoras e sociedades agrícolas nesta parte não colonizada. Esses setores fomentaram nos jornais e na sociedade, em meados do século, associações entre “raça” e “progresso”. Neste período cresceram também explorações, como Paul Treutler, um alemão que visitou o Lago Villarica, descrevendo sua bela e rica paisagem, em um livro publicado em 1861 dedicado ao presidente do Chile. No mesmo ano, forças militares nacionais invadiram Wallmapu, atravessando o rio Biobío.

Depois disso, a imigração europeia aumentou na região de Araucanía e, entre 1883 e 1912, mais de 9.130 pessoas vieram de países como Espanha, Suíça, Alemanha, Itália e França. Os chilenos também migraram. A nova fase de colonização não foi boa para os mapuches: em muitos casos utilizando-se de violência, novos agentes econômicos transformaram a região, implementando um sistema educacional cristão, que contribuía, em geral, para eliminar a territorialidade nativa.

Os elementos históricos são úteis para explicar as características locais-regionais da cultura e da territorialidade *mapuzungun*. A herança de Wallmapu, também chamada Estado de Arauco no século XIX, está espalhada no sul do Chile e em terras da patagônia e pampas argentinos.

As mudanças espaciais "modernas" na região começaram no final dos anos 1800 com a constituição de Temuco como uma cidade intermediária das novas ferrovias que pretendiam “integrar” norte e sul do Chile. Na primeira metade do século XX, o Estado chileno aumentou sua territorialização na região, a partir de novas diretrizes no planejamento territorial.

O projeto emergente estava relacionado, de maneira material e simbólica, com o ideal criado por exploradores e intelectuais europeus do século passado: a "Suíça Sudamericana"; denominação que foi escrita pela primeira vez em 1860 pelo naturalista e geógrafo francês Martin de Moussy. O termo representava um parâmetro idealista para a apropriação europeia e chilena dos Andes e Patagônia do sul.

Essa propaganda atraiu imigrantes e visitantes, consolidando na região uma rede turística urbana ainda no início do século XX. A publicação de um guia sobre o lago Llanquihue – produzida por um empresário turístico chamado Jermán Wiederhold, descrevendo e divulgando a região em 1917 – foi a primeira de uma série de iniciativas que asseguraram um projeto turístico regional.

Esses pensamentos e atitudes em relação à construção da 'vocação' turística do sul do Chile ganharam impulso com a constituição de Parques Nacionais, com base no modelo dos Estados Unidos, criando condições para a comercialização do espaço com base no controle institucional do fluxo de pessoas em florestas, lagos, montanhas e vulcões.

No Chile, alguns Parques Nacionais foram estabelecidos nesse período: Vicente Pérez Rosales (1926), Conguillío e Villarrica (1940) e Puyehue (1941). Ligados a cidades e/ou ferrovias, as reservas ambientais



representam a política territorial da época, que favorecia o mapeamento e revisão de limites entre países, a inserção de mais equipamentos e serviços públicos e o aumento do controle/vigilância.

Um caso interessante é a produção de espaço na cidade turística de Pucón, que herdou o título de "Suíça chilena" por sites e agências de turismo. A primeira marca desse processo é a inauguração do Gran Hotel Pucón, em 1935, às margens do lago Villarrica, que já a época articulava um circuito de atividades que incluíam vela, pesca, *trekking*, cavalgadas, pontos termais, etc.

A conexão norte-sul por ferrovia criou, assim, novas possibilidades de apropriação de Wallmapu, de modo que o turismo continua a desempenhar, desde esse período, um papel importante na produção do espaço, ocupando terras e pontos sagrados reivindicados por mapuches, se falando de um discurso preservacionista ambiental e de progresso econômico. Nesse modelo, a cultura *mapuzungum* é estereotipada como algo exótico, folclore comercializável; ideologia que representa os nativos como primitivos, fadados ao isolamento rural.

Pode-se dizer que o turismo no sul do rio Biobío foi planejado no início do século 20 em três áreas: locais costeiros próximos a Valdivia, região dos lagos de Puerto Montt e zona dos lagos de La Araucanía. Embora, no primeiro momento, a noção de "Suíça sudamericana" fosse muito vaga, durante o século XX, investimentos de governos e empresas favoreceram a instrumentalização da ideia. Pucón e La Araucanía são os lugares que mais estão associados a essa "marca".

É necessário dizer que, durante mais de um século, o Estado do Chile tem atacado pessoas e a cultura mapuche, refletindo no reconhecimento tardio da língua *mapuzungun* nas escolas. O governo militar de Pinochet, por sua vez, reduziu os territórios dos mapuches e tentou desconstruir sua identidade. Mesmo com o aumento da participação política, eles ainda lutam pelos direitos humanos e, recentemente, o jovem Camilo Catrillanca foi morto pela polícia (14/11/2018).

O movimento dos direitos mapuche é um componente importante na política chilena. Um dos grandes desafios tem sido desconstruir a ideia de que eles são terroristas, criada ao longo da história de racismo e eugenia pelo governo e por parte da sociedade chilena.

O Censo do Chile (2002) revelou que, na região de Araucanía, 20% das pessoas têm origem mapuche, o que significa mais de 200.000 habitantes indígenas. Existem muitos conflitos entre o turismo e os interesses indígenas, especialmente com a crescente privatização de áreas que antes eram de livre acesso e ao aumento dos preços de produtos e serviços na região.

Na cidade média de Temuco é evidente a presença dos nativos, principalmente vendendo nas ruas, porém o (pequeno) museu local não é um destino atraente por não ser valorizado. Nas cidades turísticas de Pucón e Villarrica, a memória dos mapuches passou a ser reconhecida em espaços



públicos, resultado de tendências globais, mas principalmente de movimentos locais, como as associações que ganham espaço, vendendo produtos e roteiros que valorizam sua história e cultura.

Esta pesquisa apresenta como resultados parciais duas tendências dos grupos mapuches na região de La Araucanía no século XXI. A primeira corresponde à crescente afirmação pública da identidade indígena que se manifesta com bandeiras em casas, estabelecimentos comerciais e na própria *Municipalidad* de Pucón – proposta que não foi aceita pela *Municipalidad* de Temuco.

A segunda tendência, mais detalhada na pesquisa, refere-se à crescente participação das comunidades mapuches em rotas turísticas, bem como a organização de cooperativas de turismo, atuando na profissionalização e fomento ao turismo étnico. O que acontece também no setor de artesanato e na culinária, com o associativismo em prol da comercialização de produtos tradicionais como temperos (*merken*), plantas, *souvenirs*, joias e roupas.

O turismo foi uma das primeiras atividades econômicas modernas na ocupação de Wallmapu e tem reforçado a divisão socioeconômica e a segregação espacial. A privatização do espaço público para atender demandas de grupos empresariais ou consumidores, nacionais e internacionais, pode ser cruel para os mapuches e trabalhadores dessas pequenas cidades e seus entornos. Por outro lado, o turismo e a participação política, revelam-se articulados como mecanismos de intervenção dos grupos nativos para resistir e se beneficiar, em algum nível, dessas práticas “modernas”.

As maneiras que os mapuches usam para se afirmar cultural, econômica e politicamente são apresentadas nesta pesquisa porque tem estado articuladas em uma tática de visibilidade e reterritorialização mapuche, onde o turismo é eixo central da crítica ao projeto exploratório e colonizador; mas também é meio de ampliar a participação dos grupos originários na formulação de políticas públicas, na participação comunitária e na geração de renda local.

## ABSTRACT

To analyze the political economy of tourism, Geography's theory can be worth in general and in empirical analyzes. Critical approach of political economy of tourism can help the interpretation of this multi-scaled phenomenon.

This case study presents the production of space in south Chile, indigenous Mapuche's territory, where tourism was one of the main argument to land's appropriation since the beginning of the 19<sup>th</sup> century. Applying political economic critical theory it is needed a global-regional-local approach, using proceeds as bibliographic review, documents research and field study.



The general objective of understanding “Chilean Switzerland”, implies study of these specific objectives: a) historical conflicts/negotiations between Spanish and Mapuche on south Chile; b) “Sudamerican Switzerland”’s ideal; c) environmental politics during early 2000s; d) production of eastern portion of *La Araucanía* (9<sup>th</sup> region); e) Mapuches’ resistance and participation on tourism; f) institutions and government programs that impact Mapuches on south Chile.

The term “Chilean Switzerland” is present on websites and tourism agencies, usually referring to Pucón, a city close to great lakes, volcanoes and environmental reserves. Localized on eastern portion of *La Araucanía* region, this area is close to the regional capital, Temuco, a medium city that connects urban network. The socio-spatial formation can only be understood with a look of what happened to Mapuche’s territory, called *Wallmapu*, on the 19<sup>th</sup> century.

Spanish invasion of Americas have caused many problems to indigenous people, bringing diseases and extermination to original groups. Their occupation in south Andes found resistance, the *Arauco’s* war is the mark and many indigenous families have died. Things got stabled on the 17<sup>th</sup> century, peace was possible with the *Quillín Koyang*, a conference between Chile’s governor and *Wallmapu’s* leaders in 1641. Meetings occurred until second half of the 19<sup>th</sup> century.

Interest in occupation and exploration of *Wallmapu* was renewed in the 1800’s. The crescent interest of industrial corporations, mining companies and agriculture societies, fomented in newspapers and in society, in the middle of the century, discussions about “race” and “progress”. Also, this was the period of explorations, as Paul Treutler, a German that visited Lake *Villarica*, describing how beautiful and rich the landscape in a book published on 1861 – dedicated Chile’s president. On the same year national military forces invaded *Wallmapu*, crossing the *Biobío’s* river.

After that, European immigration increased in *Araucanía’s* region and between 1883-1912, more than 9.130 people went there from countries as Spain, Switzerland, German, Italy and French; Chileans also migrated. The colonization was not good to the Mapuches: violence and economic activities transformed the region, and education system usually were christian and in general contributed to eliminate native culture.

The historical elements are helpful to explain local-regional features of *mapuzungun* culture and territoriality. The heritage of *Wallmapu*, also called *Arauco’s* State, is spread on actual south of Chile and lands of Argentinians *patagonia* and *pampas*.

“Modern” spatial changes in the region started in the late 1800’s with the constitution of Temuco as an intermediary city and with the construction of the railroad that connected north and south of Chile. On the first half of the 20<sup>th</sup> century, Chilean State increased insertion on the region by territorial planning.



The new project was related, in such material and symbolic ways, with the ideal created by explorers of past century of “Sudamerican Swiss”. This denomination was first written in 1860 by a French naturalist and geographer, Martin de Moussy. The term represented a new idealistic parameter to appropriation of south Andes and Patagonia.

This propaganda attracted immigrants and visitants, consolidating an important urban touristic network in early 1900s. The guide book about lake Llanquihue was the first in a roll, produced by a touristic businessman called Jermán Wiederhold, describing and divulging the region in 1917.

Those thoughts and attitudes towards the construction of touristic ‘vocation’ of south Chile gained impulse with the constitution of National Parks, based on United States’ model, creating conditions for space’s commercialization based on institutional control of people’s flow on forests, lakes, mountains and volcanoes.

In Chile, some National Parks were established in this period: Vicente Pérez Rosales (1926), Conguillío and Villarrica (1940) and Puyehue (1941). Connected to cities and railroads, environmental reserves represented a territorial politic that favored new cartography, review of limits countries’ boundaries, insertion of more public equipment and services, increasing of control/vigilance.

One interesting case is the production of space in the touristic city of Pucón that inherited the title of “Chilean Swiss” by touristic websites and agencies. The first mark of this process is the inauguration of *Gran Hotel Pucón*, in 1935, just by the lake Villarrica, articulating a circuit of activities including sailing, fishing, trekking, horseback riding, thermal spots, etc.

The north-south connection by railroad and the created new possibilities to appropriation of Wallmapu. Tourism have been playing, since that period, an important role in production of space, occupying Mapuche’s lands and sacred spots with environmental management and economic progress as arguments. Mapuche’s culture was stereotyped as some exotic/folk way of living that can be commercialized; trying to impose a role to native groups as primitives and subalterns, that they are always going to be rural and isolated communities.

So, in the beginning of that century, the strategy of hegemonic groups was to use natural heritage as main theme of regional identity. That was also good to the immigrants that could have their share in Chilean “growing”. The Europeans that occupied *La Araucanía* played a role in agriculture, education, tourism and industrialization in Valdívía.

It can be said that tourism on south of Biobío’s river was planned in the beginning of 20<sup>th</sup> century on 3 areas: coastal places close to Valdívía, lake region of Puerto Montt and lake zone of La Araucanía. Even though, in the first moment the notion of “Sudamerican Switzerland” was too vague, during the 20<sup>th</sup> century, government and corporations investments favored instrumental applying of the concept. Pucón and *La Araucanía* are frequently mentioned in tourism as “Chilean Switzerland”.



It is necessary to say that during more than a century Chile's State has been attacking Mapuche people and culture, as the tardy recognizing of *mapuzungun* language on schools. Pinochet's military government, in its turn, reduced Mapuches' territories and tried to deconstruct their identity. Even with the increasing of political participation, they still struggle for human rights and, recently, young Camilo Catrillanca was killed by police (14/11/2018).

Mapuche's rights movement is an important component in Chilean politics. One of the great challenges has been to deal with the idea that they are terrorists, created by a history of racism and eugenia by government and society.

Census of Chile (2002) revealed that in Araucanía's region 20% of people have a Mapuche origin, which mean more than 200.000 indigenous inhabitants. There have been a lot of conflicts between tourism and indigenous interests, specially the crescent privatization of areas that once were available to common use to explored, and the increasing of prices of products and services in the region.

In the medium city Temuco is evident the present of native people, specially selling products on the streets, but the (small) museum with local history is not an attractive destination. On touristic cities of Pucón and Villarica, the Mapuches' memory started to be recognized on public spaces, a result of global tendencies but specially of local movements, as associations that have gaining spots in cities to sell products and express their history and culture.

The manuscript shows as a result two tendencies of the Mapuches' groups in La Araucanía's region. The first corresponds to crescent public affirmation of indigenous identity that is manifested with flags at houses, commercial establishments and Pucón's City Hall.

The second, more detailed shows the increasing participation of the Mapuches' communities on touristic routes as well as the organization of tourism cooperatives, acting on professionalization and fomenting of ethnic tourism. Also they work in commercialization of traditional products as culinary, plants, jewelry, wearing.

The tourism was one of the firsts modern economic activities on Wallmapu's occupation and has been reinforcing socioeconomic division and spacial segregation. The privatizing of public space to attend to national and international demands can be cruel to the Mapuches and workers in general. On the other hand, it evidences how native groups can resist and get advantage of political changes and touristic new tendencies.

The ways that the Mapuches use to cultural and political affirm themselves are presented in this research because tourism and political participation are some of the tactics they are using to increase influence on the elaboration of public policies and to increase communities' income.



## **Turismo de naturaleza en Tigre (área metropolitana de Buenos Aires - Argentina): diversificando naturalezas, multiplicando atractivos**

### **Nature tourism in Tigre (metropolitan área of Buenos Aires – Argentina): diversifying natures, multiplying attractions**

ROMINA DANIELA IUSO  
Universidad de Buenos Aires  
rominaiuso@hotmail.com

#### **RESUMEN**

La naturaleza ha sido un atractivo turístico tradicional a lo largo del tiempo. Sin embargo, las características que se le atribuyen, las formas de concebirla y los productos turísticos que se le asociaron fueron cambiando a lo largo de la historia. El presente trabajo analiza cómo uno de los destinos turísticos tradicionales de la Argentina, Tigre, se reposiciona en la actualidad como uno de los principales destinos del Área Metropolitana de Buenos Aires, de la mano de nuevas - y no tan nuevas, aunque sí resignificadas- concepciones, discursos y productos turísticos asociados con la naturaleza.

Tiene como objetivo general comprender los diferentes usos y discursos sobre la naturaleza en relación con el turismo en Tigre en la actualidad, teniendo en cuenta los usos y discursos de este tipo que han existido en las décadas precedentes, desde su conformación como destino turístico (y que han estado inscriptos en corrientes más generales de pensamiento -con sus propias concepciones de “naturaleza”-).

El trabajo parte de reconocer que Tigre es un destino tradicional de la Argentina, que se consolida como tal ya a fines del siglo XIX y que ha ido acompañando las diversas tendencias que el turismo ha presentado en el país. Entonces, comenzamos este trabajo presentando brevemente el desarrollo del turismo en la localidad, desde sus orígenes hasta la actualidad (enmarcado en un contexto mayor del desarrollo de las prácticas turísticas en la Argentina), para luego tratar específicamente el turismo de naturaleza en Tigre (relacionado con las corrientes de pensamiento más generales -que han ido conceptualizando a la naturaleza de diversas formas-), focalizando en los diferentes usos y discursos de las (también diversas) naturalezas que se ponen en valor para el turismo en Tigre hoy.

Como resultados de la investigación, hemos identificado una primera etapa del Tigre turístico, la que adscribimos al turismo de elite, donde la naturaleza de Tigre fue el paisaje de ríos (similar a Venecia) y jardines (“como los de Europa”) que se contemplaban desde las grandes mansiones, el grand hotel y el club de sociedad. La localidad también fue el escenario de los paseos y del espectáculo de las regatas. Así, se valoraba una “naturaleza intervenida” que se asumía como tal en pos de embellecerla o acondicionarla para el visitante. Asimismo, en este período, se distinguen



ciertas concepciones próximas al higienismo: los ríos, la vegetación y el clima de Tigre eran considerados benignos para la salud.

Cuando esta etapa da paso a la del turismo de masas (ya a fines de la década de 1920 y, fuertemente, a partir de fines de la década de 1930), la naturaleza de Tigre se acentúa como un lugar “salubre” en contraposición al ambiente de trabajo, básicamente, al urbano (de fábricas y oficinas). En esta segunda etapa, la naturaleza valorizada en Tigre fue aquella de los recreos, los jardines, las plazas y los parques para hacer picnics, jugar al aire libre y realizar deporte en familia. Asimismo, la naturaleza de Tigre también fue aquella contemplada desde (y que posibilitaba) los paseos por los ríos y arroyos en diversos tipos de embarcaciones. Es de destacar de este período que todas estas actividades fueron cada vez más accesibles a mayores sectores sociales (dada la facilidad en el transporte y los precios módicos), facilitado por políticas de inclusión social y derechos relacionados con el trabajo. Fue un Tigre popular del paseo recreativo de fin de semana, así como también “el Tigre de la clase media”, que logró acceder a segundas residencias en el delta.

En el período más reciente (de las últimas décadas), la naturaleza de Tigre suma una nueva valorización: la ética. Basada en discursos de cuidado de la naturaleza, de una naturaleza en peligro de extinción, de una naturaleza acorralada, este tipo de valorización va configurando a los lugares “que cuentan con naturaleza” como lugares únicos, especiales y exclusivos. En este período también asistimos a una nueva valorización utilitaria de la naturaleza relacionada con la aventura, la naturaleza como desafío. En la mayoría de estas experiencias que se presentan al turista como de “contacto directo con la naturaleza”, se encuentra la pretensión implícita o explícita de diferenciarse del turismo de masas. Gran parte de las ofertas de turismo de naturaleza se dirigen a un turismo de nichos que, muchas veces, es exclusivo y excluyente desde su formulación, dado que sus atributos positivos se formulan para un público muy específico y restringido, y en donde la naturaleza se convierte en sinónimo de “lugar aislado”, con poca gente y, en otras palabras al que no accede cualquiera. Esto no es casual, teniendo en cuenta que Tigre está intentando dejar atrás su imagen de destino “masivo, bullicioso y sucio”, o en una palabra, degradado (como el destino fue identificado en la segunda etapa del turismo en la localidad). En este proceso de reformulación o “cambio de cara” de un Tigre degradado hacia un Tigre natural intervienen activamente el gobierno local y los agentes privados. Todos contribuyen a la creación de diferentes naturalezas (y los discursos sobre) que llevan a la multiplicación de los atractivos. De esta manera, logran instalar un “Tigre para todos” a partir de un “Tigre para cada uno”: se ofrecen productos diferenciados para cada público y se potencia así la capacidad de atraer turistas y multiplicar los negocios, sin volver a la exclusividad “pura” (del turismo de elite) ni a la masividad (del turismo de masas) previas.



Cabe destacar que este trabajo forma parte de una investigación mayor que tuvo como punto de partida y primer resultado una tesis de grado de la carrera de Geografía (Universidad de Buenos Aires -UBA-) y que hoy tiene su continuación en una investigación de doctorado en Geografía (por la UBA).

La metodología utilizada fue la articulación de relevamiento, sistematización y análisis de fuentes secundarias diversas (bibliografía específica sobre turismo, sobre el concepto de naturaleza, bibliografía específica y fuentes documentales - videos y fotografías- y textos literarios sobre el área de estudio) y la producción de información primaria mediante trabajos de campo (entrevistas en profundidad a informantes calificados - personal que trabaja con turismo en la localidad y antiguos pobladores- y observación in situ).

## **ABSTRACT**

Traditionally, nature has been seen as a tourist attraction. However, the characteristics attributed to it, the ways in which it was conceived and the associated tourist products have changed throughout history. The present work analyzes how one of the traditional tourist sites of Argentina, Tigre, is currently repositioned as one of the main destinations of the Metropolitan Area of Buenos Aires, with new - and not-so-new, but resignified- conceptions, discourses and tourist products associated with nature.

The main objective is to evaluate the different uses and discourses on nature in relation to tourism in Tigre today, considering the uses and discourses that have existed in previous decades, since the formation of Tigre as a tourist destination (likewise, its relation to more general currents of thought with their own conceptions of "nature").

This paper starts by recognizing Tigre as a traditional destination of Argentina, which is consolidated as such at the end of the 19th century and that has been going along the various trends that tourism has presented in the country. Then, we continue by presenting the development of tourism in the locality, from its origins to the present (framed in a larger context of the development of tourism practices in Argentina), to then specifically deal with nature tourism in the locality (related to the more general currents of thought that have been conceptualizing nature in different ways), focusing on the different uses and discourses of the (also diverse) natures that are valued for tourism in Tigre today.

As a result of the research, we have identified a first stage of the tourist in Tigre, which can be ascribed to elite tourism, when Tigre's nature was seen as the landscape of rivers (similar to Venice) and gardens ("like those of Europe") that were contemplated from the big mansions, the grand hotel and the high society club. It was also the scene of the competitions and the spectacle of the regattas. That is to say, an "intervened nature"



was valued, which was assumed as such in order to beautify or condition it for the visitor. Also, in this period, certain conceptions are distinguished close to hygienism: the rivers, the vegetation and the climate of Tigre were considered benign for health.

When this stage gives way to mass tourism (already in the late 1920s, and strongly from the late 1930s onwards), Tigre's nature was accentuated as a "healthy" place in contraposition to the "work environment" (basically, urban factories and offices). In this second stage, Tigre was seen as the "nature for recreational proposes": gardens, squares and parks for picnics and to play outdoors family's sports. In these years, nature was also use for boat trips. All these activities were increasingly accessible to larger social sectors (given the ease of transportation and modest prices) and being facilitated by social inclusion policies and labor rights. It was the popular sectors and the middle class who benefited most, the latter not only agreed to recreational weekend activities, but also managed to acquire second residences in the delta.

In the most recent period (the last decades), the nature of Tigre adds a new valorization: ethics. Based on discourses of nature's care and the destruction of nature, the ethical valorization value places "that have nature" as unique, special, exclusive.

Also in this period we witness a new utilitarian valorization of nature related to adventure: nature as a challenge.

In most of these experiences that are presented to tourists as "direct contact with nature" there is the implicit or explicit claim to differentiate from mass tourism. Much of nature tourism offers are aimed at a niche tourism that, many times, is exclusive since its formulation, given that its positive attributes are formulated for a very specific and restricted public, and where nature is it becomes synonymous of "isolated place", with few people or "that nobody can access". This is not accidental, considering that Tigre is trying to leave behind it's image of "massive, boisterous and dirty" or degraded destination (as was identified in the second stage of tourism in the locality).

In this process of reformulation or "facade renovation" of a "degraded Tigre" towards a "natural Tigre", the local government and private agents actively intervene. All contribute to the creation of different natures (and discourses on) that lead to the multiplication of attractiveness. In this way, they manage to install a "Tiger for all" from a "Tiger for everyone": differentiated products are offered for each public and thus enhances the ability to attract tourists and multiply business, without returning to "pure" exclusivity (of elite tourism) or mass (of mass tourism) before.

This work is part of a larger research that had as its starting point and first result a degree thesis of Geography (University of Buenos Aires -UBA-) and that today continues in a doctoral research in Geography (by the UBA).



The methodology used was the articulation of survey, systematization and analysis of secondary sources (specific bibliography on tourism, on the concept of nature and specific bibliography, documentary sources - videos and photographs - and literary sources of Tigre) and the production of primary information through fieldwork (in-depth interviews with qualified informants - staff working with tourism in the locality and former residents - and on-site observation).



## **A mercantilização do patrimônio pelo turismo, preservar para quem?**

### **The commodification of heritage for tourism, preserve for whom?**

ULYSSES MELO CARVALHO  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
ulyssesgeo@gmail.com

#### **RESUMO**

Vivemos num período em que o turismo não pode ser visto como no passado, ou seja, algo que não era muito difundido e o fluxo de pessoas era muito menor. Hoje, ao se tornar indústria (SILVA, 2012), uma das mais importantes do período, carrega consigo elementos claros do capitalismo, tais como não servir a todas as parcelas da população e se apropriar em demasia da cultura para a mercantilização. Assim, o patrimônio cultural das cidades torna-se um produto na vitrine forjado para o consumo. Soma-se também o impacto negativo provocado pelo modelo do turismo de massa que temação avassaladora nas comunidades em que ocorre. Pela ótica do patrimônio cultural dos centros urbanos, o que vemos é uma constante transformação de seus exemplares em mercadoria, ou como afirma Harvey (2005) “capital simbólico”.

As cidades, principalmente aquelas consideradas históricas pelo conjunto de bens que conservam características de gerações passadas, não podem ser vistas apenas como objeto de negócio financeiro, afinal aquele local e paisagem representam uma sobreposição desigual de tempos, sendo construídos, desconstruídos e reconstruídos numa dinâmica proporcionada pela evolução das técnicas (SANTOS, 2002). Estes espaços são indissociáveis do social, afinal a materialidade só tem sentido com a ação humana (SANTOS, 2002). Assim, podemos concluir que os centros históricos não são algo cristalizado e apático, mas, como todo o espaço, são dinâmicos e vividos (DEMATTEIS, 2005).

Espaço e o tempo são um híbrido, ou seja, são indissociáveis (LEFEBVRE, 2013). O acúmulo de tempos e de técnicas presentes nestes centros históricos tombados têm levado a indústria turística a transformar estes lugares em mercadoria e vende-los, mas e os moradores locais? E sua territorialidade? E a memória e identidade impressas nas materialidades? Estes questionamentos, na maioria das vezes, são deixados sem respostas em nome do capital. Não quero generalizar e demonizar o turismo, mas questionar a atividade massificada que não leva em consideração os moradores, suas memórias e até mesmo a toponímia existente.

Quando falamos em cidades num mundo globalizado onde há um estado de mudança não apenas da produção cultural, mas também do modo de vida e a generalização de novas práticas e processos; onde impera uma



nova forma de acumulação, o urbano produzido é percebido nesta concepção muito mais na sua materialidade que na sua imaterialidade (identidade, cultura e as relações humanas). Assim, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso (CARLOS, 2007) e a especulação imobiliária vai criando bolhas de consumo, de felicidade e até mesmo de uma “atração cultural”.

O patrimônio cultural nada mais é que um *fetich*e de atração do turismo. E, assim, as cidades são oferecidas ao público como produto à venda. Para Debord (1998), “subproduto da circulação das mercadorias, o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal” (p. 112).

O que proponho neste texto é pensar a cidade como reminiscência e compreender a paisagem dos centros históricos como sustentadoras da própria memória (CLAVAL, 1999). A paisagem deve ser compreendida, de acordo com Berque (1998) como marca e matriz, ou seja, enquanto marca ela é vista pela ótica da utilidade e da estética e como matriz é a percepção e concepção da ação, em outras palavras: da cultura.

O que temos nas cidades, e no próprio turismo, é a perda do olhar social e das populações locais em detrimento do capital. É de se considerar até mesmo uma disputa simbólica e material imposta pela própria UNESCO, diante do título almejado pelos governos, o Patrimônio Mundial. Afinal, o local que recebe esse título adquire prestígio, entra numa hierarquia e numa disputa simbólica internacional e, conseqüentemente, visibilidade para vender mais o próprio espaço para o turismo (CANCLINI, 2012).

É necessário preservar, mas ir muito além do interesse capital, ter ideias de planejamento capazes de promover um diálogo entre turistas e moradores dessas localidades e não uma tensão entre eles, pois o que ocorre atualmente no Brasil é uma espécie de paradoxo do patrimônio, se destrói e renova ou se preserva e gentrifica.

Conforme afirma Mendes (2017) o turismo é usado em nome do desenvolvimento,

Em nome do turismo realiza-se a reabilitação de prédios desocupados ou ocupado de forma irregular, mas a rendas aumentam exponencialmente, multiplicando expulsões de moradores vulneráveis e fechamentos de lojas históricas, isto é desalojamento (deslocamentos) residenciais e comerciais (pág. 481)

Assim, o Estado age como ator dos negócios, expande a cidade e a gentrificação em nome de uma urbanização neoliberal que não privilegia a todos e sim segrega ainda mais (SMITH, 1988).

O patrimônio urbano e o capital cultural e econômico promovem então a reprodução do capital financeiro. Não obstante, quando o Estado busca e consegue o título da UNESCO ele adquire um novo objeto para a promoção da reprodução do capital e a população que tem alguma ligação com aquele objeto é deixada de lado e até mesmo é expulsa, obrigada a



viver na periferia ou em locais desprovidos de boas condições. E toda sua territorialidade e ligação com o objeto e/ou território se esvai.

Creio que estas não sejam as únicas alternativas para o patrimônio, embora seja o que tem ocorrido. Quantos exemplos poderiam ser dados sobre a preservação dos patrimônios ligados a uma revalorização e refuncionalização?

O centro de Salvador, o famoso Pelourinho, é habitado por quem? Em 1985, o centro histórico da capital baiana foi tombado pela UNESCO e começou a passar por uma grande readaptação, inicialmente pela arquiteta italiana Lina Bo Bardi, que tentava manter as referências locais, mas o Estado interveio e, na década de 1990, definiu outros objetivos:

a) Promover a reabilitação e a restauração físicas da área que levem em consideração o seu potencial econômico para a cidade e para a região metropolitana;

b) Promover as condições para uma preservação sustentável através do desenvolvimento de atividades econômicas (NOBRE, 2003, p. 6).

Assim, a população, aos poucos, devido à pressão exercida pelas mudanças instauradas, foi deslocada para outras áreas. Paralelamente, os proprietários, comerciantes e, principalmente os turistas, foram agraciados com tais benesses que envolveram a chegada de redes de hotéis, refuncionalização das casas para o comércio, criação de roteiros turísticos temáticos, carnaval, etc.

Quem visita o centro soteropolitano hoje consegue ver claramente os moradores locais? Os naturais da cidade conseguem ter a mesma relação com o lugar como tinham anteriormente? Pelas observações da minha pesquisa não. O centro tornou-se uma vitrine para a venda da “cultura baiana”, mas os próprios baianos são excluídos da sua identidade. Por exemplo, quem vai à terça da benção na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Pelourinho são mais turistas do que os praticantes da religião, a cerimônia perde seu real sentido e se torna um espetáculo com câmeras fotográficas apontadas e conversas durante a celebração, que religiosamente seria marcada por preces e silêncios. Meneses (2009) explica bem a diferença da relação do patrimônio com os turistas e habitantes “[...] para os turistas, a atividade que executam se revela desterritorializada, seccionada de seu cotidiano, opondo-se mesmo a ele, pois desprendida de habitualidade” (p. 27).

A relação dos cidadãos com o patrimônio, com seu lugar, é existencial, é topofílica (TUAN, 1980), é composta por memórias e constitui a própria identidade. Este vínculo não deve ser quebrado, o turismo é importante, mas deve preservar todas as relações imateriais.

Contudo, é importante debruçar sobre o futuro, naquilo que concerne ao turismo e ao cotidiano de uma determinada localidade, ou seja, é necessário que o espaço turístico seja capaz de dialogar com o dia-a-dia da cidade (YÁZIGI, 2002).



Para tal, é preciso uma solução que mantenha vivo o local e suas territorialidades e um turismo menos agressivo, ou seja, desconstruir o ideário de fachada e monumental relacionado a um turismo totalmente globalizado (SASSEN, 1998). Como ação concreta, é possível estruturar um turismo que seja construído a partir de uma escala local, com respeito a suas peculiaridades e garantindo o desenvolvimento. Afinal, as territorialidades, o enraizamento e o simbólico também podem tornar-se o atrativo ao turista.

O turismo pode ter um novo caminho como propõe Molina (2011), que denomina de “turismo criativo”, sem competitividade e mais integrado a outros setores da economia e da sociedade. Assim, também teríamos um território mais fluido e coeso e não fragmentado e seletivo. Podendo assim responder à pergunta do título, ou seja, é possível conceber uma preservação patrimonial que garanta a memória da cidade e da população em conjunto com um turismo planejado e não fugaz, que busca apenas o capital, pois a cultura e a própria identidade podem tornar-se também atrativos.

## **ABSTRACT**

We live in a period when tourism can not be seen as in the past, something that was not very widespread and the flow of people was much smaller. Today, when it becomes an industry (SILVA, 2012), one of the most important of the period, it carries with it clear elements of capitalism, such as not serving all parts of the population and appropriating too much of culture for commodification. Thus, the cultural heritage of cities becomes a product in the showcase forged for consumption. The negative impact of the mass-tourism model is also compounded by the overwhelming theme in the communities where it occurs. From the perspective of the cultural patrimony of the urban centers, what we see is a great transformation of their exemplaries into merchandise, or as Harvey (2005) "symbolic capital".

Cities, especially those considered historical by the set of possessions that retain characteristics of past generations, can not be only seen as an object of financial business, after all that place and landscape represent an uneven overlap of times. Being constructed, deconstructed and reconstructed in a dynamic provided by the evolution of techniques (SANTOS, 2002). These spaces are indissociable from the social, after all materiality only makes sense with human action (SANTOS, 2002). Thus, we can conclude that historical centers are not something crystallized and apathetic, but, like all space, they are dynamic and lived (DEMATTEIS, 2005).

Space and time are a hybrid, they are inseparable (LEFEBVRE, 2013). And this accumulation of times and techniques has led the tourist industry to turn these places into merchandise and to sell them, but what about the locals? And its territoriality? And the memory and identity printed on the



materialities? These are questions that, for the most part, are left unanswered in the name of capital. I do not want to generalize and demonize tourism, but to inquire the mass activity that does not take into account the residents, their memories and even the existing topofilia.

When we speak of cities in a globalized world, where there is a state of change not only of cultural production, but also of the way of life and the generalization of new practices and processes; where a new form of accumulation prevails, the urban produced is perceived in this conception much more in its materiality than in its immateriality (identity, culture and human relations). Thus, exchange value overrides value-in-use (CARLOS, 2007) and real estate speculation is creating consumer bubbles, happiness, and even a "culture".

The cultural heritage is nothing more than a fetish of tourism attraction. And thus cities are offered to the public as a product for sale. For Debord (1998), "a byproduct of the circulation of commodities, tourism, human circulation considered as consumption, is fundamentally based on the leisure of going to see what has become banal" (p. 112 *our translation*).

What I propose in this text is to think of the city as reminiscence and to understand the landscape of the historical centers as sustaining memory (CLAVAL, 1999). The landscape must be understood, according to Berque (1998) as a brand and matrix. While it is branded is seen by the view of utility and aesthetics; and as the matrix by perception and conception of action, in other words: of culture.

What we have in cities, and in tourism itself, is the loss of the social gaze and the local populations to the detriment of capital. One can even consider a symbolic and material dispute imposed by UNESCO, in the face of the title sought by governments, the World Heritage. After all, the place that receives this title acquires prestige, enters a hierarchy and an international symbolic dispute and, consequently, visibility to sell more the own space for the tourism (CANCLINI, 2012).

It is necessary to preserve, but go far beyond the interest of capital, to have planning ideas capable of promoting a dialogue between tourists and residents of these localities and not a tension between them, since what is happening in Brazil today is a kind of paradox of equity: it destroys and renews or preserves and gentrifies.

According to Mendes (2017) tourism is used in the name of development,

In the name of tourism, the rehabilitation of unoccupied or irregularly occupied buildings is carried out, but incomes increase exponentially, multiplying expulsions of vulnerable residents and closures of historic stores, that is, residential and commercial displacement (p. 481, *our translation*)



Thus, the state acts as a business actor, expands the city and gentrification in the name of a neoliberal urbanization that does not privilege all but segregates it further (SMITH, 1988).

Urban patrimony and cultural and economic capital then promote the reproduction of financial capital. Nevertheless, when the State seeks and obtains the title of UNESCO, it acquires a new object for the promotion of the reproduction of capital and the population that has some connection with that object is left aside and even expelled, compelled to live in the periphery or in places that are not in good condition. And all its territoriality and connection with the object and / or territory vanishes.

I believe that these are not the only alternatives to equity, although this is what has happened. How many examples could be given about the preservation of assets linked to a revaluation and refunctionalization?

The center of Salvador, the famous Pelourinho, is inhabited by whom? In 1985, the historic center of the capital of Bahia was overtaken by UNESCO and began to undergo a major readjustment, initially by the Italian architect Lina Bo Bardi, who tried to maintain the local references, but the State intervened and, in the 1990s, defined others goals:

- a) To promote the physical rehabilitation and restoration of the area that takes into account its economic potential for the city and the metropolitan region;
- b) To promote the conditions for a sustainable preservation through the development of economic activities (NOBRE, 2003, p. 6, our translation).

Thus, the population, gradually, due to the pressure exerted by the changes introduced, was moved to other areas. At the same time, owners, merchants and, especially tourists, were awarded such benefits that included the arrival of hotel chains, refunctionalization of houses for trade, creation of themed tourist itineraries, carnival, etc.

Who visits the Soteropolitan center today can clearly see the local people? Can the natives of the city have the same relation to the place as they had before? By the observations of my research no. The center has become a showcase for the sale of the "Bahian culture", but bahians themselves are excluded from their identity. For example, those who go to the "terça da benção" in the Church of Our Lady of the Rosary of the Blacks in the Pelourinho are more tourists than the practitioners of the religion, the ceremony loses its real meaning and becomes a spectacle with pointed cameras and conversations during the celebration, which theoretically would be marked by prayers and silences. Meneses (2009) explains the difference of the relation of the patrimony with the tourists and inhabitants "[...] for the tourists, the activity they perform turns out to be deterritorialized, separated from their daily life, even opposing it, since it is detached from habituality" (p. 27, *our translation*).



The relation between citizens and their heritage, with their place, is existential, is topofilic (TUAN, 1980), is composed of memories and constitutes its own identity. This bond should not be broken, tourism is important, but must preserve all immaterial relations.

However, it is important to look at the future, in what concerns tourism and the daily life of a certain locality, it is necessary that the tourist space be able to dialogue with the daily life of the city (YÁZIGI, 2002).

For this, a solution is needed to keep alive the locality and its territorialities and a less aggressive tourism, deconstructing the façade and monumental ideas related to a totally globalized tourism (SASSEN, 1998). As concrete action, it is possible to structure a tourism that is built from a local scale, respecting its peculiarities and guaranteeing the development. After all, the territorialities, the rooting and the symbolic can also become attractive to the tourist.

Tourism can take a new path as proposed by Molina (2011), which he calls "creative tourism", without competitiveness and being more integrated with other sectors of the economy and society. Thus, we would also have a more fluid and cohesive territory and not fragmented and selected. In order to answer the question of the title, it is possible to conceive a heritage preservation that guarantees the memory of the city and the population together with a planned and non-fleeting tourism that seeks only capital, since culture and identity can become attractive too.

## Referências/References

- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.
- CANCLINI, N. G. Sociedade sem relato. Antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2012.
- CARLOS, A. F. A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade, São Paulo: FFLCH, 2007.
- CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999.
- DEBORD, G. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. Territorialità, SviluppoLocale, Sostenibilità: Il modelo SLoT. Milão, Franco Angeli, 2005.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- LEFEBVRE, H. La producción de espacio. Madri: Capitán Swing Libros, 2013.
- MENDES, Luís. Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 479-512, mai./ago. 2017.
- MOLINA, S. Turismo creativo. El fin de la competitividad. Santiago: Escritores, 2011.



- MENEZES, U. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, vol. 1, p. 25-39, 2009
- NOBRE, A. C. E. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: ANAIS DO X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10. Belo Horizonte, 2003. Em CD.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SILVA, C. H. C. da. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. In: Geografia Ensino & Pesquisa, v. 16, n.2, p. 47 - 63, maio/ago. 2012.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- TUAN, Y- F. Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: YAZIGI, E. (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.



## African American Heritage on the Texas Tourist Trail

VELVET NELSON

Sam Houston State University - EUA

vnelson@shsu.edu

### ABSTRACT

African Americans are a growing tourist market in the United States. In an initial study conducted in 2010, market research firm Mandala Research found that African American tourists accounted for an expenditure of 48 billion U.S. dollars. In the follow-up study that was conducted eight years later, that number had increased to 63 billion U.S. dollars. Additionally, 64 percent of these tourists consider the availability of African American cultural and heritage attractions when choosing a destination (Temblador, 2018).

Tourism stakeholders are beginning to recognize the potential benefits of targeting this market, but research on African American tourism is limited (Carter, 2008). The vast majority of existing studies have particularly focused on topics related to the slave trade and to slavery. This includes roots tourism from and tourism related to the African diaspora in the United States as well as countries such as Brazil (see Bellagamba, 2009; Bruner, 1996; de Santana Pinho, 2008), slavery heritage as a part of the growing dark tourism phenomenon (see Boateng and Hinson, 2018; Mowatt and Chancellor, 2011), and - especially in the context of the U.S. South - the presence or absence of slavery heritage in tourism to plantation homes and properties (see Alderman and Campbell, 2008; Bright and Carter, 2016; Butler, 2001; Buzinde and Santos, 2009; Eichstedt and Small, 2002, among others).

In recent years, scholars have called for greater representation of the role of slavery and the contributions of the enslaved, not only at plantations but at a multitude of heritage sites across the United States (Gallas and DeWolf Perry, 2014), including small farms or commercial centers. However, little academic attention has thus far been given to the many and diverse sites that are significant to and/or represent African American heritage beyond slavery across the country. Nonetheless, these heritage sites are recognized in the tourist literature for many places across the country (e.g. Vermont and Washington, D.C.) but particularly states in the U.S. South (e.g. Alabama, Florida, Louisiana, and Texas).

In the case of the state of Texas, the Texas Historical Commission initiated the Texas Heritage Trails Program in 1998, with an emphasis on regional experiences within this large U.S. state (Al Rabady, 2006). The commission subsequently identified fourteen primary themes, and numerous sub-themes, that could be explored within and across the state's ten regions. Within the broad cultural heritage theme, African American



heritage is recognized. This theme begins with the arrival of enslaved Africans in the state through the end of the era of segregation in the state and country. One hundred ten sites across all of the state's heritage regions comprise this theme. These sites range from places that have and continue to serve local communities like African American churches, community centers, schools, and hospitals to places commemorating and interpreting topics for broad audiences like monuments, museums, and parks (Texas Historical Commission, 2019).

This study seeks to address the gap in the literature by examining this diverse range of African American heritage sites identified in and advertised by the Texas Heritage Trails Program. It particularly seeks to consider the varied nature of these sites as well as the relationship between heritage preservation and tourism at these sites. This relationship is not easily characterized. The majority of sites are non-profit institutions. However, some depend on tourists' visitation fees, space rentals for events, etc. for their maintenance, whereas others experience little in the way of tourist visits or receive little income from tourism. Instead, their primary function continues to be serving their community.

The first stage of research consists of analysis of the information provided about the African American heritage sites on the tourist trail to consider the type of site, the representation of this heritage, and the extent to which tourism to the site is promoted. Data is derived from three primary sources: the contextual information provided in the *African Americans in Texas: A Lasting Legacy* travel guide (i.e. a booklet available in print or by download, Texas Historical Commission, 2016), the descriptions of the 110 sites provided on the Texas Heritage Trails Program website (Texas Historical Commission, 2019), and the descriptions provided on the individual heritage sites' websites (see, for example, Six Square, 2019). Thematic narrative analysis is used to analyze the resulting data. In this method, an inductive approach allows the researcher to derive themes from detailed readings of the data as opposed to a priori expectations (Thomas, 2006). Thus, the procedure begins with content analysis to become familiar with the data and to identify key themes. This iterative process involves descriptive codes from the data, establishing reliability, tracking frequencies, and organizing codes into categories. This then provides the basis for more in-depth readings to understand the contexts of categories, establish significant themes, and consider the narrative structure of content.

The second stage of research involves a survey of site managers. Questions seek to provide further understanding of the nature of these diverse African American heritage sites. This stage of the research more specifically considers the relationship between heritage preservation and tourism. This includes the extent of tourist visits the sites receive as well as the extent to which tourism is significant to the preservation of heritage at the site. Likert scale questions as well as open-ended questions are



included, and content analysis is used to examine and categorize qualitative responses.

Due to the timing of the researcher's academic year, this work is in progress at the time of submission. The study will be completed during the researcher's summer class break (i.e. May through August).

## References

Alderman, D.H. and Campbell, R.M. (2008). Symbolic excavation and the artifact politics of remembering slavery in the American South: Observations from Walterboro, South Carolina. *Southeastern Geographer*, 48(3), 338-355.

Al Rabady, R.I. (2006). Historic preservation and heritage tourism in Texas: An integrated approach to sustainable heritage management (Unpublished doctoral dissertation). Texas A&M University, College Station, Texas.

Six Square. (2019). Cultural preservation. *Austin's Black Cultural District*. Available at <https://www.sixsquare.org>.

Bellagamba, A. (2009). Back to the land of roots. African American tourism and the cultural heritage of the River Gambia. *Cahiers d'Études Africaines*, 193-194, 453-476.

Boateng, H., Okoe, A.F. and Hinson, R.E. (2018). Dark tourism: Exploring tourist's experience at the Cape Coast Castle, Ghana. *Tourism Management Perspectives*, 27, 104-110.

Bright, C.F. and Carter, P. (2016). Who are they? Visitors to Louisiana's River Road plantations.

*Journal of Heritage Tourism*, 11(3), 262-274.

Bruner, E.M. (1996). Tourism in Ghana: The representation of slavery and the return of the

black diaspora. *American Anthropologist*, 98(2), 290-304.

Butler, D.L. (2001). Whitewashing plantations. *International Journal of Hospitality & Tourism*

*Administration*, 2(3-4), 163-175.

Buzinde, C.N. and Santos, C.A. (2009). Interpreting slavery tourism. *Annals of Tourism Research*, 36(3), 439-458.

Carter, P.L. (2008). Coloured places and pigmented holidays: Racialized leisure travel. *Tourism Geographies*, 10(3), 265-284.

de Santana Pinho, P. (2008). African-American roots tourism in Brazil. *Latin American Perspectives*, 35(3), 70-86.

Eichstedt, J. and Small, S. (2002). *Representations of slavery: Race and ideology in southern*

*plantation museums*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press.

Gallas, K.L. and DeWolf Perry, J. (2014). Comprehensive content and contested historical narratives. In K.L. Gallas and J. DeWolf Perry (Eds.), *Interpreting slavery at museums and historic sites* (1-20). Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.



Mowatt, R.A. & Chancellor, C.H. (2011). Visiting death and life: Dark tourism and slave castles.

*Annals of Tourism Research*, 38(4), 1410-1434.

Temblador, A. (2018). African American travelers spent \$63 billion in 2018.

*Travel Pulse*. Available at

<https://www.travelpulse.com/news/features/african-american-travelers-spent-63-billion-in-2018.html>.

Texas Historical Commission. (2019). African American Heritage. *Texas Time Travel*. Available at <https://texastimetravel.com/travel-themes/main-african-american-heritage>.

----- (2016). *African Americans in Texas: A Lasting Legacy travel guide*.

*Texas Time Travel*. Available at

<http://www.thc.state.tx.us/public/upload/publications/african-american-booklet.pdf>.

Thomas, D.R. (2006). A general inductive approach for analysing qualitative evaluation data. *American Journal of Evaluation*, 27(2), 237-246.



Tourist companies  
and the  
commercialization  
of space

# EMPRESAS TURÍSTICAS E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

Eixo Temático 5

Thematic Axe 5





# **Turismo em Unidades de Conservação na Amazônia Legal brasileira: uma análise sobre a mercantilização dessas áreas**

## **Tourism in Brazilian Legal Amazon Conservative Units: an analysis about the area's mercantilization**

ABEL POJO OLIVEIRA  
Universidade de São Paulo  
abelpojo@yahoo.com.br

### **RESUMO**

#### **1- Introdução**

A instituição de espaços protegidos por lei com as finalidades de preservação e conservação da natureza tem se tornado bastante significativa nos últimos anos. Dentre esses espaços, no Brasil, destacam-se as Unidades de Conservação (UC's), que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC são o

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

No território brasileiro existem 2201 UC's, perfazendo 2.544.917 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 30% do mesmo<sup>53</sup> (CNUC/MMA, 2018). Entretanto, é preciso relativizar esses números, pois metade desse total, 1.293.435 km<sup>2</sup>, corresponde a Áreas de Proteção Ambiental, categoria muito similar, nas suas práticas de conservação, a áreas não protegidas. Além disso, 962.407 km<sup>2</sup> do território total de UC's se localiza em ambiente marinho.

As UC's são divididas em dois grupos: Proteção Integral (PI) e Uso Sustentável (US), subdivididas em 12 categorias de manejo (BRASIL, 2000). Ao analisar cada uma dessas, percebe-se que a visitação é admitida em todas, cabendo restrições maiores na Reserva Biológica e na Estação Ecológica.

A primeira UC oficialmente criada no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia, no ano de 1937, o qual já trouxe dentre os seus objetivos de criação a atividade turística. Entretanto, o espaço normativo para essa atividade em UC's surge claramente com a ideia de zoneamento a ser realizado na elaboração dos planos de manejo, que em território brasileiro passou a ser normatizada a partir do Regulamento de Parques Nacionais (BRASIL, 1979).

Deste modo, pensar e implementar o turismo em UC's, considerando seus objetivos de conservação, é um dos temas que traz desafios para os responsáveis pela criação e gestão dessas áreas, para as pessoas que vivem

---

<sup>53</sup> Estes dados não incluem as Terras Indígenas, Terras de Quilombo e outros espaços legalmente protegidos por lei no país.



em seu interior e entorno, bem como para as diversas instituições e grupos que se dedicam ao apoio de sua gestão.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar quais os agentes que estão divulgando e comercializando o turismo nas Unidades de Conservação (UC's) da Amazônia Legal (AL) brasileira, bem como qual o tipo de turismo que está sendo proposto para este território pelos mesmos.

Para tanto, optou-se por trabalho de gabinete, onde além de revisão bibliográfica, foram realizadas pesquisas na internet sobre agentes que divulgam e comercializam o turismo em UC's na AL, os quais foram organizados a partir de duas perspectivas: 1) os que prestam informações para quem deseja planejar por conta própria a sua viagem; 2) os que vendem pacotes para pessoas que desejem terceirizar o planejamento de sua viagem.

A relevância deste estudo consiste na importância em compreender quem são os agentes que estão apropriando-se desses espaços com fins a sua mercantilização, bem como se os aspectos voltados a conservação dessas áreas, motivo maior de sua criação, estão presentes nas proposições de turismo nessa UC's.

## **2- Resultados e discussão**

Durante o levantamento de dados, não foram localizados números consolidados sobre as UC's da Amazônia Legal, havendo apenas sobre o Bioma Amazônia. Diante disso, optou-se por organizar essas informações a partir da base de informações do CNUC/MMA (2018).

Identificou-se que das 2201 unidades de conservação brasileiras, 399 estão localizadas na AL, somando 1.409.630 Km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 55% do total do território protegido por UC's no Brasil. A administração dessas áreas está sob a responsabilidade, sobretudo, do governo federal, seguido pelo estadual e municipal, com 51%, 42% e 07%, respectivamente.

Constatou-se que os principais agentes de divulgação e comercialização do turismo em UC's na AL são o poder público, as organizações não governamentais ligadas ao turismo de base comunitária, os sites de viagens e as operadoras de turismo.

Considerando (1) as instituições que prestam informações para quem deseja planejar por conta própria a sua viagem, investigou-se os sites do Ministério do Meio Ambiente - MMA, do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade - ICMBio, do Ministério do Turismo - MTur, dos órgãos estaduais do turismo e também daqueles responsáveis pela gestão das UC's em cada estado da AL. Buscou-se ainda informações no site de viagens TripAdvisor<sup>54</sup>, bem como consultou-se a Rede de Turismo Comunitário da América Latina - Redturs<sup>55</sup>.

Em relação (2) aos que vendem pacotes turísticos para pessoas que desejem terceirizar o planejamento de sua viagem, investigou-se as

---

<sup>54</sup> [www.tripadvisor.com](http://www.tripadvisor.com)

<sup>55</sup> [www.redturs.org](http://www.redturs.org)



operadoras de turismo<sup>56</sup>, por meio da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo - Braztoa<sup>57</sup>. Dentre as mais de 90 operadoras, foram visitadas as páginas das 30 que atuam no segmento Ecoturismo, e identificou-se que destas, apenas 11 comercializam roteiros na AL.

O resultado dessas investigações pode ser observado no quadro 01, abaixo.

**Quadro 01 – Quadro síntese do levantamento de UC's divulgadas e comercializadas na Amazônia Legal brasileira**

UF	Unidade de Conservação	Buscam informações (ocorrências)			Contratam (ocorrências)
		Órgãos Públicos	TripAdvisor	Redturs	Operadoras
AC	PN Serra do Divisor	01			
AM	PN Anavilhanas	02	01	01	06
	RDS Mamirauá	01		01	01
	PN Jaú / PE Serra de Aracá / APA Mariuá / PE Rio Negro Setor Norte / RDS Mul. Pompadour			01	
AP	PN Montanhas do Tumucumaque	01			
MA	PN Chapada das Mesas	02	01		02
MT	PN Chapada dos Guimarães	03	01		04
	PE Cristalino	01			01
	PN Pantanal Matogrossense		01		01
PA	APA Algodoal – Maiandeuá		01	01	
	APA Marajó	02			07
	Flona Tapajós	02	01	01	02
	Resex Maracanã / Resex Marinha de Soure / Resex Tapajós-Arapiuns			01	
RO	Parque Natural Municipal de Porto Velho	01	01		
RR	PN Monte Roraima	02	01		
	PN Viruá	01			
TO	APA Serra do Lajeado	01		01	
	PE Jalapão	02	01		08

<sup>56</sup> Empresas responsáveis por elaborar roteiros que serão comercializados nas agências de viagem.

<sup>57</sup> Associação que congrega mais de 90 operadores, que comercializam mais de 90% das viagens do mercado brasileiro ([www.braztoa.com.br](http://www.braztoa.com.br)).



APA Ilha do Bananal / APA Lago de Palmas / APA Serra da Tabatinga / APA Jalapão / APA Serra do Estrondo / ESEC Serra Geral do Tocantins / PE Cantão / PN Araguaia / PE Lajeado / PN Nascentes do Rio Parnaíba / RPPN Bela Vista / RPPN Sítio Ecológico Monte Santo	01			
--	----	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se no quadro que do universo de 399 UC's da AL, apenas 36, ou seja, cerca de 10% recebe algum nível de divulgação de informações voltadas aos turistas que desejem visitá-las. As UC's do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima são as menos divulgadas.

A maior parte das informações está disponibilizadas pelos órgãos públicos, notavelmente o MTur, ICMBio e órgãos estaduais de turismo, que divulgam 26 UC's. A promoção é vinculada basicamente ao valor de conservação dessas áreas e consistem em imagens, dados sobre a biodiversidade, atrativos turísticos e o contato do órgão gestor. Merece menção o Estado do Tocantins, que propõe quatro roteiros que integram 15 UC's diferentes.

No site da TripAdvisor, são nove as UC's divulgadas. Além da localização/ acesso e imagens, as demais informações apresentadas são variáveis, sempre construídas a partir de avaliações/comentários de pessoas que já visitaram o local. Sugestões de lugares a visitar, restaurantes e meios de hospedagem são as mais frequentes, porém, o site também comercializa passeios e pacotes executados por terceiros. Não se notou a proposição de um tipo de turismo específico, sendo o conteúdo mais voltado para os atrativos e dicas logísticas para visitá-los.

A Redturs disponibiliza as seguintes informações para cada uma das 11 UC's que divulga: localização e acesso; ecossistema; atrativos, atividades e serviços turísticos; objetivos da organização; e contato para solicitar orçamento e reservas. Os conteúdos sempre ressaltam aspectos da natureza e cultura locais, dentro de uma proposta de turismo de base comunitária.

São nove as UC's comercializadas nos pacotes das operadoras. Essas 11 empresas estão sediadas basicamente nos estados de São Paulo (05), Rio de Janeiro (03), Paraná (02) e Minas Gerais (01). A maioria dos pacotes é de sete dias, custando, em média, entre três e quatro mil reais. O roteiro mais curto e de menor preço é o de quatro dias para o PN Chapada das Mesas (MA), por R\$ 1.580,00. O de maior tempo e valor é de sete dias para o PE Jalapão (TO), por R\$ 7.223,00. O custo é para uma pessoa partindo de Imperatriz e Palmas, respectivamente.

O único roteiro que inclui a apresentação do histórico da UC e contato com pesquisas sobre a área é a RDS Mamirauá. Nas outras os principais atrativos são os naturais: banho de rio, cachoeiras, praias, trilhas, observação de pássaros, interação com botos, pesca de piranhas e passeios



embarcados. No aspecto cultural observou-se a visita a comunidades, muitas vezes associada a produção/comercialização de artesanato.

## **ABSTRACT**

### **1 - Introduction**

The institution of law protected spaces for the purposes of preservation and conservation of nature has become quite significant in recent years. Among these areas, in Brazil, the most important are the Unidades de Conservação (UCs - Conservation Units), which according to the Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - National System of Conservation Units) are the

Territorial space and its environmental resources, including jurisdictional waters, with relevant natural characteristics, legally established by the Government, with conservation objectives and defined limits, under a special administration regimen, to which adequate protection guarantees are applied (BRASIL, 2000).

In Brazilian territory there are 2201 UCs, totalizing 2,544,917 km<sup>2</sup>, which represents about 30% of it (CNUC / MMA, 2018). However, these numbers need to be relativized, since half of this, 1,293,435 km<sup>2</sup>, corresponds to Environmental Protection Areas, a category very similar in its conservation practices to unprotected areas. In addition, 962,407 km<sup>2</sup> of the total territory of UCs is in a marine environment.

The UCs are divided into two groups: Integral Protection (IP) and Sustainable Use (US), subdivided into 12 management categories (BRASIL, 2000). When analyzing each one of these, it is noticed that the visitation is admitted in all of them, with higher restrictions in the Biological Reserve and in the Ecological Station.

The first UC officially created in Brazil was the National Park of Itatiaia, in 1937, which already brought the tourism activity amongst its creation objectives. However, the normative space for this activity in UCs clearly arises with the idea of zoning to be carried out in the elaboration of management plans, which in Brazilian territory has been regulated by the National Parks Regulations (BRASIL, 1979).

In this way, thinking about and implementing tourism in UCs, considering its conservation objectives, is one of the subjects that presents challenges for those responsible for creating and managing these areas, for people living in their interior and surroundings, as well as for the diverse institutions and groups that are dedicated to the support of its management.

In this context, the general objective of this study is to analyze which agents are promoting and marketing tourism in the Conservation Units (UCs) of the Brazilian Legal Amazon (LA), as well as the type of tourism being proposed for this territory by themselves.

In order to do so, a desk research was adopted in addition to a bibliographic review, and Internet surveys were conducted on travel agents that publicize and commercialize tourism to UCs in LA, which were organized



from two perspectives: 1) those who provide information for those who want to plan their trip on their own; 2) those who sell packages to people who wish to outsource their trip planning.

The relevance of this study is the importance of understanding who are the agents that are appropriating these spaces for their commercialization purposes, as well as to check if the aspects aimed at the conservation of these areas, the major reason for their creation, are present in tourism propositions in this UC's area.

## **2 - Results and discussion**

During data collection, no consolidated numbers were found on the UC's of Legal Amazon, existing only on the Amazon Biome. Given this, it was decided to organize this information from the information base of the CNUC / MMA (2018).

It was identified that of the 2201 Brazilian conservation units, 399 are located in the LA, totaling 1,409,630 Km<sup>2</sup>, or about 55% of the total protected territory of UC's in Brazil. The administration of these areas is responsibility of federal government mainly, followed by the state and county, with 51%, 42% and 07%, respectively. It has been found that the major tourism promotion and marketing agents of UCs in LA are the public power, non-governmental organizations linked to community-based tourism, travel sites and tourism operators.

Considering<sup>58</sup> the institutions that provide information to those who wish to plan their own trip, we have investigated the websites of the Ministério do Meio Ambiente (Ministry of Environment – MMA), the Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation – ICMBio), the Ministério do Turismo (Ministry of Tourism – MTur), state tourism agencies and also those responsible for the management of UCs in each state of LA. Information was also sought on TripAdvisor<sup>59</sup> trip website, as well as the Rede de Turismo Comunitário da América Latina (Latin American Community Tourism Network – Redturs<sup>60</sup>) was consulted.

In relation to those who sell tour packages to people who wish to outsource their trip planning, tour operators<sup>61</sup> were investigated, through the Brazilian Association of Tour Operators - Braztoa<sup>62</sup>. Among more than 90 operators, websites of 30 of them that operate in the Ecotourism segment were visited, and it was identified that among these, only 11 commercialized travel itineraries in Latin America.

---

<sup>58</sup> This information do not include those about the indigenous lands, Quilombola lands and other lands legally protected by the country laws.

<sup>59</sup> [www.tripadvisor.com](http://www.tripadvisor.com)

<sup>60</sup> [www.redtours.org](http://www.redtours.org)

<sup>61</sup> Companies responsible for developing travel itineraries that will be marketed in travel agencies.

<sup>62</sup> Association that congregates over 90 travel operators, who commercialize more than 90% of the trips in Brazilian market. ([www.braztoa.com.br](http://www.braztoa.com.br)).



The results of these investigations can be seen in table 1, below.

**Table 1 - summary table of UCs disclosed and marketed in the Brazilian Legal Amazon**

UF	Conservation Units	Those who provide information (occurrences)			those who sell tour packages (occurrences)
		public agencies	<i>TripAdvisor</i>	<i>Redturs</i>	Operators
AC	PN Serra do Divisor	01			
AM	PN Anavilhanas	02	01	01	06
	RDS Mamirauá	01		01	01
	PN Jaú / PE Serra de Aracá / APA Mariuá / PE Rio Negro Setor Norte / RDS Mul. Pompadour			01	
AP	PN Montanhas do Tumucumaque	01			
MA	PN Chapada das Mesas	02	01		02
MT	PN Chapada dos Guimarães	03	01		04
	PE Cristalino	01			01
	PN Pantanal Matogrossense		01		01
PA	APA Algodual – Maiandeuá		01	01	
	APA Marajó	02			07
	Flona Tapajós	02	01	01	02
	Resex Maracanã / Resex Marinha de Soure / Resex Tapajós-Arapiuns			01	
RO	Parque Natural Municipal de Porto Velho	01	01		
RR	PN Monte Roraima	02	01		
	PN Viruá	01			
TO	APA Serra do Lajeado	01		01	
	PE Jalapão	02	01		08



APA Ilha do Bananal / APA Lago de Palmas / APA Serra da Tabatinga / APA Jalapão / APA Serra do Estrondo / ESEC Serra Geral do Tocantins / PE Cantão / PN Araguaia / PE Lajeado / PN Nascentes do Rio Parnaíba / RPPN Bela Vista / RPPN Sitio Ecológico Monte Santo	01			
--	----	--	--	--

Source: prepared by the author

It can be observed in the chart that only 36 out of the 399 Legal Amazon UC's, about 10% of it, receives some level of information dissemination aimed at tourists who wish to visit them. Acre, Amapá, Rondônia and Roraima are the least known.

Most of the information is available from public agencies, notably the MTur, ICMBio and state tourism agencies, which disseminate 26 UC's. The promotion is basically related to the conservation value of these areas and consists of images, data on biodiversity, tourist attractions and the contact of the managing agency. The State of Tocantins deserves a mention, as its managing agency proposes four travel itineraries that integrate 15 different UC's.

On TripAdvisor's website, nine UC's are reported. In addition to location / access and images, the other information presented is variable, always constructed from the reviews / comments of people who have visited the place. Suggestions of places to visit, restaurants and lodging are the most frequent, however, the website also sells tours and packages executed by third parties. We did not notice the proposition of a specific type of tourism, with the content being mostly about attractive and tips to visit them.

Redturs provides the following information for each of the 11 UCs it disseminates: location and access; ecosystem; attractions, activities and tourist services; objectives of the organization; and contact to request travel budgets and reservations. The contents always emphasize aspects of the local nature and culture, within a proposal of community-based tourism.

There are nine UCs publicized in the operators' packages. These 11 companies are basically based in the States of São Paulo (05), Rio de Janeiro (03), Paraná (02) and Minas Gerais (01). Most packages are seven days long, costing on average between three and four thousand reais. The shortest and lowest price route is the four-day route to Chapada das Mesas (MA), for R\$ 1,580.00. The most expensive and extensive is the seven-day trip to Jalapão PE (TO), costing R\$ 7,223.00. The cost is for one person departing from Imperatriz and Palmas, respectively.

The only itinerary that includes the presentation of the UC's history and contact with research on area is the Mamirauá RDS. In the others the main attractions are the natural ones: river bath, waterfalls, beaches, trails, bird



watching, interaction with dolphins, piranha fishing and boat trips. In the cultural aspect it was observed the visit to communities, often associated with the production / commercialization of handicrafts.

## **Referências/References**

BRASIL. Decreto n. 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Presidência da República - Casa Civil, Brasília, DF, 1979.

BRASIL. **Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República - Casa Civil, Brasília, DF, 2000CNUC/MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**: dados consolidados. Atualizado em 01 jul 2018. Disponível em:

<

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJlNzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJiMjY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZyZmNDY3NTJmMDNlNCIsImMiOiJF9>>. Acesso em: 02 fev 2019.



## **A coexistência entre o turismo de base comunitária e o turismo convencional em comunidade indígena: a ironia da complexidade do turismo**

### **The coexistence of community-based tourism and conventional tourism in the indigenous community: the irony of the tourism's complexity**

ANA ROSA GUIMARÃES BASTOS PROENÇA  
Universidade de São Paulo  
anarosaproenca@usp.br

## **RESUMO**

### **Introdução**

Irving (2009) em seu famoso e, talvez, um dos artigos mais lidos pelos estudantes de turismo que iniciam a pesquisa em Turismo de Base Comunitária (TBC), intitulado “Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?”, nos convidava em 2009 a refletir sobre a até então nova perspectiva de turismo no Brasil. Esta, se consolidou brevemente por meio do Ministério do Turismo, num cenário de um passado recente, onde a política governamental se apropriava e transformava em política pública um movimento exponents na América Latina desde 1980 e no Brasil a partir de 1990 (MALDONADO, 2009).

Em seu texto, Irving (2009) delinea seis premissas para alcançar a inovação na área por meio do TBC: i) a base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; ii) participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; iii) escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; iv) geração de benefícios diretos à população local; v) afirmação cultural e interculturalidade; vi) o encontro como condição essencial.

Desde essa produção até atualmente, diversas foram as iniciativas de TBC que surgiram pelo Brasil, inovando na área e se fundamentado no desenvolvimento alternativo, como por exemplo: a Prainha do Canto Verde e o Assentamento Coqueirinho no Ceará; nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; em contexto urbano em áreas periféricas de São Paulo e Rio de Janeiro; em contexto rural de agroturismo como a Acolhida na Colônia em Santa Catarina; em territórios indígenas no Amazonas, Pará, Mato Grosso, São Paulo, entre outros. Cada contexto, buscou implementar sua base endógena e se fortalecer enquanto um destino com iniciativas de TBC visando o desenvolvimento local.

Atualmente, a pergunta de Irving foi respondida: sim, é possível inovar. Porém, com o desenrolar dessa forma de atividade turística, surgem outras indagações e outros fenômenos decorrentes do seu avanço, como a rivalidade entre o turismo convencional versus turismo de base comunitária. Qual o



limite entre eles? A divisão entre ambas não ocorre mais pela literatura do que pela prática? Podem elas coexistir em um mesmo território?

Para desenvolver essa discussão, tem-se como locus de pesquisa uma comunidade indígena em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, na qual em campo, se identificou a existência tanto do turismo de base comunitária e do turismo convencional, trazendo o incomodo de até que ponto a literatura pode nos levar a ver e exaltar apenas uma das faces do turismo no local.

### **Problema de pesquisa, Objeto e Objetivos**

Diante desse cenário, retoma-se a problemática apresentada sobre os novos desafios frente as iniciativas de TBC em andamento com o seguinte problema: Como o turismo de base comunitária e o turismo convencional coexistem em um mesmo território? Quais as divergências frente a teorias? Assim, tem-se como objetivo analisar como o turismo de base comunitária e o turismo convencional coexistem em um mesmo território.

Tem-se como objeto de pesquisa a Comunidade Indígena Nova Esperança (Amazonas) localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista. A pesquisa tem caráter qualitativo, com pesquisa de campo realizada entre julho a setembro de 2018, utilizando-se de técnicas como moradia na comunidade durante o período do campo, observação participante, diário de campo e utilização de entrevista em profundidade por meio de roteiro semiestruturado com indígenas de Nova Esperança e parceiros para o desenvolvimento turístico local como órgãos governamentais e não-governamentais e agência de viagem.

A 81 km da capital Manaus, a comunidade é formada predominantemente pela etnia Baré, vinda da região do Alto Rio Negro e que hoje possui cerca de 30 famílias. Esta, começou a receber pequenas embarcações de turistas no início dos anos 2000 e adentrou efetivamente o circuito do turismo convencional entre 2005 a 2010 por conta do cruzeiro fluvial em sua rota no Amazonas. Os barcos com turistas do cruzeiro aportavam na comunidade todas as quartas com cerca de 150 pessoas.

As principais demandas para que acontecesse o turismo na comunidade eram: a limpeza da comunidade, a caracterização de 'índio', as vezes solicitada a representação da dança 'dabacuri' e a venda de artesanato. Não havia pagamento pelo uso do território, preparação para receber os turistas e nem pela caracterização, sendo a contrapartida uma suposta garantia de que os turistas comprariam os artesanatos. Esse formato de receptivo turístico é comum em núcleos e comunidades indígenas na área rural de Manaus vinculado ao turismo convencional intermediado por agência de viagens (embarcações turísticas).

Com o fim do contrato com o navio, as lideranças buscaram desenvolver um turismo mais participativo. Devido os conflitos fundiários na RDS, que até 2014 era delimitada como Parque Estadual, havia forte presença de instituições ambientais nessa área protegida, sendo o principal nessa área o



Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). A comunidade em 2010 recorreu a esse Instituto para se organizarem por um turismo mais participativo nas tomadas de decisões, já que ele era uma das atividades econômicas desordenadas que ocorriam dentro do Parque Estadual e discutidas pelas instituições governamentais e não-governamentais (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS; WORLD WIDE FUND FOR NATURE; CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÕES DO AMAZONAS, 2010).

Assim, em 2010, a comunidade começou a receber oficinas sobre turismo em Unidade de Conservação e sobre turismo de base comunitária do IPÊ. Em 2011, houve um planejamento participativo para a organização do turismo de base comunitária. E em 2012, começou a fazer parte de uma rede de turismo comunitário no Baixo Rio Negro chamado Roteiro TUCORIN.

O Roteiro TUCORIN intermediava a ida dos turistas para as comunidades. Acontece que o Roteiro era fomentado por uma organização não-governamental e com o fim dos recursos e sem possibilidade de manter a pessoa responsável, o Roteiro se fragilizou ficando a comunidade com um fluxo de baixo a nulo de turistas de TBC, continuando porém, o fluxo de turistas de agências de turismo convencionais.

### **Resultados alcançados**

A estrutura da visita convencional segue a criada pelo TBC, sendo uma versão curta e demonstrativa dos lugares da comunidade e das respectivas funcionalidades de cada local que foca muito no modo de vida atual. Das atividades, se destacam as que estão em ambos os tipos de turismo: comprar artesanato, visitar a escola e a biblioteca, farinhada e trilha (para ambos quando solicitado previamente), alimentação no restaurante comunitário (apenas alguns caso do Convencional), futebol na comunidade final da tarde, festas de lazer e religiosas (quando há turistas nessas ocasiões), pagamento por ir a comunidade e autorização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável para licença a agências de viagens e turistas. Identificou-se que o banho de rio, canoagem, oficina de artesanato e alojamento em casa de comunitário ocorrem apenas no TBC. Quanto ao ritual dabacuri, ocorre apenas em datas comemorativas ou de atividade de lazer da comunidade, ou para apresentação a autoridades que visitam a comunidade, por exemplo.

Nesse processo, se identificou duas características essenciais que dão base para que ambos os turismos ocorram no mesmo território sem um caráter exploratório: a dominialidade e organização comunitária. A dominialidade e organização comunitária são indicadores de desenvolvimento do turismo comunitário (FABRINO, 2018).

A primeira está relacionada ao grau de domínio da comunidade na propriedade, gestão e mão-de-obra. Nela são identificados se os empreendimentos ou serviços turísticos na comunidade são da população local e se são geridos pelos mesmos, qual o tipo de propriedade e de gestão como particular ou coletivo, se existe registro de posse, se há concentração



dos empreendimentos em poucas famílias e se a mão de obra é da própria comunidade (FABRINO, 2018).

A segunda está relacionada na consolidação do TBC em termos de organização interna e articulação externa. Nela são identificados se existe alguma organização via associação por exemplo, e se sim, quem são os membros, se participam das reuniões, se a associação é formal e regularizada, qual o impacto da associação para o desenvolvimento local, se existe mais de uma organização e qual sua área de atuação, se existem apoios externos em questões políticas, logísticas e financeiras e se integram alguma Rede, Fórum, Conselho, etc, relacionado o turismo e/outras temáticas que o perpassem (FABRINO, 2018).

Em Nova Esperança se identificou todos os fatores acima, com exceção da regularização da Associação da Comunidade e dos Artesãos. Esses indicadores ajudam a ter uma visão mais realista sobre o turismo em geral, e o próprio turismo comunitário, que por vezes tende a ser utópico (FABRINO, 2018; MORAES; IRVING, 2018) ou até mesmo que é romantizando como uma substituição ao turismo de massa em um contexto de uma atividade movida pela economia global. Ou ainda, que o turismo de base comunitária substituiria o convencional e todas as contradições que pairam sobre o turismo sumiriam (MORAES; IRVING, 2018). O que se constatou é que ele não substituiu o turismo convencional na comunidade, pelo ao contrário, ambos existem e coexistem, se influenciando e criando outras dinâmicas para um turismo já existente.

É sempre importante lembrar que o turismo apesar de sua aproximação com aspectos sustentáveis, continua sendo uma atividade econômica e que com ela, podem vir junto tanto os problemas quanto os benefícios causados pelo capitalismo. Porém, concorda-se que o TBC por ter um caráter mais ético e sustentável como aponta (MORAES; IRVING, 2018) traz consigo um outro tipo de estrutura sobre como se desenvolve o turismo, beneficiando a população local que recebe tanto o convencional quanto o TBC e que ajuda a reduzir e/ou filtrar a maioria dos problemas que chegariam pelo turismo convencional desordenado como a exploração da cultura indígena via estereótipo do índio do momento da colonização.

O TBC articula as populações e seu território frente as investidas exógenas, pois é recorrente as iniciativas ocorram em contextos onde as “comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência, como a luta pela posse de terra, pela conservação dos recursos naturais, por educação e saúde, etc.” (FABRINO, 2018, p. 325) bem como o contexto do local da pesquisa.

Por fim, tanto o turismo convencional quanto o de base comunitária coexistem em um mesmo território e sua organização (com benefícios a comunidade) está vinculada a estrutura criada pelo turismo de base comunitária, não apenas em termos de visitação como também do domínio e organização interna e externa sobre o modelo e gestão do turismo local. Assim, é importante se atentar a essa complexidade, pois em uma localidade



que ocorre ambos, por conta de uma visão apenas para o TBC, pode-se acabar excluindo da pesquisa o fluxo e as diferentes influências do turismo convencional que também faz parte de determinada realidade sobre o turismo.

## **ABSTRACT**

### **Introduction**

Irving (2009) in his famous and perhaps one of the most read articles by tourism students who initiate research in community-based tourism (TBC) entitled "Reinventing reflection on community-based tourism: is innovation possible?", invited us to 2009 to reflect on the hitherto new perspective of tourism in Brazil. This was briefly consolidated through the Ministry of Tourism, in a scenario of a recent past, where governmental policy appropriated and transformed into public policy an exponent movement in Latin America since 1980 and in Brazil from 1990 onwards (MALDONADO, 2009).

In his text, Irving (2009) outlines six assumptions to achieve innovation in the area through the TBC: i) the endogenous base of the initiative and local development; II) Participation and social protagonism in the planning, implementation, and evaluation of tourism projects; III) Limited scale and controlled social and environmental impacts; iv) generating direct benefits to the local population; V) Cultural affirmation and interculturality; VI) The meeting as an essential condition.

Since this production until now, several were the TBC initiatives that emerged in Brazil, innovating in the area and based on alternative development, for example: The Prainha do Canto Verde and the Coqueirinho settlement in Ceará; In the Amazonas Sustainable Development Reserves; In urban contexts in peripheral areas of São Paulo and Rio de Janeiro; In the rural context of agrotourism as the "Acolhida na Colônia" in Santa Catarina; In indigenous territories in Amazonas, Pará, Mato Grosso, São Paulo, among others. Each context sought to implement its endogenous base and strengthen itself as a destination with TBC initiatives aimed at local development.

Today, Irving's question was answered: yes, it is possible to innovate. However, with the unfolding of this form of tourist activity, other inquiries and other phenomena arising from its advancement arise, such as the rivalry between conventional tourism versus community-based tourism. What's the limit between them? Does the division between the two no longer occur in the literature than by practice? Can they coexist in the same territory?

To develop this discussion, the locus of research is an indigenous community in the Sustainable Development Reserve, in which in the field, the existence of both community-based tourism and conventional tourism was identified, bringing the inconvenience to what extent the literature can lead us to see and exalt only one of the faces of tourism on site.



### **Research problem, Object, and goal**

In this context, the research problems are: How does community-based tourism and conventional tourism coexist in the same territory? What are the differences against theories? Thus, it aims to analyze how community-based tourism and conventional tourism coexist in the same territory.

The Nova Esperança Indigenous Community (Amazonas) is the research object located in the Puranga Conquista Sustainable Development Reserve. The research has a qualitative character, with field research conducted between July and September 2018, using techniques such as community housing during the field period, participant observation, field diary and use of interviews in depth through a semi-structured script with indigenous people of Nova Esperança and partners for local tourism development as governmental and non-governmental agencies and travel agency.

81 km from the capital Manaus, the community is formed predominantly by the ethnic Baré coming from the upper Rio Negro region and which today has about 30 families. This began to receive small boats of tourists at the beginning of the years 2000 and effectively entered the circuit of conventional tourism between 2005 to 2010 on account of the river cruise on its route in Amazonas. Boats with cruise tourists docked in the community every Wednesday with about 150 people.

The main demands for tourism in the community were: the cleanliness of the community, the characterization of 'Indian', sometimes requested the representation of dance 'Dabacuri' and the sale of crafts. There was no payment for the use of the territory, preparation to receive the tourists and not by the characterization, and the counterpart was a supposed guarantee that the tourists would buy the handicrafts. This form of receptive tourism is common in indigenous centers and communities in the rural area of Manaus linked to conventional tourism intermediated by a travel agency (tourist's vessels).

With the end of the contract with the ship, the leaders sought to develop more participative tourism. Due to the land conflicts in the RDS, which until 2014 was delimited as State Park, there was a strong presence of environmental institutions in this protected area, is the main in this area the Institute of Ecological Research (IPÊ). The community in 2010 turns to this Institute to organize itself by a more participative tourism in decision making, since it was one of the disorderly economic activities that occurred within the State Park and discussed by the institutions governmental and non-governmental organizations (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS; WORLD WIDE FUND FOR NATURE; CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÕES DO AMAZONAS, 2010)

Thus, in 2010, the community began to receive workshops on tourism in the Conservation unit and on community-based tourism of IPÊ. In 2011, there was participatory planning for the organization of community-based tourism. And in 2012, he began to be part of a community tourism network in the lower Rio Negro: TUCORIN Route.



The TUCORIN itinerary intermediate the tourists to the communities. It turns out that the itinerary was fostered by a non-governmental organization and with the end of resources and without the possibility of keeping the person responsible, the itinerary was weakened by getting the community with a low to none flow of tourists from TBC, but still the flow of tourists from conventional tourism agencies.

### **Results Achieved**

The structure of the conventional visit follows the created by the TBC, being a short and demonstrative version of the places of the community and the respective functionalities of each site that focuses much on the current way of life. Of the activities, we highlight those that are in both types of tourism: Buy crafts, visit the school and the library, make toasted flour and trail (for both when requested beforehand), food at the Community restaurant (only a few cases of the conventional), soccer in the late afternoon community, leisure and religious parties (when there are tourists on these occasions), payment for going to the community and authorization of the Sustainable Development Reserve for license to travel agencies and tourists. It was identified that the river bath, canoeing, handicraft workshop, and community house accommodation occur only in the TBC. As for the Dabacuri ritual, it occurs only in commemorative dates or leisure activity of the community, or for presentation to authorities who visit the community, for example.

In this process, it was identified two essential characteristics that provide the basis for both type of tourism to occur in the same territory without an exploratory feature: the dominiality and community organization. The dominiality and community organization are indicators of community tourism development (FABRINO, 2018).

The first is related to the degree of Community mastery in property, management, and manpower. It is identified whether the tourism undertakings or services in the community are of the local population and are managed by them, what type of ownership and management as private or collective, if there is a record of possession, if there is a concentration of development in a few families and whether the workforce is of the community itself (FABRINO, 2018).

The second is related to the consolidation of the TBC in terms of internal organization and external articulation. It is identified if there is any organization via association for example, and if so, who are members, if they participate in the meetings, if the association is formal and regularized, what is the impact of the association for local development, if there are more than one organization and its area of expertise, if there are external support in political, logistical and financial matters and are part of some Network, Forum, Council, etc., related to tourism and/or other topics that per pass it (FABRINO, 2018).



In Nova Esperança, all the above factors were identified, with the exception of the regularization of the Association of the community and craftsmen. These indicators help to have a more realistic view of tourism in general, and the Community tourism itself, which sometimes tends to be utopian (FABRINO, 2018; MORAES; IRVING, 2018) or even that is romanticizing as a substitution to mass tourism in a context of an activity driven by the global economy. Or, that community-based tourism would replace the conventional and all the contradictions that hover over tourism would (MORAES; IRVING, 2018). What has been found is that it did not replace conventional tourism in the community, by the contrary, both exist and coexist, influencing and creating other dynamics for existing tourism.

It is always important to remember that tourism despite its approximation with sustainable aspects, remains an economic activity and that with it can come together both the problems and the benefits caused by capitalism. However, it is agreed that the TBC because it has a more ethical and sustainable character as it points out (MORAES; IRVING, 2018) brings with it another type of structure on how tourism develops, benefiting the local population that receives both the conventional and the TBC and that helps to reduce and/or filter most of the problems that would arrive by tourism Conventional disorderly as the exploitation of indigenous culture by Indian stereotype of the moment of colonization.

The TBC articulates the populations and their territory in front of the exogenous advances, because it is recurrent the initiatives occur in contexts where the "communities are already mobilized in other fronts of resistance, such as the struggle for land tenure, for the conservation of Natural resources, education, and health, etc." (FABRINO, 2018, p. 325) as well as the context of the research location.

Finally, both conventional and community-based tourism coexist in the same territory and its organization (with community benefits) is linked to the structure created by community-based tourism, not only in terms of visitation but also of the domain and internal and external organization on the model and management of local tourism. Thus, it is important to pay attention to this complexity, because in a locality that occurs both, because of a vision only for the TBC, one can end up excluded from the research the flow and the different influences of conventional tourism that is also part of a certain reality about tourism.



## Referências/References

FABRINO, Nathália Hallack. Turismo de Base Comunitária: proposição de um instrumento de análise. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro Do; COSTA, Helena Araújo (Eds.). Turismo e Sustentabilidade: verso e reverso. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 309–328.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS, IPÊ; WORLD WIDE FUND FOR NATURE, WWF; CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÕES DO AMAZONAS, CEUC-AM. Plano de Gestão da Reserva Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul: volume I e II. Manaus, 2010.

IRVING, Marta De Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, ROBERTO; SAN SOLO, DAVIS GRUBER; BURSZTYN, Ivan (Ed.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142–161.

MALDONADO, Carlos. O Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, ROBERTO; SAN SOLO, DAVIS GRUBER; BURSZTYN, Ivan (Ed.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25–44.



## The Arctification of Northern Tourism and the simultaneousness of seasons

DIETER K. MÜLLER  
Umea University - Suécia  
roger.marjavaara@umu.se

### ABSTRACT

For a long time, northern environments have attracted travellers from southern regions. Initially this was related to ideas of encountering the edge of the world, the unknown and mystical Ultima Thule, signified by ice and snow (Jacobsen, 1997). Not least during the 19th century, the epoch of polar exploration, media and fiction emphasized adventures in the North as heroic and masculine (Hansson, 2015, 2018). Furthermore, it stereotypically portrayed the North as nature and wilderness, at the same time disregarding the presence of indigenous peoples and other northern populations.

Climate change imply an increased public interest in the Arctic region (Hall & Saarinen, 2010; Müller 2011, 2015). Even media and fiction have recognized the changing Arctic, portraying it increasingly in the context of climate change, but continually stressing its characteristics as a masculine wilderness, frontier and empty space (Hansson, 2015; Loftsdóttir, 2015). The search for adventure in pristine environments has even been upheld by modern tourism and travel (Jacobsen, 1997) identifying northern destinations as desirable playgrounds for southern urbanites (Pedersen & Viken, 1996). The constant availability of Arctic issues in media has triggered new interests when it comes to tourist demand. Hence, Lemelin, Dawson, Stewart, Maher, and Lück (2010) claim that the contested Arctic region increasingly attracts tourists utilizing the last chance to see the threatened and maybe disappearing Arctic environments. DMOs and tourist enterprises seize economic opportunities in this situation. A common feature in this context is that the European North is increasingly re-branded as Arctic. These changes have an impact on how tourism in general, and seasonality in particular, is produced, performed and consumed in the North.

Against this background, the objective of this paper is to analyze the patterns and consequences of a strategic touristic re-imaging of the northernmost region in Europe as Arctic. This is done from a political economy perspective understanding the re-imaging of the region as part of a wider region-building process aiming, among other things, at increased competitiveness on a global tourism market. Empirically the study is based on observations and group interviews with various tourism stakeholder representing various northern destinations during a workshop on Arctic tourism in Rovaniemi, Finland, 2018.

In tourism research, the Arctic has often been treated as an exceptional space not least because of an extreme climate, but also because of the history



of its exploration (Saarinen & Varnajot, 2019). In this context, the region has been depicted as homogenous though there is reason to question such representations. Saarinen and Varnajot (2019) instead propose that there are three types of perspectives on tourism in the Arctic; a spatial perspective depicting the Arctic as homogenous region; an industrial perspective understanding the Arctic as constructed product for consumption; and finally an experiential perspective seeing the Arctic as an authentic attraction providing meaning to the tourists. While these perspectives treat being Arctic as a staple condition dependent on the various perspectives, here it is noted that there is also a process of Arctification. This “can be seen as a social process creating new geographical imaginations of the north of Europe as part of the Arctic and consecutively new social, economic and political relations” (Müller & Viken 2017:288). It is argued that such a process has to be understood in the context of the political economy of new regionalism and region-building. Regions are “complicated constellations of agency, social relations and power” (Paasi 2009:133) and in the context of new regionalism social institutions such as culture, media and administration are crucial in the production and reproduction of certain 'structures of expectations', often benefitting competitiveness and the interest of elites.

Empirically it is noted that tourism in northern Europe undergoes a transition. High growth rates accompany a growing global demand. The latter is focusing attractions usually associated with the Arctic region. Thus winter products such as snowmobiling, northern light chasing, and dog-sledding have increasingly become popular. Moreover, while tourism in the area historically has been characterized by solitude and hardship, it is now supplemented by mass events and soft adventures offered by tour operators and supported by guiding services. Hence, the available products are increasingly exclusive and the necessary services are often only offered in urban places, although there are exceptions where rural resorts profile in high quality products. By turning the North into an increasingly exclusive space, the area also attracts visitors with a limited understanding of the region. Particularly this refers to the presence of distinct seasons featuring great variations in temperatures and equipment requirements. For example, tourists expect winter conditions even during summer when temperatures can reach as high as 30 C. The tourism industry adapts to this by offering artificial winter products during the entire year and by relabeling many product offers as Arctic. The tourism boom creates land-use conflict, too.

In conclusion the paper discusses these findings in relation to global forces such as climate change and globalization and in relation region-building. It is revealed that region-building is not least driven by business considerations reactive to global change even outside the tourism sector. It is asked whether the ongoing change harms the people in the destination area and concludes that the both challenges and opportunities have been the result of the recent processes.



## Referências/References

- Grenier, A. A. (2007). The diversity of polar tourism: Some challenges facing the industry in Rovaniemi, Finland. *Polar Geography*, 30(1-2), 55-72.
- Hall, C. M., & Saarinen, J. (2010b). Polar tourism: Definitions and dimensions. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10, 448-467.
- Hansson, H. (2015). Arctopias: The Arctic as no place and new place in fiction. In B. Evengård, J. Nymand Larsen, & Ø. Paasche (Eds.), *The new Arctic* (69-77). Cham: Springer.
- Hansson, H. (2018). The Arctic in literature and the popular imagination. In M. Nuttall, T. R. Christensen, & M. Siegert (Eds.), *The Routledge handbook of the polar regions* (71-82). London: Routledge.
- Jacobsen, J. K. S. (1997). The making of an attraction. *Annals of Tourism Research*, 24, 341-356.
- Loftsdóttir, K. (2015). The exotic north: Gender, nation branding and post-colonialism in Iceland. *NORA – Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 23, 246-260.
- Müller, D. K. (2011). Tourism development in Europe's "last wilderness": An assessment of nature-based tourism in Swedish Lapland. In A. A. Grenier & D. K. Müller (Eds.), *Polar tourism: A tool for regional development* (129-153). Montreal: Presses de l'Université du Québec.
- Müller, D. K. (2015). Issues in Arctic tourism. In B. Evengård, J. Nymand Larsen, & Ø. Paasche (Eds.), *The new Arctic* (147-158). Cham: Springer.
- Müller, D. K., & Viken, A. (2017). Toward a de-essentializing of indigenous tourism? In A. Viken & D. K. Müller (Eds.), *Tourism and indigeneity in the Arctic* (pp. 281-289). Bristol: Channel View.
- Paasi, A. (2009). The resurgence of the 'region' and 'regional identity': Theoretical perspectives and empirical observations on regional dynamics in Europe. *Review of International Studies*, 35, 121-146
- Pedersen, K. & Viken, A. (1996). From Sami nomadism to global tourism. In M. Price (Ed.), *People and tourism in fragile environments* (69-88). Chichester: John Wiley.
- Saarinen, J., & Varnajot, A. (2019). The Arctic in tourism: complementing and contesting perspectives on tourism in the Arctic. *Polar Geography*, 42, 109-124.



## The arctification of tourism in the global north

ROGER MARJAVAARA  
Umea University – Suécia  
roger.marjavaara@umu.se

### ABSTRACT

In the context of globalization, peripheries are often identified as potential destinations for tourists. Even in Sweden public stakeholders have put substantial effort into promoting tourism development, simply because access to pristine nature has been seen as an advantage in the competition for tourists in a global economy. The effects of globalization are so extensive that “...even the most remote spaces are exposed to global competition and are forcing firms, localities and regions to react and adjust to the new economic conditions” (Pike et al. 2006: 4). As a result, tourism has grown in the North and communities lacking economic alternatives are increasingly dependent on tourism as a source of employment. This improved position has also been accomplished by an ‘Arctification’ of the tourism product, which implies an explicit focus on Arctic assets such as winter, Aurora Borealis, Sami reindeer herding culture and pristine nature (Müller & Viken 2017). Theoretically, Arctification “can be seen as a social process creating new geographical imaginations of the north of Europe as part of the Arctic and consecutively new social, economic and political relations” (Müller & Viken 2017:288). In this context climate change has been and can be expected to be an important driver for tourism development. Partly, public attention for the Arctic and its vulnerability to climate change has increased tourist interest in visiting this region, a phenomena that has been described as *Last Chance Tourism* (Lemelin et al. 2010). Partly, political actions such as taxes on airplane fuel, in combination with increasingly unpleasant temperatures in lower latitudes, are expected to entail a regionalization of tourism, making Arctic Europe a convenient intervening opportunity not least for the European market (Hamilton et al. 2005). This development can be seen as double amplification of Arctic tourism.

Tourism has long been promoted as a tool for local and regional development, particularly in rural and peripheral regions suffering from economic restructuring, outmigration and population ageing (Almstedt et al. 2015). However, the idea of developing tourism in peripheries is far from self-evident. As Hall (2005) points out, distance decay implies that the number of trips to peripheries decreases when distance increases due to time and economic costs. Conversely, pressure on land-use declines with distance from the centre simply because competition is more limited. Nature and heritage, including indigenous culture (Pettersson 2004, Viken & Müller 2017, Leu 2018), can benefit and the existence of large national parks and traditional land uses such as reindeer husbandry mirror this. Thus Prideaux



(2002) wonders whether uniqueness can overcome operational isolation and other disadvantages of peripheral location. Tourism development in peripheries has been discussed widely in the scientific literature, often in the context of destination development, acknowledging the regional characteristics of the tourism product as an assemblage of various interrelated parts (e.g. Butler et al. 1998, Hall 2005, Hall & Boyd 2005, Viken & Granås 2014). Particularly this has been the case for northern and Arctic peripheries, where tourism has been seen as a remedy for employment loss within traditional resource industries (Müller & Jansson 2007, Grenier & Müller 2011, Lemelin et al. 2013, Müller et al. 2013). However, interest in northern resources is cyclical and peripheries are facing development pressure from mining, large scale forestry and wind power generation (Müller 2011, 2013). Sceptical voices towards tourism development argue that tourism is just a complementary industry, which politicians embrace in times of crisis within traditional industries (Hall 2007, Müller 2013). Moreover, tourism does not always manage to handle particular ‘peripheral challenges’, e.g. a lack of political and economic control, economic leakage, population outflow, sudden political intervention, and inferior access to information and a competent workforce (Botterill et al. 2000, Hall & Boyd 2005, Hall 2007, Müller & Jansson 2007). Thus, Schmallegger and Carson (2010) ask whether ‘tourism-only’ solutions imply a risk of tourism becoming just another staple industry leading to similar single industry characteristics and vulnerability in times of crisis.

The scientific literature contains however even more positive accounts of tourism development. Obviously whether tourism is viewed positively or not cannot be answered without recognizing the expectations expressed in various discourses. As Viken (2014) notes, destination development is usually discussed in respect to economic growth. Müller and Brouder (2014) exemplify for the case of Jokkmokk that approaches mapping local tourism development point towards decline, while qualitative accounts of local community voices rather see recent development as positive. Brouder (2014) hence argues that tourism development is driven by local creativity and contributes to local development and innovation, even in the absence of measurable growth. In this context the role of lifestyle migrants is also highlighted (Carson & Carson 2017), whereby migrant tourism entrepreneurs contribute to new Arctic tourism development with new knowledge and global networks despite the small and lifestyle-oriented nature of their businesses. In turn, such development may not always deliver local benefits due to a mismatch in expectations and lack of networking between newcomers and locals. This highlights the complexity of peripheral tourism systems where a diverse mix of stakeholders may have differing aspirations and strategies when it comes to capitalizing on new tourism opportunities provided by climate change and Arctification.

The theoretical points of departure for this study are found within political economy and political ecology. Both concepts have been recently



applied within tourism (Bramwell & Lane 2013, Mosedale 2010; Mostafanhezad et al. 2013; Nepal & Saarinen 2013) and in this context “...*political economy is concerned with the commodification of resources (material or symbolic) and the resulting accumulation and distribution of capital (not restricted merely to monetary gains, but including social and natural capital)*” (Mosedale 2014: 55). In this study this refers not least to the development and governance of tourism in Arctic Sweden, where tourism is dependent on outside demand and often external capital, while physical impacts of tourism are concentrated to the destination region. This creates a spatially uneven development that can be regulated and managed. However, with tourism often being promoted as a last resort (Müller 2011; 2013), attempts to regulate have been scarce. Political ecology adds an environmental dimension to this by highlighting the human-environment relation. It is recognized that environmental change and ecological challenges are products of political processes (Nepal & Saarinen 2013). This is relevant for the Arctic, as Saarinen (2018) notes that “*a political ecology perspective raises interesting questions about how relatively recent localized socio-ecological threats associated with the idea of Anthropocene, such as the evolving global tourism industry, relate to other existing human-nature interactions in the wilderness environments*”. Hence, we see tourism as a factor contributing to changing land-use competition and commodified culture.

The aim of this study is to produce a rich quantitative description of recent tourism development in Arctic Sweden, which is here seen as Väster- and Norrbotten Counties. There are clear statistical indications that Arctic Europe has increasingly been transformed into a global playground for adventure tourists and also developed winter into a major tourism product (Pederson & Viken 1996; Müller 2001; Lundmark & Müller 2010). To understand the changing extent, content and geographic spread of tourism in Arctic Sweden, quantitative data is used to map the composition and change of tourism products available in the area, particularly in relation to the thematic content of tourism. This is done for the period from 1990 onward which covers the major growth periods of northern tourism (Müller 2011). The development is analysed using Umeå University’s ASTRID database (which contains longitudinal and geo-referenced information for all individuals and firms in Sweden). This information is integrated into a geographical information system for further analysis. Additionally, quantitative data retrieved from The Swedish Companies Registration Office is used to analyse the development of the Arctification of the tourism industry in northern Sweden.



## Referências/References

- Almstedt, Å., Lundmark, L. & Pettersson, Ö. (2015). Public spending on rural tourism in Sweden. *Fennia* 194 (1), pp. 18-31.
- Bramwell, B. & Lane, B. (2013). *Tourism Governance: Critical Perspectives on Governance and Sustainability*. London: Routledge.
- Botterill D et al (2000) Perceptions from the periphery. In F Brown & D Hall: *Tourism in Peripheral Areas*.
- Brouder (2014)
- Butler R et al (eds) (1998) *Tourism and Recreation in Rural Areas*.
- Carson DA & Carson DB (2017) International lifestyle immigrants and their contributions to rural tourism innovation. *Journal of Rural Studies Online*.
- Grenier AA & DK Müller (eds) (2011) *Polar Tourism*.
- Hall C M & Boyd S (eds) (2005) *Nature-based Tourism in Peripheral Areas*.
- Hall C M (2005) *Tourism*
- Hall C M (2007) North-south perspectives on tourism, regional development and peripheral areas. In DK Müller & B Jansson: *Tourism in Peripheries*.
- Hamilton JM et al (2005) Climate change and international tourism. *Global environmental change* 15:253-66.
- Lemelin H et al (2010) Last-chance tourism. *Current Issues in Tourism* 13:477-93
- Lemelin RH et al (eds) (2013) *From Talk to Action: How Tourism is Changing the Polar Regions*.
- Leu, TC (2018) *Tourism Work Among Sámi Indigenous People*
- Lundmark L & DK Müller (2010) The supply of nature-based tourism activities in Sweden. *Tourism* 58:379-93.
- Mosedale J (Ed) (2010) *Political economy and tourism*.
- Mostafanezhad M et al (Eds) (2016) *Political ecology of tourism: Community, power and the environment*.
- Müller DK & B Jansson (eds) (2007) *Tourism in Peripheries*.
- Müller DK & Brouder P (2014) Dynamic development or destined to decline? In A Viken & B Granås: *Tourism Destination Development*.
- Müller DK & Viken A (2017) Toward a de-essentializing of indigenous tourism? In A Viken & DK Müller: *Tourism and Indigeneity in the Arctic*.
- Müller DK (2011) Tourism development in Europe's "last wilderness". In AA Grenier & DK Müller: *Polar Tourism*.
- Müller DK (2013) Hibernating economic decline? Tourism and labor market change in Europe's northern periphery. In G Visser & S Ferreira: *Tourism and Crisis*.
- Nepal S & Saarinen J (Eds) (2016) *Political ecology and tourism*.
- Pedersen K & Viken A (1996) From Sami nomadism to global tourism. In MF Price: *People and Tourism in Fragile Environments*.
- Pettersson R (2004) Sami tourism in Northern Sweden.
- Pike A et al (2006) *Local and Regional Development*.
- Prideaux B (2002) Building visitor attractions in peripheral areas. *Int J of Tourism Research* 4:379-89.



Saarinen J (2018) What are wilderness areas for? *Journal of Sustainable Tourism*, online.

Schmallegger D & Carson D (2010) Is tourism just another staple? *Current Issues in Tourism* 13:201-21.

Viken A & Granås B (Eds) (2014) *Tourism destination development*.

Viken A (2014) Destinations Discourses and the Growth Paradigm. In A Viken & B Granås: *Tourism Destination Development*.



## **Geografia dos cruzeiros fluviais na Amazônia brasileira: uso corporativo do espaço**

### **The Geography of River Cruises in the Brazilian Amazon - Corporate Use of Space**

THAIS ZUCHETO DE MENEZES  
Universidade de São Paulo  
thaiszm@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

O objetivo do presente trabalho é analisar os cruzeiros fluviais de luxo que navegam no rio Amazonas, considerando as bases normativas relacionadas à sua atuação em território brasileiro, assim como o uso corporativo que fazem do território.

Atualmente há uma diversidade de companhias atuando no Brasil, sendo que estas estão sempre relacionadas a operadores globais. Cruz (2015) e Martínez (2012) indicam em seus estudos a relação das grandes operadoras e suas companhias, podendo-se dizer que o mercado de cruzeiros é um setor oligopolizado e que reproduz, nos dias atuais, “a forte concentração de capitais que sempre caracterizou a indústria naval e o transporte de passageiros a ela atrelada” (Cruz, 2015, p 221). Essa concentração de riquezas reflete na nacionalidade das empresas que operam os cruzeiros, já que o mercado é dominado por empresas sediadas nos Estados Unidos da América, Noruega, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido.

Como parte da presente pesquisa, foram identificadas as tipologias das empresas de cruzeiros fluviais que atuam no Rio Amazonas, os locais onde estas empresas realizam suas paradas e os atores envolvidos (as secretarias estaduais de turismo, as empresas locais que realizam o receptivo dos cruzeiros e as entidades portuárias). O trabalho de análise da navegação dos cruzeiros fluviais de luxo no rio Amazonas foi realizado na temporada 2016/2017, sendo que no rio Amazonas a temporada dos cruzeiros fluviais ocorre entre os meses de novembro e abril.

Para tanto, as localidades de Macapá, Belém, Santarém, Alter do Chão, Boca da Valéria, Parintins e Manaus constituíram bases empíricas da análise, pois são os locais onde os referidos cruzeiros realizam paradas ao longo do rio. Visando compreender as dinâmicas e atores envolvidos neste processo, foi realizado um trabalho de campo durante os meses de setembro e outubro do ano de 2016 e seis empresas atuaram nestas localidades: *Holland America Line, Seabourn, Hapag Lloyd Cruises, Oceania Cruises, Regent Seas Cruises e Ponant Yacht Cruises & Expeditions*.

Foi constatado que ocorre a oligopolização e o uso corporativo do rio Amazonas, principalmente nos locais de paradas dos navios. As empresas atuam de forma sazonal, identificada na forma de temporadas. Esta



sazonalidade está ligada às estratégias corporativas que analisam a oferta de cruzeiros, a demanda de turistas, os custos logísticos e o tamanho dos navios, que devem atender às especificações técnicas dos portos e locais por onde trafegam. Além disso, as empresas promovem uma circulação seletiva, demandam melhorias nas infraestruturas portuárias e a seletividade das localidades por onde atuam.

Entre as seis empresas estudadas, a *Holland America Line* e a *Seabourn* fazem parte de um segmento da *Carnival Corporation*, maior companhia de cruzeiros do mundo com mais de 42% de participação no total mundial do mercado de cruzeiros.

Outras duas empresas, *Oceania Cruises* e *Regent Seven Seas Cruises*, fazem parte da *Norwegian Cruise Line* que possui mais de 12% de participação no total mundial do mercado de cruzeiros.

O itinerário - rio Amazonas - é comercializado pelas empresas, fazendo parte de um turismo globalizado: as empresas envolvidas na atividade e suas marcas operam mundialmente; os turistas, apesar de concentrados nos Estados Unidos e no continente europeu, também estão por todo o globo; o mercado da construção naval é representado em diversos países, principalmente por estaleiros europeus.

No caso do presente estudo, foi observado que as lógicas verticais (exógenas) exercem um papel hegemônico sobre as lógicas horizontais (endógenas). As empresas de cruzeiros e a agência marítima são as definidoras de locais e datas fazendo com que as secretarias de turismo e as empresas locais, que realizam o receptivo turístico, se adequem a suas escolhas.

As secretarias estaduais, que tratam suas localidades como produtos estruturados em planos governamentais, aparecem como atores que se subordinam as empresas em uma busca de promoção de suas localidades. Mesmo sendo conhecedoras das carências de infraestrutura, promovem suas localidades para as empresas e sinalizam à população sobre os benefícios que podem ser trazidos com a atuação destas empresas, como geração de emprego e renda e melhoria nos equipamentos públicos. Entretanto, como informam Rodrigue e Notteboom (2013, p. 41), os benefícios para as economias locais podem ser controversos diante das expectativas de captação de receitas, pois os cruzeiros podem impactar menos do que se espera e gerar compromissos infraestruturais e ambientais.

Os cruzeiros fluviais de luxo na Amazônia promovem uma especialização alienígena por sua origem, e alienada, pelo seu desenvolvimento e destino (Santos e Silveira, 2012, p. 299). As empresas promovem uma circulação seletiva, demandas por melhorias nas infraestruturas portuárias e a seletividade das localidades por onde atuam.

Ao longo do rio Amazonas são encontradas redes materiais e imateriais que possibilitam a difusão da atividade dos cruzeiros fluviais, sendo criadas topologias pelas quais as empresas unem pontos a partir de suas lógicas e as infraestruturas que possibilitam estas relações são públicas, porém o uso



dados a elas nos permite pensar em uma privatização do território. O espaço corporativo ocupado pelas empresas se fortalece quando os governos nacionais investem em sistemas de engenharia que visam atender suas necessidades.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi demonstrar como ocorre a divisão do trabalho no espaço e a atuação das empresas de cruzeiros fluviais de luxo que operam no local. Observou-se durante a pesquisa que ao atuarem de forma cooperativa entre si são produzidas redes de conexão no território que as unem numa lógica particular. A divisão territorial de uma empresa é manifestada no território à medida que ela constitui sua base territorial de existência e o território passa a ser ocupado de acordo com lógicas escalares diversas (global, nacional e intra-urbano). A privatização do território a partir do relacionamento entre as empresas ocorre com a utilização de recursos públicos, possibilitada pelos sistemas de engenharia presentes.

Constatou-se dessa forma que as empresas atuantes no rio Amazonas além de exercerem o uso corporativo do espaço, produzem uma topologia que gera instabilidade ao território devido à seletividade e sazonalidade de sua atuação no território, já que podem mudar suas estratégias de atuação a cada temporada, buscando tarifas, vantagens comparativas entre as localidades e portos e assim, criando novas topologias.

## **ABSTRACT**

The aim of the present work is to analyze the luxury river cruises sailing in the Amazon River, taking into consideration the normative basis related to their operation in Brazilian territory, as well as the corporate use that they make of the territory.

There are currently a variety of companies operating in Brazil, all of which always related to global operators. Cruz (2015) and Martínez (2012) predicate in their studies the relationship of the large operators and their companies, and it can be said that the cruise market is an oligopoly sector that reproduces, nowadays, “the huge concentration of capital that has always characterized naval affairs and its passenger transport” (Cruz, 2015, p 221). This concentration of wealth reflects the nationality of cruise companies, once the market is dominated by companies based in the United States, Norway, Germany, Italy, Spain, and in the United Kingdom.

As part of this research, the typologies of the river cruise companies operating in the Amazon River were identified, the places where these companies make their stops and the participants involved (the state tourist offices, the local companies that host the cruises and the port authority). The analysis of the navigation of luxury river cruises on the Amazon River was carried out in the 2016/2017 season, and on the Amazon River the river cruises season occurs between November and April.

To this end, the localities of Macapá, Belém, Santarém, Alter do Chão, Boca da Valéria, Parintins and Manaus constituted the empirical basis of the analysis, since they are the places where these cruises make stops along the



river. In order to understand the dynamics and participants involved in this process, fieldwork was carried out during the months of September and October of 2016 and six companies worked in these locations: Holland America Line, Seabourn, Hapag Lloyd Cruises, Oceania Cruises, Regent Seas Cruises and Ponant Yacht Cruises & Expeditions.

It was found that oligopolization and corporate use of the Amazon River occur, especially at ship stopping places. Companies operate seasonally, identified as seasons. This seasonality is linked to corporate strategies that analyze cruise supply, tourist demand, logistics costs and ship size, which must meet the technical specifications of the ports and places where they are traveling. In addition, companies promote selective circulation, demand improvements in port infrastructures and selectivity of the locations where they operate.

Among the six companies studied, Holland America Line and Seabourn are part of a segment of Carnival Corporation, the world's largest cruise company with over 42% of the world's total cruise market share.

Two other companies, Oceania Cruises and Regent Seven Seas Cruises, are part of Norwegian Cruise Line, which owns more than 12% of the worldwide cruise market share.

The itinerary - Amazon River - is commercialized by companies, being part of a globalized tourism: the companies involved in the activity and their brands operate worldwide; tourists, although concentrated in the United States and in European continent, are also all over the globe; the shipbuilding industry is represented in several countries, mainly by European shipyards.

In the case of the current study, it was observed that vertical (exogenous) logics play a hegemonic role over horizontal (endogenous) logics. Cruise companies and the shipping agency establish places and dates, making the state tourist offices and local companies adapt to tourism influx and to suit their choices.

The state offices, which treat their localities as products structured in government plans, appear as ones who subordinate companies in a search for promotion of their localities. Although they are aware of the lack of infrastructure, they promote their locations to companies and indicate to the population about the benefits that can be brought with the performance of these companies, such as job and income origination and improvement in public facilities. However, as reported by Rodrigue and Notteboom (2013, p. 41), the benefits to local economies can be controversial given revenue expectations, as cruises can bring infrastructure and environmental commitments and not the expected income.

Luxury river cruises in the Amazon promote alien specialization by its origin, and alienated by its development and destiny (Santos and Silveira, 2012, p. 299). Companies promote selective circulation, demands for improvements in port infrastructures and the selectivity of the locations where they operate.



Along the Amazon River are found material and immaterial networks that allow the diffusion of the activity of river cruises, creating topologies by which companies join points from their logic and the infrastructures that enable these relationships are public, but the use made of them allow us to think of a privatization of the territory. The corporate space occupied by companies is strengthened when national governments invest in engineering systems that aim to meet their needs.

In this sense, the objective of the work was to demonstrate how the division of labor in space occurs and the performance of luxury river cruise companies that operate on site. It was observed during the research that by acting cooperatively among themselves, connection networks are produced in the territory and that unite them in a particular logic. The territorial division of a company is manifested in the territory as it constitutes its territorial base of existence and the territory becomes occupied according to different scalar logics (global, national and intra-urban). The privatization of the territory from the relationship between the companies occurs with the use of public resources, made possible by the present engineering systems.

Thus it was found that companies operating in the Amazon River, besides exercising the corporate use of space, produce a topology that generates instability to the territory due to the selectivity and seasonality of their operation in the territory, as they can change their strategies of action with each season, seeking tariffs, comparative advantages between locations and ports and thus creating new topologies.

## Referências/References

ANDRADE, Terence Keller. Da emergência a modernização: Os primeiros lugares turísticos de uma cidade Amazônica. 2010. Disponível em: <halshs-00583789>. Acesso em 28 de abril de 2017.

ANDRADE, Terence Keller. Viajantes, artistas e filósofos naturalistas: práticas para uma turistificação amazônica? **RITA**, Montreal, n. 3, abr. 2010. Disponível em: <http://www.revue-rita.com/content/view/76/149/>. Acesso em 27 nov. 2017.

ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. **Território e Regulação** - espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas, 2005. 248 p.

AZEVEDO FILHO, João D'Anuzio Menezes de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins**. 2013. 210 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Cruzeiros marítimos: oligopolização, centralização de capital e uso corporativo do território brasileiro. In: ARROYO, M; CRUZ. R. C.A. **Território e circulação: a dinâmica contraditória da circulação**. São Paulo: FAPESP/PPGH/CAPES/Annablume Geografias, 2015. p.215-236.



- DOWLING, R. K., WEEDEN, C. (Eds). Cruise ship tourism. 2nd. CABI. 2017.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. A companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a defesa da Amazônia brasileira: o imaginado grande banquete comercial. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e da VI Conferência Internacional de História de Empresas**. 2003. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_almir\\_chaiban\\_el\\_kareh\\_a-companhia-de-navegacao-e-comercio-do-amazonas-e-a-defesa-da-amazonia-brasileira-o-imaginado-grande-banquete-comercial.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_almir_chaiban_el_kareh_a-companhia-de-navegacao-e-comercio-do-amazonas-e-a-defesa-da-amazonia-brasileira-o-imaginado-grande-banquete-comercial.pdf). Acessado em 27/11/2017.
- FOSECA, Antonio Picanço. **(Eco)turismo e territorialidade: a (in)sustentabilidade na Boca da Valéria - Parintins - AM**. Manaus: UFAM, 2010. 193 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) -- Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- GIBSON, Philip. **Cruise operations management**. Elsevier, 2006
- KLEIN, Ross A. Cruise ship blues: The underside of the cruise ship industry. New Society Pub, 2002. p. 21
- MARTÍNEZ, Claudia Inés. Perspectivas del turismo de cruceros en Argentina en el marco de las tendencias mundiales. **Notas en Turismo y Economía**. Año III. Nro. IV. 2012. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/27079/03-PERSPECTIVAS+DEL+TURISMO+DE+CRUCEROS+EN+ARGENTINA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 de agosto de 2015.
- RODRIGUE, Jean-Paul, NOTTEBOOM , Theo. The Cruise Industry. **The Geography of Transport Systems**. 2017. Disponível em: <https://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch7en/appl7en/ch7a4en.html>. Acessado em 03/11/ 2017.
- RODRIGUE, Jean-Paul; NOTTEBOOM, Theo. The geography of cruises: Itineraries, not destinations. **Applied Geography**, v. 38, p. 31-42, 2013.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. Uma ordem espacial: a economia política do território. In: \_\_\_\_\_ **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 289-307.
- SILVA, Felipe. Navegação fluvial, turismo e planejamento: as possibilidades de circulação material no território nacional o caso das hidrovias do Tietê, Paraná e Paraguai. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082015-134946/>. Acesso em: 05 fev. 2016.
- SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: Rodrigues, Adyr B. **Turismo, Modernidade, Globalização**. Hucitec, SP, 1997. P 36-45.



# AS CONTRADIÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO

Contradictions in  
the world of  
work in tourism

Eixo Temático 6

Thematic Axe 6





## **Jornadas de trabalho em navios de cruzeiros turísticos: o "ardil da lei"**

### **Working days on cruise ships: "the ruse of the law"**

ANGELA TEBERGA DE PAULA  
Universidade Federal do Tocantins  
angela.teberga@gmail.com

VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA  
Universidade de Caxias do Sul  
vheredia@zaz.com.br

#### **RESUMO**

O início da história do capitalismo é marcado por jornadas extremamente longas e com condições precárias de trabalho. Marx (2012) cita que adultos, e até crianças, chegavam a trabalhar até 16, 18 e 20 horas por dia, quando não alcançavam ainda mais horas em épocas de maior demanda produtiva. A esse tipo de exploração da força de trabalho, ou melhor, do não-pagamento pelo trabalho excedente, Marx deu o nome de mais-valor absoluto. Em contexto de revolução industrial, o tempo de trabalho é estendido a tal ponto tal que "o impulso imanente da produção capitalista [é] apropriar-se do trabalho durante todas as 24 horas do dia" (MARX, 2012, 297).

No Brasil, a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais é uma conquista da classe trabalhadora, alcançada e transformada em lei somente em 1932. Desde a Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho tem redução para 8 horas diárias e 44 semanais. Com exceção de determinados setores econômicos e serviços oferecidos 24 horas/dia, há também um entendimento histórico de proteção dos domingos para o trabalho (DAL ROSSO, 1996).

Nosso objetivo neste trabalho é problematizar o fato de que o trabalho precário nos navios de cruzeiro tem seu principal determinante no prolongamento de jornadas. Determinante que tem relação tanto com manifestações antigas de precariedade do trabalho (jornadas extenuantes de trabalho), como modernas (flexibilização de leis trabalhistas), e que concorre para um fim previsto no mundo do capital: a plena redução e adequação do trabalho à lógica do capital sob a égide da mundialização.

Trata-se de um ensaio teórico, com pesquisa bibliográfica e documental. A partir de um pressuposto marxista, estuda-se a legislação trabalhista nacional e internacional e a jurisprudência quanto à aplicação da legislação trabalhista nacional às relações de trabalho em navios de cruzeiro. Busca-se dialogar a sociologia do trabalho com o direito do trabalho dentro do campo



de conhecimento do turismo. O objeto de análise deste trabalho refere-se, especificamente, às jornadas de trabalho de tripulantes brasileiros em navios de cruzeiro e, para tanto, se faz uso de documentos legais e decisões jurídicas.

Autores como Mather (2002), Klein (2003), Lee-Ross (2006), Cechhini (2007), Pacheco et al. (2010), Ribeiro (2011) e Sehkaran e Sevcikova (2011) afirmam que a jornada de trabalho dos tripulantes dos navios varia entre 11 e 14 horas diárias, sem folga semanal e pagamento de hora-extra. Importante pontuar que as pesquisas realizadas por esses autores foram realizadas entre diferentes armadoras de navios e em diferentes territórios, o que pode corroborar a hipótese de que jornadas extensas é o *modus operandi* do trabalho nos navios. Jornadas acima de 70 horas semanais contrariam qualquer tendência de redução das jornadas de trabalho ao longo da história do capitalismo, estudadas amplamente por Dal Rosso (1996).

Em nosso estudo, verificamos que há um fator ainda mais preocupante quanto às jornadas de trabalho praticadas: há um consentimento tácito, socialmente, e expresso, legalmente, que jornadas de 11 horas diárias são legítimas ou compreensíveis frente ao tipo de serviço que é prestado e ao ambiente de trabalho *sui generis* dos navios. O trabalho sem descanso semanal remunerado, por exemplo, é confirmado e justificado pelas armadoras de navios, alegando que “o descanso semanal de um dia, de maneira integral e sem interrupções, [seria] incompatível com as atividades desenvolvidas a bordo de navios de cruzeiro” (BRASIL, 2018, p. 22).

Como é possível que a extensão da jornada normal de trabalho seja praticada de maneira recorrente? A desterritorialidade própria dos navios, empresas flutuantes, faz com que não haja precisamente uma única nacionalidade cuja legislação deva respeitar permanentemente – pois, afinal, o navio pode estar em mais de dois ou três países em uma única semana nos mares do Caribe ou do Mediterrâneo, por exemplo – e, por consequência, em não havendo uma legislação específica a se respeitar, abre-se a possibilidade da busca por aplicação de regras mais vantajosas às armadoras, seja do país em que estão registradas internacionalmente (utilização de bandeiras de conveniência), seja de convenções internacionais de trabalho marítimo.

A primeira hipótese, da utilização de bandeiras de conveniência, é, segundo Wood (2000), um instrumento historicamente utilizado pelas armadoras para viabilizar a exploração do trabalho, pois o registro do navio ocorre em países onde a legislação trabalhista é “virtualmente inexistente”. A segunda hipótese, contudo, é a que vem sendo mais utilizada pelas armadoras de navios. Há um entendimento de que as convenções internacionais do trabalho devam ser aplicadas às relações de trabalho dos navios, pois o regramento precisa ser único para todos os tripulantes de diferentes nacionalidades.

O trabalho em ambiente marítimo é amparado por convenções trabalhistas internacionais específicas, sendo a mais recente e importante a *Maritime Labour Convention - MLC 2006*, que revisou e consolidou diversas



convenções e recomendações existentes até então. É comum que os navios de bandeira estrangeira apliquem a MLC 2006 como normativa universal, e portanto superior hierarquicamente às legislações trabalhistas dos países com os quais possuem relação comercial – inclusive o Brasil, que não é signatário da convenção.

A convenção estabelece que a “jornada normal de trabalho” (Norma A2.3, item 3º) deve ser de oito horas de trabalho com um dia de descanso por semana, além de descanso nos feriados. Todavia, num segundo momento, abre a possibilidade de flexibilidade das jornadas, tanto através da adoção de regras específicas previstas em acordos e convenções coletivas, como através de permissão de limites máximos de trabalho (Norma A2.3, item 5º). A MLC estabelece que o limite máximo de horas de trabalho é de 14 horas em cada período de 24 horas, e 72 horas em cada período de sete dias. Ou, ainda, um número mínimo de horas de descanso, que não deve ser inferior a 10 horas em cada período de 24 horas, e 77 horas em cada período de sete dias (ILO, 2006).

Como se verifica, os limites máximos de horas de trabalho diário e semanal são excessivamente “tolerantes”. Estamos diante de uma profunda regulamentação flexível, em que a flexibilização “propõe uma política inversa de retirar a regulamentação e os direitos do trabalho, que ‘encarecem’ o valor da mão de obra” (DAL ROSSO, 2017, p. 266). A legalidade de uma jornada diária de 14 horas de trabalho garante a extração de mais-valor da maneira mais arcaica que poderia haver, através do prolongamento de jornadas. Comparado à Constituição Federal, os limites máximos de jornada semanal de trabalho são 28 horas superiores.

Após várias denúncias e ações trabalhistas movidas contra as armadoras em relação à prática de jornadas extensas de trabalho, o Ministério Público do Trabalho celebrou acordo com as armadoras de navio que possuem temporada em território brasileiro – Costa Cruzeiros, MSC Cruzeiros e Pullmantur Cruzeiros (Termo de Ajuste de Conduta – TAC). Entretanto, o TAC subscreve a MLC 2006, exigindo seu cumprimento na íntegra. O Artigo 1º afirma que as armadoras devem “Respeitar e cumprir as normas estabelecidas pela MLC” e, posteriormente, no Artigo 10º: “Respeitar os limites de jornada semanais fixados na fórmula de cálculo escolhida na MLC [...], cumprindo e fazendo cumprir jornada de trabalho máxima de 14 (quatorze) horas prevista na MLC” (BRASIL, 2016). É o que Dal Rosso (1996, p. 238) chamaria de “o ardil da lei”, quando “as exceções que legalizam a não observância do texto constitucional”.

A jurisprudência, ao contrário, tem se posicionado favoravelmente à aplicação da legislação trabalhista nacional. Em abril de 2019, a 6ª turma do TST entendeu que um tripulante de navio de cruzeiro deve ter sua relação de trabalho respaldada pela CLT. Os ministros entenderam que se deve aplicar a legislação brasileira à relação trabalhista quando esta for mais favorável. No acórdão, a ministra relatora afirma que “deve-se aplicar a legislação brasileira em observância a Teoria do Centro de Gravidade e ao princípio da



norma mais favorável, que norteiam a solução jurídica quanto há concorrência entre normas no Direito Internacional Privado, na área trabalhista” (BRASIL, 2019, p. 3).

Apesar de haver jurisprudência favorável no TST, é moroso e contraproducente o fato de as relações de trabalho em navios de cruzeiro precisarem se judicializar para que o tripulante goze de direitos trabalhistas mínimos, como o respeito aos intervalos intrajornadas e o pagamento de hora extra, quando esses deveriam ser pressupostos básicos de quaisquer relações contratuais de trabalho – firmadas no Brasil, ou no exterior.

## ABSTRACT

The beginning of capitalism history is marked by extremely long working days with precarious work conditions. Marx (2012) mentions that adults, and even children, worked up to 16, 18 and 20 hours a day, when they did not reach even more hours in times of greater productive demand. To this kind of exploitation of the labor power, or rather, non-payment for overwork, Marx gave the name of absolute surplus value. In the context of Industrial Revolution, the working time is extended to such point that “the inherent tendency of capitalist production [is] to appropriate labor during all the 24 hours of the day” (MARX, 2012, 297).

In Brazil, the 8-hour working day and the 48 hour working-week is an achievement of the working class, accomplished and transformed into law only in 1932. Since the Federal Constitution of 1988, the working time was reduced to 8 hours a day and 44 hours a week. With the exception of certain economic sectors and services offered 24 hours a day, there is also a historical understanding of the need to protect Sunday working (DAL ROSSO, 1996).

In view of this historical panorama, our objective is to discuss the fact that the precarious work on cruise ships has its main determinant on the prolongation of the working time. Such determinant is related to both earlier (strenuous working hours) and more modern (flexibilization of labor legislation) manifestations of work precarity, which contribute to a foreseen goal in the world of capital: the total reduction and adequacy of labor to the logic of capital under the aegis of mundialization.

This is a theoretical essay with bibliographical and documentary research. Based on a Marxist perspective, we study the national and international labor legislation and case law regarding the application of national labor legislation to working relations in cruise ships. We seek to promote a dialogue between Sociology of Work and Labor Law and the Tourism field of knowledge. The object of analysis of this essay refers, specifically, to the working hours of Brazilian crew members on cruise ships, and to do so, many documents e judicial decisions were used.

Authors like Mather (2002), Klein (2003), Lee-Ross (2006), Cechhini (2007), Pacheco et al. (2010), Ribeiro (2011) and Sehkaran & Sevcikova



(2011) claim that the cruise ships' crew working hours varies between 11 and 14 hours a day, without paid weekly rest and payment of overtime hours. It is important to note that the researches performed by these authors were carried out among different companies and different territories, which may corroborate the hypothesis that extensive working hours are the *modus operandi* of cruise ship labor. Working weeks longer than 70 hours contradict any tendency of reduction of working time throughout the history of capitalism, a theme broadly studied by Dal Rosso (1996).

In our study, we found that there is an even more worrying factor regarding working hours: there is a tacit consent, socially, and expressed, legally, that 11-hours working days are legitimate or understandable because of the type of service provided and the *sui generis* work environment of cruise ships. The exhausting working days are confirmed and justified by the companies, who claim that “the weekly paid one-day rest, if conceded integrally and without interruptions, [would be] incompatible with the activities developed on board of cruise ships”. (BRASIL, 2018, p. 22).

How is it possible that these extensive working hours are practiced on a recurring basis? The non-territorial nature of ships, floating companies, causes the fact that there isn't precisely one only nationality from which the legislation should be obeyed permanently – because, ultimately, the ship can be in more than two or three different countries in a single week, in the Caribbean or Mediterranean seas, for example – and, as a consequence, in the absence of an specific legislation to be respected, this situation opens the possibility that the cruise ship seek for application of the most advantageous rules, which can be either from the country they are internationally registered on (flags of convenience), or from international maritime labor conventions.

The first hypothesis, regarding the use of flags of convenience, is, according to Wood (2000), historically carried out by the companies, who register the ships in countries where labor legislation is “virtually non-existent”. The application of international labor conventions, the second hypothesis, has been used in several labor lawsuits to support the validity of too long working hours. There is a legal understanding that international labor standards should be applied to the working relations in cruise ships, because the rule must be unique to all crew members of different nationalities.

Work in maritime environment is regulated by specific international labor conventions, and the most recent and important is the Maritime Labour Convention – MLC 2006, which reviewed and consolidated several previous conventions and recommendations. It is common that foreign-flagged ships apply the MLC 2006 as an universal regulation, which is therefore hierarchically superior to the local labor legislation of the countries with whom they have commercial relations – including Brazil, which is not a signatory of the convention.



The convention predicts that the “normal working hours” (Standard A2.3, item 3) should be based on an eight-hour day with one day of rest per week and rest on public holidays. However, subsequently, it opens the possibility of flexibility of working hours, both by the adoption of specific rules laid out by collective agreements and conventions, and by the permission of maximum working hours limits (Standard A2.3, item 5). The MLC establishes that the maximum hours of work shall not exceed 14 hours in any 24-hour period, and 72 hours in each seven-day period. Or that the minimum hours of rest shall not be less than ten hours in any 24-hour period and 77 hours in any seven-day period (ILO, 2006).

In our view, the maximum hours of work are excessively “tolerant”. We’re facing a profound flexible regulation, in which the flexibilization “proposes a reverse policy to withdraw regulation and labor rights, that ‘imprisons’ the value of the workforce” (DAL ROSSO, 2017, p. 266). The legality of a 14-hour workday ensure the surplus value extraction in the most archaic way possible, through the prolongation of work hours. Compared to the Brazilian Federal Constitution, the maximum limits of work week in the MLC are 28 hours higher.

After several denunciations and labor lawsuits against the companies regarding the extensive work hours’ practice, the Labor Prosecution Office (*Ministério Público do Trabalho - MPT*) made an agreement with the companies that carry on seasons in Brazilian territory – *Costa Cruzeiros, MSC Cruzeiros e Pullmantur Cruzeiros* (Conduct Adjust Commitment - *Termo de Ajustamento de Conduta - TAC*). However, the TAC supports the application of the MLC 2006, requiring its full compliance. The 1<sup>st</sup> Article states that companies must “respect and comply with the rules established by MLC” and later, on Article 10: “respect the limits of working hours fixed in the calculation formula chosen by MLC [...], establishing and enforcing the maximum 14-hours workday determined by the MLC”. (BRASIL, 2016). This is what Dal Rosso (1996, p. 238) would call the “ruse of the law”, when “the exceptions legalize non-observance of the constitutional law”.

The judicial decisions (case law), in general, on the contrary, have been in favor of applying the national labor legislation. In April 2019, the 6<sup>th</sup> section of the Superior Labor Court (*6ª turma do Tribunal Superior do Trabalho - TST*) understood that a cruise ship crew member should have his working relations regulated by the CLT. The judges understood that the Brazilian Law must be applied when it is more favorable to the worker. In the decision, the reporter judge states that: “it is necessary to apply Brazilian legislation in observance of the center-of-gravity doctrine and of the legal principle of the more favorable norm to the worker, which guide the legal solution when there is conflict between norms in International Private Labor Law” (BRASIL, 2019, p. 3).

Although there is some favorable adjudication on the TST, it is time consuming and counterproductive that the labor relations on cruise ships need to be taken to the judiciary so that the crew member has minimal labor



rights, such as respect for intra-day intervals and overtime pay, when these should be basic assumptions of any contractual relations of work – in Brazil or abroad.

## Referências/references

BRASIL. JUSTIÇA DO TRABALHO. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Primeira Turma. **Acórdão - Processo nº 0000716-07.2014.5.05.0023**. Partes: Ministério Público do Trabalho, MSC Crociere S.A., MSC Cruzeiros do Brasil Ltda., MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda., Defensoria Pública da União. Salvador, 2018.

BRASIL. JUSTIÇA DO TRABALHO. Tribunal Superior do Trabalho. Sexta Turma. **Acórdão - Processo nº TST-ARR-11800-08.2016.5.09.0028**. Brasília, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário. **Termo de Ajuste de Conduta nº 307/2016**. Brasília, 26 de novembro de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Procuradoria-Geral. **Acordo garante direitos a tripulantes de cruzeiros**. MPT Notícias. 28/11/2016. Disponível em: <[http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/7224bfe8-f210-4c7a-8a38-b00cb5693df1](http://radio.mpt.gov.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/7224bfe8-f210-4c7a-8a38-b00cb5693df1)>

CECCHINI, Eduardo Fernando. Capacitação de pessoas em cruzeiros marítimos. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPTUR, 2007. Disponível em: <[https://www.anptur.org.br/anais/anais\\_2007/data/pdf/2.16%20cecchini.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais_2007/data/pdf/2.16%20cecchini.pdf)>.

DAL ROSSO, Sadi. **Jornada de trabalho na sociedade**: O castigo de Prometeu. São Paulo: LTR, 1996.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Mundo do Trabalho).

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE - ILO. **Maritime Labour Convention, 2006**. Adopted by the International Labour Conference at its 94th (Maritime) Session (2006). Genebra, Suíça: ILO, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 30ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PACHECO, Junior Nunes; PANOSSO NETTO, Alexandre; LOHMANN, Guilherme. Condições de trabalho de tripulantes brasileiros em navios de cruzeiros marítimos. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPTUR, 2010. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2010/paper/downloadSuppFile/431/77>>.



RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira Ribeiro. Os profissionais do lazer nos cruzeiros marítimos: “Navegar é preciso”? In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPTUR, 2007. Disponível em: <[https://www.anptur.org.br/anais/anais\\_2007/data/pdf/5.3%20ferreira\\_ribeiro.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais_2007/data/pdf/5.3%20ferreira_ribeiro.pdf)>.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Os navios de cruzeiros marítimos enquanto campo de atuação profissional no lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev14n01\\_a3.pdf](https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev14n01_a3.pdf)>.

SEHKARAN, Shobana Nair; SEVCIKOVA, Daniela. ‘All aboard’: Motivating Service Employees on Cruise Ships. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 18, p. 70-78, 2011. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1447677000000863>>.

WOOD, Robert. E. Turismo de Cruceros en el Caribe: La globalización en el mar. **Annals of Tourism Research en español**, v. 2, n. 1, p. 99-128, 2000.



## **"Olha aí...nada de férias...": Os sentidos construídos sobre o controle do tempo livre pelos trabalhadores do setor de hospedagem**

**"Look!...no holidays...": the meanings constructed around free time by workers in the hospitality industry**

IRANEIDE PEREIRA DA SILVA  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco  
iraneidepsilva@hotmail.com

DIEGO COSTA MENDES  
Universidade Federal de Pernambuco  
diegocostape@gmail.com

### **RESUMO**

Pode-se dizer que dois aspectos são cruciais na racionalidade econômica e na lógica capitalista: o tempo como mercadoria e a utilização da força de trabalho como produtora de mais valia, postulando o tempo de trabalho como a principal medida e fonte de riqueza neste modo de produção (MARX, 2006; MÉSZÁROS, 2011). Nessa perspectiva, compreender a relação tempo de trabalho e tempo livre perpassa pelo entendimento de como esses tempos se constituem no percurso sócio-histórico e nas suas reverberações nos sujeitos. O tempo de trabalho pautado na lógica capitalista passa a ter maior controle, tendo no relógio seu principal símbolo (BENDASSOLLI, 2007). Já o tempo livre, passa de sua negação para a luta por sua constituição (LAFARGUE, 2003; PROVONOST, 2011). Fruto desta luta pela constituição do tempo livre, as férias também se apresentam como um tema a ser discutido na relação tempo de trabalho e tempo livre, uma vez que é no tempo livre que o trabalhador pode usufruir de seu tempo de férias — tempo frequentemente direcionado para o lazer, o turismo e o entretenimento. Nesta perspectiva, este estudo objetiva compreender os sentidos construídos sobre o controle do tempo livre para os trabalhadores do setor de hospedagem, por meio das interações expressas na *fanpage* do Facebook intitulada Escravos da Hotelaria, com enfoque nos *posts* cuja temática férias aparecem como item de motivação das interações. Para realização do estudo foi empreendida uma pesquisa qualitativa, baseada nos pressupostos Bakhtinianos de análise do discurso (BAKHTIN, 2006). Tais pressupostos baseiam-se na linguagem expressa por meio das práticas discursivas estabelecidas nas interações sociais e dialógicas dos sujeitos estudados, que são trabalhadores dos serviços de hospedagem e também membros da *fanpage* Escravos da Hotelaria, localizada na rede social Facebook. Para a análise da percepção dos usuários sobre o controle do tempo livre,



especificamente sobre o tempo direcionado para as férias, foram levantados 02 (dois) *posts* que tratam do controle do tempo de férias pela gerência. Para manter a impessoalidade dos sujeitos, garantindo a não identificação dos membros que interagiram nas postagens, foi criada a sigla para caracterizar o tema: tempo livre (*TL*) e dada uma sequência numérica para indicar a ordem das interações. As interações indicam que o tempo de férias pode ser alterado pela chefia imediata ou que esse tempo não é respeitado por esta, pois o trabalhador pode ser acionado mesmo no período de férias, demonstrando que o tempo de trabalho é central nessa relação. Vale destacar que, assim como os trabalhadores dos demais setores da economia que têm direito a férias, também os trabalhadores dos serviços de hospedagem têm a expectativa de usufruir das férias, mas que esta tem a possibilidade de ser modificada de forma arbitrária pela gerência. Assim, as interações demonstram que o controle sobre o tempo livre está no poder discricionário da chefia e que este tempo não é respeitado pela gerência, sendo este direito do trabalhador. Sabe-se que, segundo a CLT, as férias são direitos garantidos conforme apresentado nos Art.129 e Art.130 (BRASIL, 2004). Embora tanto a CLT como a Convenção Coletiva do setor garantam esse direito, as interações indicam que este tempo livre legal e obrigatório pode ser alterado segundo a necessidade da organização. Tal fato gera receio nos trabalhadores de ter este tempo modificado. Isto faz com que eles tomem precauções quando estão em seu tempo livre, como relata um membro da *fanpage*: “coloquei identificador de chamadas em casa por causa do hotel em que trabalho, em dia de folga e férias corto contato totalmente”, caso contrário a empresa pode solicitar o retorno do trabalhador. Percebe-se, assim, que as tecnologias contribuem para a ampliação da exploração quantitativa e qualitativa do trabalho ao trazer novas formas de abusos, principalmente nos setores informacionais e de teleatividades. Estes incluem diversos segmentos, que utilizam intensivamente novas tecnologias ligadas às telecomunicações e à informática. Eles são caracterizados pela dinamicidade e arrojo na economia contemporânea, conforme discutem Antunes e Braga (2009). Estas tecnologias interferem na relação tempo de trabalho e tempo livre, uma vez que se configuram como meios de facilitar o acesso ao trabalhador tanto em seu tempo de trabalho, como em seu tempo livre. Acrescenta-se que esta é uma realidade vivenciada por outros segmentos do setor de serviços e da atividade turística. Essas enunciações corroboram com aspectos ligados ao tempo livre, lazer e consumo nos *shoppings centers* discutidos por Padilha (2006). A autora defende que o lazer incorporou intensamente este lugar, transformando-o não apenas num centro de compras, mas num centro de lazer, por conseguinte, tornando-o mais um elemento a ser consumido no tempo livre, assim como acontece nos serviços turísticos, inclusive nos serviços de hospedagem. A relação entre tempo de trabalho e tempo livre, considerando a centralidade do trabalho, interfere na vivência dos demais tempos sociais, fazendo esses trabalhadores buscarem o direito ao tempo de viver a vida, como discutem Zanin, Guevara e Rodrigues (2016). Para esses



autores, a lógica de organização do trabalho no capitalismo gera “no mínimo, o trabalho sem prazer” e a “infelicidade do trabalhador” (ZANIN; GUEVARA; ROFRIGUES, 2016, p. 118). Eles propõem a reorganização do trabalho de modo a permitir ao trabalhador o pertencimento de si mesmo e uma vida em sua plenitude. Para tanto, é preciso repensar o tempo dedicado ao trabalho, no sentido de oportunizar aos indivíduos prazer nas atividades desenvolvidas no trabalho, caso o trabalhador seja tratado de forma humanizada (ZANIN; GUEVARA; RODRIGUES, 2016). Dessa forma, tal pensamento desperta a reflexão que, apenas por meio do equilíbrio entre os tempos sociais e da busca pela vivência do tempo livre de forma autônoma e criativa haverá um tempo de trabalho mais humano e pleno de sentido. O tempo livre representado pelas férias constrói sentidos ligados a sua negação e inacessibilidade a este direito. A folga representa uma expectativa de tempo livre para o lazer, a diversão e o entretenimento, mas na realidade não se consegue usufruir dele, uma vez que seu tempo livre é destinado somente para a reposição das condições físicas e psíquicas para retornar ao trabalho. Acrescenta-se que o controle sobre o tempo livre está no poder discricionário da chefia e que este tempo não é respeitado pela gerência, pois o período de férias pode ser modificado pela gerência conforme demanda do trabalho, demonstrando que é o tempo de trabalho que é central nesta relação. Resulta desse contexto que a relação entre tempo de trabalho e tempo livre, considerando a centralidade do trabalho, interfere na vivência dos demais tempos sociais, inclusive o tempo livre, voltado para as férias e para o lazer, fazendo esses trabalhadores buscarem o direito ao tempo de viver a vida, pois, como lembra Antunes (2003, p.175), é necessária a busca pela “*vida autêntica*”, “*uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho*” que é o que aparentemente os trabalhadores do setor de hospedagem também estão buscando.

## ABSTRACT

Two features can be said to be crucial to economic reason and the logic of capitalism: time as a commodity and the use of labor to produce surplus value, regarding time worked as the principal measure and source of wealth in this mode of production (MARX, 2006; MÉSZÁROS, 2011). From this perspective, understanding the relation between working hours and free time requires understanding of how these modes of time are constituted socio-historically and the ramifications for subjects. Work time based on the logic of capitalism comes to have greater control, with the clock as its prime symbol (BENDASSOLLI, 2007). Free time has moved from being a negation of this to a struggle for its constitution (LAFARGUE, 2003; PROVONOST, 2011). Holidays have emerged from this struggle and also merit discussion in terms of the relation between working hours and free time, since it is in their free time that workers can enjoy their vacation time—a time that frequently involves leisure, tourism and entertainment. The present study thus aims to shed light on the meanings constructed around the control of



free time among workers in the hospitality sector, using interactions registered on the Facebook 'fanpage' *Hotel Slaves*, especially those posts concerning vacations. The study employed qualitative research, based on Bakhtinian discourse analysis (BAKHTIN, 2006). Such analysis is founded on the language expressed in discursive practices established in social and dialogical interactions of the subjects under study, in this case hospitality workers and members of the *Hotel Slaves* 'fanpage' on Facebook. Analysis of user perception of control of free time, specifically vacation time, focused on two posts that address the control of vacation time by management. To ensure the impersonality of subjects and avoid identification of those posting, an acronym was created for the topic free time (FT) and interactions given a sequential number. The interactions show that vacation time can be changed by line managers or is not respected, since workers can be called even during vacation time, indicating that work time is central to this relation. It is worth noting that, like workers in other sectors that have the right to holidays, hospitality workers also expect to enjoy a vacation, but this can be changed arbitrarily by management. The interactions show that control of free time is at the discretion of management and this right is often not respected. The right to holidays is guaranteed in articles 129 and 130 of the CLT (BRASIL, 2004). Although both the CLT and the sector's Joint Convention guarantee this right, the interactions indicate that legally obligatory free time can be altered according to the needs of the organization. Workers live in fear of this time being changed. This leads them to take precautions when on leave. One fanpage member reports as follows: "*I installed caller ID at home because of the hotel I work at. On days off and holidays I cut all communication.*" If not, they can ask you to go back to work. This shows how technology contributes to the quantitative and qualitative increase in exploitation of labor, by creating new forms of abuse, principally in the IT and teleservices sectors. This includes various industries that make intensive use of new information and telecommunications technologies. These industries are on the cutting edge of the dynamic and daring contemporary economy, as described by Antunes & Braga (2009). These technologies interfere in the relation between working hours and free time, since they provide easier access both during working hours and in free time. It should be added that this is also the case elsewhere in the services and tourism sectors. These statements corroborate the findings related to free time, leisure and consumerism in shopping malls discussed by Padilha (2006). This author argues that leisure has intensively occupied this space, making it not only a shopping center but also a leisure center, and consequently yet another product to be consumed in one's free time, as with tourist services, including hospitality. In view of the centrality of work, the relation between working hours and free time interferes with the enjoyment of other modes of social time, leading workers to demand the right to time to live their lives, as discussed by Zanin, Guevara & Rodrigues (2016). According to these authors, the logic of the organization of labor in



capitalism generates “at the very least, work without pleasure” and “unhappy workers” (ZANIN; GUEVARA; ROFRIGUES, 2016, p. 118). They propose a reorganization of work in such a way as to allow workers to fully belong to themselves and their lives. There is therefore a need to rethink the time dedicated to work, in such a way that workers are treated humanely and derive pleasure from workplace activities (ZANIN; GUEVARA; RODRIGUES, 2016). This leads to the idea that simply creating a balance between social times and seeking autonomous and creative free time will lead to a more humane and meaningful experience at work. Free time represented as holidays creates meanings connected to denial and lack of access to this right. Time off raises an expectation of time free for leisure, recreation and entertainment but, in reality, workers cannot enjoy this, since their free time is devoted solely to replenishing their physical and psychological energies ready to return to work. It should be added that control of free time is at the discretion of and not respected by management, since the holiday period can be modified by managers according to the demands of work, showing that work time is central to this relation. As a result of the centrality of work, the relation between working hours and free time interferes with the enjoyment of social time, including free time, devoted to holidays and leisure, leading these workers to demand the right to enough time to live their own lives. As Antunes (2003, p.175) puts it, people should demand an “*authentic life.*” “*A life full of meaning outside of work presupposes a meaningful life within working hours.*” This would appear to be what workers in the hospitality sector are also demanding.

## References

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2006.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios:** insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Legislação Previdenciária. Constituição Federal. Anne Joyce Angher. Coordenação. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2004.
- LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça.** São Paulo: Editora Claridade, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.



PADILHA, Valquíria. **Shopping Center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PROVONOST, GILLES. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

ZANIN, Fábio Luiz; GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos; RODRIGUES, Arlindo M. Esteves. Tempo para trabalhar, tempo para viver a vida: as possibilidades de uma vida a ser vivida fora da centralidade do trabalho. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 31 n. 2, p. 108-121, 2016. Retrieved from: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/27496/20429>>. 25 Oct. 2016.



## **As contradições no turismo: faces da precarização de um proletariado contemporâneo e de serviços**

### **The labour in tourism: faces of the precariousness of a contemporary and service proletariat**

LUIZ EDUARDO DE FREITAS SANTOS  
Universidade de São Paulo  
lefs@usp.br

#### **RESUMO**

O turismo vem ganhando relevância no mundo atual. Segundo dados recentes da Organização Mundial do Turismo – OMT, no ano de 2017, as chegadas internacionais de turistas em todo mundo alcançaram a marca de 1.326 milhões, apresentando um crescimento de 7,0%, sobre o ano anterior, bem acima da média de 3,8% ao ano, prevista para o período de 2010 a 2020, projetando uma receita de US\$ 1.340 bilhões para o setor (UNWTO, 2018, pp. 2-4).

Os números da OMT também indicam que o turismo é a maior categoria do comércio internacional de serviços, gerando US\$ 211 bilhões em exportações através de serviços de transporte internacional de passageiros, com um valor total de exportações acima de US\$ 1,5 trilhão, com uma média de US\$ 4 bilhões por dia, representando 7% das exportações mundiais em mercadorias e serviços, ocupando a terceira posição no *ranking*, atrás apenas de combustíveis e químicos (UNWTO, 2016, pp. 2-3).

Essa relevância vem promovendo um aumento do interesse pelo estudo do trabalho no setor. Estudos da OMT, em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho – OIT apontam que “o turismo envolve uma ampla variedade de diferentes atividades, tipos de estabelecimentos, contratos e acordos de trabalho”, sendo também caracterizado por notável diferença entre regiões de um país, entre estações do ano e que “o valor econômico do turismo em termos de emprego, como fonte de trabalho produtivo em particular, permanecem inadequadamente medido e insuficientemente estudado” (UNWTO/ILO, 2014, pp. 9-12).

Diante das características apontadas e visando compreender melhor o nosso objeto de estudo, nos debruçamos sobre o assunto e nos deparamos com a existência de dois fenômenos bem distintos e contraditórios: 1) o recente aumento do número de estudos que procuram compreender as características do trabalho no setor, tanto no Brasil, quanto no exterior e; 2) uma crescente propaganda do turismo, enquanto um setor responsável pela criação de grande quantidade de postos de trabalho e geração de renda.

Quanto ao primeiro tópico identificamos uma maior quantidade de produções recentes sobre o tema, sendo relevantes os trabalhos produzidos pela OMT/OIT, em âmbito internacional, enquanto que, no Brasil destacamos



a série de estudos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que desde 2003 vem desenvolvendo o Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo - SIMT.

Quanto ao segundo tópico, é fortemente perceptível a tentativa de construção de uma imagem do turismo como uma importante atividade geradora de emprego e renda. Entre os muitos exemplos possíveis selecionamos uma pequena parte do discurso de Taleb Rifai, Secretário Geral da OMT, pelo período de 2010 a 2017, para o qual:

[...] O progresso e a expansão contínua do turismo representam uma solução eficaz para muitos dos maiores desafios do mundo. De fato, poucos setores estão tão estrategicamente posicionados quanto o turismo para contribuir decisivamente para a criação de empregos, redução da pobreza, proteção ambiental e paz e compreensão multicultural (OMT, 2015, p.2).

Além do discurso oficial da entidade, a própria OMT, em seu *website*, apresenta dados sobre o trabalho no turismo indicando que o setor é responsável por um em cada dez empregos gerados em todo mundo. A base dos dados, no entanto, é a World Travel & Tourism Council – WTTC, uma entidade fundada em 1991 por um grupo de empresários do setor, com interesses muito evidentes.

Analisando mais de perto a contradição existente entre os dois fenômenos citados, podemos estabelecer uma leitura mais crítica e detalhada sobre o trabalho no turismo no momento atual, pois, tanto nos dados, quanto nos métodos utilizados e até mesmo na produção do discurso vigente, há grande dificuldade em encontrar fontes confiáveis, o que inibe a possibilidade de estabelecer números consistentes ou mesmo de discutir as características do tipo de trabalho gerado pelo turismo. A tentativa de unir a imagem do turismo à geração de emprego, além de carecer de uma maior sustentação teórica, parece também um tanto quanto controversa, principalmente quando se discute o trabalho no mundo atual, suas transformações e a crise da chamada Sociedade do Trabalho.

Os poucos estudos realizados sobre o tema, não permitem uma análise melhor qualificada quanto ao potencial de geração de empregos e renda do setor, pois, conforme sinaliza Cruz,



[...] a geração de empregos diretos e indiretos nas localidades receptoras não deve ser fator demasiadamente valorizado como impacto positivo do turismo, mesmo porque não existem estudos aprofundados sobre esse tema. Conforme coloca Hiernaux (1988), no caso de Cancun, muitos mexicanos hoje empregados em atividades relacionadas ao turismo abandonaram seu trabalho na zona rural, havendo nesse caso, portanto, uma realocação de mão de obra, com impacto negativo sobre a agricultura dos arredores do referido complexo turístico (CRUZ, 2003, p.114).

Com uma maior aproximação ao tema, no entanto, podemos percebermos que o trabalho no turismo possui uma distribuição espacial que lhe confere especificidades não encontradas em outras atividades econômicas e que precisam ser melhor entendidas.

Diante do desafio apresentado, nosso objetivo de pesquisa passou a ser o entendimento do atual cenário do trabalho no turismo no Brasil e, para tanto, procuramos elencar, descrever e analisar as principais características do trabalho no turismo no país.

O presente estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de gabinete utilizando os dados apresentados pelo material desenvolvido pelo IPEA, em parceria com o Ministério do Turismo – Mtur, denominado Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT.

Como base teórica de nossa pesquisa, utilizamos o método dialético, amparado em uma Teoria Crítica sobre o Trabalho na Contemporaneidade, por meio da análise das obras de diferentes autores, que realizaram estudos sobre o tema, suas transformações e crises, em diferentes períodos e diferentes pontos de vista, contrapondo posições e opiniões. Entre estes autores citamos em especial Antunes (1999; 2005; 2018), Moreira (2016), Arendt (1955), Gorz (2003) e Offe (1989). Também fizemos uso de estudos da OMT/OIT retratando uma proposição de turismo, contrapondo esta bibliografia a uma crítica realizada por diversos autores. Entre eles: Britton (1979; 1982), Cruz (2018; 2007; 2003) e Cañada (2017).

Quanto aos números apresentados destacamos que, em 2002, havia no país um total de 1.477.188 trabalhadores, sendo 634.324 trabalhadores formais (43%) e 842.864 trabalhadores informais (57%). Ao longo da série histórica do IPEA podemos identificar um crescimento de 2%, em 2003 e de 2,4%, no ano seguinte. Em 2005, identificamos um crescimento de 4,7%, em relação a 2004, enquanto que, em 2006, um crescimento de 4,2%, em relação a 2005, quando a quantidade de trabalhadores no turismo atinge o patamar de 1.616.537 trabalhadores. Já em 2013, último ano da série histórica do IPEA nos permite identificar uma população de 1.938.955 trabalhadores no turismo, com um crescimento anual de aproximadamente 2% ao ano, no período de sete anos. Esse número nos dá uma importante dimensão do total



de pessoal empregado no setor, bem como a taxa média de crescimento no período estudado.

Os estudos do IPEA também trazem importante contribuição ao analisar as diferentes atividades características que compõem o trabalho no turismo. Entre estas vemos que a ACT Alimentação empregava, em 2011, 39,6% dos trabalhadores no setor, seguida pela ACT Alojamento, 23,8% e da ACT Transporte Terrestre, 20,9%. Estas três ACTs respondiam por quase 85% dos empregos formais no setor.

A ACT alimentação é a que apresentava a maior quantidade de empregados e a que apresentavam também a maior quantidade de trabalhadores informais, principalmente nos estados do Norte e Nordeste.

Discorrendo ainda sobre as ACTs é importante destacar que a ACT Transporte Aéreo, com 6,3% dos postos de trabalho, ACT Agências de Viagem, com 5,9%, e ACT Alojamento, com 23,8%, congregam o chamado Núcleo do Turismo, responsável por 36% dos empregos no setor.

Quando estabelecemos um quadro síntese, sobre as principais características identificadas no trabalho no turismo podemos destacar: o alto nível de informalidade; com grande concentração espacial nos estados do Sudeste; com sensíveis diferenças nos tipos de trabalho entre as diferentes ACTs (Ex.: o trabalho na ACT Alojamento x ACT Transporte Aéreo); o aumento da rotatividade; as jornadas de trabalhos extensas; com predomínio de atuação em estabelecimentos de pequeno porte e; trabalhadores que, em geral, apresentam um baixo nível de escolaridade.

Para concluir podemos acrescentar que por ser uma atividade que depende essencialmente do território, as empresas tendem a pressionar o mercado de trabalho a conviver com baixos salários, obrigando uma mão-de-obra caracterizada por uma baixa formação e qualificação, a conviver com situações de forte oscilação nas demandas e grande precarização.

Como podemos perceber, pela grande diferenciação de situações e tipos de trabalho no turismo é fundamental analisarmos de forma mais cuidadosa a qualidade e as características do trabalho no setor, para não reproduzirmos um discurso corrente, alienado e pouco crítico.

Devemos, antes de tudo, analisar as características desses empregos para promover as discussões necessárias e uma melhor compreensão da realidade do trabalho, identificando seus verdadeiros limites e reais desafios, principalmente quando a precarização, em suas múltiplas faces, vem sendo adotada indiscriminadamente como uma saída para a atual crise do capital.



## ABSTRACT

Tourism is gaining relevance in today's world. According to recent data from the World Tourism Organization (WTO) in 2017, international tourist arrivals worldwide reached the mark of 1,326 million, a growth of 7.0% over the previous year, well above the average of 3.8% per annum, projected for the period 2010-2020, projecting revenues of \$ 1,340 billion for the sector (UNWTO, 2018, pp. 2-4).

UNWTO figures also indicate that tourism is the largest category of international trade in services, generating \$ 211 billion in exports through international passenger transport services, with a total export value of over \$ 1.5 trillion, with an average of \$ 4 billion a day, accounting for 7 percent of world exports of goods and services, ranking third, behind fuels and chemicals alone (UNWTO, 2016, pp. 2-3).

This relevance has been promoting an increase in interest in the study of labour in the sector. Studies of the UNWTO, together with the International Labor Organization (ILO), point out that "tourism involves a wide variety of different activities, types of establishments, contracts and work agreements" and is also characterized by a notable difference between regions of a country, between seasons of the year and that "the economic value of tourism in terms of employment as a source of productive labor in particular remains inadequately measured and under-studied" (UNWTO / ILO, 2014, pp. 9-12).

In view of the characteristics pointed out and in order to better understand our object of study, we look at the subject and we are faced with two very different and contradictory phenomena: 1) the recent increase in the number of studies that seek to understand the characteristics of labor in tourism in Brazil and abroad; 2) a growing propaganda of tourism, as an industry responsible for creating large amounts of jobs and income generation.

As for the first topic, we have identified a larger number of recent productions on the subject, being relevant the work produced by the WTO / ILO in an international context, while in Brazil, we highlight the series of studies produced by the Institute of Applied Economic Research (IPEA) since 2003 has been developing the Integrated Information System on the Labor Market in the Tourism Sector - SIMT.



As for the second topic, the attempt to construct an image of tourism as an important activity that generates employment and income is strongly perceptible. Among the many possible examples we selected a small part of the speech by Taleb Rifai, UNWTO Secretary General, for the period from 2010 to 2017, for which:

[...] Progress and the continued expansion of tourism represent an effective solution to many of the world's greatest challenges. In fact, few sectors are as strategically positioned as tourism to contribute decisively to job creation, poverty reduction, environmental protection and peace and multicultural understanding (UNWTO, 2015, p.2).

In addition to the official speech of the entity, the WTO itself, on its website, presents data on work in tourism indicating that the sector is responsible for one in ten jobs generated worldwide. The data base, however, is the World Travel & Tourism Council - WTTC, an entity founded in 1991 by a group of businessmen of the sector, with very obvious interests.

Looking more closely at the contradiction between the two phenomena cited, we can establish a more critical and detailed reading about the work in tourism at the present moment, since, both in the data, in the methods used and even in the production of the current discourse, there is difficulty in finding reliable sources, which inhibits the possibility of establishing consistent numbers or even discussing the characteristics of the type of labor generated by tourism. The attempt to unite the image of tourism with the generation of employment, besides lacking a greater theoretical support, seems also somewhat controversial, especially when discussing the work in the world today, its transformations and the crisis of the so-called Labor Society.

The few studies carried out on this subject do not allow a better qualified analysis of the sector's potential for generating employment and income, since, as Cruz points out,



[...] the generation of direct and indirect jobs in receiving locations should not be overvalued as a positive impact of tourism, even though there are no in-depth studies on this topic. According to Hiernaux (1988), in the case of Cancun, many Mexicans now employed in tourism-related activities have abandoned their work in the rural area, and in this case, there is a reallocation of labor, with a negative impact on agriculture around the tourist complex (CRUZ, 2003, p.114).

With a closer look at the theme, however, we can see that tourism work has a spatial distribution that gives it specificities not found in other economic activities and that need to be better understood.

In the face of the challenge presented, our research objective became the understanding of the current scenario of labor in tourism in Brazil and, for this, we seek to list, describe and analyze the main characteristics of tourism work in the country.

The present study was carried out through an office research using the data presented by the material developed by IPEA, in partnership with the Ministry of Tourism - Mtur, called the Integrated System of Information on the Labor Market in the Tourism Sector - SIMT.

As a theoretical basis of our research, we use the dialectical method, based on a Critical Theory on Labor in Contemporaneity, through the analysis of the studies of different authors, who carried out search on the theme, its transformations and crises, in different periods and different views and positions and opinions. Among these authors, we especially mention Antunes (1999, 2005, 2018), Moreira (2016), Arendt (1955), Gorz (2003) and Offe (1989). We have also used WTO / ILO studies portraying a tourism proposal, contrasting this bibliography with a critique by several authors. Among them: Britton (1979; 1982), Cruz (2018; 2007; 2003) and Glen (2017).

Regarding the figures presented, we highlight that, in 2002, there were a total of 1,477,188 workers in the country, of which 634,324 were formal workers (43%) and 842,864 were informal workers (57%). Throughout the IPEA historical series, we can see growth of 2% in 2003 and 2.4% in the following year. In 2005, we identified a growth of 4.7% in relation to 2004, while in 2006, growth of 4.2%, when compared to 2005, when the number of workers in tourism reaches the level of 1,616,537 workers. As early as 2013, the last year of IPEA's historical series allows us to identify a population of 1,938,955 workers in tourism, with annual growth of approximately 2% per year over the seven-year period. This number gives us an important dimension of the total personnel employed in the sector, as well as the average rate of growth in the period studied.

The IPEA studies also make an important contribution in analyzing the different characteristic activities that make up the work in tourism - CTA. Among these, CTA Food employed 39.6% of workers in the sector in 2011,



followed by CTA Accommodation, 23.8% and CTA Land Transport, 20.9%. These three CTAs accounted for almost 85% of formal sector jobs.

CTA Food was the one with the largest number of employees and the one with the largest number of informal workers, especially in the North and Northeast states. CTA Air Transport, with 6.3% of the workplaces, CTA Travel Agencies, with 5.9%, and CTA Housing, with 23.8%, congregates the so-called Tourism inner center, responsible for 36% of jobs in the sector.

When we establish a summary table, the main characteristics identified in the labor in tourism can be highlighted: the high level of informality; with great spatial concentration in the Southeast states; with sensitive differences in the types of work between the different CTAs (eg labor in CTA Accommodation x CTA Air Transport); increased turnover; the days of extensive work; with predominance of performance in small establishments and; workers who, in general, have a low level of schooling.

To conclude, we can add that because it is an activity that depends essentially on the territory, companies tend to press the labor market to live with low wages, forcing a labor characterized by a low formation and qualification, to coexist with situations of strong oscillation in demands and great precariousness.

As we can see, due to the great differentiation of situations and types of labor in tourism, it is fundamental to analyze more carefully the quality and characteristics of the work in the sector, so as not to reproduce a discourse that is current, alienated and not critical.

We must, first of all, analyze the characteristics of these jobs to promote the necessary discussions and a better understanding of the reality of the work, identifying their true limits and real challenges, especially when the precariousness in its multiple faces has been adopted indiscriminately as a relief to the current crisis of capital.

## **Referências/References**

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução: Roberto Raposo, Posfácio: Celso Lafer, 10 ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

BRITTON, Stephen G.. The political economy of tourism in the third world. *Annals of Tourism Research*, vol. 9 pp. 331-358, 1982.

BRITTON, Stephen G.. Tourism in a peripheral capitalist economy: the case of Fiji. Tese de Doutorado pela Australian National University, 1979.

CAÑADA, Ernest. ¿Por qué se precariza el trabajo turístico? Disponível em <<http://www.sinpermiso.info/textos/por-que-se-precariza-el-trabajo-turistico>> Acesso em: 01/12/2017. Alba Sud, 2017.



- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. *Confins* [Online], 36, 2018. posto online no dia 02 julho 2018, consultado o 20 outubro 2018. URL: <<http://journals.openedition.org/confins/13707>>; DOI : 10.4000/confins.13707.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. 2. Ed. São Paulo, Roca, 2007.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução À Geografia do turismo*. 2. Ed. São Paulo, Roca, 2003.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica à razão econômica*. São Paulo, Annablume, 2003.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações*. Relatório: Margarida Hatem Pinto Coelho e Patrícia A. Morita Sakowski, Brasília, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões*. Relatório: Margarida Hatem Pinto Coelho e Brunno Kalyxton Sousa Ramos, Brasília, 2015.
- MOREIRA, Ruy. *A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital*. Rio de Janeiro, Consequência Editorial, 2016.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Tradução: Gustavo Bayer, Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, 1989.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION AND INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - UNWTO/ILO. *Measuring Employment in the Tourism Industries - Guide with Best Practices*. Madrid, 2014.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION. *UNWTO Annual Report 2014*. Madrid, 2015.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION. *UNWTO Tourism Highlights, 2018 Edition*, UNWTO, (2018). Madrid, DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284419876>.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION. *UNWTO Tourism Highlights, 2016 Edition*, UNWTO (2016). DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284418145>.



# ÍNDICE REMISSIVO

## AUTHOR INDEX



Abel Pojo Oliveira	253	Diomira Maria Cicci Pinto Faria	69
Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues	195	Fernanda Fernandes	140
Alexandre Panosso Netto	113	Gabriel Esteban Videla	39
Aline Alves Ribeiro	127	Gabrielle Cifelli	214
Ana Beatriz Da Rocha	202	Hugo Rogério Hage Serra	50
Ana Carolina Ramos	14	Ilana Barreto Kiyotaniugo	56
Ana Priscila Farias Magalhães	209	Iraneide Pereira da Silva	294
Ana Rosa Guimarães Bastos Proença	262	Isabella Maria Beil	222
Angela Teberga de Paula	286	José Júlio Júnior Guambe	42
Anna Lucia P. Landim Miranda Ribeiro	187	Larissa Prado Rodrigues	62
Beatriz Helena Nogueira Diógenes	166	Lluís Mundet I Cerdan	161
Bruno Rodrigues da Silveira	134	Lúcia Maria Aquino de Queiroz	69
Carine Botelho Previatti	21	Luciano Muniz Abreu	140
Claudia Alejandra Troncoso	29	Luiz Eduardo de Freitas Santos	300
Cristiane Alcântara de Jesus Santos	62	Maria Aparecida Pontes da Fonseca	56
Cristina Pereira de Araujo	33	Maria Eugenia Altamirano	148
Claudia Alejandra Troncoso	30	Martha Priscila Bezerra Pereira	121
Diego Costa Mendes	294	Michael Dyssel	74
Dieter K. Müller	271		



Natália Tavares de Azevedo	172	Sandra Dalila Corbari	172
Ndidzulafhi Innocent Sinthumule	76	Sanette Ferreira	84
Paulo Reis Filho	202	Sergio Moraes Rego Fagerlande	87
Paulo Tácio Aires Ferreira	155	Simone Affonso da Silva	94
Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco	161	Tatiana de Souza Leite Garcia	107
Ricardo Alexandre Paiva	166	Thais Zucheto de Menezes	279
Ricardo Cesar de Oliveira Borges	178	Ulysses Melo Carvalho	240
Ricardo Devides Oliveira	78	Valéria Ferraz Severini	113
Rinaldo de Castilho Rossi	228	Vania Beatriz Merlotti Herédia	286
Roger Marjavaara	274	Velvet Nelson	248
Romina Daniela Iuso	235	Washington Ramos dos Santos Junior	187
Rosane Balsan	127	Xisto Serafim de Santana de Souza Júnio	121





DG  
DEPARTAMENTO  
DE GEOGRAFIA

